

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. VI, nº 2

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Reitor

Hermano Tavares

Coordenador Geral

Fernando Gallemebeck

Coordenador dos Centros e Núcleos de Pesquisa

Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano

**CENTRO DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA**

Conselho Orientador

Presidente

Vilmar Evangelista Faria
(IFCH - UNICAMP)

Conselheiros

Antônio Flávio Pierucci
(FFLCH - USP)

Bolívar Lamounier
(IDESP)

Carlos Eduardo Meirelles Matheus
(PUC-SP)

Fernando Antônio Lourenço
(IFCH - UNICAMP)

Hélgio Trindade
(NUPERGS - UFRGS)

Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH-USP, ISER)

Marcus Figueiredo
(IUPERJ)

Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA)

Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)

Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)

Örjan Olsén
(Ipsos_Opinion)

Rachel Meneguello
(IFCH - UNICAMP)

Regina Moran
(IMECC - UNICAMP)

Equipe Técnica

Coordenação

Rachel Meneguello

Equipe de Projetos Permanentes

Katia Mika Nishimura
Simone da Silva Aranha
Maria Teresa Gonzaga Alves
Vítor Luís Cooke Vieira
Rosilene Sydney Gelape

Estagiários

Carolina Messoro Bagnolo
Janaina de Rezende Barreto
Rafael Henrique Wolf
Saulo Veiga Oliveira

Secretaria Geral

Maria das Graças Pla Sanches

**OPINIÃO PÚBLICA
VOL. VI, Nº2**

Conselho Editorial:

Amaury de Souza, Antônio Lavareda,
Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio
Wanderley Reis, Frederick Turner,
Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio
Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly
de Camargo, Nelson do Valle e Silva,
Ruy Martins Altenfelder Silva.

Comitê Editorial:

Leandro Piquet Carneiro
Márcia Cavallari Nunes
Marcus Faria Figueiredo
Rachel Meneguello

Editora responsável:

Rachel Meneguello

Editoração Gráfica:

Paula Vanina Cencig

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Outubro de 2000

Publicação Indexada no
Sociological Abstracts,
IBSS (International Bibliography of
the Social Sciences) e
Data Índice - IUPERJ

**Centro de Estudos de
Opinião Pública**

Universidade Estadual
de Campinas
Cidade Universitária
"Zeferino Vaz"
Caixa Postal: 6110
Campinas - São Paulo
13081-970

Tel: (55-19) 3788-1712/ 3788-7093

Tel/Fax: (55-19) 3289-4309

e-mail: cesop@unicamp.br

Home-Page:

<http://www.unicamp.br/cesop/>

OPINIÃO PÚBLICA

Outubro de 2000

Vol. VI, nº2

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>A Dialética da Opinião Pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas</i> Michael Howlett	167
<i>Conteúdos Ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de surveys</i> Maria Teresa Gonzaga Alves	187
<i>Apoio Popular à Integração Econômica Regional na América Latina</i> Mitchell A. Seligson	226
<i>Participação e Comportamento Político no Estado de São Paulo, 1990</i> Marcelo Costa Ferreira	248
<i>Sistemas de Seguridade Social na América Latina: uma avaliação ordinal</i> John Dixon	263
<i>TENDÊNCIAS - Encarte de dados de Opinião Pública</i>	283



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. VI, nº 2 - p.171-337
Outubro 2000
ISSN 0104-6276



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas – vol.
VI, nº 2, Outubro 2000 – Campinas: CESOP, 2000.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública
I. Universidade de Campinas II. CESOP

A Dialética da Opinião Pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas

Michael Howlett

Departamento de Ciência Política
Simon Fraser University - Canadá

Resumo

Este artigo analisa o papel desempenhado pela opinião pública em cada estágio do processo de elaboração de políticas públicas. Através da desagregação desse processo em uma seqüência de etapas, ele revela se e quando a opinião pública o afeta, e onde ele dá significância a outras influências. Como conclusão, o artigo sublinha a natureza dialética da relação entre opinião pública e políticas públicas.

Palavras-chave: opinião pública, políticas públicas, processo de elaboração de políticas, governança.

Abstract

This paper examines the role played by public opinion at each stage of the policy process. By disaggregating policy making into a sequence of steps, it reveals if and where public opinion affects policy-making and where it cedes significance to other policy. As conclusion the paper underlines the dialectical nature of the public opinion and public policy relationship.

Key words: public opinion, public policy, policy making process, governance.

Que imagem da democracia nos leva a atribuir à opinião pública um lugar central na teoria política? ...Antes de investirmos as energias de uma geração de cientistas políticos na pesquisa de opinião pública, não seria interessante tentar testar a validade das proposições subjacentes às relações da opinião pública com o que acontece no mundo à nossa volta?

Schattschneider, E. E. *The Semisovereign People. A Realist's View of Democracy in America*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1960, p. 131.

Apresentação

A natureza normativa de muitas das pesquisas sobre a relação existente entre as políticas públicas e a opinião pública

Embora muitos trabalhos nas últimas décadas tenham definido a relação entre a opinião pública e a formação de políticas públicas em sociedades democráticas como uma relação complexa, persiste uma tendência a considerar essa relação como simples, direta e linear.¹ Isto é, pelo menos desde os primeiros trabalhos de V. O. Key, E. E. Schattschneider e Bernard Berelson nos anos 50 e 60, importantes cientistas políticos, e também outros, tem continuamente achado que há muito pouca, ou mesmo nenhuma, ligação entre a opinião pública e os resultados políticos.² Apesar disso, essa descoberta tem sido retomada e refeita em muitos estudos, como se os pesquisadores estivessem insatisfeitos com a resposta.³ Como sugeriu Schattschneider, isso sem dúvida se deve às noções sinceras, mas às vezes simplistas, da democracia dos analistas que apóiam a idéia de um “governo para o povo” e ficam constrangidos de que isso pode não ser alcançado através do “governo pelo povo”.

A natureza normativa e ideológica de muitas das discussões sobre o tema aparece claramente nos títulos e termos utilizados para descrever muitos resultados. Recentemente, isso pode ser visto nos excelentes estudos históricos comparativos de Joel Brooks que, descobrindo a pouca relação entre opinião pública e a formação de políticas, chama o fenômeno de “frustração democrática”, sugerindo que ele resulta de um problema quando o sistema de políticas não reage de maneira apropriada ao sistema

¹ Ver Luttbeg, Norman R., Where We Stand on Political Linkage. In N. R. Luttbeg, (org) **Public Opinion and Public Policy: Models of Political Linkage**, Itasca, F. E. Peacock, 1981: 455-62 e Shapiro, Robert Y. e Lawrence R. Jacobs, The Relationship Between Public Opinion and Public Policy: A Review. In S. Long (org), **Political Behavior Annual**, Boulder, Westview, 1989

² Ver V. O. Key Jr, **Public Opinion and American Democracy**, New York, Knopf, 1967, Schattschneider, E. E., **The Semisovereign People. A Realist's View of Democracy in America**, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1960, e Bernard Berelson, Democratic Theory and Public Opinion, **Public Opinion Quarterly** 16 1952: 313-330.

³ Ver, por exemplo, Monroe, Alan D., Consistency Between Public Preferences and National Policy Decisions, **American Politics Quarterly** 7 (1) 1979: 3-19 e, mais recentemente, Page, Benjamin I. e Robert Y. Shapiro, **The Rational Public: Fifty Years of Trends in American Policy Preferences**, Chicago, The University of Chicago Press, 1992.

democrático.⁴ Mas tanto os processos das políticas quanto os processos democráticos são muito mais complexos do que sugerem as teorias da ligação linear.⁵ Ou seja, a democracia significa mais do que o governo pela multidão e teóricos pelo menos desde Edmund Burke assinalou as complexas noções de representação popular que os governos democráticos contêm.⁶ De maneira semelhante, os estudiosos da formação de políticas desde Harold Lasswell chamaram atenção para a natureza complexa dos atores, idéias, instituições e interesses que se combinam para produzir políticas.⁷

A análise do papel da opinião pública nos governos democráticos contemporâneos requer uma análise nuançada das realidades dos processos de governança democrática e da formação de políticas. Embora a preocupação com a soberania popular seja louvável, como a citação de Schattschneider sugere, especulações teóricas devem ser temperadas por fatos empíricos a fim de que a natureza da relação existente entre a opinião pública e as políticas públicas seja adequadamente descrita e compreendida.

Os Efeitos da Opinião Pública na Formação de Políticas (1): o modelo dos efeitos diretos e lineares

O modelo mais simples das relações existentes entre a opinião pública e a formação de políticas públicas é o que concebe o governo simplesmente como uma máquina de formação de políticas - processando diretamente os sentimentos populares em decisões de política pública e estratégias de implementação. Como tem sido repetidamente observado nos estudos sobre o tema no último meio século nos Estados Unidos e em outros lugares, porém, essa descrição é problemática por muitas razões.⁸

Primeiro, como os pensadores clássicos observaram há muito tempo, supõe-se que a opinião pública tem um caráter concreto, quase permanente, que pode ser agregado com facilidade em posições políticas coerentes. Inúmeros estudos, a partir

⁴ Brooks, Joel E., Democratic Frustration in the Anglo-American Polities: A Quantification of Inconsistency Between Mass Public Opinion and Public Policy, *Western Political Quarterly* 38 (2) 1985: 250-261; Brooks, Joel E., The Opinion-Policy Nexus in France: Do Institutions and Ideology Make a Difference?, *The Journal of Politics* 49 (2) 1987: 465-480; e Brooks, Joel E., The Opinion-Policy Nexus in Germany, *Public Opinion Quarterly* 54 (3) 1990: 508-529. Mais recentemente, ver Petry, François, The Opinion-Policy Relationship in Canada, *The Journal of Politics* 61 (2) 1999: 540-550.

⁵ Buckley, Walter, Society as a Complex Adaptive System. In W. Buckley (org) *Modern System Research for the Behavioral Scientist*, Chicago, Aldine, 1968: 490-513; Gell-Mann, Murray, Complexity and Complex Adaptive Systems. In J. A. Hawkins e M. Gell-Mann (orgs) *The Evolution of Human Languages*, Redwood City, Addison-Wesley, 1992: 3-18; Jervis, Robert, Complexity and the Analysis of Political and Social Life, *Political Science Quarterly* 112 (4) 1997-98: 569-594; La Porte, Todd R. (org) *Organized Social Complexity: Challenge to Politics and Policy*, Princeton, Princeton University Press, 1975: 3-21.

⁶ Birch, Anthony H., *Representation*, New York, Praeger, 1972.

⁷ Ver Hecllo, Hugh, Ideas, Interests and Institutions. In L. C. Dodd e C. Jilson (orgs) *The Dynamics of American Politics: Approaches and Interpretations*, San Francisco, Westview, 1994: 366-392.

⁸ Erikson, Robert S., Norman R. Luttbeg e Kent L. Tedin (orgs), *American Public Opinion*. New York, John Willey and Sons, 1980, e Erikson, Robert S., Gerald C. Wright e John P. McIver, Political Parties, Public Opinion and State Policy in the United States, *American Political Science Review* 83 (3) 1989: 729-743.

pelo menos de Rousseau, porém, sublinharam a natureza vaga, abstrata e transitória da opinião pública, e também as dificuldades de agregar o murmúrio da vontade coletiva, como dizia Rousseau, em prescrições políticas universalmente endossadas.⁹ E muitos pesquisadores nas áreas de opinião e políticas públicas observaram a maneira como essas dificuldades se multiplicam à medida em que as questões científicas, assim como as complexas questões legais, vieram a dominar a formação de políticas nas sociedades contemporâneas, aumentando o divórcio entre os discursos sobre políticas e a opinião pública.¹⁰

Este é, porém, apenas o primeiro dos principais problemas lógicos e empíricos encontrados pelas teorias da relação direta da representação democrática. Isto é, mesmo supondo que os sentimentos públicos pudessem chegar diretamente e de forma consistente aos formadores de políticas, o modelo tem que enfrentar outros problemas e esses são terminais. De um lado, o modelo atribui muito pouca autonomia aos governos. Exatamente como os governos obtêm informações e como as processam não é considerada uma questão principal, exceto na medida em que esses processos bloqueiam a transformação dos sentimentos populares em ação governamental. Mas os processos pelos quais as agendas governamentais são estabelecidas e as opções de política formuladas estão longe de ser simples e não problemáticos. Numerosos estudos salientaram a natureza complexa da construção de políticas e as múltiplas interpretações concorrentes da realidade social e as respostas políticas potenciais a questões sociais que os governos enfrentam ao contemplar a ação.¹¹ Outros ainda sublinham a complexa natureza dos processos de tomada de decisão pelo governo que não se adequam às simples formulações do modelo da relação linear.¹² Finalmente, o modelo também considera não problemáticas as várias ligações que existem entre a execução da política e a publicação de decisões políticas e pronunciamentos. Uma vez mais, extensa literatura na área da administração pública sublinha a complexidade dos processos de implementação e supera a noção de que as decisões governamentais são simplesmente

⁹ Ver Jean-Jacques Rousseau, **The Social Contract and Discourses**, Londres, J. M. Dent, 1973. A relevância do trabalho de Rousseau pelos pesquisadores de opinião no início do século XX. Ver Lowell, A. Lawrence, **Public Opinion and Popular Government**, New York, David McKay Company, 1926.

¹⁰ Ver Pollock, Philip H., Stuart A. Lilie e M. Elliot Vittes, Hard Issues, Core Values and Vertical Constraint: The Case of Nuclear Power, **British Journal of Political Science** 23 (1) 1989: 29-50, e Torgerson, Douglas, Power and Insight in Political Discourse: Post-Positivism and Policy Discourse, in L. Dobuzinkis, M. Howlett e D. Laycock, orgs, **Policy Studies in Canada: The State of the Art**, Toronto, University of Toronto Press, 1996: 266-298.

¹¹ Holzner, Burkhardt, e John H. Marx, **Knowledge Application: The Knowledge System in Society**, Boston, Allyn and Bacon, 1979; Schneider, Joseph W., Social Problems Theory: The Constructionist View, **Annual Review of Sociology** 11 1985: 209-229; Samuels, Warren J., 'Truth' and 'Discourse' in the Social Construction of Economic Reality: Na Essay on the Relation of Knowledge to Socioeconomic Policy, **Journal of Post-Keynesian Economics** 13 (4) 1991: 511-524; e Livingston, Steven G., Knowledge Hierarchies and the Politics of Ideas in American International Commodity Production, 12 (3) 1992: 223-242.

¹² Ver Forester, John, Bounded Rationality and the Politics of Muddling Through, **Public Administration Review** 44 (1) 1984: 23-31; Lindblom, Charles E., e D. K. Cohen, **Usable Knowledge: Social Science and Social Problem Solving**, New Haven, Yale University Press, 1979; Weiss, Carol H., **Using Social Research in Public Policy Making**, Lexington, Lexington Books, 1977.

executadas de modo neutro e 'objetivo' pelos seus funcionários.¹³ Não é de surpreender que essas dificuldades com o modelo simples dos efeitos diretos da opinião pública tenham levado estudiosos da relação opinião pública-política pública a desenvolver modelos mais refinados que consideram algumas dessas questões. Ainda que alguns proponham visões gerais alternativas sobre a natureza da relação opinião-políticas, muitos podem ser considerados como tentativas de resgatar modelos lineares simples pela alteração de aspectos apenas secundários do modelo geral.

O conhecido modelo do ciclo de atenção às questões de Anthony Downs é um bom exemplo de um modelo de relação linear que leva em consideração a natureza vaga e transitória da opinião pública em questões sobre políticas específicas. Do modo como aparece em seu artigo de 1972 sobre a formação de políticas sobre o meio-ambiente, na visão de Downs, a formação de políticas públicas em muitas áreas da vida social tende a girar em torno de questões específicas que capturam momentaneamente a atenção pública, resultando em demandas por ação governamental. Entretanto, ele reconheceu explicitamente e adicionou ao modelo a noção de que esses problemas desapareceriam de vista à medida que sua complexidade ou intratabilidade fossem percebidas. Em suas palavras:

... a atenção do público raramente permanece firmemente focada sobre qualquer questão doméstica por muito tempo - mesmo quando envolve um problema de importância crucial para a sociedade. Em vez disso, um "ciclo de atenção a questões" sistemático parece influenciar fortemente as atitudes e comportamento do público em relação à maioria dos problemas domésticos centrais. Cada um desses problemas repentinamente surge como predominante, assim permanece por algum tempo e então - ainda que não resolvido - gradualmente desaparece do centro da atenção pública.¹⁴

A idéia de um ciclo sistemático de atenção a questões na formação de decisões políticas ganhou muita atenção nos anos seguintes e o trabalho de Downs é freqüentemente citado como modelo de explicação das ligações entre a opinião pública e a política pública.¹⁵ Permanecem, no entanto, vários problemas significativos, mesmo com esta versão 'melhorada' do modelo da relação direta.

Em primeiro lugar, ele contém os mesmos problemas que os modelos mais simples em termos dos supostos insustentáveis em relação aos processos de formação

¹³ A literatura é extensa demais para ser aqui citada. Boas revisões podem ser encontradas em Allison, Graham T., e Morton Halperin, *Bureaucratic Politics: A Paradigm and Some Policy Implications*, *World Politics* 24 (Suplemento) 1972: 40-79; Page, Edward C., *Political Authority and Bureaucratic Power: A Comparative Analysis*, Brighton, Sussex, Wheatsheaf, 1985, e Partridge, P. H., Na Evaluation of Bureaucratic Power, *Public Administration* (Australia) 33 1974: 99-124.

¹⁴ Downs, Anthony, Up and Down with Ecology - the 'Issue-Attention Cycle', *The Public Interest* 28 1972: 38-50. A citação é da página 38.

¹⁵ Ver, por exemplo, Dearing, James W., e James W. e Everett M. Rogers, *Agenda Setting*, Thousand Oaks, Sage Publications, 1996.

de políticas no governo. Ou seja, atribuir um caráter diferente, cíclico, à opinião pública não altera qualquer das outras suposições sobre a natureza linear do processamento das informações, da tomada de decisões e da administração por parte do governo. Em segundo, a hipótese original de Downs era bem vaga. Não é claro, por exemplo, se o ciclo se aplica a todos os problemas políticos ou apenas ao subconjunto de “todos os principais problemas sociais”, como sugerido mais adiante no artigo (p. 41).¹⁶ Terceiro, uma vez mais, estudos empíricos não encontraram qualquer evidência da existência dos ciclos de Downs.¹⁷

Uma conclusão razoável com base na discussão acima é que quaisquer que sejam os efeitos da opinião pública sobre as políticas, eles não são diretos. Como muitos estudiosos dessa relação observaram, isso abre diversas possibilidades. Uma é que a opinião pública não tem qualquer efeito, possibilidade descartada pelos muitos estudos empíricos que encontraram certa correspondência geral entre o comportamento dos formadores de políticas públicas e a opinião pública em certos tipos de questões.¹⁸ Uma segunda possibilidade, discutida na próxima seção, é que, em vez de afetar diretamente a formação de políticas, a opinião pública se constitui em um dos elementos das “condições de fundo”, ou ambiente, em que o processo político se desdobra.¹⁹ Uma terceira possibilidade, discutida mais adiante, é que a relação existente entre a opinião e as políticas não é de fato linear, mas dialética, no sentido de que não apenas a opinião afeta as políticas, mas também estas afetam aquela.²⁰

¹⁶ Os problemas com maior chance de serem afetados pela síndrome da atenção às questões, no dizer de Downs, são aqueles que compartilham três características básicas. Primeiro, são problemas que afetam adversamente uma minoria da população. Segundo, são problemas gerados como efeitos colaterais de arranjos que beneficiam uma maioria da população. Terceiro, são problemas capazes de gerar momentos “dramáticos”, mas não períodos contínuos de atenção dos meios de comunicação. Em conjunto, essas características asseguram que: ... a maioria das pessoas não se lembrará continuamente do problema por seu próprio sofrimento; ... a solução do problema requer atenção e esforços continuados, além de mudanças fundamentais nas instituições e comportamentos sociais; ... (e) o foco sustentado dos meios de comunicação sobre o problema rapidamente aborrece a maioria do público. Downs, “Up and Down with Ecology, p. 42.” Esta discussão deixa aberta a possibilidade de outros tipos de formulação de agenda que poderiam ocorrer quando um problema deixa de se enquadrar em alguma das três condições. Downs não se deteve nesses tipos de questões, porém, ou sobre os padrões típicos prováveis de desenvolvimento e mudanças de política que poderiam caracterizá-los.

¹⁷ Hogwood, Brian W., **Ups and Downs: Is There an Issue-Attention Cycle in Britain?**, Glasgow, Strathclyde Papers in Government and Politics 89, 1992; Peters, B. Guy, e Brian W. Hogwood, In Search of the Issue-Attention Cycle, **Journal of Politics** 47 (1) 1985: 238-253; e, mais recentemente, Howlett, Michael, Issue-Attention and Punctuated Equilibria Models Reconsidered: Na Empirical Examination of the Dynamics of Agenda Setting in Canada, **Canadian Journal of Political Science** 30 (1) 1997.

¹⁸ Ver, por exemplo, Weber, Ronald E., e William R. Shaffer, Public Opinion and American State Policy-Making, **Midwest Journal of Political Science** 16 1972: 683-699, e Bennett, W. Lance, **Public Opinion in American Politics**, New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1980.

¹⁹ Hoberg, George, **Distinguishing Learning from Other Sources of Policy Change: The Case of Forestry in the Pacific Northwest**, Boston: Trabalho apresentado na reunião anual da American Political Science Association, 1998.

²⁰ Ver Page, Benjamin I., e Robert Shapiro, Effects of Public Opinion on Policy, **American Political Science Review** 77 (1) 1983: 175-190, e Qualter, Terence H., **Opinion Control in the Democracies**, Londres, Macmillan, 1985.

Os Efeitos da Opinião Pública na Formação de Políticas (2): efeitos indiretos sobre os resultados como condição de fundo no ambiente das políticas

Um modo de aproximar a questão da natureza indireta dos efeitos da opinião sobre as políticas é examinar mais detalhadamente o papel desempenhado pela opinião pública em cada etapa do processo de formação de políticas. Ao desagregar a formação de políticas em uma seqüência de etapas ou estágios discretos podemos discernir exatamente se e quando a opinião pública afeta a formação de políticas e onde tem menos significação que outros fatores.²¹

Um número razoavelmente limitado e consistente de etapas de políticas pode ser derivado se se conceber a formação de políticas como um processo de solução aplicada de problemas. Utilizando uma metáfora da solução de problemas, o processamento das políticas pode ser quebrado em etapas discretas em que um problema é identificado pelo governo, soluções são propostas, alguma solução é escolhida e depois implementada, e os resultados são monitorados para assegurar que o problema foi corrigido ou resolvido. Neste modelo, a *construção da agenda* se refere ao processo pelo qual os problemas chegam à atenção do governo; a *formulação de políticas* se refere ao processo pelo qual as opções por políticas são desenvolvidas dentro do governo; a *tomada de decisões* se refere ao processo pelo qual os governos adotam um curso particular de ação ou não ação; a *implementação de políticas* se refere ao processo pelo qual os governos põem as políticas em execução; e a *avaliação de políticas* se refere aos processos pelos quais os resultados das políticas são monitorados pelos atores estatais e societais, e cujo resultado pode ser a reformulação dos problemas e soluções.²²

Este modelo dos ciclos das políticas facilita o entendimento da formação de políticas públicas quebrando a complexidade do processo em qualquer quantidade de etapas e sub-etapas, cada uma das quais pode ser estudada isoladamente, ou em termos

²¹ A idéia de simplificar a complexidade da formação de políticas públicas quebrando o processo de formação de políticas em um número de etapas discretas foi mencionada por primeira vez nos primeiros trabalhos dos fundadores das “ciências da política”. No trabalho do teórico da Universidade de Chicago Harold Lasswell, por exemplo, o processo político começava com a coleta de inteligência, isto é, a coleta, processamento e disseminação de informações para os participantes na tomada de decisões. Passava então à promoção de opções particulares antes que os tomadores de decisão prescrevessem um curso de ação. No próximo estágio, o curso de ação prescrito era invocado; o que quer dizer que era desenvolvido um conjunto de sanções para penalizar os que deixassem de seguir as prescrições dos tomadores de decisão. A política era então aplicada pelas cortes e pela burocracia e seguia seu caminho até terminar ou ser cancelada. Finalmente, os resultados da política eram apreciados e avaliados em relação aos alvos e objetivos dos tomadores da decisão original. Ver Harold Lasswell, **The Decision Process: Seven Categories of Functional Analysis**, College Park, University of Maryland, 1956, e Harold Lasswell, **A Pre-View of Policy Sciences**, New York, American Elsevier, 1971. Esses trabalhos antigos formam a base para modelos posteriores, como aqueles formulados por Gary Brewer no início dos anos 70. De acordo com Brewer, o processo das políticas era composto de seis etapas: Invenção/Início, Estimativa, Seleção, Implementação, Avaliação e Fim. Garry D. Brewer, *The Policy Sciences Emerge: To Nurture and Structure a Discipline*, **Policy Sciences** 5 1974: 239-244. O modelo foi popularizado na década de 80, ver Charles O Jones, **Na Introduction to the Study of Public Policy**, Monterrey, California, Brooks/Cole, 1984; James E. Anderson, **Public Policy Making**, New York, Praeger, 1984, 3a. edição, e Garry Brewer e Peter DeLeon, **The Foundations of Policy Analysis**, Homewood, Dorsey, 1983.

²² Ver Michael Howlett e M. Ramesh, **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**, Toronto, Oxford University Press, 1995.

de sua relação com qualquer uma ou com todas as outras etapas do ciclo. Isso auxilia a construção de teorias, ao permitir muitos estudos de caso e também estudos comparativos de diferentes etapas. Permite também o exame do papel de vários atores e instituições no processo - inclusive da opinião pública.²³ No próximo item será discutido e avaliado o papel da opinião pública em cada etapa do processamento das políticas.

A Opinião Pública e a Construção da Agenda

O problema central para o entendimento do papel da opinião pública no processo de construção da agenda é compreender como surgem as demandas por uma política, como elas são articuladas por atores específicos e como emergem na agenda do governo.²⁴ Embora freqüentemente se suponha que esse processo começa com a expressão pública de alguma preocupação com alguma política, isso nem sempre acontece. Em muitos casos, de fato, atores estatais tomam a frente no processo. A agenda oficial do governo é usualmente dominada por oportunidades rotineiras ou institucionalizadas de construção da agenda mais que por aquelas geradas por eleições ou outras formas de atividade política partidária.²⁵

Diversos atores políticos representam o público no processo de formação de políticas. No sentido mais geral, o público é tratado como uma entidade amorfa e passiva, cujo pulso é medido por pesquisas atitudinais. Tipicamente, o público difuso serve apenas como barômetro no processo político, e apenas grupos organizados do público fazem pressão por certos objetivos políticos.²⁶

O melhor barômetro da opinião pública é obviamente a pesquisa de opinião pública. Mas ela não é, em si mesma, um ator no processo. As pesquisas geram informação que pode ser utilizada por outros atores, sejam eles representantes do governo, de interesses sociais ou outros. Esse nível baixo de envolvimento público na construção da agenda, porém, pode subir em campanhas de redação de cartas e petições, formação de grupos de trabalho sobre questões específicas, mobilização de

²³ A principal desvantagem desse modelo é que ele pode ser mal interpretado como se sugerisse que os formuladores de políticas se dedicam a resolver os problemas públicos de maneira muito sistemática e linear. Para uma avaliação crítica do modelo dos ciclos de políticas ver Hank C. Jenkins-Smith e Paul A. Sabatier, *The Study of the Public Policy Processes*, in Paul A. Sabatier e Hank C. Jenkins-Smith (orgs), **Policy Change and Learning: Na Advocacy Coalition Approach**, Boulder, Westview, 1993: 1-9. Para uma defesa do modelo, apesar de suas limitações, ver DeLeon, Peter, *The Stages Approach to the Policy Process: What Has it Done? Where Is it Going?*, in P. A. Sabatier (org) **Theories of the Policy Process**, Boulder, Westview, 1999: 19-34.

²⁴ Cobb, Roger W., e Charles D. Elder, **Participation in American Politics: The Dynamics of Agenda Building**, Boston, Allyn and Bacon, 1972. Em termos mais gerais, ver Malcolm Spector e John I. Kitsuse, **Constructing Social Problems**, New York, Aldine de Gruyter, 1987: 75-76.

²⁵ Ver Howlett, Michael, *Predictable and Unpredictable Policy Windows: Issue, Institutional and Exogenous Correlates of Canadian Federal Agenda-Setting*, **Canadian Journal of Political Science** 31 (3) 1998. Ver também John W. Kingdon, **Agendas, Alternatives and Public Policies**, Boston, Little, Brown and Company, 1984, e Jack L. Walker, *Setting the Agenda in the U.S. Senate: A Theory of Problem Selection*, **British Journal of Political Science** 7 1977: 423-445.

²⁶ Pross, Paul, **Group Politics and Public Policy**, Toronto, Oxford University Press, 1992.

piquetes e protestos e outras formas de “desobediência” civil pacífica ou violenta.²⁷ Cidadãos individuais também podem expressar ao governo suas preocupações e opiniões através de vários procedimentos que facilitam e complementam os processos políticos estabelecidos. Esses procedimentos vão desde a pressão sobre representantes eleitos até a participação em corpos consultivos ou conselhos especializados.²⁸

Todos esses tipos de ação pública podem ter efeito significativo na formação de políticas em áreas geográficas ou em questões específicas. Mas embora os formuladores de políticas estejam em geral interessados nas percepções difusas do público mais amplo, e devam levar a sério os atos de desobediência civil, essas expressões do interesse público tendem a ser pontuais, *ad hoc* e idiossincráticas. O que não quer dizer que sejam ineficazes, porque freqüentemente capturam a atenção dos meios de comunicação e podem ser centrais para atrair a atenção política para uma questão.

Os meios de comunicação desempenham um papel muito ativo e continuado, influenciando e refletindo a construção da agenda. Influencia a formação de políticas ao gerar a atenção do público e, através dela, a pressão política para que certos atores passem a atuar sobre uma questão particular.²⁹ A cobertura da mídia, porém, não apenas aumenta as percepções e atenção públicas sobre várias questões, mas as constrói, definindo-as como econômicas ou políticas, sociais ou pessoais, radicais ou conservadoras. O que é relatado, como é relatado, quem relata e o caráter do meio de comunicação, tudo isso tem implicações para a mensagem da mídia ao público.³⁰ No entanto, embora a opinião pública faça o pano de fundo sobre o qual a mídia atua, existem várias limitações ao papel da mídia como ator no processamento das políticas que a tornam um agente mediador imperfeito para a opinião pública e faz com que a ligação entre a opinião pública e a formação de políticas seja indireta. Muitas questões crônicas permanecem sem ser noticiadas ou desenvolvidas pela mídia, por exemplo. A entrada de uma questão na agenda da mídia não é automática e os vieses da mídia resultam em níveis inadequados ou flutuantes de cobertura de muitas questões de grande saliência pública e, portanto, em uma apresentação não apropriada de questões aos governos.³¹

²⁷ Riedel, James A., Citizen Participation: Myths and Realities, **Public Administration Review**, maio-junho 1972: 211-220.

²⁸ Ver Graham, Katherine A., e Susan D. Phillips, Citizen Engagement: Beyond the Customer Revolution, **Canadian Public Administration** 40 (2) 1997: 225-273, e Dion, Leon, The Politics of Consultation, **Government and Opposition** 8 (3) 1973: 332-353.

²⁹ Gibson, Robert, Out of Control and Beyond Understanding: Acid Rain as a Political Dilemma, in Paehlke, Robert, e Douglas Torgerson (orgs), **Environmental Politics and the Administrative State**, Peterborough, Broadview Press, 1990: 248.

³⁰ Cook, F. L. e outros, Media and Agenda-Setting: Effects on the Public, Interest Group Leaders, Policy Makers and Policy, **Public Opinion Quarterly** 47 (1) 1983: 16-35.

³¹ Erbring, Lutz, e Edie N. Goldenberg, Front Page News and Real World Cues: A New Look at Agenda-Setting by the Media, **American Journal of Political Science** 24 (1) 1980: 16-49; McCoombs, Maxwell E., The Agenda-Setting Approach, in **Handbook of Political Communication**, orgs. D. D. Nimmo e K. R. Sanders, Beverly Hills, Sage, 1981: 121-140. Os jornalistas, é claro, também encontram outras limitações, na forma de recursos, tempo e espaço inadequados, falta de apoio superior, e as práticas tradicionais e interesses econômicos de seus empregadores.

Por essas e por outras razões, muitos observadores do comportamento na construção da agenda nas sociedades democráticas contemporâneas concluíram que o principal impacto da opinião pública nesta etapa da formação de políticas é sentido antes no *estilo* de construção da agenda adotado em certos setores ou jurisdições do que em seu *conteúdo*. Como estudiosos desde Cobb, Ross e Ross até Peter May assinalaram, a existência ou não de um público em determinada questão pode afetar e de fato afeta as atividades de construção da agenda através da definição dos tipos de processo de construção de agenda seguidos pelo governo.³² Em questões com grande público, os governos podem ser pressionados a agir, enquanto que naquelas com pouco público é mais difícil aumentar a pressão. De modo semelhante, em questões com grande público, as iniciativas do governo devem ser legitimadas por processos de consulta e audiências públicas, ao passo que, sem público, as questões podem ser tratadas internamente. Nos dois casos, porém, isso significa que o conteúdo real da opinião pública é menos significativo do que o simples fato de que a questão envolva um grande ou pequeno segmento do público.

A Opinião Pública e a Formulação de Políticas

A opinião pública tem ainda menos significação direta para a formulação de políticas públicas ou para a proposta de opções para lidar com problemas políticos. Isto é, o público não é, em geral, representado diretamente nos sub-sistemas das políticas setoriais que desenvolvem tais opções.³³ Na melhor das hipóteses, ele poderá ter representação indireta através de grupos de interesse, representantes eleitos, administradores governamentais ou outros membros dessas organizações centrais.

O pertencimento e a dinâmica do subsistema de políticas desde há muito atrai a atenção dos estudiosos da formulação de políticas públicas. Identificar quais são os atores-chave, o que os aproxima, como interagem e que efeitos sua interação tem sobre as políticas são os principais objetivos nessa tradição. Os pesquisadores têm desenvolvido vários modelos para dar conta dessas questões.³⁴ Uma maneira útil de

³² Ver Cobb, R., J. K. Ross e M. H. Ross, Agenda Building as a Comparative Political Process, *American Political Science Review* 70 (1) 1976: 126-138, e May, Peter J., Reconsidering Policy Design: Policies and Publics, *Journal of Public Policy* 11 (2) 1991: 187-206.

³³ Ver Michael Howlett e M. Ramesh, *Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems*, Toronto, Oxford University Press, 1995; Rhodes, R. A. W., *Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability*, Buckingham, Open University Press, 1997; Lembruch, Gerhard, The Organization of Society, Administrative Strategies, and Policy Networks, in R. M. Czada e A. Windhoff-Heritier (orgs) *Political Choice: Institutions, Rules, and the Limits of Rationality*, Boulder, Westview, 1991: 121-155; Knoke, David, Networks as Political Glue: Explaining Public Policy-Making, in W. J. Wilson (org) *Sociology and the Public Agenda*, Londres, Sage, 1993: 164-184.

³⁴ Grant Jordan discutiu as muitas imagens e metáforas utilizadas para descrever os subsistemas de políticas. Ver Grant Jordan, Iron Triangles, Woolly Corporatism and Elastic Nets: Images of the Policy Process, *Journal of Public Policy* 1 1981: 95-123; Grant Jordan, Policy Community Realism versus 'New' Institutional Ambiguity, *Political Studies* 38 1990: 470-484; Grant Jordan, Subgovernmentnets, Policy Communities and Networks: Refilling the Old Bottles?, *Journal of Theoretical Politics* 2 1990: 319-338; Grant Jordan e Klaus Schubert, A preliminary Ordering of Policy Network Labels, *European Journal of Political Research* 21 1992: 7-27.

pensar nesse problema é relacioná-lo à idéia de vários subsistemas que operam dentro do sistema político maior, processando questões de políticas de forma paralela a fim de aliviar o peso de informações e decisões que é colocado sobre as instituições centrais do governo democrático.³⁵ As realidades dos papéis desempenhados pelo poder político e pelo conhecimento técnico especializado no processamento das políticas criam limitações significativas para os membros do subsistema e servem para restringir severamente o impacto da opinião pública sobre atividades que se desenvolvem nesta etapa. Uma limitação organizacional significativa da opinião pública está relacionada à natureza técnica de muitas questões políticas, o que vem a limitar o papel que poderia ser desempenhado por um público com uma formação generalista. Isto é, membros do público geralmente não compartilham a formação científica e a educação técnica especializada da maioria dos burocratas e funcionários. A participação na formulação de políticas requer que os membros do público de uma questão sejam capazes de, no mínimo, construir a questão como problemática, e tenham informação suficiente para buscar soluções potenciais para o problema. Em muitos casos, só os especialistas têm essa capacidade.

Isso significa que o que é importante no estágio da formulação de políticas não é tanto a opinião pública, ou os mecanismos para a apresentação direta da opinião pública aos formuladores de políticas como os meios de comunicação, mas a existência de instituições e organizações públicas quase-representativas - como grupos de interesse e partidos políticos - que podem reunir o conhecimento relevante requerido para participar da formulação de políticas.³⁶ Esses grupos, com seus correspondentes estatais, formam a espinha dorsal dos subsistemas de políticas.³⁷

No entanto, ainda aqui existem problemas significativos com a organização da apresentação mesmo indireta da opinião pública aos formuladores das políticas através desses grupos intermediários. Isto é, os grupos de interesse encontram contínuos problemas em atingir e reter os altos níveis de participação requeridos para o financiamento necessário para manter suas atividades e legitimar sua capacidade de falar

³⁵ Jones, Bryan D., **Reconceiving Decision-Making in Democratic Politics: Attention, Choice and Public Policy**, Chicago, University of Chicago Press, 1994.

³⁶ Paul Sabatier, Knowledge, Policy-Oriented Learning, and Policy Change, **Knowledge: Creation, Diffusion, Utilization** 8 1987: 664.

³⁷ A mais antiga concepção de um subsistema de políticas envolvia a noção de um 'sub-governo', consistindo de agrupamentos de atores sociais e estatais em padrões rotinizados de interação. Lance deHaven-Smith e Carl E. Van Horn, Subgovernment Conflict in Public Policy, **Policy Studies Journal** 12 1984: 627-642. O conceito foi desenvolvido nos Estados Unidos nos anos 50 na base da observação de que os grupos de interesse, comitês do congresso e agências governamentais naquele país desenvolviam um sistema de apoio mútuo no curso de uma constante interação sobre questões legislativas e regulatórias. Essas relações triangulares em áreas como agricultura, transportes e educação foram às vezes denominadas de 'triângulo de ferro' a fim de expressar a essência de seu férreo controle sobre muitos aspectos do processamento das políticas. Douglas Cater, **Power in Washington: A Critical Look at Today's Struggle in the Nation's Capital**, New York, Random House, 1964. Pesquisa subsequente do caso norte-americano nos anos 60 e 70, porém, revelou que esses sub-governos não eram todo-poderosos, e que de fato sua influência sobre a formulação de políticas era variada, dependendo de questão e de momento. Logo surgiu uma noção menos rígida do subsistema de políticas, chamada de *rede de questões*. Hugh Hecl, Issue Networks and the Executive Establishment, in Anthony King (org), **The New American Political System**, Washington, D.C., American Enterprise Institute for Public Policy Research 1978: 87-124.

em nome de um segmento da população. Isso ocorre porque, embora membros do público possam se beneficiar de sua representação através de um grupo de interesse, há pouca motivação material direta para sua contribuição para apoiar um grupo. Membros do público podem facilmente pegar 'carona', participando dos ganhos produzidos pela ação dos grupos de interesse sem pagar qualquer dos custos, e, portanto, enfraquecendo o funcionamento do sistema de articulação de interesses e de representação.³⁸

Os partidos políticos também encontram dificuldades na transmissão da opinião pública ao governo. Como veículos para a eleição de líderes e governos, os partidos articulam plataformas políticas que contêm numerosas propostas de políticas. Como os grupos de interesse, também lhes faltam recursos financeiros, bem como o conhecimento especializado que permitiriam que essas propostas pudessem competir com aquelas desenvolvidas pelos funcionários especializados e permanentes.³⁹ Como resultado, a maioria das prescrições políticas partidárias são ignoradas pelos próprios membros dos partidos quando eleitos.⁴⁰

A Opinião Pública e a Tomada de Decisões

Quase por definição, o número de atores políticos relevantes diminui à medida em que a questão caminha através das várias etapas do processamento das políticas públicas. Dessa forma, a construção da agenda pode envolver uma ampla variedade de atores estatais e societais, enquanto que no estágio da formulação de políticas, o número de atores permanece grande, mas é reduzido para incluir apenas aqueles que formam algum subsistema de política setorial. Com a exceção dos relativamente raros referendos e plebiscitos, o estágio de tomada de decisões em políticas públicas envolve ainda menos atores, normalmente excluindo quase todos os atores não-estatais, assim como os que pertencem a outros ramos do governo. Apenas os políticos, juízes e funcionários autorizados a tomar decisões na área em questão participam desse estágio do ciclo da política. Isso confere aos líderes políticos extensa influência sobre os resultados das políticas.⁴¹

Em governos modernos, porém, o grau de liberdade desfrutado pelos que tomam decisões é circunscrito a um conjunto de regras que governam cada agência e limitam os seus responsáveis. Essas regras vão desde a constituição do país até os mandatos

³⁸ Olson, Mancur, **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**, Cambridge, Harvard University Press, 1965.

³⁹ Joel D. Aberbach, Robert D. Putnam e Bert A. Rockman, **Bureaucrats and Politicians in Western Democracies**, Cambridge, Harvard University Press, 1981.

⁴⁰ D. A. Hibbs Jr., Partisan Theory After Fifteen Years, **European Journal of Political Economy** 8 1992: 361-373; F. G. Castles e R. D. McKinlay, Reflections: Does Politics Matter? Increasing Complexity and Renewed Challenges, **European Journal of Political Research** 31 (1-2) 1997: 102-107; Manfred G. Schmidt, When Parties Matter: A Review of the Possibilities and Limits of Partisan Influences on Public Policy, **European Journal of Political Research** 30 1996: 155-183.

⁴¹ Ver Leslie Pal, Hands at the Helm? Leadership and Public Policy, in Leslie Pal e David Taras (orgs), **Prime Ministers and Premiers: Political Leadership and Public Policy in Canada**, Scarborough, Prentice-Hall, 1988: 16-26, e Thomas S. Axworthy, Of Secretaries to Princes, **Canadian Public Administration** 31 (2) 1988.

específicos conferidos aos indivíduos que tomam decisões através de diversas leis e regulamentos. As regras usualmente definem não só as decisões que podem ser tomadas pelas agências ou funcionários do governo, mas também os procedimentos que devem ser seguidos. Diferentes países têm diferentes arranjos constitucionais e diferentes conjuntos de regras governando a estrutura de agências governamentais e a conduta dos funcionários. Como observaram Allison e Halperin, tais regras de procedimento fornecem 'canais de ação' aos tomadores de decisões, isto é, um conjunto regularizado de procedimentos para produzir certos tipos padrão de decisões.⁴² Embora o propósito das regras seja circunscrever a liberdade dos tomadores de decisões e forçá-los a registrar suas deliberações de modo a permitir avaliação subsequente, uma considerável autonomia permanece com os indivíduos para chegar ao seu próprio juízo sobre 'o melhor' curso de ação a seguir em circunstâncias específicas.

Exatamente qual o processo seguido e qual a decisão considerada 'a melhor' varia entre tomadores de decisões e nos contextos em que operam. Os tomadores de decisão variam muito em termos de sua formação, conhecimento e predileções, o que afeta o modo como interpretam um problema e suas soluções.⁴³ Diferentes tomadores de decisão operando em situações institucionais semelhantes respondem diferentemente ao lidar com os mesmos problemas ou com problemas semelhantes.

A despeito das circunstâncias específicas, porém, o executivo é isolado de muitas influências diretas, inclusive as da opinião pública.⁴⁴ Isso não quer dizer que a opinião pública não influencia a tomada de decisões pelo executivo num nível mais geral. Ela pode afetar a tomada de decisões na medida em que os governos tentam posicionar-se contra seus rivais partidários na preparação de campanhas eleitorais futuras,⁴⁵ ou pela criação de um 'clima de políticas' geral que os formadores de políticas podem refletir, ou do qual podem tomar conhecimento em suas deliberações.⁴⁶

⁴² Graham T. Allison e Morton H. Halperin, *Bureaucratic Politics: A Paradigm and Some Policy Implications*, **World Politics** 24 (Suplemento) 1972: 40-79.

⁴³ Ralph K. Hitt, *Political Feasibility*, in Austin Ranney (org) **Political Science and Public Policy**, Chicago, Markham Publishing Co., 1968.

⁴⁴ Richard Rose, **The Problem of Party Government**, New York, Free Press, 1974: 306. Sobre a situação geral em relação a divergências nos valores da 'elite' e da 'massa' que isso engendra, ver Paul M. Sniderman, Joseph F. Fletcher, Peter H. Russell, Phillip E. Tetlock e Brian J. Gaines, *The Fallacy of Democratic Elitism: Elite Competition and Commitment to Civil Liberties*, **British Journal of Political Science** 21 1991: 349-370.

⁴⁵ Essa é a atividade de 'contágio' identificada por Maurice Duverger em seu estudo dos partidos políticos na Europa. Para uma aplicação e exame empírico dessa tese no Canadá, ver W. M. Chandler, *Canadian Socialism and Policy Impact: Contagion from the Left*, **Canadian Journal of Political Science** 10 (4) 1977: 755-780, e François Petry, *The Policy Impact of Canadian Party Programs: Public Expenditure Growth and Contagion from the Left*, **Canadian Public Policy** 14 (4) 1988: 376-389.

⁴⁶ Stimson, James A., **Public Opinion in America: Moods Cycles and Swings**, Boulder, Westview, 1991; Durr, Robert H., *What Moves Policy Sentiment*, **American Political Science Review** 87 1993: 158-172; Best, Samuel J., *The Sampling Problem in Measuring Policy Mood: An Alternative Solution*, **The Journal of Politics** 61 (3) 1999: 721-740.

A Opinião Pública e a Implementação de Políticas

Funcionários indicados assessoram o executivo no desempenho de suas tarefas, como sugerido pelos termos 'servidores civis' ou 'servidores públicos'. No entanto, a realidade do governo moderno é tal que seu papel vai muito além do que se esperaria de um 'servidor'. De fato, os burocratas são freqüentemente os atores centrais em processos políticos e as figuras centrais em muitos subsistemas de políticas.⁴⁷ O tremendo crescimento em tamanho, alcance e complexidade das funções de governo ao longo dos anos impede que políticos generalistas controlem, ou até mesmo percebam, as atividades específicas de governo nominalmente sob seu controle.⁴⁸ A maioria das funções de implementação antigamente desempenhadas por legislaturas e pelo executivo político são hoje desempenhadas pela burocracia. Muitas funções do governo moderno são complexas e numerosas demais para serem desempenhadas por algumas dezenas de membros do gabinete, enquanto que a burocracia consiste de grande número de especialistas que têm o tempo e a especialização necessários para lidar com a questão política em base contínua.

O poder e a influência da burocracia sobre a implementação de políticas baseia-se na amplitude dos recursos politicamente relevantes que ela controla.⁴⁹ A própria lei freqüentemente determina que certas funções sejam desempenhadas pela burocracia. Isso freqüentemente confere ampla autonomia a burocratas individuais para tomar decisões pelo estado. As burocracias têm também amplo acesso a recursos materiais para buscar seus próprios objetivos organizacionais e mesmo pessoais, se assim quiserem. O governo é a maior unidade de despesas na maioria dos países, se não em todos, situação que dá a seus funcionários uma voz poderosa nas áreas de políticas que envolvem gastos governamentais significativos. A burocracia é também um repositório de ampla gama de habilidades e especialidades, recursos que fazem dela uma organização importante na sociedade. Ela emprega grande número de quase todos os tipos de profissionais que são empregados devido a seu status como especialistas em determinadas áreas. O fato de que tratam de questões semelhantes em base continuada dota-os de percepções únicas dos problemas. Além disso, as modernas burocracias têm acesso a vastas quantidades de informação sobre muitos aspectos diferentes da sociedade. Em certos momentos, a informação é coletada deliberadamente, mas em outros a informação flui para ela como parte de seu lugar central no governo. A

⁴⁷ R. F. Adie e P. G. Thomas, **Canadian Public Administration: Probemactical Perspectives**, Scarborough, Prentice-Hall, 1987; K. Kernaghan, Power, Parliament and Public Servants in Canada: Ministerial Responsibility Reexamined, **Canadian Public Policy** 5 1979: 383-396; K. Kernaghan, The Public and Public Servant in Canada, in K. Kernaghan (org), **Public Administration in Canada: Selected Readings**, Toronto, Methuen, 1985: 323-330.

⁴⁸ John Markoff, Governmental Bureaucratization: Genral Processes and na Anomalous Case, **Comparative Studies in Society and History** 17 (4) 1975: 479-503; Edward C. Page, **Political Authority and Bureaucratic Power: A Comparative Analysis** Brighton, Sussex, Wheatsheaf, 1985.

⁴⁹ Larry B. Hill, Introduction, in Larry B. Hill (org), **The State of Public Bureaucracy**, Armonk, N.Y., M. E. Sharpe, 1992: 1-11.

permanência da burocracia e a estabilidade de seus membros também lhe dão uma vantagem sobre seus superiores, o executivo eleito. Finalmente, o fato de que as deliberações sobre políticas em sua maior parte ocorrem em segredo dentro da burocracia nega a outros atores a oportunidade de preparar uma oposição a seus planos.

A burocracia é altamente isolada da pressão pública devido a várias características estruturais e pessoais que servem para proteger os servidores públicos do escrutínio público ou de penalidades.⁵⁰ Esse isolamento, porém, não deve ser exagerado. O executivo é responsável em última instância por todas as políticas, autoridade que ele afirma algumas vezes. A implementação de grandes questões políticas tende a envolver níveis mais altos de controle executivo. O controle pelo executivo tende também a ser maior se a burocracia consistentemente se opõe às opções políticas preferidas pelos políticos ou pelo público. Mais ainda, a própria burocracia não é uma organização homogênea, mas antes uma coleção de organizações, cada uma com seus próprios interesses, perspectivas e procedimentos padronizados de operação. Mesmo dentro do mesmo departamento, há muitas vezes divisões que seguem as linhas funcional, pessoal, política e técnica. Não é incomum para o executivo intervir para resolver conflitos intra e interburocráticos.⁵¹ De qualquer maneira, há poucas dúvidas de que esta etapa do processamento de políticas é muito pouco afetado pela opinião pública, a menos que os administradores exijam que suas ações sejam consideradas legítimas a fim de assegurar o cumprimento das regras e regulamentos governamentais.⁵²

A Opinião Pública e a Avaliação de Políticas

O ato de votar é muitas vezes concebido em termos de avaliação de políticas, ou seja, como uma atividade coletiva em que eleitores individuais julgam as políticas de um governo. No entanto, embora o ato de votar seja o mais básico e importante meio de participar dos processos políticos dos estados democráticos, ele dá aos eleitores a oportunidade de expressar apenas sua escolha geral de governo, mais que sua escolha de políticas específicas.⁵³ Em outras palavras, ainda que os partidos e os candidatos em busca de votos possam tentar oferecer pacotes de políticas que, esperam, atrairão os

⁵⁰ Aucoin, Peter, The Design of Public Organizations for the 21st Century: Why Bureaucracy Will Survive in Public Management, *Canadian Public Administration* 40 (2) 1997: 290-306; Egeberg, Morten, The Impact of Bureaucratic Structure on Policy Making, *Public Administration* 77 (1) 1999: 155-170.

⁵¹ Sharon L. Sutherland, The Public Service and Policy Development, in M. Michael Atkinson (org), *Governing Canada: Institutions and Public Policy*, Toronto, Harcourt Brace Jovanovich, 1993.

⁵² Beetham, David, *The Legitimation of Power*, Londres, Macmillan, 1991; Habermas, Jürgen, *Legitimation Crisis*, Boston, Beacon Press, 1975; Mayntz, Renate, Legitimacy and the Directive Capacity of the Political System, in L. N. Lindberg *et alii* (orgs) *Stress and Contradiction in Modern Capitalism*, Lexington, Lexington Books, 1975: 261-274. Ver também Hawkins, Keith, e John M. Thomas, Making Policy in Regulatory Bureaucracies, in J. M. Thomas (org), *Making Regulatory Policy*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1989: 3-30.

⁵³ George C. Edwards III e Ira Sharkansky, *The Policy Predicament: Making and Implementing Public Policy*, San Francisco, Freeman, 1978: 23.

eleitores, o sistema eleitoral não é estruturado de modo a permitir aos eleitores uma escolha de políticas específicas.⁵⁴

De fato, a maioria das avaliações é realizada por funcionários ou membros do judiciário, que são isolados da opinião e da pressão públicas.⁵⁵ Provavelmente as formas de avaliação mais próximas do público são os diferentes tipos de revisões legislativas. Mesmo aqui, entretanto, o efeito da opinião pública sobre a formação de políticas é fraco e muito indireto. Em muitas legislaturas contemporâneas, as funções de avaliação de políticas não são desempenhadas no plenário mas nas comissões estabelecidas com base em bancadas funcionais para analisar a legislação proposta. As comissões freqüentemente atingem competência considerável na área de sua atuação, e essa competência permite que o legislativo exerça sua influência sobre o processamento das políticas. Mas para construir essa competência, os membros devem participar das comissões por períodos relativamente longos de tempo. Os membros das comissões também não devem seguir necessariamente a posição de suas bancadas ao votar, a fim de manter sua autonomia.⁵⁶ A natureza do problema considerado também afeta o envolvimento legislativo na avaliação de políticas. Questões técnicas e puramente legais dificilmente envolverão os legisladores, seja porque podem não compreender inteiramente os problemas ou soluções, seja porque podem ver benefícios políticos insuficientes na questão. Além disso, algumas áreas de políticas, como a segurança nacional e a política externa são usualmente tratadas numa teia de segredos, e fora do legislativo. De modo similar, políticas que dizem respeito a um problema percebido como crítico dificilmente envolvem muito o legislativo, por causa do tempo que toma a revisão de uma política. Tudo isso enfraquece as ligações que poderiam existir entre a opinião pública e a avaliação de políticas.

⁵⁴ Anthony King, What Do Elections Decide?, in David Butler, Howard R. Penniman e Austin Ranney (orgs), **Democracy at the Polls: A Comparative Study of Competitive National Elections**, Washington, D. C., American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1981.

⁵⁵ Ver Jaffe, Louis, **Judicial Control of Administrative Action**, Boston, Little Brown, 1965.

⁵⁶ Ver David M. Olson e Michael L. Mezey, **Parliaments and Public Policy**, in David M. Olson e Michael Mezey (orgs) **Legislatures in the Policy Process: The Dilemmas of Economic Policy**, Cambridge, Cambridge University Press, 1991: 1-24.

A Dialética Política-Opinião: efeitos da formação de políticas sobre a opinião pública

Como mostrou a discussão acima, ainda que a idéia de que a opinião pública determine os resultados de políticas diretamente seja insustentável, isso não quer dizer que a opinião pública não desempenhe um papel na formação de políticas em estados democráticos. Como mostrou a discussão do papel da opinião pública em cada estágio do processamento de políticas, a opinião pública desempenha importante papel indireto na formação de políticas por constituir elemento muito significativo do ambiente em que operam os sistemas e subsistemas de políticas. Ela afeta a natureza da construção da agenda mais fortemente do que qualquer dos outros estágios, mas tem também impacto significativo sobre a tomada de decisões porque forma parte importante do ambiente em que se desenvolve a formação de políticas. Esse papel é provavelmente menos visível na formulação, na implementação e na avaliação de políticas, embora, mesmo nesses casos, a necessidade de que as políticas encontrem um nível pelo menos nominal de apoio público assegure que ela terá algum impacto sobre as atividades dos atores políticos mais diretamente relevantes.

Toda a discussão até aqui enfocou apenas um dos lados da dialética políticas-opinião pública: a idéia de que a relação existente entre opinião pública e a formação de políticas públicas, seja ela direta ou indireta, é uma relação em que a opinião pública leva a políticas. Mas, como dizem Margolis e Mauser, a opinião pública não é só uma variável independente; pode ser também uma variável dependente.⁵⁷ Isto é, embora seja evidente que a opinião constitui importante aspecto do ambiente político que afeta as ações do governo, também essas ações podem afetar o ambiente político. Ou seja, os governos não são apenas recipientes e reagentes passivos da opinião pública, mas podem ter, e freqüentemente têm, um papel ativo na conformação da opinião pública.⁵⁸ Este é um aspecto muitas vezes despercebido da relação entre políticas públicas e opinião pública, e muitas vezes apenas entra no sentido negativo de que a propaganda e outras atividades do governo servem para enfraquecer uma democracia que funciona.⁵⁹

Existem, no entanto, numerosos instrumentos de políticas utilizados pelos governos que podem afetar a natureza e o nível de apoio público que esses governos, ou iniciativas políticas que tomam, desfrutam. Um óbvio exemplo da dialética opinião-

⁵⁷ M. Margolis e G. A. Mauser (orgs), **Manipulating Public Opinion: Essays on Public Opinion as a Dependent Variable**, Pacific Grove, Brooks/Cole, 1989.

⁵⁸ Edelman, Murray J., **Constructing the Political Spectacle**, Chicago, University of Chicago Press, 1988; Bosso, Christopher J., Setting the Agenda: Mass Media and the Discovery of Famine in Ethiopia, in **Manipulating Public Opinion: Essays on Public Opinion as a Dependent Variable**, orgs. M. Margolis e G.A. Mauser, Pacific Grove: Brooks/Cole, 1989: 153-174.

⁵⁹ Ver Hughes, John E., e M. Margaret Conway, Public Opinion and Political Participation, in B. Norrander e C. Wilcox (orgs), **Understanding Public Opinion**, Washington, D.C., CQ Press, 1997: 191-210; Page, Benjamin I., e Robert Y. Shapiro, Effects of Public Opinion on Policy, **American Political Science Review** 77 (1) 1983: 175-190; Page, Benjamin I., e Robert Y. Shapiro, **The Rational Public: Fifty Years of Trends in American Policy Preferences**, Chicago, The University of Chicago Press, 1992.

políticas diz respeito ao uso de instrumentos substantivos de políticas baseados em informação, como a propaganda e a educação ou campanhas de conscientização para atingir objetivos governamentais específicos. Os esforços do governo para alterar a opinião e o comportamento do público em questões como beber e dirigir, os riscos das drogas ou do cigarro para a saúde, a necessidade do respeito aos direitos humanos, ou mesmo a promoção de sentimentos de solidariedade nacional ou unidade nacional são conhecidos e documentados nos estudos sobre o tema.⁶⁰

Mais recentemente, muitos governos têm também desenvolvido um renovado interesse em tipos de instrumentos de políticas que podem lidar com as complexidades do gerenciamento da opinião pública.⁶¹ Ou seja, os governos de muito países complementam hoje regularmente o uso de um número relativamente reduzido de ferramentas 'substantivas' tradicionais de política, mais ou menos na linha do comando e controle - tais como empresas públicas, agências reguladoras, subsídios e incentivos - que tentam influenciar diretamente a alocação de bens e serviços na sociedade, com o uso de um conjunto de ferramentas inteiramente diferente: instrumentos 'procedimentais' como parcerias entre governo e ONGs, comissões assessoras públicas, apoio a grupos de interesse e disseminação de informações que agem de modo menos direto a fim de guiar os atores sociais na direção que o governo deseja.⁶²

⁶⁰ Salmon, Charles (org), **Information Campaigns: Managing the Process of Social Change**, Newberry Park, Sage, 1989; Weiss, Janet A., e Mary Tschirhart, Public Information Campaigns as Policy Instruments, **Journal of Policy Analysis and Management** 13 (1) 1994: 82-119; Adler, Robert S., e R. David Pittle, Cajolry or Command: Are Education Campaigns na Adequate Substitute for Regulation, **Yale Journal on Regulation** 1 1984: 159-193; McDonnell, Lorraine M., e Richard F. Elmore, **Alternative Policy Instruments**, Santa Monica, Center for Policy Research in Education, 1987.

⁶¹ As ciências de políticas sempre estiveram interessadas no processamento de políticas e na maneira como os governos manipulam esses processos. Em seus trabalhos pioneiros sobre a formação de políticas públicas, por exemplo, Harold Lasswell considerava que os principais instrumentos políticos envolviam, entre outras coisas, a manipulação de símbolos, signos e ícones. Lasswell observou em que medida os governos podiam afetar cada etapa do processo político com tal manipulação e propôs que uma tarefa importante dessas ciências deveria ser a compreensão das nuances dessas ações e de seus efeitos. Ver Harold Lasswell, **Key Symbols, Signs and Icons**, in Lymon Brison, Louis Finkelstein, R. M. MacIver e Richard McKean (orgs), **Symbols and Values: Na Initial Study**, New York, 1954; H. D. Lasswell, **The Decision Process: Seven Categories of Functional Analysis**, College Park, University of Maryland, 1956; e H. D. Lasswell, **The Policy Orientation**, in D. Lerner e H. D. Lasswell (orgs) **The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method**, Stanford, Stanford University Press, 1951: 3-15. Para discussões mais recentes, ver Peters, B. Guy, **Managing Horizontal Government: The Politics of Coordination**, **Public Administration** 76 1998: 295-311; Peters, B. Guy, **Managing Horizontal Government: The Politics of Coordination**, Ottawa, canadian Centre for Management Development, 1998; e Klijn, E. H., e G. R. Teisman, **Effective Policy-Making in a Multi-Actor Setting: Networks and Steering**, in R. In't Veld, L. Schaap, C. J. A. M. Termeer e M. J. W. Van Twist (orgs), **Autopoiesis and Configuration Theory: New Approaches to Societal Steering**, Dordrecht, Kluwer, 1991: 99-111.

⁶² Sobre as ferramentas políticas substantivas 'tradicionais', ver Woodside, K., **Policy Instruments and the Study of Public Policy**, **Canadian Journal of Political Science** 19 (4) 1986: 775-793, e Lester M. Salamon (org) **Beyond Privatization: The Tools of Government Action**, Washington, D.C., Urban Institute, 1989. Sobre os instrumentos 'procedimentais', ver Michael Howlett, **Legitimacy and Governance: Re-Discovering Procedural Policy Instruments**, Vancouver, trabalho apresentado à reunião anual da British Columbia Political Studies Association, 1996, e in't Veld, Roeland J., **The Dynamics of Instruments**, in B. G. Peters e F. K. M. Van Nispen (orgs) **Public Policy Instruments: Evaluating the Tools of Public Administration**, New York, Edward Elgar, 1998: 153-162.

O trabalho de Bressers & Klok, de Schneider & Ingram, e de outros,⁶³ identificou diversos instrumentos de política tipicamente procedimentais. Eles incluem educação, treinamento, criação de instituições, disseminação de informações, avaliações formais, audiências e reforma institucional. A pesquisa sobre as ferramentas e mecanismos utilizados nos projetos reguladores intergovernamentais também identificou diversos outros instrumentos tais como 'tratados' e ampla gama de 'acordos políticos' que podem afetar o reconhecimento das intenções governamentais pelos grupos-alvo e vice-versa.⁶⁴ Outras pesquisas sobre o comportamento e atividades de grupos de interesse mostraram a existência de ferramentas relacionadas à criação e manipulação de grupos, inclusive o papel desempenhado por patronos do setor privado e do público no auxílio à formação e às atividades desses grupos.⁶⁵ Ainda outras pesquisas sobre a formação contemporânea de políticas observaram a utilização de técnicas como os grupos focais;⁶⁶ financiamento de pesquisas para audiências e tribunais investigativos, inclusive o acesso a estes últimos.⁶⁷

Finalmente, alguns pesquisadores também salientaram o modo como as ferramentas podem ser utilizadas para afetar negativamente o comportamento dos grupos de interesse e de outros atores. Tais instrumentos procedimentais 'negativos' incluem a supressão de informações, e o fingimento, ofuscação e outras formas de adiamento administrativo.⁶⁸ Cada um desses instrumentos pode ser utilizado pelos governos para manipular a opinião pública e o apoio popular para suas políticas. Eles sublinham a noção de que a relação opinião-políticas não é linear, mas de natureza dialética. Ou seja, não só a opinião pode influenciar as políticas, mas também o contrário, e uma compreensão de ambas as relações é necessária a fim de entender propriamente os fenômenos.

⁶³ Ver, por exemplo, Janet A. Weiss e Mary Tschirhart, Public Information Campaigns as Policy Instruments, in **Journal of Policy Analysis and Management** 13 (1) 1994: 82-119; Robert Bellehumeur, Review: Na Instrument of Change, **Optimum** 27 (1) 1997: 37-42; e Michael Saward, **Co-Optive Politics and State Legitimacy**, Aldershot, Dartmouth, 1992.

⁶⁴ Ver Simon J. Bulmer, The Governance of the European Union: A New Institutional Approach, **Journal of Public Policy** 13 (4) 1993: 351-380.

⁶⁵ Sobre a situação da patronagem do setor privado nos EUA, ver Anthony Nownes e Grant Neeley, Toward na Explanation for Public Interest Group Formation and Proliferation: 'Seed Money', Disturbances, Entrepreneurship and Patronage, **Policy Studies Journal** 24 (1) 1996: 74-92. Sobre a situação da patronagem pública no Canadá, ver Leslie A. Pal, **Interests of State: The Politics of Language, Multiculturalism and Feminism in Canada**, Kingston, McGill-Queens University Press, 1993, e Sandra Burt, Canadian Women's Groups in the 1980s: Organizational Development and Policy Influence, **Canadian Public Policy** 16 1990: 17-28.

⁶⁶ Ver Scott R. Furlong, Reinventing Regulatory Development at the Environmental Protection Agency, **Policy Studies Journal** 23 (3) 1995: 466-482.

⁶⁷ Ver Jane Jenson, Commissioning Ideas: Representation and Royal Commissions, in Susan D. Phillips (org) **How Ottawa Spends 1994-95: Making Change**, Ottawa, Carleton University Press, 1994: 39-69, e Alan C. Cairns, Reflections on Commission Research, in A. Paul Pross, Innis Christie e John A. Yogis (orgs) **Comissions of Inquiry**, Toronto, Carswell, 1990: 87-110. Ver também Melody Hessing e Michael Howlett, **Canadian Ressource and Environmental Policy: Political Economy and Public Policy**, Vancouver, University of British Columbia Press, 1997; Salter, Liora, e Debra Slaco, **Public Inquiries in Canada**, Ottawa, Science Council of Canada, 1981, e Bryan Schwartz, Public Inquiries, **Canadian Public Administration** 40 (1) 1997: 72-85.

⁶⁸ Ver Claus Mueller, **The Politics of Communication: A Study in the Political Sociology of Language, Socialization and Legitimation**, New York, Oxford University Press, 1973: 145.

Conclusão:

A natureza complexa das políticas públicas e da opinião pública nos estados democráticos contemporâneos

A opinião pública, então, afeta apenas minimamente a formação de políticas? Ainda que sejam poucas as dúvidas de que o papel desempenhado pela opinião pública é muito menos direto do que sugerem os modelos lineares, isso não significa que é desimportante. A opinião pública é uma 'condição de fundo' importante, com base na qual a formação de políticas ocorre e depende. Além disso, o fato de que as ações governamentais precisam de legitimação nas sociedades democráticas assegura que a opinião pública continuará importante e será um fator levado em consideração pelos formadores das políticas, que poderão gastar muito tempo e esforço tentando administrá-la e manipulá-la. Trabalhos recentes de Kickert, Klijn, Koppenjan e outros, da 'Escola de Rotterdam', por exemplo, salientaram a maneira como os governos recorreram a um novo conjunto de instrumentos de políticas para conduzir a sociedade a fim de reter sua capacidade de influenciar os resultados das políticas.⁶⁹ Trabalhos semelhantes no Reino Unido e na França por Rhodes, Marsh e outros estudaram problemas e perspectivas para "governança sem governo", tanto nacionalmente como dentro do sistema emergente na União Européia.⁷⁰ Trabalhos de O'Toole, LaPorte e Agranoff, entre outros, nos Estados Unidos, também se ocuparam com diversas questões relacionadas à implementação efetiva de políticas numa era de "esvaziamento do estado".⁷¹ Todos esses trabalhos sublinham a natureza dialética da relação entre política pública e opinião pública, e a significação contínua, e mesmo crescente, da compreensão desta relação para os governos democráticos modernos e a governança.

Tradução do original em inglês de Plínio de Souza Dentzien

⁶⁹ Ver Erik-Hans Klijn, *Analysing and Managing Policy Processes in Complex Networks: A Theoretical Examination of the Concept Policy Network and Its Problems*, *Administration and Society* 28 (1) 1996: 90-119; Johan A. de Bruijn e Ernest F. tem Heuvelhof, *Policy Networks and Governance*, in David L. Weimer (org), *Institutional Design*, Boston, Kluwer Academic Publishers, 1995: 161-179; e de Bruijn, J. A., e E. F. tem Heuvelhof, *Instruments for Network Management*, in W. J. M. Kickert, E.-H. Klijn e J. F. M. Koppenjan (orgs), *Managing Complex Networks: Strategies for the Public Sector*, Londres, Sage, 1997: 119-136.

⁷⁰ Rhodes, R. A. W., *Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability*, Buckingham, Open University Press, 1997; Marsh, David, *Comparing Policy Networks*, Buckingham, Open University Press, 1997; e P. Le Gales e M. Thatcher (orgs), *Les Réseaux de Politique Publique*, Paris, Editions L'Harmattan, 1995.

⁷¹ Ver Milward H. Brinton, Keith G. Provan e Barbara A. Else, *What does the 'Hollow State' Look Like?* In B. Bozeman (org), *Public Management: The State of the Art*, San Francisco, Jossey-Bass, 1993: 309-323; Agranoff, Robert, e Michael McGuire, *Managing in Network Settings*, *Policy Studies Review* 16 (1) 1999: 18-41; O'Toole Jr., Laurence J., *Implementing Public Innovations in Network Settings*, *Public Administration* 29 (2) 1997: 115-139; O'Toole, Laurence J., *Treating Networks Seriously: Practical and Research-Based Agendas in Public Administration*, *Public Administration Review* 57 (1) 1997: 45-52; e La Porte, Todd R., *Shifting Vantage and Conceptual Puzzles in Understanding Public Organization Networks*, *Journal of Public Administration Research and Theory* 6 (1) 1996: 49-75.

Conteúdos Ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de surveys¹

Maria Teresa Gonzaga Alves

Mestre em Sociologia - USP

Resumo

Este artigo apresenta algumas evidências de que os conteúdos ideológicos associados à agenda da nova direita encontram-se disseminados junto ao público da cidade de São Paulo. Esse fenômeno se inscreve na tendência mundial de renovação da direita observada nos países capitalistas avançados, desde meados dos anos 70, e no Brasil, a partir do final dos anos 80. Na cidade de São Paulo, o sucesso eleitoral da direita parece estar associado a sua capacidade de se renovar e de apresentar seus interesses particulares como se fossem demandas sociais. Esta hipótese foi testada a partir de *surveys* realizados em 1993 e 1995. Os resultados da primeira pesquisa indicam que os conteúdos da direita mais programática são mais associados aos estratos sociais mais ricos que, em geral, apoiam os programas neoliberais e são antiesquerda; entre os setores mais pobres há maior afeição com os temas ligados à moralidade e ao autoritarismo, mas também ao estatismo.

Palavras-chave: voto de direita; eleições; nova direita; neoliberalismo; São Paulo.

Abstract

This article shows some evidences that the ideological content of the new right agenda is spread out amongst the public of the city of São Paulo. Such a particular phenomenon is further associated with a broader disposition, that is, the renewal of the right since the mid 1970s in advanced capitalist societies, and in Brazil at large since the late 1980s. The electoral success of the right seems to be associated to its capacity to renew itself and to present its own interests as though social demands. This hypothesis was tested in surveys conducted in the city of São Paulo in 1993 and 1995. The results of the first investigation indicate that the agenda of the more programmatic right is associated with the richer sectors of the society which, in general, support the neoliberal programme whilst being also anti-leftists. Amongst the poorer sectors however, there is more sensitivity towards topics related to morality and authoritarianism, as well as statism.

Key words: right wing electorate; elections; new right; neoliberalism; São Paulo.

¹ O presente artigo é uma versão de um dos capítulos da dissertação de mestrado apresentada à FFLCH da USP. Agradeço ao meu orientador, Antônio Flávio Pierucci, e às Professoras Maria Célia Paoli e Rachel Meneguello pelas valiosas críticas e observações feitas pela ocasião da defesa. Os erros que permanecem são, naturalmente, de exclusiva responsabilidade da Autora.

Introdução

Desde meados dos anos 70, vários países do mundo ocidental experimentaram uma notável revitalização da direita no espectro político partidário. Os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, iniciados em 1979 e 1980, respectivamente, são considerados os marcos iniciais desse fenômeno. Ao longo da década seguinte, vitórias de partidos conservadores foram registradas em outros países da Europa Ocidental e, após o colapso do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, de 1989 a 1991, reformas neoliberais varreram também o mundo pós-comunista. Nos anos 90, os partidos conservadores somaram mais vitórias do que derrotas em países que viveram anos sob governos social-democratas, como a França e a Espanha. Na América Latina, a onda neoliberal chegou a partir do final dos anos 80, junto com os governos Alberto Fujimori, no Peru, Carlos Menem, na Argentina, Carlos Salinas, no México, e Fernando Collor, no Brasil (Anderson, 1995). Essa tendência sugere a existência de uma tangível sensibilidade por parte da sociedade aos argumentos defendidos por esta ideologia, pelo menos até onde os resultados eleitorais revelam o que as pessoas desejam.

A revitalização da direita não se manifesta apenas pelo êxito do programa neoliberal em diversas partes do mundo. Uma onda de conservadorismo social constitui a outra faceta da nova direita no mundo contemporâneo. Parece haver um paralelo entre a ofensiva neoliberal e uma simétrica barbarização da vida societária, com os problemas do desemprego, da exclusão social, das várias formas de preconceito (racial, cultural, sexual, religioso etc.) e da escalada da violência em grande parte do mundo capitalista. As soluções conservadoras são as que mais se beneficiam nesse cenário.

A partir de meados dos anos 90, houve um reverso nessa tendência, com vitórias de partidos social-democratas nos países centrais da Europa,² fechando um ciclo que marcou os anos 80 como a “*era do conservadorismo*” (Cueva,1989). No entanto, nada indica que a nova direita tenha perdido sua força. Em todo o mundo, as políticas de privatização e de desregulamentação estão na ordem do dia. A recente ascensão da extrema direita ao poder na Áustria surpreendeu a Europa e foi seguida por manifestações contrárias em vários países daquele continente.

² A volta dos social-democratas ao poder nos países da Europa começou na Itália, em 1996, com uma coalizão de centro-esquerda liderada por Massimo D'Alema, do Partido Democrático da Esquerda (ex-comunista). Em 1997, foi a vez dos Partidos Trabalhista (Tony Blair) e Socialista (Leonel Jospin) que ganharam as eleições para os governos do Reino Unido e da França, respectivamente. No ano seguinte, os Socialistas venceram as eleições na Alemanha (Gerhart Schroeder). Em alguns países, porém, a volta da social-democracia ao poder se inscreve numa nova tendência conhecida como “Terceira Via” que, em linhas gerais, representa um movimento de modernização do centro. O sociólogo Anthony Giddens tem se notabilizado, nos últimos anos, pelas suas ligações com essa corrente, que ele define como uma política de esquerda do Novo Trabalhismo inglês para o século 21, e por suas afinidades com o governo de Tony Blair, o qual o autor tenta enquadrar neste esquema. Sobre isto, ver artigo publicado no jornal “Folha de São Paulo, de 21 de fevereiro de 1999.

A nova direita, assim como a direita, é um fenômeno plural (Bobbio, 1995). O rótulo “nova direita” tem sido empregado genericamente para se referir a partidos políticos, políticas públicas, movimentos culturais e círculos de debates acadêmicos. Algumas das vertentes desse mosaico da direita renovada são *La Nouvelle Droite* – a nova direita francesa – (Taguieff, 1990 e 1993-94), *The New Right* – a nova direita norte-americana – (Hunter, 1991; Mouffe, 1981), *The New Christian Right* – a nova direita cristã nos Estados Unidos – (Hunter, op. cit.; Smith, 1992), o neoconservadorismo (Habermas, 1989; Giddens, 1994), o neoliberalismo (Anderson, op. cit.; Giddens, op. cit.) e a extrema direita (Ignazzi, op. cit.; Ignazi & Ysmal, 1992; Mudde, 1995, Jackman & Volpert, 1996). As fronteiras entre elas nem sempre são muito bem definidas, pois as vertentes da nova direita se inspiram umas nas outras, reagem umas sobre as outras, misturam-se, mas também se afastam. Em comum há a crítica ao modelo igualitário erigido no segundo pós-guerra nas democracias liberais. De uma forma geral, as correntes da nova direita querem repensar e propor novos parâmetros para as sociedades capitalistas avançadas frente à crise do Estado de Bem-Estar, seja através da justificativa teórica do antiigualitarismo ou de propostas de cortes nas políticas de bem-estar social.

A transposição do debate internacional para o Brasil revela novas e grandes complexidades. Primeiro, porque aqui a nova direita é uma construção teórica, pois não há partidos políticos, grupos para a defesa de interesses específicos ou círculos acadêmicos que se auto-nomeiem como tal. Aliás, nem como de direita simplesmente, porque no Brasil os que se encontram à direita no espectro político geralmente se apresentam publicamente como liberais ou conservadores (Martins, 1987). Portanto, falar em nova direita no Brasil é antes se referir ao conteúdo programático de partidos políticos, ou à retórica e à forma de atuação política de alguns setores específicos da sociedade que se diferenciam dos paradigmas da “velha direita” (apesar de grande parte dos principais personagens da “nova direita” terem emergido do interior desta última) do que propriamente a um projeto institucionalmente estabelecido em termos de partidos políticos ou ainda a um modelo ideologicamente bem definido (Souza, 1992).

Assim entendida, a nova direita no Brasil é também um fenômeno plural, mas com fronteiras muito mais difusas. A sua delimitação se dá a partir da formação de novas clivagens político-eleitorais na Nova República. Porém, não ocorreu uma guinada repentina da velha direita em direção à nova direita. Na verdade, na transição de um regime ao outro houve uma continuidade das forças políticas conservadoras de direita ou centro-direita, assim como ocorreu em praticamente toda a história política do Brasil, inclusive em todos os governos na Nova República, com apenas um lapso no período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964. A mudança mais significativa a partir da Nova República é que os setores conservadores se incorporaram mais do que nunca às instituições democráticas e se desvincularam progressivamente do passado autoritário (Mainwaring, et al., 2000).

Atualmente, o neoliberalismo é a principal corrente da direita no país, porque a sua agenda de privatizações e desregulamentações se tornou hegemônica junto aos setores conservadores e se opõe à esquerda, defensora do estatismo (Mainwaring, et al, ibid.; Souza, op. cit.). Porém, nas análises sobre a questão brasileira é recorrente a ênfase ao caráter matizado da versão brasileira do neoliberalismo em que o liberalismo do *laissez-faire* coincide com o conservadorismo no campo social.

Nesse recorte se insere a linha de pesquisa sobre a direita no município de São Paulo, que também inspira este trabalho, com ênfase na trajetória do político Paulo Maluf, figura paradigmática da direita contemporânea no Brasil (Pierucci, 1989; Pierucci & Lima, 1991 e 1992; Alves, 1999). Maluf é detentor de um perfil político que melhor representa o sentido de renovação da direita. Oriundo da base de apoio do regime militar, ele se tornou um dos políticos de maior empatia com a capital paulista. A virada de mesa de Maluf em relação ao seu passado associado ao período autoritário ocorreu com a comprovação de viabilidade eleitoral da esquerda nas eleições de 1988, com a vitória de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir daí e nas eleições seguintes que concorreu, além de se verificar um crescimento contínuo de sua base eleitoral, esta também ascendeu na escala social. Antes de 1988, quando Maluf concorreu ao governo do estado em 1986, as suas votações mais expressivas ocorreram nos bairros predominantemente de classe média-baixa, setores mais afeitos ao discurso personalista, moralista e autoritário que deram o tom de sua campanha (assim como foi no ano anterior na campanha do prefeito eleito Jânio Quadros). Nas campanhas seguintes, as prioridades passaram a ser a eficiência administrativa, o perfil empreendedor em sintonia com o espírito neoliberal que começava a surgir no país. Maluf soube capitanear a insatisfação da elite conservadora da capital com o crescimento da esquerda, dando início a uma trajetória vitoriosa. Mantendo-se fiel e coerentemente filiado ao mesmo agrupamento político-partidário desde o regime militar,³ aos poucos dissimulou a sua imagem vinculada ao regime autoritário e conquistou as classes mais ricas, assumindo o posto de principal liderança anti-esquerda na cidade, logo, de direita (Lima, 1995).

O objetivo deste artigo é apresentar algumas evidências de que os conteúdos associados à agenda da nova direita encontram-se disseminados junto ao público da cidade de São Paulo e que a população é sensível a este debate. A partir de pesquisas de opinião pública do tipo *survey* realizadas na cidade, procuraremos demonstrar que o debate ideológico no contexto da nova direita travado no nível das elites do país pode ter sido um fator relevante nas escolhas eleitorais, sobretudo a partir das eleições presidenciais de 1989, e também encontra-se presente entre os valores da população em geral em função do recrudescimento deste debate a partir dos anos 90.

³ O atual partido de Paulo Maluf, PPB (Partido Progressista Brasileiro), é resultado da fusão do PPR (Partido Progressista Reformador), sucessor da ARENA/PDS (Aliança Renovadora Nacional / Partido Democrático Social), com vários pequenos partidos conservadores.

Medindo Posição Ideológica no Contínuo Esquerda-direita

André Singer (1998), em sua tese de doutorado demonstrou a existência de conteúdos significativos associados ao posicionamento na escala esquerda-direita do eleitorado brasileiro. O autor investigou a relação entre identificação ideológica e direção do voto nas eleições presidenciais de 1989 e 1994 com base em pesquisas de opinião e encontrou forte associação entre uma e outra variável. Por identificação ideológica entende-se a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita, ou liberal-conservador, como medidas de orientação política do eleitor. Este autor pôde inferir que, mesmo que de forma difusa ou cognitivamente desestruturada, a identificação ideológica se destacou como um forte preditor do comportamento eleitoral e se mostrou mais poderosa do que outras variáveis clássicas e igualmente importantes nesse tipo de estudo, como nível socioeconômico e identificação partidária.

Quanto aos conteúdos ideológicos associados à dimensão esquerda-direita, Singer concluiu que no Brasil o igualitarismo, ao contrário do que ocorre no contexto europeu, não parece ser um divisor entre esquerda e direita, porque as opiniões convergiam para uma valorização quase unânime do igualitarismo, pelo menos enquanto um ideal. O estatismo se mostrou associado positivamente com posições extremas tanto à direita quanto à esquerda e negativamente com as posições de centro; o autoritarismo se mostrou positivamente associado à direita. O autor também observou que o público que converge para o centro é mais inclinado para as posições da direita do que para as da esquerda. Os dados analisados pelo autor sugerem que a auto-localização na escala está associada a um sistema de crenças em que a principal clivagem é o desejo de reforçar a autoridade repressiva do Estado, à direita, e a contestação dessa autoridade, à esquerda, remetendo para a clássica separação entre os que defendem a ordem e os que desejam transformá-la, com o centro, obviamente, na posição intermediária.

Este tipo de estudo é interessante porque procura traduzir em conteúdos substantivos associados à realidade uma representação simbólica imaginária que é o contínuo ideológico esquerda-direita. Isso é um grande desafio, pois esses conteúdos variam muito em função dos contextos e dos conflitos políticos de cada época ou local. Mas este esforço analítico permite ampliar muito o poder explicativo da simples auto-localização na escala esquerda-direita e ajuda a entender muito dos comportamentos e atitudes dos públicos pesquisados.⁴

⁴ Fuchs & Klingemann (1990) analisaram a eficiência da autolocalização na escala esquerda-direita em países europeus e nos Estados Unidos e concluíram que este tipo de classificação tem um considerável efeito no comportamento e nas atitudes políticas do público. Segundo as palavras dos autores: “This research indicates that so-called ideological self-identification – measured as self-placement on a left-right or liberal-conservative scale – has considerable effects on political behavior and political attitudes. Thus, ideological self-identification has considerable explanatory power, even though many respondents interpret or understand ideological terms at a non-ideological level and only a minority of citizens actively uses ideological terms to classify and evaluate political issues.”(pp.204). “Thus, we postulate that the meaning of the left-right schema is defined by the basic conflicts of the specific social system. [...]...individual left-right schemata can be seen as incomplete reflections of the collective schema of left and right.”(p. 207).

O nosso propósito aqui é mais modesto. Pretendemos explorar a aceitação de alguns conteúdos associados às posições no espectro esquerda-direita, especialmente os temas relacionados à nova direita. A análise foi direcionada para a cidade de São Paulo, pois o nosso foco de interesse é o fenômeno da preferência por candidatos de direita no município.

Diante do cenário único da capital paulista, havia indícios de que poderíamos encontrar algumas tendências diferenciadas em relação ao quadro nacional analisado por Singer (*ibid.*). Desde o início da Nova República, a capital paulista tem se destacado pelo progressivo crescimento da direita nas eleições majoritárias, mesmo quando não vencedora, ou do centro, mormente quando este está coligado com aquela.⁵ Além disso, a pesquisa qualitativa conduzida por Pierucci (1987) junto às bases sociais do voto conservador na cidade de São Paulo detectou o antiigualitarismo como a principal característica desses eleitores, apesar de não se manifestarem sobre o neoliberalismo. Ao contrário, os ativistas da direita em meados da década de 80, nos primórdios da Nova República, eram a favor do Estado, entendido no âmbito dos serviços públicos. A continuidade dos estudos sobre as bases sociais do voto conservador revelou mudanças significativas no perfil do voto de direita na cidade com a incorporação contínua de parcelas de eleitores mais bem situados na escala social (Pierucci & Lima, 1991; Novais, 1996b). Esse aspecto nos pareceu sugerir que os conteúdos associados à direita também poderiam mudar, assumir novos sentidos, se renovar em relação ao “conservadorismo popular” detectado anteriormente.

O resultado das eleições presidenciais de 1989 descortinou este comportamento eleitoral diferenciado do paulistano em relação às outras grandes cidades do país. Enquanto no cômputo nacional venceram no primeiro turno Fernando Collor de Mello, candidato de direita, e Luís Inácio Lula da Silva, da esquerda, na capital paulista os vencedores foram Mário Covas, de perfil centro-esquerda, e Paulo Maluf, de direita. Ou seja, se dependesse somente do eleitorado paulistano, a história recente do país poderia ser bem outra. No segundo turno, os votos do candidato vitorioso na capital, Mário Covas, não se transferiram integralmente para Lula, o que seria esperado dentro da lógica dos campos ideológicos. Collor venceu na maior cidade do Brasil, obtendo ali a sua melhor votação entre as dez capitais de maior eleitorado do país, revertendo a tendência ascendente do PT de Lula, mais bem votado quanto maior fosse o eleitorado do município.⁶ Assim, se no cenário nacional, os resultados evidenciaram um certo equilíbrio

⁵ Esta é uma tendência notável principalmente quando contrastada com a tradição esquerdista que marcou a capital paulista no período pré-abertura. Os estudos desenvolvidos desde 1974 pela equipe de pesquisadores do IDESP mostram que o conjunto do eleitorado da capital possuía um perfil antimilitar, votando maciçamente nos candidatos do MDB e foi assim até o fim do regime militar (Lamounier & Cardoso, 1975; Lamounier & Muszynski, 1983; Meneguello & Martins Alves, 1986; Sadek, 1986; Muszynski, 1989).

⁶ Entre as dez capitais de estado de maior eleitorado do país, Fernando Collor venceu no segundo turno somente em São Paulo (48,9% dos votos), Curitiba e Belém (42,7% e 47,5%, respectivamente). Nas outras grandes capitais (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Recife, Porto Alegre e Fortaleza), a sua votação oscilou entre 20% e cerca de 30%. Fonte: TSE, citado por Moisés (1990).

entre a direita e a esquerda,⁷ na cidade de São Paulo o mesmo não ocorreu, pois, não obstante a vitória do centro no primeiro turno, as forças da direita foram proporcionalmente muito mais bem votadas do que as da esquerda ou mesmo as do centro.⁸ Além disso, a votação expressiva do candidato Paulo Maluf naquele ano confirmou o bom desempenho da direita em áreas mais ricas da cidade, fenômeno já detectado no ano anterior no contexto da eleição municipal e que se repetiu no ano seguinte na eleição estadual (Pierucci & Lima, 1991).

Metodologia: dados de surveys

Neste trabalho, analisamos dois conjuntos de dados de opinião pública disponíveis no Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP): uma pesquisa nacional realizada em 1993, parte do Projeto “Cultura política e consolidação da democracia no Brasil”,⁹ na qual os dados referentes à cidade de São Paulo somam 195 entrevistas, e uma pesquisa do Instituto Datafolha realizada em 1995 para avaliação do governo estadual, que aborda alguns temas debatidos no Congresso Nacional no contexto da reforma constitucional, constituída de 463 entrevistas.¹⁰

A pesquisa “Cultura Política” foi ao campo seis meses após o *impeachment* do presidente eleito em 1989, Fernando Collor de Mello, durante o governo do presidente Itamar Franco. Escolhemos analisar esses dados porque a investigação reúne uma ampla gama de variáveis sobre valores do eleitorado, algumas delas relacionadas mais diretamente aos conteúdos geralmente associados à agenda da nova direita, como opiniões sobre o igualitarismo, o estatismo, o autoritarismo e alguns itens sobre questões morais. Além disso, foi possível relacionar as opiniões dos entrevistados com variáveis ideológicas, das quais escolhemos o voto nas eleições de 1989, no primeiro e no segundo turnos, e a auto-localização ideológica no contínuo esquerda-direita.

A segunda pesquisa, de 1995, foi realizada aos três meses do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, e abordou questões da agenda de debates do Congresso Nacional na época. Os questionamentos da pesquisa foram objetivamente

⁷ Na eleição presidencial de 1989, Singer (1998) observou que, considerando a soma das votações de todos os candidatos da direita e da esquerda, houve um equilíbrio das forças em disputa. Além disso, o segundo turno foi decidido por uma margem mínima entre o candidato da direita, Fernando Collor, e o da esquerda, Lula, o que confirmou a tendência esboçada na fase anterior.

⁸ Na cidade de São Paulo, entre os cinco mais bem votados no primeiro turno das eleições de 1989, o primeiro colocado era de centro (Mário Covas, com cerca 31,9%); três de direita (Maluf, com 23,4%; Collor, com 17%, e Afif, com 3,9%) e um de esquerda (Lula, com 15,2%). Fonte: Pierucci & Lima (1991).

⁹ O projeto “Cultura política e consolidação da democracia no Brasil” foi realizado pelo consórcio entre o Instituto Datafolha, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e a Universidade de São Paulo (USP), coordenado pelos professores José Álvaro Moisés e José Augusto Guilhon Albuquerque, do Departamento de Ciência Política da USP. Os dados analisados foram obtidos no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O número de registro desta pesquisa no CESOP é: DAT/BR93.MAR-00322.

¹⁰ Número de registro da pesquisa no CESOP é: DAT/BR95.JUN-00432.

inseridos naquele contexto, com temas que se relacionavam mais diretamente à agenda neoliberal e à moralidade privada, porém abordados de forma diferente da pesquisa de 1993, daí porque não podemos diretamente compará-las.

Naturalmente, os dados de que dispomos não cobrem toda a gama de conteúdos relevantes, pois foram coletados a partir de outros pressupostos. Apesar desses limites, foi possível resgatar concepções e percepções sobre alguns conteúdos que nos interessam e relacioná-las com atitudes e características do público.

Os dados de opinião analisados são apresentados de forma descritiva, através das frequências de ocorrências das diversas categorias observadas e em tabelas de contingência ou tabelas cruzadas, que apresentam as relações entre as variáveis destacadas. Em cada uma das tabelas são apresentados os valores do qui-quadrado, que testa a hipótese de independência entre as variáveis em questão, e o seu nível de significância. Convencionalmente, somente valores de significância inferiores a 0,05 permitem rejeitar a hipótese de independência entre as variáveis (ou ausência de associação significativa). Porém, como as amostras disponíveis são reduzidas, muitas vezes isso comprometeu os testes de associação. Assim, algumas vezes as tabelas que serão apresentadas a seguir não atingem índices de associação muito fortes, mas seus resultados, na maioria das vezes, são bastante coerentes com as hipóteses sugeridas e por isso mostramos seus resultados mesmo com valores de significância acima do nível recomendável.¹¹ No corpo das tabelas também são exibidos os valores dos resíduos ajustados para cada célula, que informa quando a frequência observada é significativamente diferente da esperada numa situação de não-associação. Adotando um critério convencional, são significativos (ao nível de significância de 0,05) valores superiores a 1,96, em número absoluto. Porém, algumas vezes iremos destacar resultados com nível de significância menor, quando nos parecer que os valores da tabela seguem a tendência esperada (ver nota acima).

¹¹ Apresentamos tabelas cruzadas com nível de significância variando de $p < 0,01$ a $p < 0,20$, neste último caso, apenas quando nos parecer que a distribuição de frequências da tabela sugere a tendência esperada, mas ficou comprometida pelo número reduzido de dados disponíveis. Segundo um manual de estatística que consultamos para definir estes parâmetros, o nível de significância “é sempre relativo e não constitui um problema do estatístico, senão do especialista na área em que determinada pesquisa esteja sendo feita.” (Levin, Jack, Estatística aplicada a ciências humanas, São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1977 pp. 136.)

Análise dos Dados de Surveys

1. Dados de 1993

1.1. Posição ideológica no contínuo esquerda-direita

Na pesquisa de opinião de 1993, procuramos investigar quais os conteúdos ideológicos estavam associados à visão de mundo do público da cidade de São Paulo, considerando a autoclassificação ideológica dos entrevistados e a direção do voto nas eleições de 1989.¹² Mas antes de proceder a análise, verificamos se os dados disponíveis apontavam para uma relação coerente entre estas duas variáveis; ou seja, estávamos interessados em saber se os entrevistados que se autoclassificaram como de direita votaram nos candidatos da direita, da mesma maneira, se os candidatos da esquerda foram mais votados por pessoas que se assumiam como de esquerda.

Podemos observar na Tabela 1¹³ uma nítida associação entre a direção do voto dos entrevistados¹⁴ e a autolocalização na escala esquerda-direita,¹⁵ ou seja, mostrando a coerência da escolha dos candidatos com a posição ideológica do eleitor. O voto em Fernando Collor foi maior entre os eleitores que se auto-localizaram à direita (55,6%) e ao centro-direita (51,2%). O desempenho de Luís Inácio Lula da Silva piorou no sentido esquerda-direita da escala, com o máximo percentual entre os eleitores à esquerda (57,1%) e o mínimo entre os à direita (11,1%).

O candidato vencedor no primeiro turno na capital, Mário Covas, se saiu muito bem entre os eleitores ao centro-esquerda (50,0%). Paulo Maluf se sobressaiu entre os eleitores autolocalizados ao centro (24,1%). Este último caso, a princípio, foge do padrão esperado. Porém, observamos que o desempenho de Maluf foi melhor entre os

¹² Aqui uma observação importante. As informações sobre o voto no primeiro e no segundo turno de 1989, coletadas em 1993, divergiram muito do resultado oficial. Em estudos pós-eleitorais, isso é um fato normal, principalmente neste caso, em que a pesquisa foi realizada mais de dois anos após o pleito. Novos eleitores que não votaram em 1989 somaram-se à base amostral e outros certamente saíram, além de serem registrados muitos casos de não resposta, provavelmente devido ao efeito do desatrelamento das candidaturas perdedoras em sondagens pós-eleitorais (Singer, 1993), o que fez inchar acima do real a frequência observada para os candidatos mais bem votados no pleito nacional, divergindo o resultado válido para a cidade. No entanto, as questões sobre o voto nas eleições de 1989 foram incluídas na pesquisa não como parâmetros de voto, mas sim como variáveis de estratificação, assim como a renda familiar, a escolaridade, a identificação partidária, a religião, etc. Lidos desta forma (e assim que deve ser, pois não há sentido em pesquisar parâmetros de voto em relação a um evento do passado), os resultados das nossas análises procuraram apenas refletir as opiniões dos subgrupos de entrevistados, dentro das limitações estatísticas impostas pela amostra reduzida, como já assinalamos anteriormente.

¹³ Estamos apresentando nesta e nas tabelas seguintes apenas os casos de respostas válidas, ou seja, excluímos os casos de “não respostas” e “não sabe”, que foram somados aos casos perdidos (missing cases) a fim de simplificar as tabelas e evitar dispersão nas respostas. Consideramos o procedimento válido porque não estamos interessados em fazer inferências sobre o voto.

¹⁴ Pergunta: [Para quem votou para presidente da República, em 1989] “Em que candidato você votou no 1º turno? E no 2º turno, você votou no Collor ou no Lula?”

¹⁵ A pergunta sobre a autolocalização na escala esquerda-direita foi a seguinte: “Para muita gente as atitudes políticas são de esquerda ou de direita. Aqui tem uma escala que vai da esquerda à direita. Pensando nas suas próprias atitudes políticas, onde você se situaria?” [É apresentado uma escala com dez pontos, mínimo à esquerda (1) e máximo à direita (10)]. Para facilitar a análise as dez categorias foram agrupadas em pares, formando cinco categorias, assim nomeadas por nós: posições 1 e 2: esquerda; posições 3 e 4: centro-esquerda; posições 5 e 6: centro; posições 7 e 8: centro-direita; posições 9 e 10: direita.

entrevistados à direita (18,6% ao centro-direita e 16,7% à direita) do que entre os à esquerda (14,3% à esquerda e 7,1% ao centro-esquerda), uma indicação sobre o sentido em que pendia o eleitorado de Maluf, o que foi comprovado pelo comportamento desses eleitores no segundo turno (como veremos na próxima tabela).

TABELA 1
Voto na eleição de 1989 por autolocalização na escala esquerda-direita

Eleição de 1989 (%)	Autolocalização na escala esquerda-direita (%)					Total
	Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	
Voto no 1º turno:	(*)					
Collor	28,6 -,9	14,3 -2,1	31,0 -1,1	51,2 1,9	55,6 1,5	38,1
Lula	57,1 3,3	28,6 ,5	24,1 ,2	14,0 -1,7	11,1 -1,3	23,2
Mário Covas	- -2,0	50,0 3,1	20,7 ,2	16,3 -,7	16,7 -,3	19,8
Paulo Maluf	14,3 -,4	7,1 -1,1	24,1 1,0	18,6 ,2	16,7 -,1	19,0
Total % (N)	100,0 (14)	100,0 (14)	100,0 (29)	100,0 (43)	100,0 (18)	100,0 (125)
Qui-quadrado observado: 27,205						
Voto no 1º turno:	(*)					
Direita	40,0 -1,3	26,3 -2,8	53,1 -,4	69,6 2,3	72,2 1,5	55,7
Centro	,0 -2,1	47,4 3,1	21,9 ,2	17,4 -,7	16,7 -,5	21,0
Esquerda	60,0 3,6	26,3 ,4	25,0 ,3	13,0 -2,0	11,1 -1,3	23,3
Total % (N)	100,0 (15)	100,0 (19)	100,0 (32)	100,0 (46)	100,0 (18)	100,0 (137)
Qui-quadrado observado: 28,191						
Voto no 2º turno:	(*)					
Collor	31,3 -2,9	35,0 -2,9	74,3 1,5	72,0 1,5	83,3 1,8	62,9
Lula	68,8 2,9	65,0 2,9	25,7 -1,5	28,0 -1,5	16,7 -1,8	37,1
Total % (N)	100,0 (16)	100,0 (20)	100,0 (35)	100,0 (50)	100,0 (18)	100,0 (143)
Qui-quadrado observado: 20,672						

Qui-Quadrado significativo para o nível de $P < 0,01$ (*)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Essas associações ficaram mais significativas com o agrupamento dos candidatos do primeiro turno (os quatro citados e os outros menos votados) em função do posicionamento ideológico de seus respectivos partidos.¹⁶ Notamos que o bloco dos candidatos de direita melhorou muito o seu desempenho junto aos entrevistados que se auto-localizaram na posição mais à direita (72,2%) e centro-direita (69,6%). O bloco de esquerda repetiu a tendência verificada em relação ao candidato Lula, com o máximo entre os de esquerda (60,0%) e mínimo no lado oposto à direita (11,1%). A mesma constatação é válida para o centro, que repetiu o padrão verificado para Mário Covas, com uma frequência maior entre os de centro-esquerda (47,4%). O interessante aqui é notar, que para o bloco de esquerda e de centro, houve poucas alterações em relação aos valores dos candidatos mais importantes (Lula e Covas, respectivamente) considerados isoladamente, porque os demais candidatos do bloco tiveram votações insignificantes. Já no conjunto dos candidatos da direita, este tipo de tratamento dos dados acentuou a coerência em relação à autolocalização na direita, porque o bloco conta com pelo menos dois candidatos com votações expressivas (Collor e Maluf).

A última parte da tabela, referente ao segundo turno das eleições, é claramente polarizada. A votação de Collor aumentou a partir da posição central em direção à direita com índices de 74,3% ao centro, 72,0% ao centro-direita e 83,3% à direita, enquanto os melhores resultados de Lula foram registrados no sentido inverso: 65,0% ao centro-esquerda e 68,8% à esquerda.

A Tabela 2 indica como se deu a distribuição dos votos do primeiro turno para os dois candidatos do segundo turno. Observamos que a candidatura Collor foi reforçada pelos eleitores de Maluf (70,0%) e principalmente pela categoria dos “outros candidatos” (75,0%), e Lula recebeu mais votos dos eleitores de Mário Covas (63,2%). Organizando os dados por grupos ideológicos, mais uma vez ficou nítida a polarização no segundo turno, pois a maioria dos eleitores que votou nos candidatos de direita ou de esquerda repetiu o voto no segundo turno (no percentual estão incluídos os eleitores que repetiram o voto nos mesmos candidatos nos primeiro e segundo turno, ou seja, em Collor e em Lula). Também é possível constatar que o centro (soma dos votos para o PSDB, de Mário Covas, com o PMDB, de Ulisses Guimarães) foi o grande fiel da balança, porque diluiu o

¹⁶ Para a formação dos três grupos ideológicos, foi considerado a soma de respostas para todos os candidatos citados de acordo com uma classificação ideológica simplificada dos mesmos, a saber: candidatos de direita (Aureliano Chaves, do PFL, Guilherme Afif, do PL, Paulo Maluf, do PDS, Fernando Collor, do PRN, Ronaldo Caiado, do PSD, e Affonso Camargo, do PTB) de centro (Mário Covas, do PSDB, e Ulisses Guimarães, do PMDB) e Esquerda (Lula, do PT, Leonel Brizola, do PDT, e Roberto Freire, do PCB). Baseado em Lamounier (1989). Na classificação de Lamounier, o PSDB é classificado como centro-esquerda e o PMDB de centro-direita. Na nossa, baseamo-nos em Mainwaring, et al. (op. cit.) que consideram os dois partidos apenas como centro. Apesar do PMDB assim como o PSDB tenham adquirido um perfil mais conservador ao longo da Nova República, como afirmam estes autores, classificá-los como partidos conservadores seria ampliar demais o conceito de conservadorismo. Finalmente, ficaram fora do esquema os candidatos menos votados, que foram classificados no questionário aplicado na categoria “outras respostas”, e não temos como recuperar a informação básica.

peso da posição centro-esquerda do PSDB, vitorioso no primeiro turno, e reforçou tanto a candidatura Lula (um pouco mais) quanto a de Fernando Collor.

TABELA 2
Voto no 2º turno da eleição de 1989 por voto no 1º turno

Voto no 2º turno (%)	Voto no 1º turno (%)					Voto no 1º turno por classificação ideológica dos candidatos (%)			Total
	Collor	Lula	Covas	Maluf	Outros	Direita	Centro	Esquerda	
	(*)					(*)			
Collor	97,9 7,0	3,4 -7,1	36,8 -2,2	70,0 1,1	75,0 ,9	88,7 7,4	43,5 -1,8	6,7 -6,9	62,9
Lula	2,1 -7,0	96,6 7,1	63,2 2,2	30,0 -1,1	25,0 -9	11,3 -7,4	56,5 1,8	93,3 6,9	37,1
Total % (N)	100,0 (47)	100,0 (29)	100,0 (19)	100,0 (20)	100,0 (8)	100,0 (71)	100,0 (23)	100,0 (30)	100,0 (143)
Qui-quadrado observado: 72,659					Qui-quadrado observado: 62,841				

(*) Qui-quadrado significativo ao nível de $P < 0,01$

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Investigamos também como se deu a distribuição destes eleitores em função de algumas variáveis socioeconômicas. Já sabíamos, a partir dos estudos de geografia eleitoral no município de São Paulo, que os candidatos Mário Covas e Paulo Maluf receberam tanto mais votos quanto mais rica fosse a área da cidade e que Fernando Collor e Lula, ao contrário, foram mais bem votados nas regiões mais periféricas e mal nas áreas centrais mais bem aquinhoadas.¹⁷ Isso sugeria um outro eixo na disputa na capital opondo o centro à periferia sendo que, dentro de cada um desses pólos, havia uma disputa interna entre candidatos com perfis muito distintos. À falta de dados sobre distribuição geográfica do voto, utilizamos as variáveis escolaridade e renda familiar para inferir sobre as bases sociais do voto. Podemos dizer que encontramos tendências que, de certa forma, vão ao encontro das informações prévias e contribuem para reforçar a validade dos nossos dados.

Observamos na Tabela 3 que o desempenho de Fernando Collor caminhou no sentido inverso ao incremento da escolaridade e da renda familiar: atingiu o máximo de 100,0% entre os entrevistados analfabetos e 54,5% na primeira faixa de renda de até 2 s.m. (salário mínimo) e, no extremo oposto, obteve 16,0% entre os entrevistados com curso superior e 23,8% entre os de renda familiar de mais de 20 s.m.. Neste recorte, o

¹⁷ Pierucci & Lima (1991) Tabela 7, página 24.

candidato que teve um desempenho oposto ao de Collor não foi Lula, como se observou na análise anterior, mas Mário Covas, que melhorou o seu resultado no mesmo sentido positivo da escolaridade e da renda familiar: 40,0% na categoria de entrevistados com escolaridade de nível superior e 23,8% na faixa de renda entre 10 a 20 s.m., decrescendo até os índices de 8% no nível de primeiro grau (não há ocorrência na faixa analfabeto) e 8,8% entre os entrevistados com até 2 s.m.. Lula obteve mais votos entre os entrevistados com escolaridade e renda familiar intermediárias: 33,3% na faixa de escolaridade média (2º grau) e 36,0% entre aqueles com renda familiar de 5 a 10 s.m.. Paulo Maluf se saiu melhor entre os entrevistados com escolaridade mínima de 2º grau (22,2%), mas também entre aqueles com nível superior (20,0%). Quanto à renda familiar, é interessante observar que Maluf obteve melhores resultados no topo e na base da pirâmide social: 33,3% junto aos entrevistados com renda familiar de mais de 20 s.m. e 27,3% entre os mais pobres.

Estes dados sugerem que a polarização centro-periferia estava, de certa forma, reproduzida na distribuição dos votos entre Fernando Collor e Mário Covas, de acordo com os indicadores de escolaridade e renda familiar. Os índices dos outros dois candidatos também reforçam essa tendência, apesar de estarem diluídos entre os dois pólos: Paulo Maluf, como esperado, pendeu um pouco mais para o topo da pirâmide social, onde disputou votos com Mário Covas (apesar de marcar presença também na base, na faixa de renda mais baixa), e Lula se consolidou no ponto mais central do eixo e piorou nos extremos.

Nos dados relativos ao segundo turno, chamamos a atenção para a manutenção do mesmo padrão de Lula (melhor nas faixas intermediárias de escolaridade e renda familiar) e, principalmente, para a reversão da tendência decrescente de Fernando Collor no topo da pirâmide. Na disputa final, Collor subiu na faixa de renda mais alta (acima de 20 s.m.), indicando que as bases sociais do voto de Collor foram incrementadas com os votos dos eleitores mais ricos.

TABELA 3
Voto no 1º e 2º turno da eleição de 1989 por escolaridade e renda familiar

Voto eleição de 1989 (%)	Escolaridade (%)				Renda Familiar (%)					Total
	Analfabeto	1º grau	2º grau	Superior	Até 2 S.M.	+ 2 a 5 S.M.	+ 5 a 10 S.M.	+ 10 a 20 S.M.	+ 20 S.M.	
Voto no 1º turno:	(*)				(****)					
Collor	100,0 2,6	56,1 3,7	19,4 -2,8	16,0 -2,6	54,5 1,2	53,8 1,9	28,0 -1,2	26,7 -1,5	23,8 -1,5	38,1
Lula	,0 -1,1	17,5 -1,3	33,3 1,8	24,0 ,1	9,1 -1,2	23,1 ,0	36,0 1,7	26,7 ,5	19,0 -,5	23,2
Mário Covas	,0 -1,0	8,8 -2,8	25,0 1,0	40,0 2,9	9,1 -,9	11,5 -1,2	24,0 ,6	26,7 1,1	23,8 ,5	19,8
Paulo Maluf	,0 -1,0	17,5 -,3	22,2 ,6	20,0 ,2	27,3 ,7	11,5 -1,1	12,0 -1,0	20,0 ,2	33,3 1,8	19,0
Total % (N)	100,0 (4)	100,0 (57)	100,0 (36)	100,0 (25)	100,0 (11)	100,0 (26)	100,0 (25)	100,0 (30)	100,0 (21)	100,0 (125)
	Qui-quadrado observado: 29,597				Qui-quadrado observado: 20,180					
Voto no 1º turno:	(**)				(****)					
Direita	100,0 1,8	70,0 2,9	43,2 -1,8	39,4 -2,2	83,3 2,0	58,6 ,4	39,3 -2,0	46,7 -1,1	57,7 ,2	55,7
Centro	,0 -1,0	11,7 -2,4	24,3 ,6	36,4 2,5	8,3 -1,1	17,2 -,6	21,4 ,1	26,7 ,9	26,9 ,8	21,0
Esquerda	,0 -1,1	18,3 -1,2	32,4 1,6	24,2 ,2	8,3 -1,3	24,1 ,1	39,3 2,3	26,7 ,5	15,4 -1,1	23,3
Total % (N)	100,0 (4)	100,0 (60)	100,0 (37)	100,0 (33)	100,0 (12)	100,0 (29)	100,0 (28)	100,0 (30)	100,0 (26)	100,0 (137)
	Qui-quadrado observado: 16,378				Qui-quadrado observado: 14,176					
Voto no 2º turno:	(*)				(***)					
Collor	100,0 1,6	75,0 2,9	47,5 -2,3	50,0 -1,6	83,3 1,5	75,0 1,6	56,3 -,9	45,2 -2,3	64,0 ,1	62,9
Lula	,0 -1,6	25,0 -2,9	52,5 2,3	50,0 1,6	16,7 -1,5	25,0 -1,6	43,8 ,9	54,8 2,3	36,0 -,1	37,1
Total % (N)	100,0 (4)	100,0 (68)	100,0 (40)	100,0 (30)	100,0 (12)	100,0 (32)	100,0 (32)	100,0 (31)	100,0 (25)	100,0 (143)
	Qui-quadrado observado: 12,796				Qui-quadrado observado: 9,829					

Qui-Quadrado significativo no nível de P < 0,01 (*); P < 0,05 (**); P < 0,10 (***); P < 0,20 (****)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Finalmente, verificamos como a auto-localização na escala esquerda-direita variou em função da escolaridade e da renda familiar dos entrevistados. Segundo as análises de Singer (1998), a partir dos mesmos dados aqui utilizados, mas considerando a amostra nacional,¹⁸ “no Brasil, o eleitorado à direita é predominante pobre (a renda é mais baixa à direita do que à esquerda e mais baixa nos extremos do que no centro...)” (p. 153). No entanto, em função da votação mais expressiva do bloco dos candidatos de direita na cidade de São Paulo e em relação ao registrado no conjunto do eleitorado das grandes cidades do país, tínhamos a hipótese de que poderíamos encontrar um perfil diferenciado do observado, especialmente no pólo à direita. Além disso, foi na capital paulista que Paulo Maluf registrou a sua maior votação e ele se saiu melhor entre os eleitores mais ricos.

Os dados apresentados na Tabela 4 são frágeis para sustentar totalmente a nossa hipótese, porém não deixam de sinalizar tendências coerentes nessa direção. Lendo a Tabela de baixo para cima, os percentuais mostram que os entrevistados que se auto-localizaram nas posições mais extremas à direita tinham predominantemente escolaridade mais baixa (25,0% de analfabetos e 17,6% com até o 1º grau) e renda familiar um grau acima da faixa mínima (25,0% entre 2 a 5 s.m. e 14,6% entre 5 a 10 s.m.). Este perfil sugere um público de classe média-baixa, parecido com as bases sociais do eleitorado de Jânio Quadros, em 1985, e de Paulo Maluf, em 1986, encontradas nas pesquisas de Pierucci (1989) sobre o voto conservador na cidade de São Paulo. Na faixa logo acima, a autolocalização na posição de centro-direita repetiu o padrão da anterior em relação à escolaridade (47,1% com escolaridade até o 1º grau), mas nas categorias de renda familiar as frequências maiores foram observadas nas duas faixas inferiores, caiu na faixa central e em seguida ensaiou um incremento nas duas faixas superiores. O padrão de distribuição dos entrevistados autolocalizados ao centro seguiu o padrão esperado: escolaridade média (35,8%) e superior (34,1%) e renda familiar mais alta (37,8%, mais de 10 a 20 s.m. e 35,3%, mais de 20 s.m.). A autolocalização à esquerda foi associada às faixas intermediárias de escolaridade (20,8%, 2º grau) e renda familiar (24,4%, mais de 5 a 10 s.m.) e decaiu nos extremos, mais em direção às faixas de renda familiar mais altas e escolaridade superior do que ao contrário. Ou seja, se não podemos encontrar uma associação mais forte nas camadas mais ricas com a direita, no mínimo encontramos um desatrelamento destes estratos em relação à esquerda.

¹⁸ Além disso, na análise de André Singer, os pontos do contínuo esquerda-direita não foram agrupados em pares como fizemos aqui, e ele observou as variações na escolaridade e na renda familiar em função da autolocalização na escala esquerda-direita, porque o seu estudo investigou a relevância desta variável nos processos políticos analisados em sua pesquisa. Aqui, estamos tratando os dados de outra forma, considerando a autolocalização como uma variável dependente e procuramos inferir como a autolocalização na escala difere em função da escolaridade e da renda familiar do entrevistado.

TABELA 4
Autolocalização na escala esquerda-direita por escolaridade e renda familiar

Auto-localização (%)	Escolaridade %				Renda Familiar %					Total
	Analfabeto	1º grau	2º grau	Superior	Até 2 S.M.	+ 2 a 5 S.M.	+ 5 a 10 S.M.	+ 10 a 20 S.M.	+ 20 S.M.	
	(*)				(**)					
Esquerda	,0 -,7	8,2 -1,1	20,8 2,7	4,9 -1,4	5,6 -,8	10,0 -,2	24,4 3,1	10,8 ,0	2,9 -1,7	11,0
Centro-esquerda	25,0 ,5	12,9 -1,2	9,4 -1,6	31,7 3,0	27,8 1,4	10,0 -1,3	14,6 -,4	13,5 -,5	23,5 1,2	16,5
Centro	25,0 ,0	14,1 -3,2	35,8 2,1	34,1 1,5	11,1 -1,5	15,0 -1,7	22,0 -,6	37,8 2,0	35,3 1,5	25,2
Centro-direita	25,0 -,4	47,1 3,0	26,4 -1,6	24,4 -1,7	50,0 1,4	40,0 ,7	24,4 -1,6	32,4 -,4	32,4 -,4	35,2
Direita	25,0 ,8	17,6 2,2	7,5 -1,2	4,9 -1,6	5,6 -,9	25,0 2,8	14,6 ,6	5,4 -1,4	5,9 -1,2	12,1
Total % (N)	100,0 (4)	100,0 (85)	100,0 (53)	100,0 (41)	100,0 (18)	100,0 (40)	100,0 (41)	100,0 (37)	100,0 (34)	100 (188)
Qui-quadrado observado: 34,535					Qui-quadrado observado: 33,818					

Qui-Quadrado significativo no nível de $P < 0,01$ (*); $P < 0,05$ (**)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

O conjunto destas tabelas indica uma coerência interna nos dados da pesquisa quanto às associações entre direção do voto, autoclassificação ideológica e perfil socioeconômico dos entrevistados, de acordo com os estudos prévios sobre o comportamento eleitoral na capital paulista e as análises sobre as eleições de 1989. As associações são frágeis devido ao tamanho reduzido da amostra, mas sugerem, em linhas gerais, as tendências esperadas no caso de uma amostra mais representativa.

1.2. Conteúdos substantivos associados à direita

Partimos então para a segunda parte da análise, na qual procuramos verificar os conteúdos substantivos associados às posições no contínuo ideológico esquerda-direita, a partir da análise de variáveis que pudessem ser significativas sobre as percepções do público da cidade de São Paulo quanto a alguns temas associados à renovação da direita.

Organizamos as variáveis em quatro grupos indicadores: (1) o igualitarismo; (2) o neoliberalismo; (3) a moralidade privada; e (4) o autoritarismo.¹⁹ As variáveis incluídas em cada um dos grupos são as seguintes:

¹⁹ O autoritarismo, na verdade, é um tema relacionado à clivagem autoritarismo-democratização que dominou os debates no início da Nova República, portanto não se inscreve totalmente no contexto da nova direita. Mas considerando o caráter matizado da direita, incluímos duas variáveis sobre o tema.

Grupos Indicadores	Variáveis	Pergunta do questionário (1993) (Escala tipo Likert):
Iguaritarismo	Antiiguaritarismo	“O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos <u>menos</u> que todo mundo seja igual”
	Desigualdades socioeconômicas	“Se o País for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais”
Neoliberalismo	Desregulamentação	“É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os seus empregados”
	Oposição ao Bem-Estar social	“O governo deveria oferecer menos serviços públicos, incluindo coisas como saúde e educação, para reduzir os impostos”
	Estatização	“Para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na economia”
Moralidade	Homossexualismo	“Os homossexuais são pessoas que devem ser aceitas como Qualquer outra”
	Aborto	“Deve-se permitir o aborto a toda mulher que queira fazê-lo”
	Família	“O divórcio ameaça a sobrevivência da família”
Autoritarismo	Militarismo	“O País funcionaria bem melhor se os militares voltassem ao poder”
	Partido único	“O Brasil seria bem melhor se existisse só um partido político”

A Tabela 5 sintetiza os resultados dessa análise. Observamos que em todos os grupos há pelo menos uma variável de conteúdo associada à autolocalização na escala esquerda-direita, ao voto no primeiro ou no segundo turno das eleições de 1989 e mais freqüentemente em relação às variáveis de posição social (escolaridade e renda familiar).

O grupo em que se observa o maior número de variáveis significativas é o do “iguaritarismo”, que apresenta frases que desvalorizam a igualdade. No grupo “neoliberalismo”, a variável estatização é também significativa, em graus diferenciados, em todos os cruzamentos. Os grupos “autoritarismo” e “moralidade” apresentam dados poucos significativos, este último menos ainda que o primeiro.

Os dados das variáveis “antiiguaritarismo” e “desigualdades socioeconômicas” mostram que, conforme esperado, a direita é menos iguaritária do que a esquerda, porque a concordância com as frases cresceu à medida que passamos da esquerda para a direita na escala (exceto na variável “antiiguaritarismo”, cujo percentual mais baixo corresponde à posição ao centro e não à esquerda). Entre os entrevistados que se auto-localizaram à direita, 59,1% concordaram com a frase que desvaloriza o iguaritarismo e 54,5%

concordaram com a que sugere indiferença às desigualdades socioeconômicas. A primeira frase foi majoritariamente aceita pelos eleitores de Fernando Collor (59,6%) e Paulo Maluf (56,5%); a segunda apenas pelos eleitores de Collor (51,1%).

TABELA 5
Conteúdos ideológicos

% que concorda:	Antiguitarismo	Desigualdades socioeconômicas	Desregulamentação	Oposição ao bem-estar social	Estatização	Militarismo	Partido único	Homossexualismo	Aborto	Família
Auto-classificação	(***)	(*)	(NS)	(NS)	(**)	(NS)	(**)	(***)	(NS)	(NS)
Esquerda	30,0	15,8	10,0	25,0	80,0	35,0	45,0	85,0	36,8	35,0
Centro-esquerda	36,7	23,3	19,4	29,0	50,0	22,6	30,0	80,6	53,3	43,3
Centro	25,5	24,4	26,1	19,1	54,2	23,4	31,9	87,2	34,0	46,8
Centro-direita	51,5	47,5	21,9	37,9	76,9	34,8	48,5	65,2	35,4	40,9
Direita	59,1	54,5	13,6	31,8	68,2	54,5	54,5	59,1	27,3	40,9
Voto no 1º turno	(**)	(****)	(***)	(NS)	(**)	(**)	(NS)	(NS)	(NS)	(NS)
F. Collor	59,6	51,1	31,9	31,9	76,6	43,8	47,9	74,5	25,5	52,1
L. Lula	27,6	27,6	13,8	27,6	75,9	13,8	32,1	75,9	40,7	28,6
M. Covas	29,2	31,8	16,7	12,5	41,7	33,3	37,5	87,5	54,2	50,0
P. Maluf	56,5	33,3	43,5	30,4	56,5	56,5	43,5	65,2	43,5	43,5
Voto no 1º turno	(**)	(****)	(**)	(****)	(**)	(**)	(NS)	(NS)	(NS)	(****)
Direita	55,3	43,1	36,0	32,9	67,1	44,7	43,4	72,0	34,7	47,4
Centro	32,1	32,1	17,9	10,3	39,3	28,6	35,7	86,2	53,6	42,9
Esquerda	28,1	25,0	12,5	28,1	75,0	15,6	31,3	78,1	40,0	28,1
Voto no 2º turno	(**)	(**)	(NS)	(NS)	(****)	(**)	(NS)	(****)	(NS)	(***)
Collor	48,9	46,4	25,6	33,3	65,9	38,9	41,1	71,4	36,0	47,8
Lula	28,3	28,3	17,0	22,6	64,2	22,6	35,8	81,1	45,3	30,2
Escolaridade	(***)	(*)	(****)	(****)	(*)	(*)	(*)	(NS)	(*)	(****)
1º grau:	46,8	50,0	18,3	36,2	75,5	40,4	48,9	69,5	24,2	50,0
2º grau:	41,1	25,5	16,7	23,6	65,5	29,1	50,0	76,4	46,3	34,5
Superior:	24,4	15,6	31,1	22,2	44,4	15,6	13,3	84,4	57,8	31,1
Renda familiar	(****)	(*)	(**)	(****)	(*)	(*)	(**)	(NS)	(**)	(NS)
Até 5 S.M.	46,8	50,0	20,0	26,2	77,0	45,2	54,8	70,5	23,0	43,5
+ 5 a 10 S.M.	31,8	23,8	7,0	34,1	70,5	34,1	36,4	75,0	34,9	40,9
+ 10 S.M.	39,5	28,9	31,6	25,3	53,9	18,7	32,9	81,3	52,0	36,8
TOTAL (N=195)	40,0	32,7	21,3	29,5	65,3	31,6	41,1	74,7	37,8	41,6

Valor de Qui-quadrado observado significativo ao nível de $P < 0,01$ (*); $P < 0,05$ (**); $P < 0,10$ (***); $P < 0,20$ (****); $P > 0,20$ – não significativo (NS)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Porém é instigante que em um país marcado por tantas desigualdades sociais sejam justamente os entrevistados de posição social mais baixa os que mais concordaram com o antiigualitarismo e com as desigualdades socioeconômicas. Mas observamos que na variável “antiigualitarismo” o menor índice de concordância foi observado entre os entrevistados com renda intermediária, ascendendo, um pouco, novamente na faixa mais alta. Vimos anteriormente, na Tabela 3, que nas faixas de renda familiar mais altas havia um ligeiro incremento no voto em candidatos de direita. Diante disso, resolvemos investigar como se distribuíam as opiniões favoráveis ao antiigualitarismo de acordo com o voto e a renda familiar do entrevistado.

A Tabela 6, conseqüência do cruzamento de três variáveis, resulta em um número muito pequeno de entrevistados por células (a base de cálculo dos percentuais é o valor que aparece entre parênteses), tornando-a pouco significativa. Porém, os dados, mesmo que limitados, sugerem que quando o entrevistado votou em algum candidato à direita em 1989, as opiniões contrárias ao igualitarismo se distribuíram com mais freqüência tanto nas faixas de renda familiar mais baixa quanto no topo, sendo o mesmo válido para os que votaram em Fernando Collor ou em Paulo Maluf. Portanto, a postura antiigualitária, predominante no público mais pobre, ressurgiu nas camadas mais ricas. No entanto, permanece a dúvida sobre o sentido do antiigualitarismo entre as camadas mais pobres, porque os dados de que dispomos não são esclarecedores.

TABELA 6
Voto no 1º turno das eleições de 1989 por renda familiar
% de concordância com a frase antiigualitária

Voto no 1º turno:	Renda familiar % (Base N)				
	Até 2 s.m.	+ de 2 a 5 s.m.	+ de 5 a 10 s.m.	+ de 10 a 20 s.m.	Mais de 20 s.m.
Votou em um candidato de direita no 1º turno	80,0 (10)	41,2 (17)	45,5 (11)	64,3 (14)	53,3 (15)
Votou em Fernando Collor	83,3 (6)	42,9 (14)	42,9 (7)	62,5 (8)	80,0 (5)
Votou em Paulo Maluf	100,0 (3)	33,3 (3)	33,3 (3)	66,7 (6)	57,1 (7)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

De volta à Tabela 5, destacamos a variável mais significativa do grupo “neoliberalismo”: a estatização. Assim como foi observado por Singer (ibid.) em relação ao Brasil, o público da cidade de São Paulo foi mais favorável ao estatismo do que o contrário (na linha Total, 65,3% a favor de mais intervenção do governo na economia) e o público de centro se mostrou menos estatizante do que os extremos, seja considerando a auto-localização na escala esquerda-direita ou a direção do voto. Porém, ao contrário do que foi observado no país, o público mais à esquerda foi mais favorável ao estatismo do

que o mais à direita (comparando os dois extremos, 80,0% pró-estatismo à esquerda e 68,2% à direita). Neste caso, porém, a afirmação não é válida se for considerada a direção do voto. Isso porque foram os eleitores de Mário Covas, ao centro, e de Paulo Maluf, à direita, os menos favoráveis à intervenção do estado na economia e foram os eleitores de Fernando Collor, à direita, e de Lula, à esquerda, os mais favoráveis ao estatismo.

Singer (ibid.) sugere uma explicação para o estatismo de direita, que nos dados foi associado ao voto em Fernando Collor, como sendo uma forma de reforçar a autoridade de Estado dando a conotação de Estado forte. Como veremos a seguir, a direita é muito mais autoritária do que a esquerda, o que torna a explicação plausível. De toda maneira, na variável estatismo, a clivagem mais significativa ocorre nas variáveis de posição social, pois foram os entrevistados com renda mais alta e escolaridade superior os menos estatistas, justamente as categorias que mais votaram em Covas e Maluf.

Sobre as outras duas variáveis chamamos a atenção para a valorização da desregulamentação da economia (liberdade para as empresas dispensarem empregados) entre os eleitores dos candidatos de direita (com destaque para os que votaram em Paulo Maluf) e os entrevistados com melhor posição social. A variável que avalia a oposição ao bem-estar social foi também valorizada pelos eleitores dos candidatos de direita, porém mostrou-se menos significativa nos itens escolaridade e renda familiar. Mas esta última nos pareceu uma questão de difícil avaliação, porque a frase combina uma conotação negativa (redução dos serviços públicos) com uma positiva (redução de impostos).

As variáveis do grupo das questões da moralidade privada, de maneira geral, não mostraram tendências significativas. Notamos que apenas na variável “homossexualismo” os públicos de centro e de esquerda foram mais favoráveis ao respeito à opção individual do que os de direita. A variável “aborto” somente apresentou associações significativas nas faixas de renda mais altas e escolaridade superior, mais favoráveis à liberdade da mulher decidir sobre o tema. E a variável “família” sugere que as bases do voto de esquerda relacionaram menos o divórcio como uma ameaça à família.

Finalmente as variáveis do grupo autoritarismo (“militarismo” e “partido único”) foram, como esperado, mais associadas ao público de direita, o voto à direita e os entrevistados com renda familiar e escolaridade mais baixas, os públicos que geralmente mais apóiam soluções autoritárias e contra as instituições democráticas (Pierucci, 1987).

1.3. Discussão dos dados de 1993

Esses dados evidenciam que uma parcela do público da cidade de São Paulo, representada nesse *survey*, é sensível aos temas associados à nova direita, e que as visões de mundo sobre o “igualitarismo”, o “estatismo” e, em menor grau, o “autoritarismo” e a “moralidade” são relacionadas ao posicionamento na escala esquerda-direita e a direção do voto nas eleições de 1989, conforme a tendência esperada.

A pesquisa também sugere pelos menos duas clivagens desse público em relação ao seu comportamento eleitoral em 1989: uma socioeconômica, que opõe de um lado os candidatos que foram mais apoiados pelo público mais pobre (Collor e Lula, no primeiro turno) aos apoiados pelos mais ricos (Covas e Maluf), e outra de conteúdo ideológico, que às vezes reflete esta mesma clivagem socioeconômica, como na questão do “estatismo” (eleitores de Lula e de Collor mais estatistas do que os eleitores de Maluf e Covas) e às vezes inverte os pares, como o igualitarismo, que coloca o público de centro mais próximo do de esquerda (ou eleitores de Mário Covas e Lula) em oposição ao de direita.

Porém se retirarmos deste diagrama o fenômeno ocasional e imprevisível do ex-presidente Fernando Collor e nos atermos aos outros três tradicionais candidatos paulistas, poderemos vislumbrar uma institucionalização da identidade ideológica desse público, pois perceberemos que a direção do voto e a auto-localização na escala esquerda-direita se tornarão coerentemente associadas aos conteúdos ideológicos no sentido esperado, ou seja, o público de direita (leia-se eleitores de Paulo Maluf) menos igualitário, antiestatista, mais moralista e mais autoritário do que o de esquerda.

A posição de centro, nos nossos dados, revelou-se contraditória, pois ora pendia para as posições associadas à esquerda (nos valores), ora pendia para a direita (nas atitudes), como na divisão do voto entre os candidatos do espectro esquerda-direita.

Considerando o que foi dito acima em relação à clivagem socioeconômica do voto, a explicação sociológica parece fortalecida, pois os dados sugerem que as classes altas se unem mais em torno das candidaturas de centro e de direita do que o contrário, o centro se une à esquerda, e nos conteúdos ideológicos mais ligados à ordem econômica, como a defesa do investimento privado e da desregulamentação da economia, esses interesses se aglutinam novamente.

Isso ficou evidenciado num outro recorte que fizemos com os dados. Vimos que boa parcela do público de centro, numa situação polarizada esquerda-direita, tendeu a apoiar mais a direita, independentemente de suas visões de mundo, como ficou nítido na Tabela 1, na descrição do voto no segundo turno de 1989, em que 74% dos eleitores de centro preferiram Collor em vez de Lula. Esta afinidade maior entre a direita e o centro do que o contrário foi observada num contexto mais recente por Singer (*ibid.*) a partir de dados muito mais abrangentes do que os nossos. O autor constatou uma continuidade dos alinhamentos eleitorais entre 1989 e 1994 quando Fernando Henrique Cardoso, do

PSDB em aliança com o PFL, foi eleito presidente da República. Neste estudo, Singer constatou que o Plano Real foi um fator muito influente no voto, mas não foi o único, nas palavras do autor, “*o Real cumpriu um importante papel de realinhamento dos eleitores de centro e direita em direção ao candidato que os representava.*” (p. 132, grifo nosso).

2. Dados de 1995

Os dados de interesse destacados do survey de 1995 foram organizados em dois grupos indicadores: (1) neoliberalismo; (2) moralidade. Em cada um deles foram incluídas as seguintes variáveis:

Grupos Indicadores	Variáveis	Pergunta do questionário (1995)
Neoliberalismo	Monopólio da Petrobrás	“O novo Congresso pretende fazer várias reformas na Constituição, que é a lei máxima do país. Entre as questões que devem ser discutidas está o monopólio estatal da União em alguns setores econômicos. Atualmente, por exemplo, só a Petrobras pode procurar, extrair e refinar petróleo. Na sua opinião, o que é melhor para o País: (1) que a lei não mude e só a Petrobras continue podendo explorar e refinar petróleo; (2) que além da Petrobras, empresas privadas nacionais também possam explorar e refinar petróleo; ou (3) além da Petrobras e de outras empresas nacionais, que empresas estrangeiras também possam explorar e refinar petróleo.”
	Privatização da Petrobrás	“Em relação a Petrobras, você é a favor ou contra sua privatização, isto é, você é a favor ou contra que a Petrobras seja vendida para acionistas privados deixando de ser empresa estatal?”

Neoliberalismo	Reforma da Previdência	“Atualmente a lei dá direito à aposentadoria por idade ou por tempo de serviço. Os homens podem se aposentar aos 65 anos de idade ou depois de 35 anos de serviço; as mulheres aos 60 anos ou depois de 30 de serviço. Na sua opinião, a aposentadoria: (1) deveria ficar exatamente como está, por idade e tempo de serviço; (2) deveria ser só por idade, obedecidos os limites atuais; (3) deveria ser só por tempo de serviço, respeitados os prazos atuais.”
Moralidade	Aborto	“Atualmente o aborto no Brasil só é permitido em caso de estupro ou de risco de vida para a mãe. Há projetos de lei para ampliar as situações em que a interrupção da gravidez seria permitida. Na sua opinião, a legislação sobre o aborto: (1) deveria ficar exatamente como está; (2) deveria ser permitido em mais situações especiais; (3) no início da gravidez, deveria deixar de ser crime em qualquer situação”
	Homossexualismo	“No Brasil é proibido o casamento de homossexuais, isto é, de homens com homens e de mulher com mulher. Na sua opinião, o casamento de homossexuais deveria continuar proibido ou deveria ser permitido por lei?”

2.1. Agenda neoliberal no contexto da reforma da Constituição

Os dados coletados na cidade de São Paulo sobre o monopólio estatal em 1995 mostram que a maioria absoluta dos entrevistados (67,7%) era favorável à abertura do setor de exploração e refino de petróleo para empresas privadas (Tabela 7).²⁰ Apenas 25% defendiam a continuidade do monopólio da Petrobrás. Porém, na questão da privatização da estatal as opiniões se dividem, e os que eram favoráveis à privatização da Petrobrás não chegaram a formar uma maioria absoluta, mas ficaram perto: 49,1%, enquanto 40,3% eram contra a privatização da empresa. Ou seja, encontramos mais entrevistados contrários à venda da empresa do que aqueles que defendem o monopólio.

²⁰ Para efeito de análise, duas últimas categorias foram agrupadas numa única, e a tabela confronta opiniões sobre a continuidade do monopólio estatal e sobre a quebra do monopólio com a participação de empresas privadas nacionais ou estrangeiras. Sem o agrupamento os resultados seriam: “que a lei não mude e só a Petrobrás continue podendo explorar e refinar petróleo”: 25,0%; “que além da Petrobrás, empresas privadas nacionais também possam explorar e refinar petróleo”: 37,9%; “além da Petrobrás e de outras empresas nacionais, que empresas estrangeiras também possam explorar e refinar petróleo”: 29,7%; “não sabe”: 7,3%

TABELA 7

O monopólio da estatal na exploração / refino de petróleo e a privatização da Petrobrás

Opiniões sobre o monopólio da União no setor petrolífero	%	Opiniões sobre a privatização da Petrobrás	%
A Petrobrás continue com o monopólio	25,0	A favor	49,1
Também empresas privadas nacionais e estrangeiras	67,7	Contra	40,3
Não sabe	7,3	Indiferente	1,7
		Não Sabe	8,8
Total	100,0 (464)	Total	100,0 (464)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Para entender o padrão de distribuição dessas respostas, apresentamos na tabela 8²¹ os resultados de cruzamentos entre as opiniões sobre o monopólio estatal e a privatização da Petrobrás e as variáveis de estratificação disponíveis no questionário, a saber: escolaridade, renda familiar, faixa etária e preferência partidária no contínuo ideológico esquerda-direita.²²

A Tabela 8 chama a atenção para alguns aspectos bem delineados. Em relação à variável escolaridade, observamos que o apoio ao monopólio da Petrobrás no setor de petróleo era menor do que a posição favorável à quebra do monopólio em todos os níveis de escolaridade. Observamos, também, que a quebra do monopólio teve maior apoio quanto maior o grau de instrução: de um de mínimo de 63,8% entre os entrevistados com escolaridade até o 1º grau até 89,3% entre os de nível superior. Nesse cruzamento, a associação entre estas variáveis é fortemente significativa (qui-quadrado significativo ao nível de $p < 0,001$) e todos os resíduos são também significantes, indicando que o aumento da escolarização aumenta a crítica ao monopólio no setor.

²¹ Nestas tabelas, destacamos apenas as respostas dos entrevistados que declararam alguma opinião sobre o tema, ou seja, foram excluídos da base de dados os casos de “não sabe”. Com isso, optamos por sintetizar as contingências observadas e reduzir o número de células com número de casos insignificantes para a análise. Consideramos válido optar por este procedimento, porque os casos eliminados da análise não ultrapassam a 10% do total, as categorias-chaves são preservadas (“estatismo” e “privatismo”) e, apesar do crescimento do valor percentual das respostas, as proporções das diferenças entre elas se mantêm.

²² Esta variável foi produzida a partir das respostas dos entrevistados à pergunta “qual é o seu partido político?”. Agrupamos as opções de acordo com o seguinte critério: “Esquerda” = entrevistados que citaram PT, PDT e PSB; “Centro” = PMDB e PSDB; e “Direita” =, PFL, PPR (ex PDS, atual PPB), PTB, PRN e PL. Este critério foi o mesmo adotado para o agrupamento dos votos por candidato na pesquisa de 1993. Foram excluídas as outras respostas (“não sabe”; “não tem partido”; “citou nome”). No entanto, apenas 188 entrevistados, ou seja, 40,5%, indicaram algum partido. Os dados da tabela são válidos, portanto, apenas para o pequeno grupo de entrevistados que preferiu algum partido, o que afetou muito a sua significância.

TABELA 8
O monopólio estatal no setor petrolífero e a privatização da Petrobras segundo escolaridade, renda familiar, faixa etária e ideologia partidária

	Monopólio estatal			Privatização da Petrobras		
	A favor	Contra	Total % (N)	A favor	Contra	Total % (N)
Escolaridade:	(*)			(**)		
1º grau	36,2 4,7	63,8 -4,7	100,0 (235)	47,2 -3,5	52,8 3,5	100,0 (229)
2º grau	19,2 -2,3	80,8 2,3	100,0 (120)	63,5 2,2	36,5 -2,2	100,0 (115)
Superior	10,7 -3,5	89,3 3,5	100,0 (75)	66,2 2,1	33,8 -2,1	100,0 (71)
	Qui-quadrado observado: 23,926			Qui-quadrado observado: 12,618		
Renda Familiar:	(***)			(****)		
Até 5 s.m.	30,8 1,1	69,2 -1,1	100,0 (104)	46,2 -1,9	53,8 1,9	100,0 (104)
+ de 5 a 10 s.m.	33,9 2,1	66,1 -2,1	100,0 (115)	51,9 -6	48,1 ,6	100,0 (108)
+ de 10 s.m.	20,1 -2,8	79,9 2,8	100,0 (189)	60,2 2,2	39,8 -2,2	100,0 (181)
	Qui-Quadrado observado: 8,133			Qui-quadrado observado: 5,592		
Faixa etária	(NS)			(**)		
16-24 anos	29,8 ,6	70,2 -6	100,0 (84)	68,8 2,8	31,3 -2,8	100,0 (80)
25-34 anos	27,1 ,0	72,9 ,0	100,0 (129)	48,4 -1,8	51,6 1,8	100,0 (126)
35-44 anos	26,3 -,2	73,7 ,2	100,0 (99)	46,7 -1,8	53,3 1,8	100,0 (92)
45 anos ou +	25,4 -,4	74,6 ,4	100,0 (118)	59,0 1,0	41,0 -1,0	100,0 (117)
	Qui-Quadrado observado: ,502			Qui-quadrado observado: 11,600		
Ideologia partidária	(NS)			(***)		
Esquerda	24,7 ,1	75,3 -,1	100,0 (81)	58,2 ,0	41,8 ,0	100,0 (79)
Centro	27,3 ,8	72,7 -,8	100,0 (77)	51,9 -1,5	48,1 1,5	100,0 (77)
Direita	13,0 -1,3	87,0 1,3	100,0 (23)	81,8 2,4	18,2 -2,4	100,0 (22)
	Qui-quadrado observado: 1,960			Qui-quadrado observado: 6,288		

(*) P < 0,00; (**) P < 0,01; (***) P < 0,05; (****) P < 0,10; (NS) P > 0,10 – Não significativo

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

Na seqüência, observamos que este mesmo padrão de distribuição de respostas se repetiu em relação à privatização da Petrobrás, ou seja, o aumento do apoio à privatização cresceu com a escolarização. Porém, não foi observada uma unanimidade sobre a questão da privatização entre todos os níveis de escolarização. A maioria dos entrevistados com até o 1º grau eram contrários à privatização da Petrobrás, tendência inversa à observada entre as outras categorias da tabela. Os valores dos resíduos ajustados são todos significativos e são maiores (em números absolutos) entre os de escolarização inferior, os que mais se diferenciam dos demais.

No cruzamento com a variável renda familiar, obtemos uma associação mais fraca do que a anterior mas ainda bastante significativa na questão do monopólio estatal (qui-quadrado significativo ao nível de $p < 0,05$). Aqui também o apoio à quebra do monopólio estatal manteve o padrão majoritário em todas as faixas de renda familiar, sendo maior ainda entre os entrevistados mais ricos. Com relação à venda da estatal, o cruzamento com a renda familiar mostra que as tendências observadas anteriormente se repetem, ou seja, que os entrevistados com menor renda familiar eram majoritariamente contrários à venda da Estatal e que quanto maior a renda familiar maior o apoio à privatização da Petrobrás.

As variáveis faixa etária e ideologia partidária somente mostraram associações significativas na questão da privatização da Petrobrás. No primeiro caso, os mais jovens (16-24 anos) eram mais favoráveis à privatização do que todos os demais. No outro, os dados corroboram com a hipótese da tendência antiestatista do público de direita ou, neste caso, identificado com os partidos de direita: os entrevistados à direita apoiavam majoritariamente à privatização. O valor de qui-quadrado observado ($p < 0,05$) permite rejeitar a hipótese de que as variáveis sejam independentes, mas os valores desta associação se mostram relevantes apenas na categoria ideológica à direita, na qual o índice de entrevistados a favor da privatização ultrapassavam em mais de 20% o valor observado na tabela total.

Dentre os componentes da crise fiscal do Estado, destacamos as opiniões sobre a proposta de reforma da Previdência. Nesta pesquisa, o público foi questionado sobre a continuidade do sistema de previdência social em relação à aposentadoria, ou seja, à manutenção do sistema de cálculo da aposentadoria por tempo de serviço e por idade (que afeta a maior parte dos trabalhadores assalariados) *vis-à-vis* a reforma, ou seja, o limite calculado apenas por idade. Na Tabela 9, verificamos que a opinião majoritária (74,8%) era pelo apoio à reforma proposta enquanto a posição pela manutenção do sistema foi defendido por cerca de um quarto dos entrevistados.

TABELA 9
A reforma da Previdência Social: sistema de aposentadorias

Opiniões:	%
Deveria ficar exatamente como está, por idade e por tempo de serviço	24,6
Deveria ser só por idade, obedecidos os limites atuais	74,8
Deveria ser só por tempo de serviço, respeitando os prazos atuais	0,2
Outras respostas	0,4
Total % (N)	100,0 (464)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Nesta questão, poucas diferenças foram observadas entre os subgrupos amostrados. Apenas os cruzamentos com renda familiar e faixa etária apontam para associações significativas que passamos a destacar.

A Tabela 10 indica que, apesar de todos os grupos de renda familiar terem se colocado majoritariamente favoráveis à reforma da previdência, o público mais pobre foi um pouco menos favorável à mudança do sistema de aposentadoria. O cruzamento com a variável faixa etária mostrou duas categorias significativas: entre os mais jovens, de 16 a 24 anos, e os entrevistados com idade compreendida na faixa entre 35 e 44 anos. No grupo mais jovem, apesar da maioria ter se manifestado favoravelmente à reforma, foi observado o maior agrupamento de pessoas contrárias à mudança do atual sistema (36,4%). Na faixa de 35 a 44 anos, encontramos os entrevistados mais favoráveis à reforma da previdência (88%).

TABELA 10

A reforma da Previdência segundo escolaridade, renda familiar, faixa etária e ideologia partidária

	Reforma da Previdência		
	A favor (só por idade)	Contra (Ficar como está)	Total % (N)
Escolaridade:	(NS)		
1º grau	74,8 -,3	25,2 ,3	100,0 (262)
2º grau	72,6 -,8	27,4 ,8	100,0 (124)
Superior	81,3 1,3	18,7 -1,3	100,0 (75)
Qui-quadrado observado: 1,993			
Renda Familiar:	(***)		
Até 5 s.m.	69,2 -2,0	30,8 2,0	100,0 (120)
+ de 5 a 10 s.m.	81,1 1,7	18,9 -1,7	100,0 (122)
+ de 10 s.m.	76,3 ,3	23,7 -,3	100,0 (194)
Qui-quadrado observado: 4,788			
Faixa etária	(*)		
16-24 anos	63,6 -2,8	36,4 2,8	100,0 (88)
25-34 anos	76,3 -,3	23,7 -,3	100,0 (135)
35-44 anos	88,0 -3,5	12,0 -3,5	100,0 (108)
45 anos ou +	71,5 1,2	28,5 1,2	100,0 (130)
Qui-quadrado observado: 16,795			
Ideologia partidária	(NS)		
Esquerda	74,4 -,6	25,6 ,6	100,0 (82)
Centro	73,2 -,3	26,8 ,3	100,0 (82)
Direita	60,9 1,3	39,1 -1,3	100,0 (23)
Qui-quadrado observado: ,426			

(*) P < 0,00 (*); (**) P < 0,01; (***) P < 0,05; (****) P < 0,10

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

2.2. Debates de temas morais no contexto da reforma da Constituição

Na pesquisa de 1995, destacamos duas questões sobre temas ligados à moralidade privada: o aborto e o homossexualismo. Mas veremos que, assim como foi observado em 1993, as clivagens relacionadas a estes temas são mais associadas às categorias de posição social (escolarizados e renda familiar), não tendo sido observadas associações significativas com a variável ideologia partidária.

A Tabela 11 mostra que a maioria das opiniões sobre a legislação do aborto foi pela manutenção da atual lei que permite o aborto em casos de estupro ou risco de vida

da mãe (46,6%). Não deixa de ser relevante que quase um terço dos entrevistados opinaram favoravelmente à ampliação dos casos em que o aborto deveria ser permitido (28,6%) e também o percentual de entrevistados que apoiaram a idéia de descriminalização total do aborto (23,1%). Como o enunciado da questão não dicotomiza os entrevistados entre “a favor” ou “contra” o aborto e sim gradua as situações em que o aborto deveria ser permitido, podemos considerar que a soma das posições favoráveis à ampliação das situações possíveis de aborto e pela descriminalização da prática indica um elevado grau de liberalidade entre os entrevistados (51,7%). De outro lado, teríamos os entrevistados contrários à ampliação das possibilidades de aborto, os que opinaram pela manutenção da lei atual (46,6%), dentre os quais, provavelmente, estariam as pessoas contrárias a essa prática em qualquer situação. Temos, portanto, uma situação hipotética em que o grupo de entrevistados praticamente se divide ao meio sobre a questão. É um quadro muito diferente do observado na pesquisa de 1993. Apesar de perguntas diferentes e das amostras muito díspares, naquela pesquisa apenas 38% dos entrevistados concordavam com a liberdade da mulher decidir sobre o tema.

TABELA 11
A legislação sobre o aborto

Opiniões:	%
Deve continuar como está	46,6
Deve ser permitido em mais situações especiais	28,6
No início da gravidez, deixa de ser crime em qualquer situação	23,1
Outras respostas	0,2
Não sabe	1,5
Total	100,0 (464)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Nos cruzamentos apresentados na tabela 12, mantemos as três categorias de respostas e desconsideramos as “outras respostas” que somam menos de 2%. Podemos observar resultados significativos somente nos cruzamentos com as variáveis “escolaridade” e “renda familiar”. Estas variáveis são, em geral, estreitamente ligadas e normalmente apontam na mesma direção, ou seja, com a primeira aumentando à medida que cresce a segunda.

No cruzamento com a variável escolaridade, notamos que foram os entrevistados com escolaridade mais baixa os mais favoráveis à manutenção dos limites previstos na legislação sobre o aborto (53,4%), com o incremento da escolaridade aumentou o apoio à possibilidade de ampliação dos casos em que o aborto deveria ser permitido. O maior índice, 45,9%, foi observado entre os entrevistados com escolarização superior, valor bem acima do conjunto da amostra. A última categoria da tabela (“que o aborto deixe de ser crime em qualquer situação”) indica associação significativa somente nos casos dos

entrevistados com escolaridade intermediária, que foram os menos favoráveis à descriminalização.

O cruzamento com a renda familiar segue o mesmo padrão anterior: os entrevistados com renda mais baixa foram menos favoráveis a mudanças na atual legislação (64,7%). Noutra sentida, à medida que aumentou a renda cresceu o apoio à ampliação do aborto legal. O menor valor foi observado entre os entrevistados com renda familiar de até 5 s.m.(17,2%) e o maior na faixa de renda acima de 10 s.m. (37,5%).

TABELA 12
A legislação do aborto segundo escolaridade, renda familiar, faixa etária e ideologia partidária

	Legislação do aborto			Total % (N)
	Continuar como está	Permitido em mais situações	Deixe de ser crime	
Escolaridade:	(*)			
1º grau	53,4 2,9	20,3 -4,6	26,3 1,6	100,0 (251)
2º grau	46,7 -,2	36,9 2,2	16,4 -2,2	100,0 (122)
Superior	28,4 -3,6	45,9 3,5	25,7 ,5	100,0 (74)
Qui-quadrado observado: 27,579				
Renda Familiar:	(*)			
Até 5 s.m.	64,7 4,1	17,2 -3,3	18,1 -1,3	100,0 (116)
+ de 5 a 10 s.m.	48,2 ,0	27,2 -,5	24,6 ,6	100,0 (114)
+ de 10 s.m.	38,5 -3,7	37,5 3,4	24,0 ,7	100,0 (192)
Qui-quadrado observado: 21,980				
Faixa etária	(NS)			
16-24 anos	45,3 -,4	34,9 1,3	19,8 -,9	100,0 (86)
25-34 anos	45,9 -,4	30,4 ,4	23,7 ,1	100,0 (135)
35-44 anos	52,4 1,2	25,2 -1,0	22,3 -,2	100,0 (103)
45 anos ou +	46,3 -,3	26,8 -,6	26,8 1,0	100,0 (123)
Qui-quadrado observado: ,720				
Ideologia partidária	(NS)			
Esquerda	45,0 ,2	31,3 ,3	23,8 -,5	100,0 (88)
Centro	44,0 ,0	25,9 -1,1	29,6 1,1	100,0 (81)
Direita	40,9 -,3	40,9 1,2	18,2 -,9	100,0 (22)
Qui-quadrado observado: ,642				

(*) P < 0,00 (*); (**) P < 0,01; (***) P < 0,05; (****) P < 0,10

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

A tabela 13 mostra as opiniões sobre a união civil entre homossexuais, que no questionário é simplificado como “casamento entre homossexuais”. Os resultados apresentados indicam que uma lei neste sentido reunia uma grande rejeição, traduzida pela rejeição de quase 70% dos entrevistados.

TABELA 13
A união civil entre homossexuais

Opiniões:	%
Deve continuar proibido	68,9
Deve ser permitido por lei	28,9
Não sabe	2,2
Total	100,0 (464)

Fonte: Banco de Dados CESOP / Unicamp

Os cruzamentos sobre essa questão mostram que o aumento da escolaridade e da renda familiar afetam positivamente a aceitação dessa lei e o aumento da idade e a posição política de direita influem negativamente (apesar do cruzamento com a variável ideologia não ser significativo, por um critério mais rígido). As maiores rejeições à lei do casamento entre homossexuais foram observadas entre os entrevistados com escolarização até o 1º grau (77,9%), renda familiar mais baixa (84,9%), idade acima de 45 anos (80%) e simpatizantes dos partidos de direita (78,3%).

TABELA 14
A união civil entre homossexuais segundo escolaridade

	União civil entre homossexuais		
	A favor	Contra	Total % (N)
Escolaridade:	(*)		
1º grau	22,1 -4,1	77,9 4,1	100,0 (262)
2º grau	36,4 1,9	63,6 -1,9	100,0 (118)
Superior	45,2 3,2	54,8 -3,2	100,0 (73)
Qui-quadrado observado: 18,190			
Renda Familiar:	(*)		
Até 5 s.m.	15,1 -4,3	84,9 4,3	100,0 (119)
+ de 5 a 10 s.m.	35,3 1,3	64,7 -1,3	100,0 (119)
+ de 10 s.m.	37,6 2,7	62,4 -2,7	100,0 (189)
Qui-quadrado observado: 18,942			
Faixa etária	(**)		
16-24 anos	37,9 1,9	62,1 -1,9	100,0 (87)
25-34 anos	38,5 2,7	61,5 -2,7	100,0 (135)
35-44 anos	23,1 -1,7	76,9 1,7	100,0 (104)
45 anos ou +	19,7 -2,9	80,3 2,9	100,0 (127)
Qui-quadrado observado: 16,172			
Ideologia partidária	(NS)		
Esquerda	38,3 ,0	61,7 -1,6	100,0 (81)
Centro	29,1 1,5	70,9 ,8	100,0 (79)
Direita	21,7 -2,4	78,3 1,2	100,0 23
Qui-quadrado observado: 2,863			

(*) P < 0,00 (*); (**) P < 0,01; (***) P < 0,05; (****) P < 0,10

Fonte: Banco de Dados CESOP/ Unicamp

2.3. Discussão dos dados de 1995

Os dados apresentados no grupo de variáveis indicadoras do neoliberalismo sugerem que na questão do estatismo o campo pareceu francamente favorável às reformas, tanto pela quebra do monopólio estatal no setor petrolífero quanto pela privatização da Petrobrás, esta última em menor grau. De maneira geral, encontramos opiniões mais favoráveis à abertura do setor e à privatização entre os entrevistados com escolaridade e renda familiar mais altas. Nestes casos, as associações se mostraram quase sempre significativas, ou seja, podemos concluir que o aumento da escolarização e da renda familiar afetaram positivamente as opiniões favoráveis. As duas outras variáveis nem sempre foram significativas. A faixa etária se mostrou relevante na questão da privatização e a variável ideologia partidária mostrou-se significativa apenas no cruzamento sobre a privatização da Petrobrás: os entrevistados que apoiaram os partidos classificados como de direita foram os mais favoráveis à privatização da empresa.

A questão da reforma da previdência convergiu para uma maioria absoluta de aprovação e os dados revelaram poucas diferenças significativas entre os subgrupos, inclusive na questão da ideologia partidária. Esse resultado sugere que o discurso oficial pela reforma da previdência foi absorvido pelo público de maneira geral.²³ Parece contraditório que a maioria das pessoas possam apoiar medidas que, em tese, contrariam os interesses delas próprias. Porém, os debates públicos sobre a questão da previdência têm enfatizado muito os privilégios das aposentadorias públicas. Nossos dados não permitem avançar por esse caminho, mas fica um hipótese que esse ponto de vista sobre o problema possa ter enviesado a avaliação dos entrevistados.

Nos temas morais, os dados da pesquisa de 1995 acentuam as tendências observadas em 1993 em relação às clivagens por posição social: os entrevistados mais bem posicionados (mais escolarizados e com renda familiar maior) tenderam a ser mais liberais. Quanto à associação entre estes temas e a ideologia partidária, os dados disponíveis se mostraram menos conclusivos.²⁴

²³ Esta tendência observada na cidade de São Paulo contrasta bastante com uma informação de pesquisa do início de 1992, realizada no País. Na oportunidade, entre os eleitores questionados sobre a possibilidade de reforma do sistema de aposentadoria, apenas 34% se manifestaram a favor da mudança. Fonte: Pesquisa nacional IBOPE, de 31/01/92. Banco de dados do CESOP / Unicamp.

²⁴ A variável identidade partidária é menos efetiva que a identidade ideológica porque há um tendência de que em pesquisas quantitativas somente o público mais politizado responda a questão. Assim, na pesquisa de 1993, 98% dos entrevistados se autolocalizaram na escala esquerda-direita, e 55% declararam preferência partidária. Em 1995, à falta de uma pergunta sobre identificação ideológica no questionário, tivemos que basear nossa análise nos 40,5% que responderam à questão sobre preferência partidária. Uma análise comparativa sobre a efetividade destas duas variáveis em estudos políticos-eleitorais encontra-se em Singer (1998).

Conclusão

Os dados de opinião apresentados nos permitem tirar algumas conclusões a respeito das percepções do público da cidade de São Paulo sobre os conteúdos geralmente associados ao contexto da nova direita *vis-a-vis* o comportamento eleitoral desse público.

Em primeiro lugar, eles sugerem que o inventário dos conteúdos ideológicos e políticos associados à direita, como esperado, indica um fenômeno plural. Há uma direita mais identificada com os temas econômicos da agenda neoliberal e há outra, mais popular, conservadora nas questões morais, e autoritária na forma de ver a política. Esta clivagem de conteúdo se refletiu no comportamento eleitoral e se mostrou associada às variáveis de posição social.

Em segundo lugar, os dados coletados em 1993 indicam que o igualitarismo é um valor importante para a compreensão das posições no contínuo ideológico esquerda-direita, pois, mesmo que o público da cidade de São Paulo tenha se mostrado de maneira geral mais favorável ao igualitarismo, os entrevistados que se auto-localizaram à esquerda foram mais igualitários do que os à direita, apesar dos ao centro terem sido mais igualitários do que os à esquerda. Mas as posições do centro foram às vezes contraditórias, pois em alguns valores e atitudes o centro se aproximava da direita, como nas questões sobre a desregulamentação e a estatização, e em outras oscilava entre os extremos, como no episódio aqui destacado da transferência de voto nas eleições de 1989, quando os eleitores que votaram em candidatos do centro no primeiro turno se dividiram quase meio a meio entre os dois que passaram para o segundo turno, apesar do perfil centro-esquerda do principal candidato de centro à época, Mário Covas.

As opiniões antiigualitárias ocorreram com maior frequência junto ao público mais pobre e menos escolarizado, justamente os mais prejudicados pelas desigualdades sociais. Este é um aspecto que os nossos dados não elucidam. Vimos, porém, que entre os públicos que votaram para presidente em 1989 nos candidatos da direita as posições antiigualitárias apareceram acima da média geral tanto na base da pirâmide quanto no topo, entre os entrevistados situados nas faixas de renda familiar mais altas. Portanto, estes dados reforçam a vinculação do antiigualitarismo com as classes altas e baixas pelo filtro ideológico.

Em terceiro lugar, o conteúdo que melhor diferencia as posições esquerda-direita, segundo os dados de que dispomos, são os temas da agenda neoliberal, medidos na pesquisa pelas questões sobre a estatização (1993) e a privatização (1995). Isto reforça a tese de que a agenda neoliberal é a principal corrente da nova direita atualmente, que aglutina todos os interesses “das direitas” no espaço público político. Considerando, porém, a direção do voto em 1989, a estatização foi associada tanto aos eleitores do candidato mais esquerdista, Lula, quanto do mais direitista, Fernando Collor. Para entender este paradoxo, valemos-nos da explicação de que a estatização para a direita

significa o apoio à autoridade do Estado (Singer, *ibid.*). Isso nos pareceu muito congruente com outros dados da pesquisa (a maior associação das variáveis do autoritarismo com a direita), mas também com a própria trajetória de Collor, que se apresentou ao público como um líder salvador da pátria (Dreifuss, 1989).

Em 1995, a aprovação majoritária da possibilidade de quebra do monopólio da união e da privatização da estatal do setor petrolífero sugere que os temas econômicos da agenda neoliberal se encontravam bastante disseminados na sociedade e que, pelo menos naquele momento, as políticas públicas nessa direção tinham grande respaldo junto ao público, principalmente se um público mais rico, escolarizado, jovem e identificado com algum dos partidos de direita. Os dados indicam que o sentimento a favor do estatismo predominante nos anos 80 diminuiu sensivelmente. As opiniões se tornaram mais favoráveis à redução do papel produtivo do Estado, sinalizando que boa parcela do público embarcou no sentido para onde corre o leito do rio atualmente.²⁵ Daí porque, mais uma vez, colhemos indícios que os temas econômicos, sobretudo o estatismo, são os grandes divisores da clivagem esquerda-direita, e o neoliberalismo pode ser considerado a principal corrente da nova direita. A evolução da opinião pública nesse sentido deve ter servido como respaldo para a aprovação da quebra do monopólio do petróleo e o endurecimento do governo no enfrentamento da greve do setor ocorrido no primeiro ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso (Oliveira, 1995)

Em quarto lugar, a classe social foi um dos fatores mais importantes para explicar as diferentes posições ideológicas e os elementos associados a cada uma delas. Em geral, as classes mais altas (considerando a escolaridade e a renda familiar) foram mais favoráveis à maneira neoliberal de lidar com as questões econômicas, apesar de a maioria do público destes estratos se autolocalizarem ao centro na escala ideológica esquerda-direita; e os mais pobres e menos escolarizados em geral defenderam os temas conservadores da moralidade privada e as soluções fortemente autoritárias (governo militar e partido único).

Finalmente, as conclusões precedentes nos sugerem, ainda que toscamente, alguns subsídios para a compreensão do voto de direita na cidade de São Paulo. Com base nos dados de 1993, sobre o comportamento eleitoral em 1989, constatamos a “pluralidade” da direita. Há uma direita mais ideológica, mais politizada, que defende os interesses do *laissez-faire*, que não assume totalmente o rótulo “direita” mas que é no mínimo anti-esquerda, em geral identificada com as classes mais altas. Esta direita esteve associada ao voto em Paulo Maluf no primeiro turno. Há um direita mais populista, personalista, que mobilizada apoio pelo viés apolítico dos temas da moralidade e pelas

²⁵ Duas pesquisas realizadas em 1989, que tratam especificamente da privatização da Petrobras, corroboram para fortalecer esta tendência. Uma delas, cobrindo todo o País, encontrou apenas 16% de opiniões favoráveis à privatização; a outra, com os públicos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, encontrou um índice um pouco maior, 28%, mas bem abaixo do índice encontrado na pesquisa que estamos analisando. Fonte: Pesquisa IBOPE (novembro de 1989) com eleitores do Brasil e pesquisa Datafolha com eleitores da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro (18-19/10/89). Banco de dados do CESOP / Unicamp

formas autoritárias de agir no espaço político, geralmente encontrando suas bases nas classes mais baixas. Esta direita esteve associada à candidatura de Fernando Collor. Ocorre que na situação extremamente polarizada do segundo turno daquela eleição, os interesses “das direitas” se uniram e a direita mais ideológica e politizada votou no candidato da direita populista, Fernando Collor. Podemos concluir, portanto, que o eleitor é sensível ao debate ideológico.

Não temos dados para avaliar estas questões em contextos mais recentes na cidade de São Paulo. Mas há informações de pesquisas que nos permitem concluir que o voto de direita na cidade de São Paulo é uma tendência que vem se institucionalizando. Lima (1995), por exemplo, analisando o fenômeno da volatilidade eleitoral na cidade entre 1985 e 1992, argumenta que, a despeito dos fatores de curto prazo, a estabilidade ideológica (o alinhamento dos blocos ideológicos) é maior do que a preferência por partidos políticos, até porque o sistema partidário é muito instável.²⁶ Nas palavras do autor: “quando usamos critérios mais ‘finos’ de pesquisa, verificamos que existem certas ‘permanências’ que não podem ser ignoradas. O eleitorado paulistano não é homogêneo, mas composto de um conjunto de eleitores dentro da mesma unidade política. [...] Os alinhamentos verificados na década de 70, em termos de blocos ideológicos, continuam presentes. Os candidatos conservadores encontram melhor acolhida nas áreas centrais e mais ricas da cidade...” (p. 126). O trabalho de Singer (1998), que comparou a importância da variável identidade ideológica nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, também reforça este raciocínio. Ele verificou que entre as duas eleições houve uma certa estabilidade da identificação ideológica nas escolhas eleitorais. Em 1994, apesar do fator conjuntural que foi o plano de estabilização econômica (o Plano Real), segundo os dados de opinião pública analisados pelo autor, foi possível constatar que “a importância do real para a definição do voto foi tanto mais forte quanto mais à direita estava o eleitor” (p. 172).

Neste trabalho, com uma análise de dados secundários de opinião pública, procuramos mais levantar e construir questões do que respondê-las, dada a limitação de nossos dados. Longe de esgotar o tema, pretendemos contribuir para a compreensão do mosaico de conceitos e posições associados à nova direita e, com isso, lançar luz sobre a questão da renovação contínua da direita no Brasil e especialmente na cidade de São Paulo. Procuramos trabalhar com algumas idéias-chave e fomos tratando de esclarecê-las a partir da referência internacional, nacional e das pesquisas de que dispomos. Uma vez que lidamos com dados secundários, uma série de conclusões permaneceram em aberto, pois não temos como reconstruir as questões de acordo com as nossas hipóteses. Mas foi possível perceber tendências relevantes no público pesquisado a respeito de alguns itens associados à nova direita. Certamente os resultados não são conclusivos; indicam somente que é preciso pesquisar mais sobre a questão. A partir do esboço que traçamos,

²⁶ Sobre isto, ver em Mainwaring, et al. (op. cit.) uma análise sobre a estabilidade do bloco ideológico da direita ao nível das elites político-partidárias do país, sobretudo a partir da Nova República, a despeito da instabilidade dos partidos conservadores.

abre-se uma perspectiva para que este trabalho seja ampliado, aprofundado e atualizado, sobretudo no atual contexto em que os rótulos esquerda e direita têm sido freqüentemente descartados.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga. (1999) *Repensando a Nova Direita: subsídios para compreensão do apoio a candidatos de direita no município de São Paulo de 1988 a 1996*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 178 pp.
- ANDERSON, Perry. (1995) Balanço do neoliberalismo. In Emir Sader, Pablo Gentili (org.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.9-23.
- BOBBIO, Norberto. (1995) *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*, São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista.
- CUEVA, Agustín. (1989) A guinada conservadora. In CUEVA, Agustín (org.) *Tempos conservadores*, São Paulo: Hucitec: 19-38.
- DREIFUSS, René. (1989) *O jogo da direita*, Petrópolis: Vozes.
- FUCHS, Dieter & KLINGEMANN, Hans-Dieter.(1990) The Left-Right Schema. In JENNINGS, M. Kent, DETH, Jan W. van, BARNES, Samuel, et al., *Continuities in Political Action. A Longitudinal Study of Political Orientations in Three Western Democracies*, Belim e New York: Walter de Gruyter: 203-234.
- GIDDENS, Anthony. (1994) *Beyond Left and Right. The Future of Radical Politics*, Stanford: Stanford University Press.
- HABERMAS, Jürgen. (1989) Neoconservative Cultural Criticism in the United States and West Germany . In *The New Conservatism*, Cambridge: MIT Press: 22-47.
- HUNTER, Allen. (1981) Entre bastidores: ideologia y organización de la nueva derecha. *Revista Mexicana de Sociología*, n.º 43: 1745-1780.
- IGNAZI, Piero. (1992) The silent counter-revolution. *European Journal of Political Research*, n.º22:3-34.
- IGNAZI, Piero & YSMAL, Colette. (1992). New and old extreme right parties: the French Front National and the Italian Movimento Sociale. *European Journal of Political Research*, n.º 22:101-121.
- JACKMAN, Robert W. & VOLPERT, Karin, "Conditions Favouing Parties of the Extreme Right in Western Europe". *The British Journal of Political Science*, n.º 26, 1996: 501-521.
- LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique. (1974) *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- LAMOUNIER, Bolívar. (1989) *Partidos e Utopias: O Brasil no limiar dos anos 90*, São Paulo: Edições Loyola.
- LAMOUNIER, Bolívar & MUSCZYNSKI, Judith. (1983) A vitória do (P)MDB. *Textos IDESP*, n.º 2, São Paulo: IDESP
- LAMOUNIER, Bolívar & SOUZA, Amaury. (1991) Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. *Dados*, 34(3): 311-348.
- LIMA, Marcelo Oliveira Coutinho de. (1995) *Volatilidade eleitoral em São Paulo (1985-1992)*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP: 148 pp.
- MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel & POWER, Timothy (2000) Conservative Parties, Democracy and Economic Reform in Contemporary Brazil. In MIDDLEBROOK, K.(ed.) *Conservative Parties, the Right and Democracy in Latin America*, Johns Hopkins. 2000.
- MARTINS, Leôncio. (1987) *Quem é quem na Constituinte: um análise sócio-política dos partidos e deputados*, São Paulo: OESP-Maltese.
- MENEGUELLO, Rachel & MARTINS ALVES, Ricardo M. (1986) Tendências Eleitorais em São Paulo (1974-1985). In LAMOUNIER, Bolívar (org.), *1985: o Voto em São Paulo*, coleção História Eleitoral. vol. 1, São Paulo, IDESP.
- MOISÉS, José Álvaro. (1990) Eleições, Participação e Cultura Política: Mudanças e Continuidade. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, CEDEC, n.º 22: 133-187.
- MOUFFE, Chantal. (1981) Democracia y nueva derecha. *Revista Mexicana de Sociología*, n.º 34: 1829-1846.
- MUSZYNSKI, Maria Judith de Brito. (1989) Os eleitores Paulistanos em 1986: a marca do opositorismo. SADEK, Maria Tereza (org.), *História Eleitoral do Brasil - Eleições/1986*, São Paulo, IDESP.
- NOVAIS, Carlos Alberto Marques. (1996a) O primeiro turno da eleição para prefeito de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap* n.º 45: 3-20.
- NOVAIS, Carlos Alberto Marques. (1996b) A geografia do voto em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap* n.º 46: 3-21.
- OLIVEIRA, Francisco. (1995) Neoliberalismo à brasileira. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro: Paz e Terra: 24-28.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. (1987) As bases da nova direita. *Novos Estudos Cebrap* n.º 19: 26-45.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. (1989) A Direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4(10): 44-65.
- PIERUCCI, Antônio Flávio & LIMA, Marcelo Coutinho de. (1991) A Direita que flutua. *Novos Estudos Cebrap*, n.º 29: 10-27.
- PIERUCCI, Antônio Flávio & LIMA, Marcelo Coutinho de. (1993) São Paulo 92, a vitória da direita. *Novos Estudos Cebrap*, n.º35: 94-99.

- SADEK DE SOUZA, Maria Tereza. (1986) A trajetória de Jânio Quadros. In LAMOUNIER, Bolívar (org.), *1985: o Voto em São Paulo*, coleção História Eleitoral, vol. 1, São Paulo: IDESP: 66-90.
- SINGER, André. (1993) *Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 142 p.
- SINGER, André. (1998) *Identificação ideológica e voto no Brasil*. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 210 p.
- SMITH, Tom W. (1992) Are Conservative Churches Growing?. *Review of Religious Research*, n.º 33: 303-322.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. (1992) "The Contemporary Faces of the Brazilian Right: An Interpretation of Style and Substance", in CHALMERS, Douglas A., CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo and BORON, Atilio (ed.), *The Right and Democracy in Latin America*, New York: Praeger, 99-127.
- TAGUIEFF, Pierre-André. (1990) The new cultural racism in France. *Telos*, n.º 83: 109-122.
- TAGUIEFF, Pierre-André. (1993-1994) From Race to Culture: The New Right's View of European Identity. *Telos*, n.º 98-99(volume duplo): 99-125.

Apoio Popular à Integração Econômica Regional na América Latina¹

Mitchell A. Seligson

Departamento de Ciência Política

University of Pittsburgh - EUA

Resumo

Esquemas de integração econômica regional abundam na América Latina, mas muito pouco se sabe sobre o grau de apoio popular a esses programas. Agora que os regimes democráticos governam quase toda a América Latina, a opinião pública pode ter impacto considerável nas políticas nacionais. Este trabalho examina as atitudes em relação à integração econômica em dezessete países continentais latino-americanos com dados de entrevistas com mais de 18 mil pessoas. Os benefícios percebidos da integração e as percepções sobre a situação econômica pessoal e nacional aparecem como fatores importantes, assim como altos níveis educacionais, o apoio à democracia e o gênero. Dois novos achados são que uma opinião positiva sobre a União Européia e a satisfação com o funcionamento da democracia se ligam a um maior apoio à integração.

Palavras-chave: América Latina; integração econômica; democracia; opinião pública.

Abstract

Regional economic integration schemes abound in Latin America, yet very little is known about the degree of popular support for such programs. Now that democratic regimes rule in almost all of Latin America, public opinion can have an important impact on national policies. This paper examines the attitudes toward economic integration in 17 mainland Latin American countries with interview data from over 18,000 people. Perceived benefits of integration and perceptions of personal and national economic situation prove to be important factors, as are higher levels of education, support for democracy and gender. Two novel findings are that a positive opinion of the European Union along with satisfaction with the functioning of democracy are both linked to greater support for integration.

Key words: Latin America; economic integration; democracy; public opinion.

¹ Esta é uma versão ligeiramente revisada de trabalho publicado como Popular Support for Regional Economic Integration in Latin America, *Journal of Latin American Studies* 31 (1) 1999: 129-150.

Embora a integração econômica de larga escala e de maior sucesso tenha surgido na Europa, desde o fim da Segunda Guerra Mundial as nações latino-americanas experimentaram numerosos programas de integração. O sucesso na América Latina tem sido muito mais limitado, porém, e esquemas outrora promissores como o Mercado Comum da América Central se desorganizaram como resultado de conflitos internacionais e levantes domésticos. De qualquer modo, a recente e rápida expansão do Mercosul, o grupo hoje dominante no chamado “Cone Sul” da América do Sul, e a revitalização tanto do Pacto Andino quanto do outrora moribundo Mercado Comum da América Central vem levando os otimistas a sugerir que a América Latina pode estar seguindo os passos integracionistas da Europa. A esperança dos que a apóiam é de que muitos dos ganhos econômicos que a Europa obteve como resultado da integração econômica podem ser também obtidos pela América Latina se ela desenvolver blocos de comércio regionais ou sub-regionais.

Que fatores podem promover (ou bloquear) o apoio à integração entre os governos da América Latina? Durante os primeiros trinta anos após a Segunda Guerra, os esforços integracionistas na América Latina eram promovidos quase exclusivamente por pequenos grupos de tecnocratas e das elites econômicas, que eram capazes de funcionar sem dar atenção à oposição pública (especialmente operária) potencial, uma vez que nessa época a maior parte da região estava submetida a regimes autoritários. Ao fim dos anos 80, porém, a América Latina tinha abandonado (pelo menos temporariamente) seu passado autoritário. Hoje, com exceção de Cuba, toda a região é governada por regimes eleitos, mesmo que a profundidade e estabilidade da democracia em vários países sejam uma questão ainda aberta.

Este trabalho examina o apoio e a oposição popular à integração econômica regional na América Latina. A probabilidade de que os governos latino-americanos avancem no projeto integracionista ou voltem-lhe as costas depende hoje muito mais da opinião pública que no passado autoritário. Nas democracias, a opinião pública conta muito, e uma forte oposição à integração pode significar o fim do movimento regionalista na América Latina. Os sindicatos, por exemplo, podem se opor a medidas integracionistas, como muitos de fato o fizeram nos Estados Unidos durante os debates sobre o NAFTA. A oposição pública ao NAFTA foi a principal base utilizada por seus oponentes no Congresso para votar contra o tratado, o que quase o levou à derrota. Além disso, a opinião pública, outrora pensada como relevante nas democracias apenas em questões domésticas, tem surgido em muitas pesquisas acadêmicas como de grande impacto em questões-chave de política externa.² Ademais, a opinião pública que se acreditava quase aleatória em questões de política externa tem aparecido como

² Para uma boa revisão da ligação entre opinião pública e políticas públicas, ver Lawrence R. Jacobs e Robert Y. Shapiro, *Studying Substantive Democracy*, **PS: Political Science and Politics** 27 (1) 1994. Para um estudo que mostra o efeito direto da opinião pública norte-americana em política externa, ver Bruce Russett, Thomas Hartley e Shoon Murray, *The End of the Cold War, Attitude Change and the Politics of Defense Spending*, **PS: Politics and Society** 27 (1) 1994.

coerentemente estruturada. Tem sido demonstrado que essa estruturação existe também na América Latina.³

No caso da integração europeia, foi desenvolvido um extenso conjunto de pesquisas sobre a importância da opinião pública para o avanço do programa.⁴ Acreditava-se que as atitudes do público eram irrelevantes para as complexas questões técnicas da integração europeia, mas a rejeição dos eleitores dinamarqueses ao Tratado de Maastricht em 1992 mostrou que, sem apoio público, o progresso na integração poderia ser suspenso ou mesmo revertido. Com base em extenso estudo de dados de opinião pública coletados na União Europeia por mais de dez anos, Richard Eichenberg e Russell J. Dalton concluem que “quando vistos no contexto da Europa pós-debate de Maastricht, nossos resultados sugerem que a ligação entre o consenso dos cidadãos em questões domésticas e o conteúdo dos acordos internacionais se tornará ainda mais estreita”.⁵

Enquanto a opinião dos europeus sobre a União Europeia tem sido extensamente estudada, muito menos se sabe sobre outros esquemas de integração regional. Com exceção do NAFTA, o papel da opinião pública nos esquemas econômicos regionais na América Latina não tem sido estudado. A pouca pesquisa publicada cobriu apenas países individuais ou pequenos grupos, como a integração da América Central.⁶ Muito recentemente, porém, foi disponibilizada uma nova fonte de dados que nos permite um exame cuidadoso do modo como os latino-americanos pensam sobre a integração econômica. O Latinobarômetro, seguindo o modelo do Eurobarômetro sobre o qual se basearam muitas das pesquisas sobre integração, cobre todos os países continentais, do México até a ponta da América do Sul, com exceção do Suriname e das Guianas.⁷ O Latinobarômetro de 1996 envolveu mais de 18 mil entrevistas em 17 países. Na maioria dos países, as amostras ficaram por volta de 1.000 entrevistados, exceto na Venezuela, onde foram 1.500, e Bolívia e Paraguai, onde foram menores.⁸ São em geral amostras

³ John Hurwitz, Mark Peffley e Mitchell A. Seligson, Foreign Policy Belief Systems in Comparative Perspective: The United States and Costa Rica, *International Studies Quarterly* 37 1993.

⁴ Robert J. Shepherd, **Public Opinion and European Integration**, Westmead, England, Saxon House, 1975; Ronald Inglehart, Long Term Trends in Mass Support for European Unification, **Government and Opposition** 12 (2) 1977: 150-177; Inglehart, **Culture Shift in Advanced Industrial Society**, Princeton, Princeton University Press, 1990.

⁵ Richard Eichenberg e Russell J. Dalton, Europeans and the European Community: The Dynamics of Public Support for European Integration, *International Organization* 47 1993: 532.

⁶ Mitchell A. Seligson e Ricardo Córdova, Integration and Disintegration in Central America: From 1950-1990, in **Changing Boundaries in the Americas: New Perspectives on the US-Mexican, Central American and South American Borders**, org. Lawrence A. Herzog, San Diego, Center for US-Mexican Studies, 1992: 151-166; e Mitchell A. Seligson, Actitudes de la Población Centroamericana Frente a la Integración Política y Económica, *Anuário de Estudios Centroamericanos* 19 (2) 1993a: 7-24.

⁷ Os dados do Latinobarômetro de 1996 foram tornados disponíveis pela União Europeia, via o *Centro de Investigación, Promoción y Cooperación Internacional* da Espanha e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas na América Central. Os arquivos de dados são do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento. *N. do E.: Sobre as amostras ver Opinião Pública, Vol. VI, nº1, ENCARTE.*

⁸ O resumo publicado sobre a América Central apresenta pequena variação de 2-3 casos para Costa Rica, Nicarágua e Panamá. A variação resulta de codificação ambígua do país num total de 8 entrevistas das mais de 18.000 realizadas. Ver PNUD (*Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo*), Desarrollo Humano Sostenible, **Informe Latinobarómetro: Consolidado de Centroamérica**, Proyecto CAM 96.001, San José, Costa Rica, 1996. Para uma discussão geral de alguns

probabilísticas urbanas. Para o arquivo de dados como um todo, 49% dos entrevistados foram homens e 51%, mulheres.

Na análise que segue, os dados dos 17 países foram ponderados para refletir os diferentes tamanhos das populações dos países de que as amostras foram obtidas, e então reunidos novamente de modo a que se possa examinar as tendências para a América Latina como um todo.⁹ Análises dos dados europeus sobre a integração seguiram o mesmo caminho, reunindo os dados de todos os países, ou olhando os membros originais da Comunidade Européia e então o número ampliado (corrente) de membros da União Européia. Como não há hoje mercado que atinja toda a América Latina, outra abordagem seria comparar grupos regionais dentro da região (p. ex., Pacto Andino, Mercosul, Mercado Comum Centroamericano etc.) e um outro ainda, mais voltado ao nível micro, seria olhar para cada um dos 17 países isoladamente. Esta não é a estratégia adotada neste trabalho, pois preferimos olhar para as tendências para o conjunto da América Latina. No futuro, os pesquisadores podem querer ver mais de perto as diferenças entre os acordos comerciais ou entre os países. É importante notar desde o começo, no entanto, que o apoio à integração na América Latina não é função do nível relativo de desenvolvimento econômico dos países envolvidos. A inclusão dos dados de Produto Interno Bruto (como mostramos adiante) não altera os padrões gerais apresentados.

Este trabalho segue a tradição analítica do estudo de dados de opinião pública na União Européia, como apresentado pelo programa *Beliefs in Government*, da European Science Foundation. Um volume de 1995 da Oxford University Press resume o que se sabe sobre a opinião pública no caso europeu.¹⁰ Esta análise começa com opiniões e 'não-opiniões', isto é, a medida em que os latino-americanos têm ou não posição sobre a integração econômica. Passa então a examinar o apoio/oposição à integração e a percepção dos benefícios recebidos dos vários acordos comerciais regionais até o presente. A análise dos dados busca os fatores relacionados ao apoio à integração entre os latino-americanos e conclui com uma análise multivariada desses fatores.

Opiniões e Não-Opiniões

Antes de examinar as opiniões sobre a integração na América Latina, é necessário separar aqueles que têm uma opinião sobre o assunto dos que não têm. Se, por exemplo, poucos latino-americanos tivessem qualquer opinião sobre o tema, seria

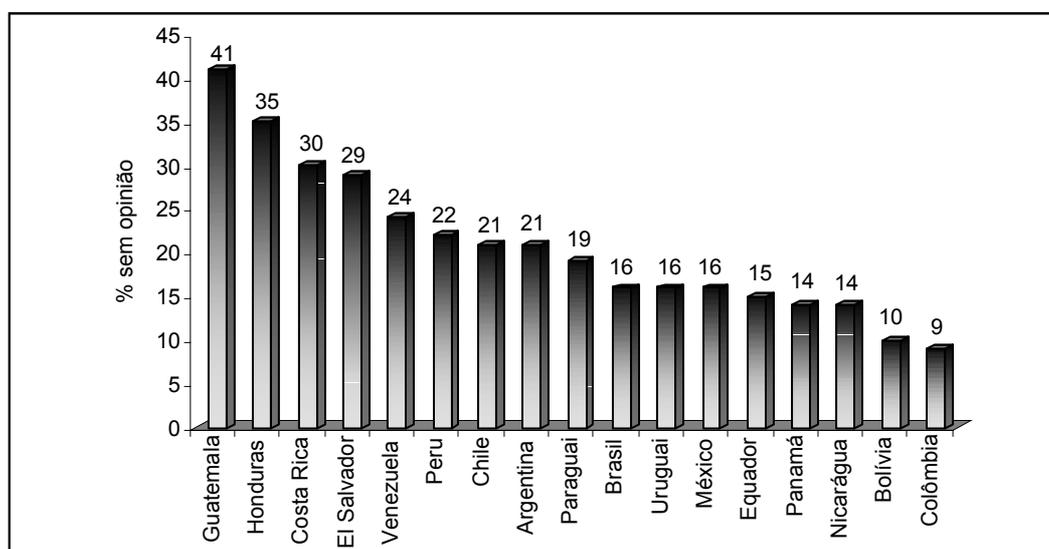
dos dados de *survey* para a América Central, ver Proyecto de Gobernabilidad para Centroamérica, **El Desafío Democrático: Reflexiones de las Sociedades Centroamericanas ante el Resultado del Latinobarómetro 1996**, PNUD, San José, Costa Rica, 1997; e Marta Lagos, Latin America's Smiling Mask, **Journal of Democracy** 8 (3) 1997: 125-138.

⁹ Os dados de população são estimativas para 1995 do Banco Mundial, **World Development Report, 1989**, Washington, D.C., Oxford University Press, 1997: 214-215.

¹⁰ Oskar Niedermayer e Richard Sinott (orgs) **Public Opinion and Internationalized Governance**, Beliefs in Government, vol. II, Oxford, Oxford University Press, 1995.

uma distorção apresentar as porcentagens da pequena minoria com opiniões. Podemos estimar a falta de opiniões sobre a integração latino-americana utilizando uma das duas questões-chave formuladas no Latinobarômetro. A todos os entrevistados foi perguntado: “Em geral, você é a favor ou contra a integração econômica dos países da América Latina, mesmo que isso possa significar alguns custos ou sacrifícios para [preencher com o nome do país do survey]”. O item pode parecer viesado, uma vez que enfatiza os custos da integração sem referir eventuais benefícios. No entanto, pesquisa prévia com grupos focais mostrou que, a menos que os custos fossem mencionados, os entrevistados responderiam rápida e positivamente a questões de integração econômica, sem pensar em todas suas implicações. Isso seria equivalente a perguntar a um entrevistado, “você gostaria de ganhar mais dinheiro?” sem observar que, para isso, ele teria que trabalhar mais horas por semana. Quando os possíveis custos são mencionados obtém-se uma estimativa mais realista do apoio. A porcentagem de entrevistados em cada país que não tinham opinião sobre essa questão é mostrada na Figura 1. Para a amostra como um todo, 17,7% dos entrevistados não tinham opinião (pró ou contra) sobre a integração econômica da América Latina. Como a figura mostra, na América Central, com exceção de Panamá e Nicarágua, a não-opinião chega de um terço a dois quintos das amostras.

FIGURA 1
Não-Opinião sobre a Integração Econômica na América Latina



Como diferem os que têm opiniões dos que não têm quanto à questão da integração regional na América Latina? Uma análise de regressão logística foi realizada no conjunto dos dados comparando os dois grupos. Os resultados aparecem na Tabela 1. Como aconteceu no caso dos *surveys* europeus sobre integração, os principais determinantes da não-opinião na América Latina são fatores socioeconômicos e demográficos. Especificamente, os que não expressaram qualquer opinião contra ou a favor da integração econômica latino-americana eram, com probabilidade significativamente maior, mais velhos, mais pobres, menos escolarizados, menos atentos a noticiário político e do sexo feminino.

TABELA 1
Preditores da Não-Opinião: Resultados da Regressão Logística

Variável	B	E.P	GL	Sig.	R
Atenção à política	-.42	.005	1	< .001	-.13
Anos de escolaridade	-.08	.001	1	< .001	-.11
Sexo ^a	.47	.008	1	< .001	-.09
Riqueza ^b	-.01	.001	1	< .001	-.11
Idade	.01	.001	1	< .001	.01
Constante	.96	.019	1	<.001	

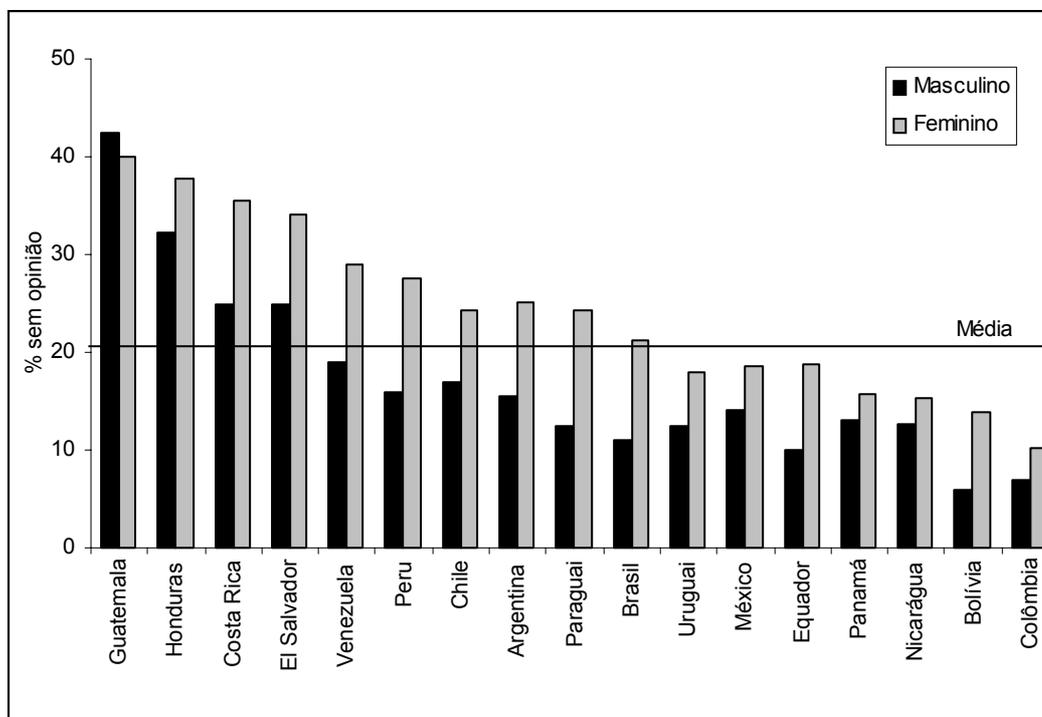
^a Sexo codificado 1=masculino, 2=feminino

^b Riqueza medida por um índice de 13 itens de propriedade de bens duráveis.

Há alguma variação no padrão de não-respostas por país. Por exemplo, na Figura 2 as respostas foram separadas por gênero. Em todos os países, exceto a Guatemala, as mulheres têm significativamente menos probabilidade de expressar opiniões do que os homens. Na Europa, o hiato de gênero também existe, mas é mais estreito, na média menos de 6%.¹¹

¹¹ Bernhard Wessels, Development of Support: Diffusion or Demographic Replacement? In **Public Opinion and International Governance**, org. Oskar Niedermayer e Richard Sinott, Oxford, Oxford University Press, 1995.

FIGURA 2
Não-Opinião sobre a Integração Econômica na América Latina



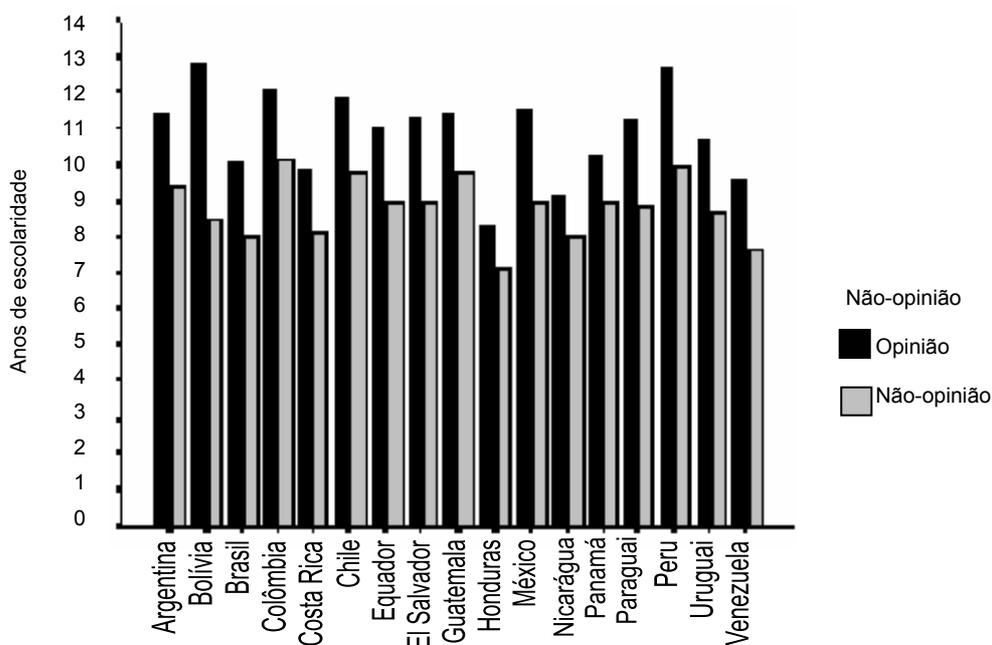
As outras variáveis socioeconômicas e demográficas mostradas na análise de regressão são preditores significativos em cada país, ainda que a força da associação varie de caso a caso. Por exemplo, a Figura 3 mostra que em todos os países no *survey* aqueles que tinham opinião sobre a integração econômica apresentavam nível educacional (medido por anos na escola) médio mais alto que os que não tinham opinião.

O Latinobarômetro utilizou uma segunda questão para aferir a opinião sobre a integração regional perguntando: “levando tudo em consideração, você diria que [preencher o país] se beneficiou muito, o bastante, ou não se beneficiou por pertencer ao [Pacto Andino, Mercosul, etc.]”. A análise das respostas a esse item forma um componente dos resultados apresentados abaixo, mas os padrões de não-resposta e correlatos são semelhantes aos do item que refere apoio/oposição à integração analisado acima, e por isso não serão repetidos aqui.¹² Em geral, portanto, os padrões de não-

¹² Existe ainda uma terceira série que mede a opinião/não-opinião no Latinobarômetro. Essa série, porém, pergunta aos entrevistados sobre cada bloco comercial específico, Mercosul, NAFTA e Pacto Andino. A análise dessas questões mostra que o conhecimento do pacto específico é muito maior nas amostras dos países que fazem parte do pacto, o que não é surpreendente. Infelizmente, não foi feita qualquer pergunta sobre o Mercado Comum Centroamericano, excluindo assim

opinião sobre a integração econômica são semelhantes em toda a América Latina, e são uma função preditiva de características socioeconômicas e demográficas.

FIGURA 3
Não-Opinião sobre a Integração Econômica na América Latina, segundo Educação

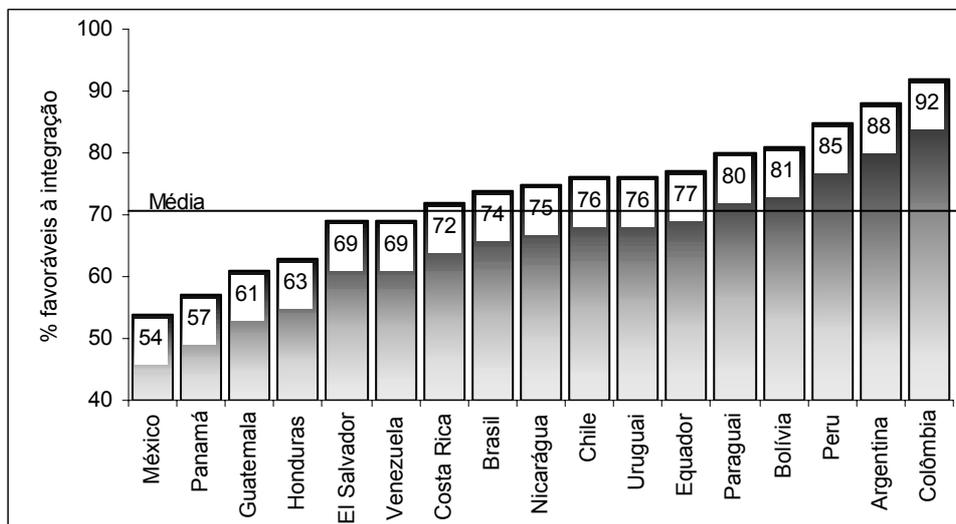


aqueles seis países da análise. A fim de evitar apresentar os resultados para cada bloco comercial e para cada conjunto de países que pertencem àquele bloco essas variáveis não são analisadas aqui.

Apoio e Benefícios da Integração Regional na América Latina

Apoio à Integração

FIGURA 4
Apoio à Integração na América Latina



Obs.: Inclui apenas os que têm opinião

Este trabalho mostra que, na média, mais de quatro de cada cinco latino-americanos têm uma opinião sobre a integração econômica. Para esses que tinham opinião na onda de *surveys* de 1996, qual o nível de apoio à integração econômica? Para responder a essa questão, as “não-opiniões” são excluídas da base de dados. A resposta é apresentada na Figura 4. Com exceção de quatro países, dois terços da amostra apóiam a integração, e em nove dos 17 países, três quartos ou mais a apóiam. O padrão emergente mostra que o apoio é mais fraco no México e na América Central, e mais forte na América do Sul, especialmente no Paraguai, Bolívia, Argentina e Colômbia.

Parece haver uma dimensão “norte-sul” na determinação do apoio à integração regional na América Latina. Pode muito bem ser que os Mexicanos e Centro-americanos estejam mais interessados em integrar-se à América do Norte que à do Sul. Infelizmente, o questionário do Latinobarômetro não contrasta NAFTA e programas de integração latino-americanos, de modo que não é possível aprofundar a questão. É sugestivo, porém, que, ainda que o Chile tenha sido indicado como o próximo país a integrar a NAFTA (dependendo, é claro, de apoio de todos os membros correntes, o que não está garantido no momento em que escrevo), os chilenos apóiam a integração econômica com a América Latina em medida muito maior que os Mexicanos e muitos Centro-Americanos.

A divisão norte-sul se torna ainda mais evidente quando a não-opinião é introduzida na análise. A Tabela 2 mostra que, para todos os países, quando a não-opinião é incluída na análise, o apoio à integração declina. Na área norte da América Latina, apenas na Nicarágua e na Costa Rica há maiorias a favor da integração. Mesmo nesses países, porém, como observado acima, os que apóiam a integração superam em números os que se opõem a ela, enquanto que na América do Sul a maioria apóia a integração regional mesmo incluída a não-opinião.

TABELA 2
Apoio e Oposição à Integração

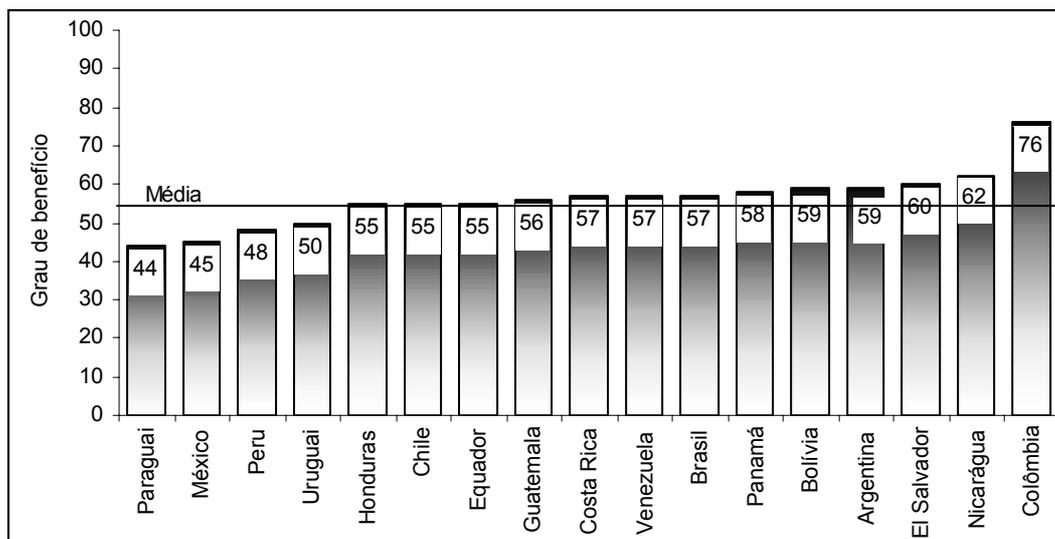
País	Oposição	Apoio	Total
Argentina	12.2%	77.8%	100.0%
Bolívia	19.5%	80.5%	100.0%
Brasil	26.3%	73.7%	100.0%
Colômbia	8.4%	91.6%	100.0%
Costa Rica	28.4%	71.6%	100.0%
Chile	24.2%	75.8%	100.0%
Equador	22.5%	77.5%	100.0%
El Salvador	30.9%	69.1%	100.0%
Guatemala	38.7%	61.3%	100.0%
Honduras	36.7%	63.3%	100.0%
México	46.4%	53.6%	100.0%
Nicarágua	25.4%	74.6%	100.0%
Panamá	42.6%	57.4%	100.0%
Paraguai	19.5%	80.5%	100.0%
Peru	15.2%	84.8%	100.0%
Uruguai	24.1%	75.9%	100.0%
Venezuela	30.5%	69.5%	100.0%
Total	28.8%	71.2%	100.0%

No geral, portanto, os formadores de políticas que querem a integração econômica regional podem confiar em que todos os países a maioria dos que têm opinião a apóiam, e na maioria dos países apenas um quinto da população se opõe à integração econômica. Apenas no México e no Panamá mais de um terço da população se opõe à integração regional.

Benefícios da Integração

O apoio à integração é importante, é claro, mas os cidadãos querem ver as vantagens dessa política. Qual é a percepção dos benefícios da integração regional na América Latina de hoje? Em que medida acreditam os latino-americanos que seus esquemas comerciais regionais atuais (Pacto Andino, Mercosul, Mercado Comum Centroamericano, etc.) têm sido benéficos? A Figura 5 apresenta um padrão muito diferente daquele que resultou da análise do apoio/oposição à integração econômica. Com exceção dos colombianos, que não apenas apresentavam o mais baixo nível de não-opiniões, mas também exibiam o mais alto nível de apoio, os benefícios advindos da integração são vistos, na média, como apenas modestos. A maioria dos países se agrupa muito próxima da média para todos os países (55,2 na escala de 100 pontos utilizada para apresentar esse item), e apenas quatro países (Paraguai, México, Peru e Uruguai) caem ligeiramente. Além disso, embora não esteja apresentado na Figura 5, para a amostra como um todo, a não-opinião é mais ampla, indo de aproximadamente um quinto dos entrevistados na questão sobre apoio à integração para aproximadamente um quarto dos entrevistados na questão dos benefícios.

FIGURA 5
Benefícios da Integração
(entre os que têm opinião)



Escala: Nada = 0; Um pouco = 33; Suficientemente = 66; Muito = 100

Combinando a informação dos itens analisados até aqui, podemos chegar a duas conclusões. Primeiro, existe forte apoio geral à integração regional latino-americana. Segundo, os benefícios dos esquemas de integração regional existentes são percebidos como apenas modestos, com exceção da Colômbia, onde são percebidos como maiores. O quê explica a variação no apoio à integração econômica na América Latina? Pode-se supor que é uma função do grau de desenvolvimento industrial de cada país, uma vez que o comércio gerado pelos esquemas de integração regional na América Latina emergiu no setor industrial. Mas, quando o desenvolvimento econômico ao nível nacional é examinado como preditor do apoio, não aparece associação significativa.¹³ Ademais, não há padrão que ligue as exportações (ou exportações per capita) a atitudes favoráveis à integração econômica regional. Para explicar a variação dos níveis de apoio, devemos olhar para fatores ao nível individual, o que apresento a seguir.

Preditores do Apoio à Integração Econômica

Questões de “Carteira”

Pesquisas mostraram que os principais determinantes do apoio à integração europeia são as “questões de carteira”.¹⁴ O mais forte preditor atitudinal do apoio à integração europeia é a medida em que os entrevistados sentem que o movimento de integração foi economicamente positivo para seu país.¹⁵ Além disso, aqueles que sentem que a economia nacional vai bem e que pessoalmente estão bem economicamente, apóiam mais a integração. Ainda que a experiência com a integração econômica na América Latina seja mais recente e limitada que no caso europeu, os padrões ao nível individual espelham de muito perto os europeus.

O impacto da crença de que o país se beneficia dos acordos comerciais regionais sobre o apoio à integração latino-americana aparece na Figura 6. A relação é obviamente muito forte, e se mantém tanto para homens quanto para mulheres. Entre os latino-americanos que acreditam que os acordos comerciais regionais existentes não trazem benefício a seus países, menos de dois quintos apóiam a integração econômica latino-americana, enquanto que entre aqueles que acreditam que seus países se

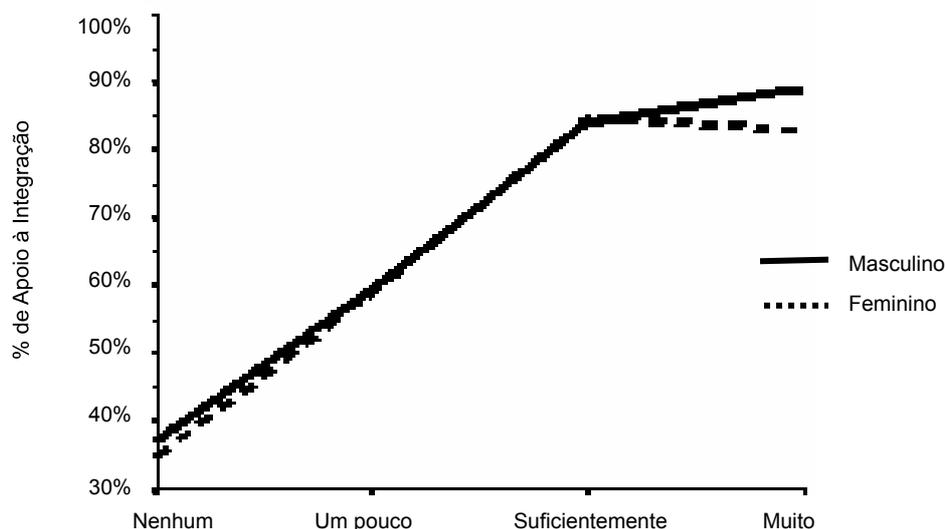
¹³ O desenvolvimento econômico foi medido pelo PIB per capita dito “real” para 1995, calculado pelo Banco Mundial. O PIB real é baseado na paridade de poder de compra e não por taxas de câmbio. Ver Banco Mundial, **World Development Report, 1997**, Washington, D.C., Oxford University Press, 1997.

¹⁴ Para uma análise ampla, ver Richard Eichenberg e Russell J. Dalton, op. Cit. São feitas distinções entre as chamadas questões “sociotrópicas” e as “de carteira”, as primeiras ligadas ao estado geral da economia e as últimas às questões econômicas pessoais. Análise dos dados do Latinobarômetro descobre que os dois conjuntos de questões econômicas têm impacto no apoio à integração, com diferenças relativamente pequenas entre eles. Pesquisadores interessados nessa distinção poderiam subdividir os itens na escala “de carteira” aqui utilizada.

¹⁵ Ver Charles Lyon e Jeffery J. Mondak Anke Grosskopf, *Economic Perceptions and Mass Support for European Integration: Exploring the Dimensions of Sociotropic Behavior*, trabalho apresentado na reunião annual da Midwest Political Science Association, Chicago, 1997.

beneficiam muito, mais de 80% apóiam a integração. O apoio feminino à integração é virtualmente idêntico ao masculino na amostra, exceto nos níveis mais altos da variável benefícios, onde o apoio entre as mulheres é ligeiramente mais baixo.

FIGURA 6
Apoio à Integração Regional e Benefícios Percebidos dos Acordos Regionais



Os latino-americanos não apenas vinculam sua percepção sobre os benefícios econômicos dos acordos regionais ao seu apoio à integração regional, mas também à sua percepção das questões econômicas mais amplas. O *survey* aplicou uma série de perguntas em relação à percepção do entrevistado sobre a percepção de sua situação econômica pessoal e da do país. Uma relação direta e linear é encontrada para as variáveis que medem a percepção do futuro da economia nacional e a da situação atual e esperada da situação econômica do entrevistado. A relação entre essas variáveis, combinadas num índice, é apresentada na Figura 7.¹⁶ Embora os resultados mostrem uma clara e forte relação entre a percepção dos latino-americanos sobre a situação econômica de suas nações e a sua própria e o apoio à integração, também fica claro a partir da Figura 7 que, mesmo entre os mais pessimistas sobre a economia, dois terços ainda apóiam a integração. De qualquer modo, encontra-se aqui padrão idêntico ao

¹⁶ O índice compreende quatro variáveis: 1) percepção da situação econômica corrente do país em comparação com o ano anterior, 2) percepção da situação econômica no próximo ano, 3) percepção da situação familiar do entrevistado no próximo ano, 4) nível de temor em relação ao desemprego no futuro. O índice geral tem uma confiabilidade Alfa de 0,6 e produz apenas um fator numa análise de componentes principais. O item menos relacionado aos outros três é o medo do desemprego pessoal. Quando esse item é excluído, o Alfa sobe para 0,65. As respostas a cada item são aqui recodificadas numa base 0-100 para dar-lhes uma amplitude equivalente, e a soma é dividida por 4. Uma análise dos itens comparando preocupações retrospectivas e prospectivas não produz mudanças substanciais nos resultados.

européu, ou seja, que o apoio à integração é altamente contingente a questões econômicas “de carteira”. Em países em que a economia declina deve-se esperar apoio declinante à integração. Da mesma forma, se o próprio processo de integração produz recompensas, e a economia cresce, também é possível esperar crescimento do apoio à integração.

FIGURA 7
Percepção sobre a Economia e Apoio à Integração



Fatores Socioeconômicos e Demográficos

Questões imediatas “de carteira” têm seu impacto no apoio à integração, mas fatores socioeconômicos e demográficos subjacentes também desempenham um papel. Na Europa, os mais escolarizados, os que têm profissão e os homens apóiam mais a integração que os menos escolarizados, os trabalhadores manuais e as mulheres. Já foi apontado que o gênero desempenha um papel na não-opinião nos dados latino-americanos, e, nesta seção, esse fator e fatores socioeconômicos são analisados.¹⁷

Para examinar de maneira apropriada o papel do gênero no apoio à integração econômica, é necessário controlar a educação, pois os dados mostram que os homens têm significativamente maior escolaridade que as mulheres, ainda que a diferença não

¹⁷ Exame da idade não encontrou relações nos dados. Na análise dos dados europeus, foram feitos diversos estudos sobre cortes de idade no tempo, mas como o Latinobarômetro ainda não oferece dados temporais, essa análise não pode ser feita aqui.

seja grande em termos absolutos. A Figura 8 mostra a relação entre gênero e apoio à integração econômica latino-americana, controlada a educação. Dois achados emergem dessa análise. Primeiro, a educação tem papel importante na determinação do apoio à integração econômica latino-americana; entre os analfabetos, o apoio fica em torno de 60%, enquanto que os que tem grau universitário o apoio é de aproximadamente 80%. Segundo, o hiato de gênero se amplia entre os que têm educação secundária ou mais, mas entre os analfabetos, as mulheres exibem maior apoio que os homens. No todo, porém, o hiato não é amplo, e a educação claramente explica mais da diferença em apoio que o gênero.

FIGURA 8
Gênero e Apoio à Integração, controlada po Educação

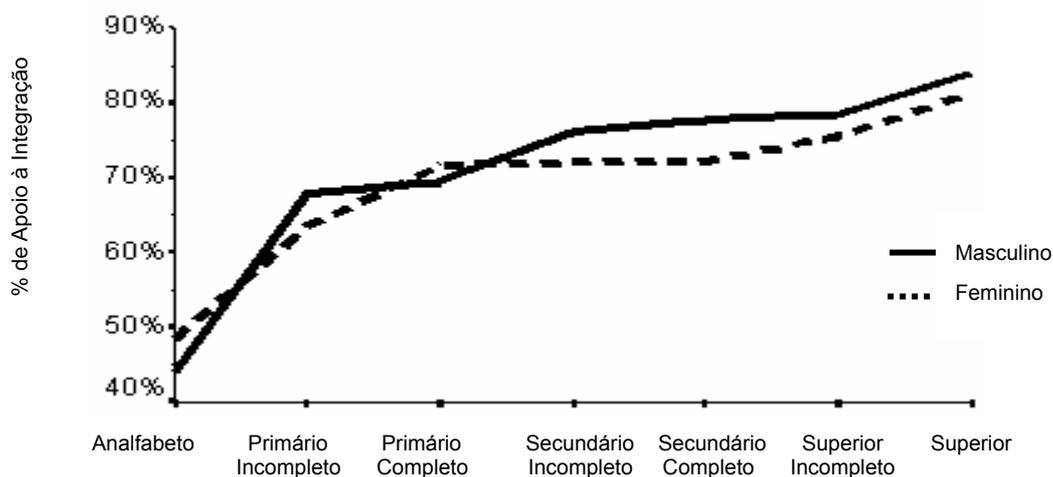
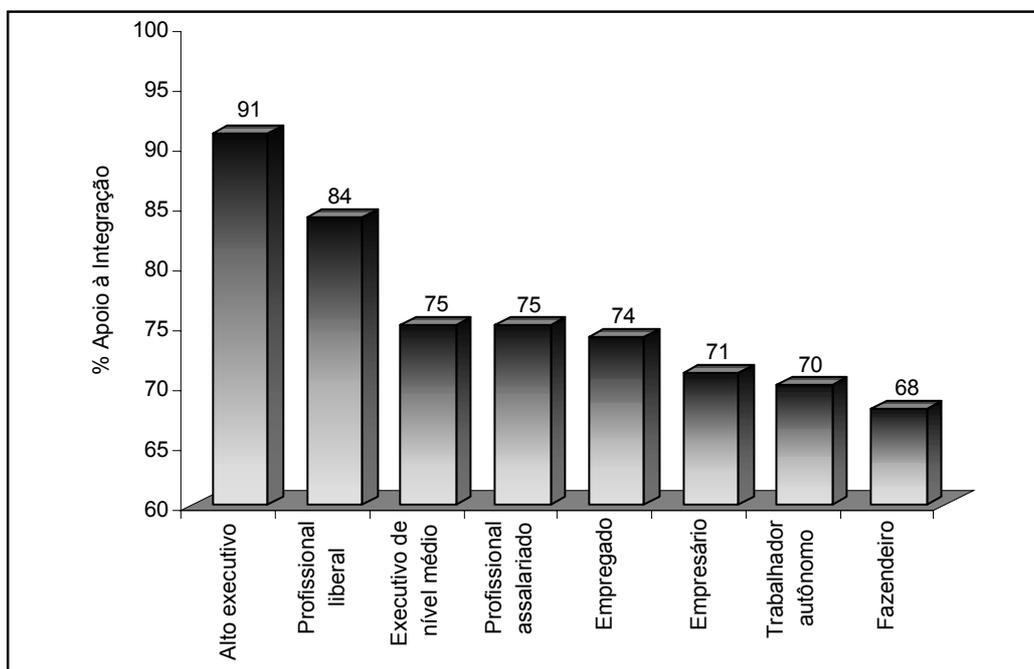


FIGURA 9
Ocupação e Apoio à Integração



Pesquisa na Europa mostrou que os que têm profissão tendem a apoiar mais a integração que os trabalhadores manuais, o que nos leva a uma análise por ocupação.¹⁸ A Figura 9 mostra os resultados, que não apresentam surpresas. Uma vez mais vemos que em todas as categorias ocupacionais o apoio médio à integração é positivo. No entanto, entre aqueles com ocupações profissionais de mais alto nível o apoio chega aos 90%, e cai para dois terços entre os fazendeiros.

A última variável socioeconômica ligada ao apoio à integração é a riqueza. Como muitos outros *surveys*, o Latinobarômetro também não perguntou diretamente sobre os rendimentos, dado que muitos entrevistados se recusam a responder ou dão informações falsas. Obtém-se melhor medida da posição socioeconômica das pessoas perguntando sobre a posse de bens materiais. O Latinobarômetro perguntou sobre 13 desses bens com base nos quais foi criado um índice.¹⁹ Como se esperava, a riqueza

¹⁸ Ver Wessels, op. cit.

¹⁹ Embora os bens incluídos no *survey* variem muito em custo, de um microondas a um automóvel, os itens da escala não foram ponderados. Foi utilizado um índice somatório, mas, como faltassem informações sobre alguns bens em alguns casos, foram atribuídos valores médios individuais àqueles que tivessem respondido a seis ou mais das 13 questões. Para os que apresentassem maior proporção de falta de informações foi atribuído um código de falta de informação. Os bens eram: TV em cores, vídeo, câmera de vídeo, geladeira, computador, forno de microondas, máquina de lavar, telefone, automóvel, segunda casa ou apartamento, água encanada, água quente e conexão à rede de esgotos.

está positivamente associada ao apoio à integração, ainda que a relação não seja forte ($r = 0,11$; sig. $<0,001$). Como a riqueza e a educação são fortemente correlacionadas, a relação entre riqueza e apoio à integração se mostra falsa quando se controla a educação. A análise multivariada apresentada na conclusão deste trabalho exclui a riqueza porque ela se torna um preditor insignificante quando a educação é inserida na equação.

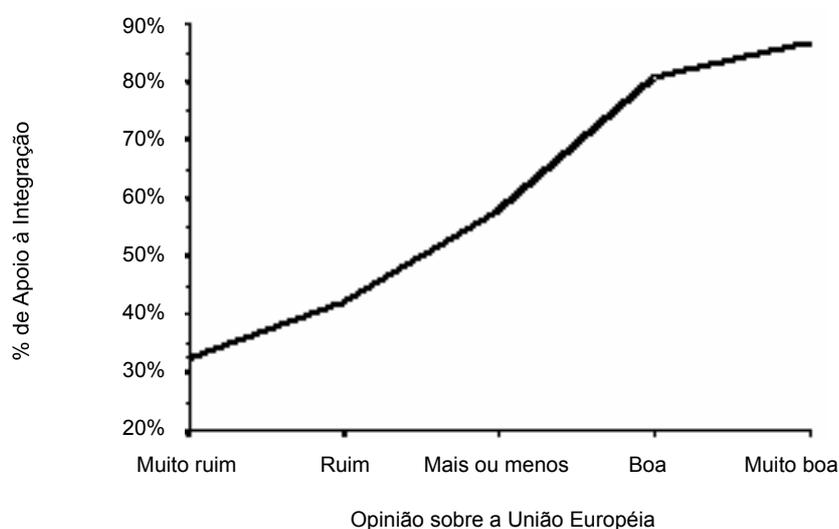
O Papel Modelo da União Européia

As relações entre a América Latina e a Europa variam amplamente de país para país. Em termos gerais, os países do Cone Sul têm dado mais atenção à Europa que os da América Central. Em anos recentes, a União Européia vêm apoiando programas (seminários, palestras, etc.) para popularizar seu modelo de integração regional na América Latina.²⁰ Embora não seja possível mostrar uma ligação direta entre esses esforços e a opinião pública, os dados mostram forte relação entre opinião favorável à União Européia e apoio à integração regional latino-americana. Os latino-americanos também deram sua opinião sobre os Estados Unidos na mesma série de questões, e o país ficou significativamente abaixo da União Européia: 58% dos entrevistados exibiram opinião positiva sobre a União Européia, contra 48% sobre os EUA. A Figura 10 mostra a relação entre a opinião sobre a União Européia e apoio à integração econômica latino-americana. Entre os latino-americanos que têm opinião muito negativa sobre a União Européia, apenas um terço apóia a integração na América Latina, enquanto que, entre os que têm uma opinião favorável, mais de 80% apóiam a integração.

A relação entre opinião sobre a União Européia e o apoio à integração latino-americana não é apenas um apoio generalizado aos países estrangeiros. Uma análise da opinião sobre os EUA e o apoio à integração revela associação positiva, mas que é extremamente fraca e não confirma o padrão linear da anterior. Existe, claro, o risco envolvido na imitação. Se a União Européia fracassar como unidade de comércio, os latino-americanos poderão compreensivelmente tornar-se mais descrentes do modelo, mas se as coisas continuarem como estão, o modelo europeu parece ser responsável por ajudar a inspirar apoio à integração latino-americana.

²⁰ Para uma revisão dessa literatura ver Simon Françoise e Susan Kaufman Purcell, *The Impact of Regional Integration on European-Latin American Relations*, in **Europe and Latin America in the World Economy**, orgs. Simon Françoise e Susan Kaufman Purcell, Boulder, Colorado, Lynne Rienner Publishers, 1995.

FIGURA 10
Opinião sobre a União Européia e Apoio à Integração Econômica na América Latina



Apoio à Democracia

Como observado no início deste trabalho, a América Latina é institucionalmente democrática neste momento, uma mudança significativa em relação a décadas anteriores. Também é fato que a América Latina tem caminhado para a integração econômica de maneira mais firme e profunda que no passado. Existe uma associação entre as duas coisas? Ou seja, pode o apoio à democracia traduzir-se em apoio a um modelo econômico que envolve a integração regional? Os dados sugerem uma resposta afirmativa a essa questão.

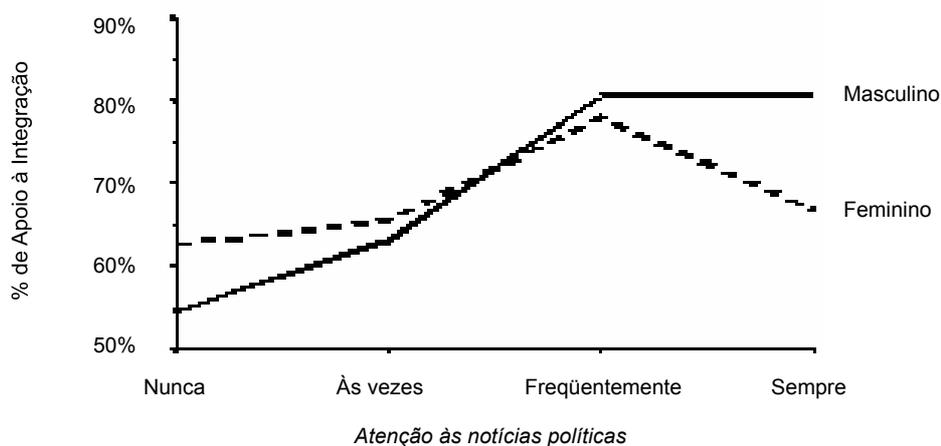
O Latinobarômetro contém um item frequentemente utilizado para medir apoio à democracia: “em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou insatisfeito com o modo como a democracia funciona em [preencher com o país]?” Na América Latina, há uma relação estatisticamente significativa ($<0,001$) entre a satisfação com a democracia e apoio à integração econômica. O apoio à integração aumenta de aproximadamente dois terços entre aqueles pouco satisfeitos com a democracia para quase 80% dos que estão satisfeitos com ela. Outro item no *survey* pergunta: “você estaria disposto a defender a democracia se ela estivesse ameaçada?” Novamente aqui a relação é estatisticamente significativa ($<0,001$), com três quartos dos dispostos a defender a democracia favoráveis à integração contra dois terços dos que não estão dispostos a defendê-la.

Atenção Política

O *survey* inclui várias questões para medir a atenção política dos entrevistados. Análise de todas elas revela o mesmo padrão: os mais atentos à política apresentam maior apoio à integração. Por exemplo, o *survey* pergunta sobre audiência a noticiários políticos na TV e no rádio, e sobre leitura das seções políticas dos jornais. Também formula uma questão mais geral sobre a frequência com que o entrevistado “acompanha as notícias políticas”. O padrão dessas medidas é semelhante. Na Figura 11 estão apresentados os resultados para a questão mais geral. O padrão para os homens é forte e linear, de tal modo que menos de 55% dos que não prestam qualquer atenção à política apóiam a integração, contra mais de 80% dos que prestam atenção freqüentemente. Entre as mulheres, o padrão é muito menos marcado e chega a mostrar declínio no grupo mais atento.

FIGURA 11

Atenção às Notícias Políticas e Apoio à Integração Econômica, segundo Gênero



O Modelo Geral de Apoio à Integração Econômica

Até aqui, o estudo adotou a análise bivariada para que o leitor pudesse visualizar com facilidade as relações entre cada fator e o apoio à integração econômica na América Latina. Como os próprios fatores explicativos são inter-relacionados (p. ex., a educação está positivamente associada com diversas das variáveis discutidas acima), é importante examinar a relação inteira utilizando técnicas multivariadas. Os resultados apresentados a seguir incorporam todas as variáveis discutidas neste trabalho, empregando, como variável dependente, o apoio à integração na América Latina.²¹ A Tabela 3 apresenta os resultados da regressão OLS.

TABELA 3
Resultados da Regressão OLS

	Coeficientes Não estandarizados		Coeficientes estandarizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
(Constante)	-20.442	.688		-29.730	.000
Benefícios da integração econômica	.338	.003	.226	99.066	.000
Opinião sobre a União Européia	10.303	.111	.213	92.941	.000
Situação econômica	.171	.004	.095	42.889	.000
Educação	2.064	.603	.077	32.915	.000
Disposição a defender a democracia	5.882	.233	.055	25.426	.000
Atenção a notícias políticas	2.685	.120	.050	22.426	.000
Satisfação com a democracia	2.285	.127	.039	17.991	.000
Empresário	-6.427	.409	-.036	-15.718	.000
Estudante	-5.092	.330	-.037	-15.435	.000
Profissional assalariado	-4.943	.535	-.021	-9.234	.000
Desempregado	-2.405	.278	-.023	-8.657	.000
Profissional independente	4.533	.654	.015	6.934	.000
Empregado	-1.623	.284	-.014	-5.717	.000
Gênero	-.970	-.209	-.011	-4.636	.000

R-quadrado ajustado = 0,019, sig. <0,001. Gênero 1 = homem, 2 = mulher

Regressão OLS: Preditores do Apoio à Integração Latino-Americana

Cada uma das variáveis discutidas neste trabalho (exceto a riqueza, como observado acima) é um preditor significativo do apoio à integração na América Latina. Um fator-chave são os benefícios percebidos da integração; quanto maiores os benefícios percebidos, tanto maior o apoio. Há também uma associação positiva entre a opinião dos latino-americanos sobre a União Européia e o apoio à integração. As duas importantes variáveis socioeconômicas e demográficas, educação e gênero, são também significativas, com o valor *t* mais alto para a educação que para qualquer das outras

²¹ O Latinobarômetro contém grande número de variáveis e aquelas que pareceram teoricamente apropriadas foram examinadas à luz de suas ligações com o apoio à integração. Este trabalho inclui as que se mantiveram significativas na análise multivariada. A construção de índices para algumas das variáveis, por exemplo, o agrupamento do grande número de questões relacionadas à atenção à mídia, produz resultados ligeiramente diferentes, que não afetam a substância da análise.

variáveis no modelo. Gênero, porém, tem um valor *t* muito baixo, se comparado ao da educação. O apoio à democracia (na forma de disposição a defendê-la e satisfação com seu funcionamento) também desempenha papel independente na explicação do apoio à integração. Os mais atentos às notícias políticas apóiam mais a integração. A variável ocupação foi subdividida numa série de variáveis dicotômicas (*dummy*) de modo a ver mais claramente o efeito dos grandes grupos ocupacionais. Os fazendeiros que, na Figura 9, exibiam o menor nível de apoio à integração foram utilizados como categoria base com a qual as outras foram comparadas. Desempregados e estudantes foram também incluídos como categorias separadas. Como se pode ver a partir dos sinais dos coeficientes na Tabela 3, apenas o status de profissional independente está positivamente associado ao apoio à integração (as categorias executivo de alto nível e executivo médio, que também tinham ligações positivas com o apoio, deixaram de ser significativas depois que outras variáveis foram incluídas na regressão. Por outro lado, os empresários, estudantes, profissionais assalariados, desempregados e empregados, todos tiveram impacto negativo sobre o apoio. Em termos gerais, a ocupação teve apenas um pequeno papel na determinação do apoio, como mostram os valores *t*.

Implicações e Conclusões

Este trabalho apresenta de várias maneiras um quadro das atitudes populares sobre a integração econômica na América Latina que agradaria aos que apóiam a integração. Com exceção de quatro dos 17 países, dois terços dos entrevistados apóiam a integração; em nove dos 17, três quartos ou mais dos que expressam opiniões a apóiam. Em cada um dos países, a maioria dos que têm opinião apóia a integração. Esses resultados poderiam ser vistos com uma breve observação às proporções apresentadas nos resultados do Latinobarômetro. Mas o melhor deste estudo foram as análises bivariada e multivariada.

Duas variáveis socioeconômicas aparecem como diretamente ligadas ao apoio à integração latino-americana: os benefícios percebidos dos blocos comerciais regionais e a percepção da situação econômica pessoal e nacional. Isso sugere que o sucesso gera o sucesso, e quanto mais a América Latina prosperar com o comércio regional e sua economia florescer, tanto maior seria o apoio à integração regional.

Os latino-americanos também estão atentos à Europa e ao seu processo de integração. Quanto melhor a opinião sobre a integração européia, tanto maior o apoio à integração latino-americana, o que sugere que os esforços da União Européia e de seus países membros para promover os ideais da integração para além de suas fronteiras podem ter um efeito positivo. Como nenhuma pessoa razoável poderia esperar uma navegação completamente suave do processo europeu nos próximos anos, é importante que a União Européia continue a promover seu modelo na América Latina para contrabalançar os inevitáveis desapontamentos.

As mulheres apóiam menos a integração do que os homens em muitos países da América Latina. Grande parte dessa diferença, porém, é função dos mais baixos níveis educacionais das mulheres, em comparação com os homens. Controlada a educação, o hiato de gênero na opinião se estreita consideravelmente, como mostrou a análise de regressão. Talvez o mais importante, na perspectiva da formulação de políticas, seja que os mais educados e atentos à mídia apóiam fortemente a integração. Como os mais educados são geralmente os politicamente mais ativos na sociedade, os que mais votam e mais fazem demandas a seus representantes, é provável que o apoio popular à integração seja especialmente eficaz em influenciar a formulação de políticas. Ademais, a opinião dos mais educados pode ter um efeito restritivo sobre regimes populistas que, de tempos em tempos, são eleitos na América Latina com base em apelos nacionalistas. Se esses regimes procurarem isolar seus países da integração econômica regional, podem ter que enfrentar oposição popular majoritária, liderada pela mais forte oposição dos mais escolarizados.

Finalmente, é bom ver que a democracia e o apoio à integração estão ligados. Quanto mais estão satisfeitos os latino-americanos com a democracia e quanto mais estão dispostos a defendê-la, maior seu apoio à integração econômica. Se a América Latina continuar em seu recente caminho de crescente democratização, isso implica em que haverá crescente apoio à integração econômica. Pode-se mesmo especular que o apoio à integração econômica pode levar ao apoio à integração política, mas essa esperança já foi manifestada pelos primeiros teóricos da integração econômica e não têm sido confirmadas.²² O nacionalismo na América Latina tem sido muitas vezes subestimado por causa da baixa frequência de guerras na região neste século. Talvez o nacionalismo desapareça juntamente com o militarismo e as ditaduras do passado, mas os dados utilizados não permitem explorar essa possibilidade. Por enquanto, os que apóiam a integração na América Latina terão que se contentar com o quadro otimista aqui apresentado, sem saltar à injustificada conclusão de que cedo veremos a emergência dos “Estados Unidos da América Latina”.

Tradução do original em inglês de Plínio de Souza Dentzien

²² Um dos primeiros estudos a mostrar a descontinuidade entre a integração econômica e a política foi Mitchell A. Seligson, “Transactions and Community Formation: Fifteen Years of Growth and Stagnation in Central America”, *Journal of Common Market Studies* 11 1973: 173-190.

Participação e Comportamento Político no Estado de São Paulo, 1990*

Marcelo Costa Ferreira

Doutorando em Ciência Política – IUPERJ

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a associação entre participação política e comportamento eleitoral. As evidências empíricas são originadas a partir da análise de uma pesquisa de opinião realizada no estado de São Paulo em 1990 pelo IBOPE. A partir da análise dos gráficos de correspondência, conclui-se que o voto e as tendências ideológicas de esquerda estão associadas entre si, mas essa evidência não exclui uma associação entre voto na direita e associativismo. Em resumo, poucas modalidades de participação política estão associadas com o comportamento eleitoral, e apatia política parece estar relacionada com a baixa credibilidade da atuação na política enquanto mecanismo de representação de interesses e negociação de conflitos.

Palavras-chave: Eleições, Associativismo, Participação Política, Participação Eleitoral, Política Brasileira.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the relationship between political participation and electoral behavior. Empirical evidence comes from a survey conducted in São Paulo by the IBOPE in 1990. The main finding suggests that voting and left-wing trends are correlated. However, this finding does not exclude an association between rightist voting and political participation. In short, few modalities of participation are related to electoral behavior, and political apathy should be correlated with low credibility in politics as mechanism of representation and conflict management.

Key words: Political participation, Electoral participation, Associativity, Brazilian politics.

* Este estudo teve apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

Gostaria de agradecer a enorme generosidade e paciência de Wanderley Guilherme dos Santos, Rachel Meneguello e Vitor Luiz Cooke Vieira, além do apoio de Maria das Graças Plá Sanchez e Paula Cencig. Sem o desprendimento deles, este trabalho não teria sido possível. Destaco também que a qualidade deste estudo foi incrementada de forma significativa através dos comentários e sugestões do *referee* anônimo, além da leitura atenta de Paulo Leal e das conversas que tive sobre o tema deste artigo com Mônica Mata Machado de Castro, que foram fonte de inspiração para redigir este texto. Sou grato a todos, mas sou o único responsável pelas limitações e eventuais falhas que este estudo possa apresentar.

Este estudo analisa uma pesquisa pertencente ao acervo do CESOP/UNICAMP, tendo sido originalmente idealizada e executada pelo IBOPE. A análise dos dados desenvolvida neste artigo é de minha completa autoria, não constituindo um parecer oficial das instituições mencionadas.

Introdução

As eleições de 1989 foram um marco na política brasileira. A ocorrência de forte polarização entre as candidaturas de esquerda (Lula) e direita (Collor), bem como, em seguida, o surgimento de diversas forças políticas muito influentes durante a década de 1990 nos âmbitos políticos regional e nacional, representaram a afirmação de uma nova geração de políticos profissionais nos cenários legislativos e executivos.

Apesar das transformações socioeconômicas observadas a partir de 1960, e as transformações específicas do cenário político a partir de 1989, as taxas de participação política entre o final da década de 1980 e meados de 1996 mostram-se muito baixas, conforme revela Ferreira (1999a), ao analisar dados sobre a participação em 1998 e 1996 nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro e Fortaleza. As razões para esse fato não parecem se relacionar a condicionantes socioeconômicos, (Ferreira, 1999b). Então, surge uma questão: o quê explicaria a apatia associativa do brasileiro?

O objetivo deste artigo consiste em discutir esta questão, propondo como uma possível estratégia de análise a relação entre a participação, o comportamento e a opinião eleitoral. As citadas associações serão examinadas a partir da interpretação dos dados de uma pesquisa de opinião aplicada em 1990 no Estado de São Paulo pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, Ibope. Seu desenho amostral consiste numa seleção por quotas, incluindo 800 eleitores.

Este texto está dividido em mais duas partes: na seção subsequente, apresento uma revisão bibliográfica concisa sobre a conexão entre participação e comportamento eleitoral, para, em seguida, explorar a análise da relação entre ambas no estado de São Paulo, em 1990, a partir dos gráficos de análise múltipla de correspondência. Na conclusão, estão resumidos os principais pontos deste artigo.

Participação e Comportamento Político

A participação política tem sido considerada um fenômeno multidimensional e não restrito apenas a um modalidade exclusiva de atuação eleitoral, como destacam Sabucedo e Arce (1991) por exemplo, no que tange à participação eleitoral. Esse fenômeno pode assumir diversas facetas: desde o engajamento mais ou menos atuante no processo eleitoral até a inserção em associações de moradores e de cunho religioso. Coerente com este argumento Conge (1988) defende a necessidade de entender o fenômeno da participação de forma abrangente, criticando a adoção de definições muito restritas.

A bibliografia normalmente tem acentuado a existência de grupos, aglomerados ou conjuntos de distintas modalidades de participação política, sejam eles identificados pela análise fatorial, multidimensional ou de conglomerados (Verba & Nie, 1972 p.384-386). No caso dessas análises, destaco duas características: a primeira seria que a participação não eleitoral provocaria nas pessoas um aumento do seu respectivo interesse em outras modalidades de atuação na política; a segunda seria inversa à primeira, ou seja, não haveria relação entre a participação eleitoral e participação numa associação de bairro ou em sindicatos.

Um exemplo do primeiro desses aspectos é o estudo de Erickson e Nosanchuk (1990), segundo o qual a teoria sobre participação política (Almond & Verba, 1963) aponta a relação entre associativismo e diversas outras modalidades de participação. Pertencer ou atuar numa associação fomenta características como o debate político, a organização coletiva e a conscientização política. Também compartilham esse argumento as pesquisas de Baumgartner e Walker (1987), Leighley (1996) e Huckfeldt (1979)¹. A pesquisa de Erickson e Nosanchuk (1979) testa essa hipótese em um estudo de caso de um agrupamento apolítico, uma associação de jogadores de *bridge*, e seus resultados corroboram parcialmente a teoria, qual seja, apenas os que conversam sobre política na associação participam de outras modalidades.

O segundo aspecto consiste na não associação entre a participação eleitoral e as suas diversas facetas, como votar, colar panfletos, convencer outras pessoas a votar em um dado candidato, entre outras, com modalidades de participação política conhecidas como associativismo ou a filiação a sindicatos. Esse aspecto apresenta alguma semelhança com o estudo de Pollock (1982). Segundo este autor, a correlação entre todas as modalidades de participação política entre si não é automática, ou seja, determinados tipos de participação política tendem a formar conglomerados de modalidades de atuação política.

No Brasil, o trabalho de Castro (1985) analisa essa questão, comparando duas pesquisas por amostragem realizadas em 1976 em Juiz de Fora e Presidente Prudente. Essa autora estava interessada em analisar a relação entre o voto na Arena ou MDB e a filiação dos eleitores a uma determinada associação profissional ou sindical, com a hipótese de que o voto oposicionista estaria associado à participação política. A tese de Lipset (1963) é de que a participação política nos setores populares fomenta o voto de oposição. Porém, segundo a análise de dados elaborada pela autora, a participação política está associada ao conservadorismo na cidade de Presidente Prudente, enquanto o inverso ocorre em Juiz de Fora.

¹ Gilles e Dantico, 1982) concordam com o respectivo ponto, mas afirmam que este tipo de associação é fraca quando se considera o *status* social dos indivíduos em associações de bairro.

Em suma, a bibliografia aponta que a relação entre participação e comportamento eleitoral não é estável. Ou seja, a participação política pode influenciar a inserção em outras modalidades de atuação, mas a tendência é a organização de conglomerados de formas de participação política. Pode também haver ou não uma relação entre o pertencimento a associações e o voto conservador. No próximo tópico, analiso esta questão para o Estado de São Paulo em 1990.

Participação e Comportamento Político no Estado de São Paulo, 1990

São Paulo é o maior estado brasileiro em termos populacionais e econômicos, concentrando grandes indústrias, o setor financeiro e diversas atividades de serviços – a participação percentual de São Paulo no PIB nacional foi em torno de 35% entre os anos de 1990 e 1994 (SEADE, 2000). O peso eleitoral de São Paulo é considerável, e o seu eleitorado apresenta uma papel muito significativo em qualquer eleição presidencial – em 1990, por exemplo, os eleitores paulistas eram 22,3% do eleitorado brasileiro². Contudo, o eleitorado paulista apresenta, em termos gerais, taxas de participação política muito reduzidas, não correspondentes à relevância política e econômica desse estado. É o que apresenta a Tabela I.

Os dados da pesquisa de 1990 mostram, entretanto, a existência de interesse em política, embora não traduzido em participação. Assim, 79% dos entrevistados assistiram à propaganda política na televisão, enquanto 68,3% conversaram sobre política com a família. Destacam-se como atuantes os que participam em clubes recreativos, 30,8%; e os que são ou já foram sindicalizados, 28,4%. Além disso, aproximadamente 85% dos que pertencem a sindicatos não votam e não comparecem em suas respectivas assembleias. Observa-se que os resultados condensados na Tabela I são coerentes com diversos estudos sobre participação já realizados no Brasil, ver Castro (idem) e Ferreira (1999a).

² Percentual calculado a partir das informações disponíveis em Leex (2000).

TABELA I
Participação Política no Estado de São Paulo – 1990 (%)

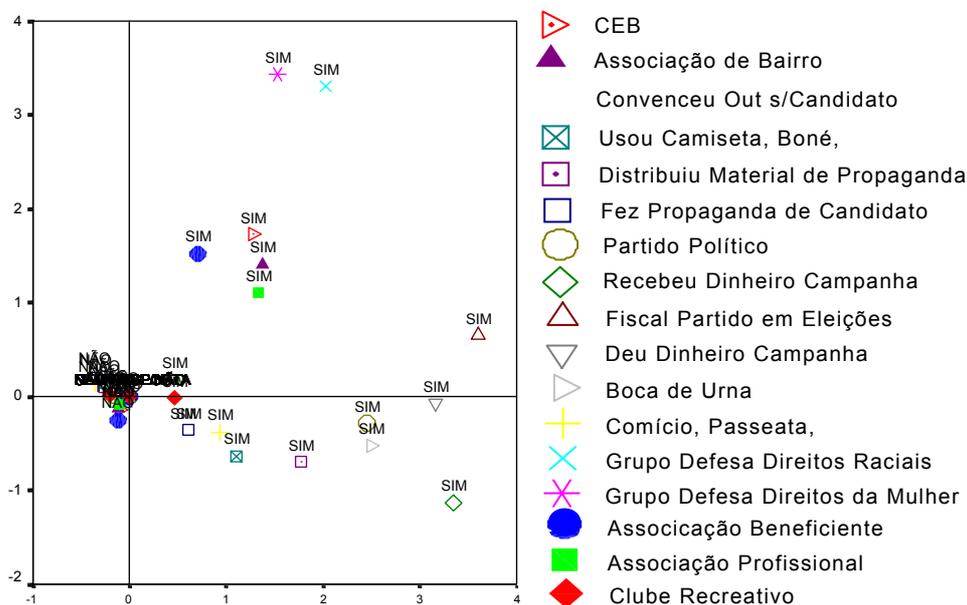
Modalidade de Participação	Pertencimento ou Atuação Política	
	Sim	Não
Participação Política		
Clube Recreativo	30,8	69,3
Associação Profissional	7	93
Associação Beneficente	14,1	85,9
Grupo de Defesa dos Direitos da Mulher	1,4	98,6
Grupo de Defesa dos Direitos Raciais	2,4	97,6
Associações de Bairro ou de Moradores	8,3	91,8
Comunidades Eclesiais de Base	7,3	92,8
É ou já foi filiado ao Sindicato de sua categoria ?	28,4	71,6
Partidos Político	6,1	93,9
Greve	17,5	82,5
Participação Eleitoral		
Boca de Urna	6,5	93,5
Deu dinheiro para campanha de candidato	2,9	97,1
Trabalhou como fiscal de partido	2,3	97,8
Recolheu dinheiro para campanha	2	98
Fez Propaganda de Candidatos	36,5	63,5
Distribuiu material de Propaganda Política	13	87
Usou camiseta, button, adesivo	19	81
Comícios, passeatas, carreatas, e etc.	27,6	72,4
Persuadiu voto alheio	39,5	60,5
N	800	

Pesquisa de Opinião Pública. IBOPE - 19 a 28 de Fevereiro de 1990
Tabulação realizada pelo Autor.

Contudo, a participação eleitoral, excluindo o exercício do voto, não está relacionada à atuação política não eleitoral, conforme revela o Gráfico I³. A participação do tipo eleitoral não está associada à dimensão associativa da atuação na política, e entre esses dois grupos, percebe-se o conjunto da não-participação. Apenas a participação em carreatas, o uso de camiseta e bonés e a realização de propaganda para candidatos apresentam alguma relação com o associativismo. Tendo em vista esse fato, apenas a participação em carreatas foi mantida nas análises multivariadas subseqüentes. O mesmo não ocorre com a dimensão do exercício do voto, a opinião eleitoral e a participação.

³ O Gráfico I consiste num diagrama de análise de correspondência, ver Hair (1995). São duas as finalidades desta técnica estatística. A primeira busca representar as associações entre as categorias de um conjunto de variáveis. Quanto maior a associação, mais próximos no gráfico estarão os atributos, e o mesmo ocorre com a fraca (ou inexistência de) associação. Por exemplo, no Gráfico I, a participação em grupos de defesa da mulher está associada à filiação a entidades de defesa dos direitos raciais. Porém, não existe associação entre o uso de bonés numa eleição e o pertencimento a grupos de defesa feminista. A principal diferença é que, no primeiro caso, as duas categorias estão próximas no gráfico, o que não ocorre no segundo exemplo. A segunda finalidade é a identificação de grupos de categorias associadas entre si. No caso do gráfico I, existe um aglomerado composto pela associação entre a prática da boca de urna e a filiação a associações beneficentes, profissionais e de bairro; enquanto um outro grupo consiste na associação entre pertencimento a grupos de defesa da mulher ou a entidades de defesa de direitos raciais

GRÁFICO I
Grupos de Associação entre as Diversas Modalidades
de Participação Política no Estado de São Paulo, 1990
Análise Múltipla de Correspondência⁴



Em 1990, o eleitorado do estado de São Paulo pode ser considerado conservador: 33% dos entrevistados se identificaram como de direita, 23,6% não assumiram postura ideológica (seja afirmando que é neutro politicamente, ou que não sabe ou não respondeu à questão formulada). O voto preferido para Presidente da República no primeiro turno em 1989 foi em Collor, 31,4%, (no segundo turno, 56,9%) o apoiaram, seguido de Lula, 21,5%; Covas, 16,3 e Maluf, 14,1%, que também foi apontado como o candidato preferido para governar o estado (com a preferência de 31,5% dos entrevistados)⁵. O Gráfico II descreve a relação entre essas variáveis.

Quatro grupos são identificados no Gráfico II: a esquerda, a direita de cunho eleitoral, a direita de cunho associativo e os apáticos. O primeiro agrupamento consiste na associação entre a identificação partidária pelo PSDB, PT, PCB e PC do B com o voto no primeiro e no segundo turnos em Lula. O segundo conglomerado reside nos partidos de tendência ideológica direitista com parca expressão eleitoral, ou seja: o PDS e o PTB. O terceiro grupo é a direita eleitoral: o voto em Collor no primeiro e no segundo turno está associado ao voto

⁴ O programa estatístico utilizado para gerar os gráficos da análise de correspondência foi o SPSS.

⁵ O leitor interessado na análise entre identificação partidária e comportamento eleitoral encontrará uma análise mais detalhada sobre este tema no trabalho de (Singer, 2000).

A análise do Gráfico II apresenta as dificuldades de legitimação eleitoral da esquerda. O apoio a Lula é baseado em movimentos sociais organizados, enquanto a direita, no segundo turno, une-se para alcançar a hegemonia eleitoral. O principal problema da candidatura Lula, sugerido pela interpretação dos dados é conseguir no segundo turno, o voto que não foi para uma candidatura de esquerda no primeiro turno para o segundo. Contudo, como a participação política organizada é baixa, o principal trunfo de Lula aparece minimizado, uma vez que a maioria do eleitorado de direita não participa de forma organizada.

Um outro ponto é a relação entre participação política e a identificação partidária. Algumas modalidades de participação estão associadas à identificação partidária com siglas de direita, enquanto outras estão relacionadas a partidos de esquerda. Por exemplo: a identificação com o PDS e o PTB apresenta relação com a participação em associações beneficentes ou profissionais e de bairros. Por outro lado, existe associação entre variáveis de participação política (ou seja: fizeram greve, são filiados a sindicatos ou clubes recreativos) e o voto no primeiro e no segundo turnos na eleição presidencial de 1989 em Lula. A participação política em movimentos organizados pode estar associada a posições de direita e de esquerda. Em outras palavras: algumas modalidades de atuação na política tendem a estar associadas com comportamento político mais próximo ao da direita, enquanto outros estão relacionadas a posturas eleitorais de esquerda.

A associação entre participação política e voto direitista é bastante complexa. Os candidatos com maior expressão eleitoral nas eleições presidenciais de 1989 e para governador em 1990 – no último caso, no momento da aplicação da pesquisa de opinião – revela que os candidatos com maior performance eleitoral não apresentam expressiva associação com as variáveis de pertencimento a entidades associativas. Assim, as categorias que representam o voto em Collor ou Maluf estão distantes no Gráfico II em relação aos atributos que indicam filiação a algum movimento organizado. Este panorama, contudo, não ocorre com os partidos de esquerda – como o PSDB, PT entre outros. Os partidos de direita, como o PTB e o PDS apresentam um situação ambígua. Neste último caso, a posição desses dois últimos partidos é equidistante em relação à participação política, por exemplo, entre entidades beneficentes e o voto nos grandes candidatos da direita nas eleições para os executivos nacional e estadual.

Existe também um conjunto de modalidades de participação que está no “centro” dos quatro aglomerados de representação da associação entre participação, voto e identidade partidária: a filiação, presente ou passada, a sindicatos e a participação em greves. Estas duas formas de atuação na política são as únicas no Gráfico II que podem apresentar alguma associação com o voto nos candidatos da direita ou de tipo em branco ou nulo. Ao contrário da proposição do senso comum, a associação entre identificação com partidos de esquerda e atuação sindical não é tão expressiva. Por outro lado, a participação sindical apresenta uma relação expressiva com o voto em Lula – principal candidato do maior partido de esquerda no Brasil, o PT.

A análise da associação entre participação política, o voto para senador e para governador nas eleições de 1990 no estado de São Paulo é apresentada no Gráfico III. Naquele ano, os entrevistados pelo IBOPE declararam que, se a eleição fosse realizada naquele momento, Maluf teria 31,5% dos votos para o executivo estadual, seguido de Sílvio Santos com 19,1%. A pesquisa constatou também que 18,9% declararam que não votariam, ou ainda, não sabiam ou não quiseram opinar.

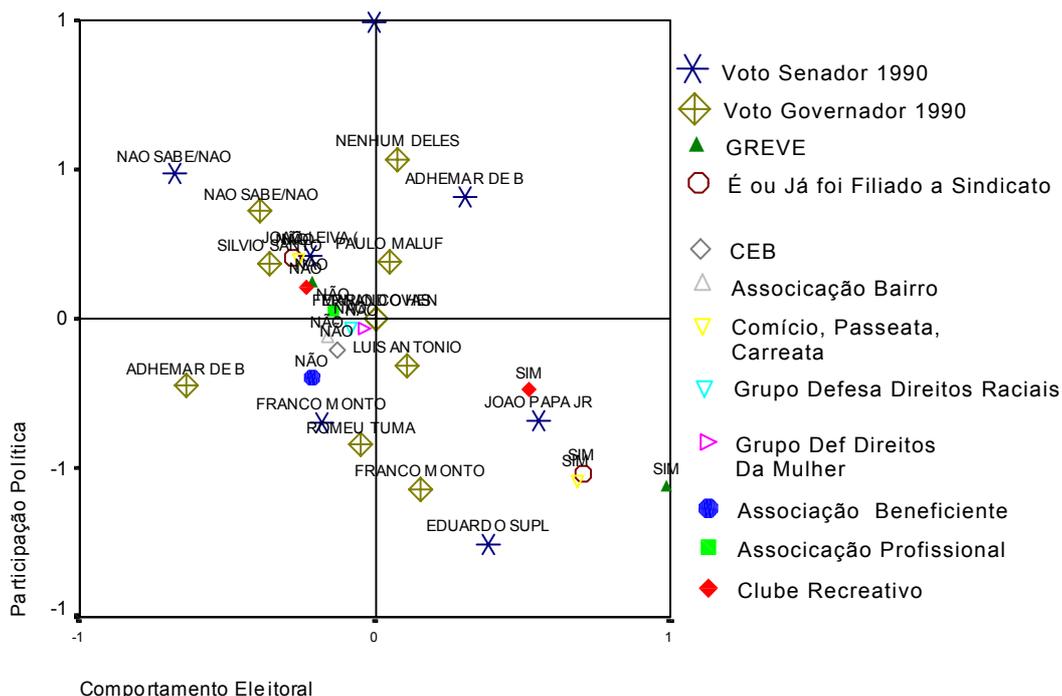
Para a eleição no Senado, no mesmo ano, Eduardo Suplicy, candidato do PT, e Franco Montoro, do PSDB, ficariam tecnicamente empatados, com 20,4% e 22,8%, respectivamente. Uma outra votação expressiva foi dada ao não-voto e a omissão de opinião eleitoral, traduzida por 29,5%. A expressiva intenção de voto em Suplicy talvez possa ser um reflexo do voto dado a uma personalidade importante na história da consolidação do PT no estado, ou de uma modalidade de voto de protesto, da mesma forma que ocorreu com o voto dado em 1986 a Luiza Erundina, prefeita da capital paulista entre 1988 e 1992. O eleitorado do Estado de São Paulo em 1990 – segundo as evidências analisadas neste artigo – não poderia ser considerado progressista, mas consiste num fato indiscutível que uma parcela expressiva manifesta uma significativa insatisfação com os candidatos às eleições.

O Gráfico III apresenta duas grandes aglomerações. A primeira é composta pela associação entre o voto em Suplicy e Papa JR para o Senado; Montoro para o governo e a participação em CEBs, associações de bairro, greve, sindicatos e clubes recreativos. A outra dimensão é a não-participação, a não-manifestação de preferência eleitoral e o voto em todos os outros candidatos para o governo e para o Senado. Esta configuração demonstra interessantes evidências da articulação das candidaturas no primeiro segmento com setores organizados da sociedade. Mesmo assim, a associação entre as categorias de filiação a grupos associativos e o voto não são inexistentes, mas são bem fracas.

A relação entre preferência partidária, posição política (direita, esquerda ou centro) e o voto num candidato do PT ao governo do estado com as modalidades de participação política são apresentadas no Gráfico IV. O partido com maior percentual de identificação é o PT, com 13,1%, seguido pelo PMDB, com 4,2%, PDS, com 3,8% e o PSDB, com 2,4%. Já os partidos de direita apresentam as menores taxas de identificação partidária, mas o mesmo não ocorre na auto-identificação ideológica: 33,% do eleitorado do estado se classificaram como de direita, enquanto 15% de esquerda, 17,5% de centro e 33,1% não sabem, não responderam ou não se auto-classificaram ideologicamente. Além disso, ao serem inquiridos sobre a possibilidade de votar num candidato do PT ao governo, 46% dos entrevistados declararam que não votariam nesta opção. A análise destes percentuais sugere a existência de quatro vetores ideológicos no eleitorado paulista: a esquerda, representada pelo

PT; a direita; categorias intermediárias de opção de centro e os alienados em relação à política.

GRÁFICO III
Participação Política, Voto no Senador e Governador
no Estado de São Paulo, 1990
Análise Múltipla de Correspondência



A análise de correspondência efetuada no Gráfico IV praticamente replica a interpretação dos percentuais das citadas variáveis. A posição ideológica de esquerda, a identificação com o PT, o voto em Lula no segundo turno nas eleições presidenciais de 1989 e a opção pelo candidato do PT para o governo do estado compõem uma das configurações no mencionado Gráfico IV. Um segundo aglomerado pode ser considerado como de direita, que reside na identificação partidária com o PRN, PMDB, o voto em Collor no segundo turno nas eleições presidenciais de 1989. Um conjunto de categorias intermediárias consiste na opção ideológica pelo centro – que confirma o tradicional clichê sobre a política brasileira. A citada categoria está muito mais próxima da direita do que um ponto equidistante entre a esquerda e a direita, apesar da forte associação deste segmento com a participação em CEBs, greves ou sindicatos –

em grupos de defesa dos direitos da mulher ou de direitos raciais não apresenta associação com as categorias das outras variáveis presentes na análise. Contudo, o mesmo não ocorre nos Gráficos III (participação política, voto no Senado e no governo do Estado) e IV (participação política, identidade partidária, voto no 2º turno presidencial e rejeição ou aceitação do PT).

As categorias referentes à participação em greves, clube recreativo e pertencimento presente e passado a sindicatos apresentam alguma influência no Gráfico III e IV. As outras categorias de atuação na política presentes nas outras variáveis de participação sequer aparecem nestes dois últimos gráficos. As três respectivas modalidades de participação apresentam, nos Gráficos II e IV, associação com o comportamento eleitoral, tanto de esquerda quanto de direita, enquanto a identificação partidária apresenta expressiva associação com o voto de direita e de esquerda no Gráfico IV.

A relação entre participação política e comportamento eleitoral parece ser bem expressiva num contexto de eleições presidenciais. Porém, um pequeno número de modalidades de participação política parece ter alguma relação com a dimensão eleitoral. Por outro lado, a não participação eleitoral está presente em todos os gráficos, e costuma estar associada ora à não emissão de opinião política e a alienação eleitoral (voto em branco, nulo, por exemplo), ora ao voto em candidatos de direita.

Logo, a corrente que prescreve que os valores de desvalorização da política, entendida como arena de representação de interesses e de negociação de conflitos, resultam em apatia associativa, parece estar sendo corroborada pela análise dos gráficos de correspondência. No que respeita à participação eleitoral, o eleitor apático tanto vota na direita, quanto se exclui do processo eleitoral. Contudo, quando o eleitor participa – ou participou – em sindicatos, ou é filiado a entidade recreativa, ou já fez greves, este tipo de participação política pode tanto estar associada ao comportamento político de esquerda quanto ao de direita. Esse aspecto é coerente com o estudo de Castro (1985), e será discutido em maiores detalhes no próximo tópico, onde estão resumidos os principais pontos deste estudo.

Conclusões

Este artigo investigou a relação entre a participação política e os fatores exclusivamente políticos, enfocando a relação entre as modalidades de participação política entre si, além de investigar a associação delas com o comportamento político do eleitorado do estado de São Paulo em 1990.

A análise dos dados apontou evidências empíricas da parca associação entre participação política e comportamento eleitoral, ou seja: a atuação política de cunho não eleitoral apresenta relação fraca com o voto, a identidade partidária e aceitação ou não da possibilidade contrafactual do estado ser governado pelo PT. A maior parte das formas de atuação política sequer apareceu nos gráficos de análise de correspondência. Contudo, quando alguma associação ocorre entre a dimensão participativa e a eleitoral, percebe-se que algumas modalidades de participação podem estar associadas tanto ao voto de direita quanto de esquerda.

O eleitorado paulista apresenta uma fraca inserção nas modalidades de participação política analisadas neste estudo – com exceção da filiação a clubes recreativos, é o pertencimento a sindicato de sua categoria, greve. No que tange à participação eleitoral, também são expressivos os percentuais de eleitores que já persuadiram o voto alheio, fizeram propaganda de candidatos ou participaram de comícios, passeatas ou carreatas. Os paulistas não são tão apáticos em comparação com os resultados de outros estudos realizados sobre participação política. (Ferreira, 1999a ; Castro, 1985). Entretanto, também estão muito distantes do ideal do cidadão cívico – que é caracterizado por um significativo envolvimento na política.

A análise das associações entre as diversas modalidades de participação política entre si é coerente com outros estudos já realizados na literatura (Verba & Nie, 1972), ou seja, existem grupos de modalidades de participação que formam aglomerados entre si. No caso deste estudo observam-se três grupos bem distintos de participação: a participação de cunho associativo, a eleitoral e o pertencimento a grupos de defesa dos direitos da mulher e de grupos raciais.

Na análise da associação entre participação política, voto presidencial e identidade partidária, um primeiro ponto de destaque é a associação entre a não participação eleitoral e a alienação eleitoral ou o voto na direita. Nas eleições presidenciais de 1989, os votos da direita se unem no segundo turno, o que não ocorre com a candidatura de esquerda. Da mesma forma, existe associação entre a identificação partidária com partidos de direita e associações beneficentes ou de bairro, enquanto o pertencimento a clubes recreativos, sindicatos ou a atuação em greve podem tanto estar associadas a comportamentos políticos de esquerda quanto de direita. De uma forma geral, as modalidades de participação que caracterizam-se pela geração de bens públicos de qualquer natureza tendem a ter uma inserção individual que está associada à identidade com pequenos partidos de direita, como o PDS ou PTB. Já as modalidades de

atuação política que têm objetivos políticos mais explícitos (greve ou pertencimento a sindicatos) podem tanto estar associadas à identificação ou o voto presidencial em candidatos ou partidos de esquerda.

Um segundo ponto de destaque é a relação entre participação política, voto para o Senado e para governador; ou participação política, identidade partidária, voto no segundo turno presidencial e rejeição ou aceitação de o governo do estado ser exercido pelo PT, onde percebe-se que a maior parte das modalidades de participação política analisadas não estão associadas a outras facetas do comportamento eleitoral. De uma forma geral, apenas o pertencimento a clubes recreativos, sindicatos ou atuação em greves – além da não participação política – estão presentes em todos gráficos analisados.

Contudo, a identidade partidária parece apresentar um associação com o comportamento eleitoral muito mais robusta do que a participação política. Coerente com o estudo de Singer (2000), o eleitorado paulista apresenta segmentos claramente identificados com a esquerda, direita, centro e apáticos em termos políticos. Em uma eleição presidencial, os votos nas candidaturas de direita se unem no segundo turno, e os alienados podem tanto apoiar a direita quanto se manterem à margem do processo eleitoral.

Em resumo, como poucas modalidades de participação política interferem neste processo eleitoral, e quando têm alguma influência, podem tanto estarem associadas com o comportamento político de esquerda ou de direita, e ainda às vezes apenas com a direita, a associação entre participação política e comportamento eleitoral não é inexistente, mas é bem fraca. Além disso, a não participação política está associada com a não opinião, o voto em branco ou nulo no processo eleitoral. Esta evidência sugere que fatores relacionados à pouca credibilidade da participação política entendida como mecanismo de representação de interesses e de negociação de conflitos, podem estar relacionados à apatia associativa.

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. (1965), *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston, The Little Brown and Company.
- BAUMGARTNER, Frank e WALKER, Jack L. (1987), "Survey Research and Membership in Voluntary Associations". *American Journal of Political Science*. Vol. 32, nº4. Pp908-928.
- CASTRO, Monica Mata Machado. (1985), "Participação e Comportamento Político". *Cadernos DCP*. UFMG. Nº7. Setembro. Pp57-83.
- CONGE, Patrick J. (1988), "The Concept of Political Participation - Toward a Definition". *Comparative Politics*, January.

- ERICKSON, Bonnie H. e NOSANCHUK, T.A . (1990), "How an Apolitical association Politicizes". *Canadian Review of Sociology and Anthropology*. Vol. 27, nº 2. pp206-219.
- GILLES, Micheal W. e DANTICO, Marilyn. (1982), "Political Participation and Neighborhood Social Context Revisited". *American Journal of Political Science*. Vol. 26, nº 1. Pp144-150.
- FERREIRA, Marcelo Costa. (1999) "Associativismo e Contato Político nas Regiões Metropolitanas do Brasil: 1988 –1996. Revisitando o Problema da Participação". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, Nº 41, Outubro. Pp90-102.
- _____. (1999) "A Participação Política e os seus Determinantes Socioeconômicos: as Regiões Metropolitanas Brasileiras: 1988–1996". *Opinião Pública*, CESOP/UNICAMP, Vol. V, junho.pp78-86.
- HAIR, Joseph et alli *Multivariate Data Analysis with Readings*. Nova Jersey, Prentice Hall, 1995. 4 ° Ed.
- HUCKFELDT, R. Robert. (1979), "Political Participation and The Neighborhood Social Context. *American Journal of Political Science*. Vol. 23, nº 3. pp579-592.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS DE SÃO PAULO (SEADE), (2000). *Participação do PIB do Estado de São Paulo no PIB do Brasil, por Setor de Atividade 1980-1994*. <http://www.seade.gov.br/cgi-bin/titabpv98/titabp.ksh?sg=IND> . 28/06/2000, 16:42
- LABORATÓRIO DE ESTUDOS EXPERIMENTAIS, (2000). *Banco de Dados de Indicadores Políticos*, <http://www.iuperj.br/Portugues/leex/INDICE.htm>. 28/06/2000, 16:55.
- LEIGHLEY, Jan. (1996), "Group Membership and the Mobilization of Political Participation". *The Journal of Politics*. Vol. 58, nº 2. Pp 447-463.
- LIPSET, Seymour Martin. (1963). *Political Man: The Social Basis of Politics*. New York, Anchor Books.
- POLLOCK, Philip H. (1982), "Organizations as Agents of Mobilization: How Does Group Activity Affect Political Participation?". *American Journal of Political Science*. Vol. 26, nº 3. Pp485-503
- SABUCEDO, Jose Manuel e ARCE, Constantino. (1991), "Types of Political Participation: A Multidimensional Analysis". *European Journal of Political Research*. Vol. 20. Pp 93-102.
- SPSS CORPORATION, SPSS 6.1. (1994), *Professional Statistics*. Chicago, Marketing Department.
- SINGER, André. (2000), *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo, EdUSP.
- VERBA, Sidney e NIE, Norman. (1972), *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. Chicago, The University of Chicago Press.

Sistemas de Seguridade Social na América Latina: uma avaliação ordinal

John Dixon

Departamento de Política Social e Trabalho Social
University of Plymouth – Reino Unido

Resumo

Este artigo amplia a literatura comparativa de sistemas de seguridade na América Latina através da incorporação da dimensão avaliativa. Seu objetivo é a classificação dos sistemas de seguridade nos 36 países latino-americanos utilizando uma metodologia que possibilita uma avaliação do modelo estatutário do sistema de cada país. A conclusão mostra que a região com os melhores modelos é a América Central, marginalmente à frente da América do Sul. Os melhores sistemas nacionais de seguridade na América Latina estão na Bolívia, Uruguai, Brasil, Nicarágua e Argentina. Observam-se programas de nível mundial no Brasil, Argentina, Chile, Peru e Nicarágua.

Palavras-chave: América Latina, seguridade social, metodologia de avaliação.

Abstract

This paper extends the comparative social security literature on Latin America by incorporating an evaluative dimension. The purpose of this paper is to rank social security systems in 36 Latin American countries using a comparative evaluation methodology that enables an assessment to be made of a country's statutory social security intention. The conclusion drawn is that the region with the best designed Latin American social security systems is Central America, very marginally ahead of South America. The best-designed national social security systems in Latin American be found in Bolivia, Uruguay, Brazil, Nicaragua and Argentina. World-class designed social security programs exist in Brazil, Argentina, Chile, Peru and Nicaragua.

Key words: Latin America, social security, evaluation methodology.

Introdução

Na América Latina, as definições estatutárias da seguridade social, que datam das primeiras décadas do século XX, são dominadas pela estratégia de seguridade vinculada ao trabalho (ver Tabela 1).

Entretanto, há outras estratégias em funcionamento: contribuição do empregador, formas privatizadas de planos ocupacionais obrigatórios, planos pessoais obrigatórios, assistência social – contribuições sociais e fundos públicos obrigatórios -Fundos Nacionais Previdenciários (Anexo 1).

TABELA 1
Estratégias de Seguridade Social

Estratégia de seguridade social	de	Objetivo	Fontes de Financiamento	Cobertura	Eligibilidade aos Benefícios	Formas de Benefícios
Assistência Social		Redução da pobreza	Orçamento público	População total ou categorias designadas	Domicílio Testes categóricos Testes de médias	Pagamentos periódicos Benefícios em serviços
Proteção Social		Prevenção da pobreza	Contribuições dos trabalhadores, seus empregadores, e o governo	Trabalhadores em categorias designadas e seus dependentes	Testes Categóricos documento de contribuição ou emprego	Pagamentos periódicos segundo renda ou contribuição Benefícios em serviços Benefícios em saúde
Contribuições Sociais		Compensação social	Orçamento público	População total ou categorias designadas	Testes categóricos Domicílio	Pagamentos periódicos
Recursos Públicos Obrigatórios		Prevenção da pobreza	Contribuições de empregados cobertos e seus empregadores	Empregados de categorias designadas e seus dependentes	Testes categóricos Pagamento passado de contribuições	Pagamentos globais, talvez conversíveis em pagamentos periódicos
Impostos Empregador Pensões ou		Prevenção da pobreza	Empregadores designados	Empregados e seus dependentes	Emprego Atual	Pagamentos periódicos segundo renda pagamentos globais
Proventos Legais Ocupacionais		Prevenção da pobreza	Contribuições de empregados cobertos e seus empregadores	Empregados de categorias designadas e seus dependentes	Pagamento das últimas contribuições	Pagamentos globais reajustados pagamentos periódicos ou benefícios definidos
Pensões ou Proventos Pessoais Legais		Prevenção da pobreza	Contribuições de segurados	Contribuições individuais	Pagamentos das últimas contribuições	Pagamentos globais reajustados, pagamentos periódicos

Os primeiros estudos comparativos sobre provisão estatutária de seguridade social latino-americana emergiram no início dos anos 70 e foram marcados pelo trabalho seminal de Mesa-Lago¹. Este estudo estende essa literatura através da incorporação de uma dimensão avaliativa que permite classificar os sistemas de seguridade social.

Enfoques para Avaliação de Sistemas de Seguridade Social

Uma variedade de metodologias de avaliação pode ser utilizada para avaliar sistemas de seguridade social (Dixon 1998). Inicialmente, poderiam ser apreendidos por seus 'inputs', como programas de gastos com idosos como porcentagem do PNB (ver, por exemplo, OECD 1976, 1977). Esse enfoque excluiria, sem dúvida, os programas financiados apenas por empregadores ou indivíduos, e uma cuidadosa apreensão da comparabilidade dos dados de gastos é obrigatória (OIT 1972b). Dessa forma, a metodologia de avaliação do insumo é problemática quando aplicada em comparação internacional em larga escala. Em segundo lugar, os programas poderiam ser julgados por seu desempenho (ou seja, eficiência ou efetividade) (ver, por exemplo, ISSA 1976). Uma avaliação de eficiência, usando como medida o custo administrativo por benefício disperso é problemática devido à dupla contagem e devido à existência de ausências causadas pelos serviços oferecidos por agências de múltiplos serviços (ex: correios). Uma avaliação de desempenho pode ter uma variedade de formas. Medidas de cobertura de programa podem ser utilizadas (como a porcentagem da população ou da força de trabalho cobertas), mas são problemáticas devido às dificuldades de definição do número de pessoas que realmente – mais que potencialmente- são elegíveis para os benefícios sob um critério geral de qualificação. Podem ser utilizadas medidas de adequação aos benefícios– como parâmetros de renda, como uma porcentagem da renda limítrofe da pobreza, salário mínimo ou salário médio, ou o PIB per capita, mas são ambíguas porque ignoram as necessidades diferenciais de seguridade e a distribuição de pagamento do benefício acima ou abaixo do padrão escolhido (como o limite de renda da pobreza, nível salarial médio, PIB per capita). Podem ser utilizadas medidas de percepção da satisfação das necessidades ou de adequação dos benefícios pelos beneficiários (tais como as medidas de acesso ao financiamento de habitação, ou medidas subjetivas de pobreza, todas, entretanto, possivelmente envezadas pelo formato da questão aplicada e das escalas de medida utilizadas.

Além disso, dois desafios realmente formidáveis para avaliação de eficiência e desempenho permanecem. O primeiro é metodológico: como conciliar vários indicadores

¹ Mesa-Lago: ILO 1972^a e 1993; Mesa-Lago: 1978, 1983, 1985 a, 1985b, 1986, 1988, 1991 a, 1992^a, 1992b, 1994, ver também Paillas: 1979, Tamburi: 1985, Dixon and Scheurell: 1990, McGreevey: 1990, World Bank: 1995.

complexos de avaliação em um único indicador que permita a elaboração de um ranking classificatório de sistemas nacionais de seguridade social?

O segundo é informacional: como superar a indisponibilidade de dados confiáveis e compatíveis especialmente em grandes bases internacionais? Enquanto uma metodologia avaliativa-comparativa de aplicação regional, as metodologias de eficiência e desempenho também são necessárias. Finalmente, programas de seguridade poderiam ser julgados segundo a adequação de seu modelo (Kaim-Caudle 1973). Este é o enfoque adotado neste estudo.

Uma metodologia comparativa de avaliação foi desenvolvida para dimensionar as características dos modelos de seguridade social. Isso possibilita uma avaliação da definição estatutária de um país com relação aos programas para idosos. O uso dessa metodologia também possibilita uma classificação dos sistemas nacionais de seguridade em 36 países da América Latina. Essa metodologia vai ao encontro do antigo desafio avaliativo-comparativo tratado por Rys (1966:268) de definir "escalas de classificação pelas quais julgar os méritos e resultados respectivos de membros individuais do universo [de seguridade social] observado".

Existe certamente a possibilidade de um hiato de implementação existente entre o que um sistema de seguridade promete oferecer – em termos do programa de cobertura, elegibilidade aos benefícios e generosidade dos benefícios e administração e finanças do programa – e o que ele oferece em última instância. Esse hiato pode, certamente, tornar-se muito significativo em países onde a administração pública ou as finanças públicas tenham larga ou totalmente falido, ou sido severamente restritas, em função de guerras, desastres naturais ou sérios desequilíbrios econômicos.

Uma Metodologia de Avaliação

Operacionalizar essa metodologia de avaliação de itens envolveu duas etapas. A primeira foi a articulação de um amplo conjunto de 860 itens característicos de sistemas de seguridade social (Tabela 2). A segunda foi a agregação sistemática de um 'score' subjetivo para a inclusão ou exclusão de cada item, de acordo com o fato de sua inclusão ou exclusão fazer tal sistema 'mais' ou 'menos' aceitável. Um conjunto de premissas valorativas é central a qualquer julgamento de avaliação qualitativa. As adotadas neste estudo relacionam o conjunto de parâmetros incorporados nas convenções da OIT sobre padrões mínimos de seguridade social (OIT 1952 a, 1952b, 1964, 1966, 1967, 1968, 1969, 1988). Essas convenções são duradouras e definem um conjunto internacionalmente aceito de padrões que identificam os itens que deveriam ser incorporados em um programa "minimamente aceitável" de seguridade para os idosos tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento (OIT 1989; Tamburi 1981). Oting (1993:169) considera que essas convenções oferecem "uma definição internacionalmente aceita da idéia de seguridade social".

TABELA 2
Dimensões Avaliativas de Aspectos do Sistema de Seguridade Social

Estratégias Principais do Sistema:	Cobertura	Elegibilidade	Benefícios	Estratégias Suplementares	Componentes Total
Programa de Auxílio a Idosos	21	18	32	3	74
Programa de Auxílio-Invalidez	22	17	36	3	78
Aposentadorias	23	39	33	3	98
Programa de Auxílio-doença	27	10	19	3	59
Programa de Auxílio-maternidade	25	13	35	3	76
Programa de Auxílio Temporário por Acidente de Trabalho	20	8	15	3	46
Programa de Auxílio Permanente por Acidente de Trabalho	21	10	32	3	66
Aposentadoria relacionada ao Trabalho	20	29	40	3	92
Programa de Auxílio Desemprego	12	15	34	3	64
Programa de Auxílio-Família	24	10	19	3	56
Programa de Benefícios a Crianças	24	18	39	3	84
Programa de Benefícios de Saúde	13	2	14	4	84
Formas de Financiamento					27
Formas de Administração					7
TOTAL	252	189	348	37	860

Fonte: Dixon 1999: 200.

As convenções da OIT abrangem as seguintes dimensões sistêmicas: requisitos de cobertura, critérios de elegibilidade ao benefício, provisões de benefícios, finanças e administração dos benefícios.

Os sistemas de seguridade social são considerados mais aceitáveis (em vários graus) se seus itens:

- ♦ Cobrem todas as contingências de seguridade social, o que penaliza países que escolheram políticas por razões ideológicas, políticas ou econômicas, ou todas:
 - utilizando outras estratégias de políticas públicas (como estratégias de taxas de gasto) para obter objetivos de seguridade; ou
 - não estabelecendo programas de seguridade para contingências particulares;
- ♦ Incorporam em seus programas constituintes:
 - universalidade da cobertura, o que penaliza países que optaram pela cobertura restrita através da exclusão de segmentos específicos da população, por razões ideológicas, políticas ou econômicas;
 - restrições mínimas com relação aos requisitos de elegibilidade de qualificação geral e segmentação, e a especificação de critério de necessidade, o qual penaliza os países que definem políticas de elegibilidade restritiva em bases diferentes, seja por
 - provisão de pensões periódicas que capacita os beneficiários manterem seus estilos de vida, relativos aos padrões de vida prevalentes da comunidade, o que penaliza países que definiram políticas, tanto por razões ideológicas, políticas ou econômicas, de:
 - . não provisão de benefícios segundo salários anteriores; ou
 - . ajuste não regular de pensões, de forma a assegurar que permaneçam adequadas aos padrões de vida da comunidade
 - provisão de benefícios de saúde que incluem atenção médica, hospitalar e paramédica, com um padrão comparável à atenção disponível na comunidade, àqueles cobertos pelos programas de seguridade social (incluindo dependentes) e àqueles beneficiários que necessitam desses serviços pelo tempo em que tais serviços são clinicamente necessários, o que penaliza os países que definem políticas de restrição de disponibilidade, ou da faixa de benefícios de saúde providas pelo sistema de seguridade; e
 - provisão de incentivos para encorajar ou capacitar os recipientes do sistema de seguridade social que são capazes de ingressar na força de trabalho, o que penaliza países que definem políticas de não introdução de um conjunto de medida e de bem-estar no trabalho, no esforço de reduzir a dependência.
- ♦ Minimiza seus custos e divide-os entre empregadores, empregados e o governo de tal forma que assegura que os custos dirigidos aos indivíduos (contribuintes) seja progressivo e não regressivo, o que penaliza países que fizeram uma escolha de política, mesmo que por razões econômicas, políticas ou ideológicas, de :

.não adotar financiamento tripartite para todos os programas de seguridade, ou
.limitar o grau de redistribuição de renda vertical

- ♦ Tem um modo de administração que é o mais simples e descentralizado possível, especialmente pela perspectiva do usuário final, o que penaliza países que fizeram uma escolha de política, mesmo que por razões econômicas, políticas ou ideológicas, de construir um sistema de seguridade complexo ou centralizado.

Para cada sistema de seguridade social de cada país, o *score* de classificação(R) foi calculado da seguinte maneira:

$$R=a[(Psoma + H) / 11]+ b(F) + c(A)$$

Onde,

° Psoma é a soma dos 'scores' de avaliação de desenho (P) dos dez programas nacionais de seguridade social (ver Tabela 2), onde para cada programa:

$$P=0.3 [(100-Cd+Cb)+(100-Ed+Eb)+(100-Bd+Bb)+Sb],$$

Onde, *Cd* é a soma de todas as deduções do programa de cobertura (como por exemplo, excluindo a cobertura obrigatória as pessoas sem emprego formal); *Cb* é a soma de todos os bônus de mérito do programa de cobertura (como por exemplo, tornar disponível a cobertura voluntária para os excluídos da cobertura obrigatória); *Ed* é a soma de todas as deduções do programa de elegibilidade de benefícios (como, por exemplo, excluindo da elegibilidade de benefícios aos incapazes qualquer um que é incapaz mas tem capacidade de perda de proventos menor que 100%); *Eb* é a soma de todos os bônus de mérito do programa de elegibilidade (como por exemplo, incluindo provisões de aposentadoria tardia ou antecipada); *Bd* é a soma de deduções de benefícios (ex: para a provisão de apenas qualificações para pagamentos globais ou serviços isolados); *Bb* é a soma dos bônus de mérito (como a provisão de benefícios suplementares ou de necessidades especiais); e *Sb* é o bônus de mérito conferido por qualquer programa suplementar (por exemplo, estendendo a cobertura da população ou suplementando benefícios).

° H é o *score* nacional de avaliação dos serviços de saúde, onde:

$$H=0.3[(100-HCd+HCb)+(100-Hed+Heb)+(100-HBd+HBb)+HS]$$

Onde, *HCd* é a soma das deduções da cobertura de saúde (ex: excluindo da cobertura obrigatória as pessoas sem emprego formal); *HCb* é a soma dos bônus de mérito da cobertura de saúde (ex: disponibilizando a cobertura voluntária para os excluídos da cobertura obrigatória); *Hed* é a soma das deduções de elegibilidade aos benefícios de saúde (ex: excluindo os dependentes da elegibilidade aos benefícios); *Heb* é a soma dos

bônus de mérito de elegibilidade aos benefícios (ex: por inclusão de dependentes além dos dependentes diretos elegíveis aos benefícios de saúde); *HBd* é a soma das deduções principais dos benefícios (ex: limitação do tempo de tratamento em hospital); *HBb* é a soma de todos os bônus de mérito do programa de benefícios em saúde (ex: inclusão de provisão aos serviços oftalmológicos); e *HS* é o bônus de mérito designado para quaisquer programas suplementares de saúde (ex: extensão da população com cobertura ou suplementação de benefícios em saúde);

° *F* é score nacional de avaliação de financiamento da seguridade social, onde:

$$F = 100 - Fd + Fb$$

Onde, *Fd* é a soma de todas as deduções do plano de financiamento de seguridade social (ex: imposição de contribuições apenas por cada serviço ao empregador); e *Fb* é a soma de todos os bônus de mérito do plano de financiamento da seguridade social (ex: provisão de subsídios a um governo almejando grupos necessitados da população);

° *A* é score nacional de avaliação administrativa da seguridade social, onde:

$$A = (100 - Ad + Ab)$$

Onde, *Ad* é a soma de todas as deduções do plano administrativo (ex: ter mais que 5 agências de oferta de programas de seguridade social), e *Ab* é a soma de todos os bônus de mérito do plano administrativo (ex: ter um sistema administrativo descentralizado); e

° *a*, *b* e *c* são coeficientes de importância relativa que compõem a unidade, tendo valores de 0.8, 0.15 e 0.05, respectivamente.

O resultado é uma classificação regional da América Latina para sistemas nacionais de seguridade social (ver Anexo 2).

Uma Classificação dos Programas e Sistemas de Seguridade Social Latino-Americanos

Os padrões globais obtidos pelos sistemas de seguridade na América Latina são mais altos que aqueles obtidos na África, Oriente Médio e Ásia, embora estejam consideravelmente abaixo dos obtidos na América do Norte, Europa e Australásia. O melhor sistema latino-americano-Bolívia- entretanto, é melhor que o melhor da África – Tunísia- mas de um padrão mais baixo que melhores planos do Oriente Médio – Israel- ou Ásia – Armênia e Japão (Dixon:1999).

A classificação latino-americana é dominada pelos mais velhos sistemas de seguridade da América do Sul – Bolívia(1ºlugar), Uruguai (2º lugar), Brasil (3ºlugar), Argentina (5ºlugar) e Chile (7ºlugar) – e América Central – Nicarágua (4ºlugar), México (6ºlugar) e Costa Rica (8ºlugar), com as Bahamas (9ºlugar) e Trinidad e Tobago (10ºlugar) como os únicos países do Caribe entre os dez primeiros classificados.

TABELA 3
Classificações de Seguridade Social para América Latina, 1995

País	Classificação	SCORE Programa de Seguridade Social	País	Classificação	SCORE Programa de Seguridade Social
<i>América Latina</i>			<i>América Latina</i>		
Bolívia	1	906	El Salvador	21	748
Uruguai	2	895	S. Cristóvão & Nevis	22	745
Brasil	3	888	Guatemala	23	738
Nicarágua	4	878	Guiana	24	733
Argentina	5	871	S. Vicente & Grenadinas	25	729
México	6	864	Jamaica	26	710
Chile	7	862	Rep.Dominicana	27	709
Costa Rica	8	836	Peru	28	684
Bahamas	9	834	Belize	29	638
Trinidad & Tobago	10	829	St. Lucia	30	634
Equador	11	827	Bermudas	31	616
Barbados	12	816	Haiti	32	587
Colômbia	13	811	Grenada	33	538
Paraguai	14	809	Antigua-Bermuda	34	498
Panamá	15	804	Montserrat	35	390
Venezuela	16	789	Suriname	36	320
Ilhas Virgens	17	786			
Cuba	18	781			
Honduras	19	769			
Dominica	20	761			

Fonte: Dixon 1999: 247-9

Continua...

Classificações Sub-regionais

As classificações sub-regionais latino-americanas revelam variações muito amplas (Anexo 2). As regiões com o sistema de seguridade de mais alto padrão é a América Central, que é muito marginalmente melhor que aqueles obtidos na América do Sul, embora possam ser encontrados ali os sistemas de seguridade melhor planejados. No outro extremo, o Caribe tem os padrões mais pobres.

América Central

Nicarágua situa-se no topo da classificação da região, com um padrão de seguridade similar aos países da Europa Oriental-Hungria e Geórgia; é pouco melhor que o do Canadá, e um pouco pior que o do Reino Unido. A força de seu modelo é o programa para incapacitados (classificado em 6º lugar, junto com Brasil e Suécia). Claramente atrás está o México (2º lugar) e Costa Rica (3º) ambos destacando-se com relação ao resto da sub-região. Ao final da classificação está Belize (8º e último lugar), Guatemala (7º) e El Salvador (6º), todos eles, entretanto, obtendo um padrão consideravelmente melhor que os sistemas mais pobres do Caribe e América do Sul.

América do Sul

Bolívia tem o sistema melhor concebido desta sub-região, seguida um pouco atrás pelo Uruguai (2º lugar) e Brasil (3º). A força do modelo boliviano está nos arranjos de financiamento, no contexto de um padrão global que o coloca entre o primeiro terço de países na sub-região. Uruguai apresenta as melhores pensões e benefícios de programas voltados para maternidade, desemprego e saúde. No Brasil, os programas de acidentes de trabalho e de invalidez se destacam (ambos equivalentes ao 6º e 7º programas melhor concebidos em suas categorias no mundo, respectivamente). Chile tem programas de auxílio-família de classificação mundial (2ª colocação mundial). Na base da classificação sul-americana, acima do Suriname, está o Peru (11º) que, de forma intrigante, tem um programa de auxílio-doença destacado (equivalente ao 8º do mundo), Guiana (10º) e Venezuela (9º).

Caribe

Esta é a região mais débil na América Latina por uma margem considerável. Apenas se destacam as Bahamas, que tem o melhor sistema de seguridade na região, e Trinidad & Tobago (2º lugar), e, em um grau menor, Barbados (3º). No outro extremo, seis países ficam abaixo dos padrões mínimos estabelecidos para a América do Sul (com base no Peru) e para a América Central (com base em Belize). De fato, Montserrat (16º e último) compete com Suriname a presença de um dos mais pobres sistemas de seguridade do mundo.

Classificações de Programas

Programas para Idosos

Nicarágua tem o melhor programa para idosos na América Latina, seguido muito de perto pelo Brasil (2º), e com Costa Rica (3º) um pouco atrás. O Haiti apresenta por uma margem considerável o programa mais pobre, atrás do Suriname.

Programas de Invalidez

Brasil e Nicarágua compartilham e claramente lideram o campo latino americano com programas para invalidez equivalentes ao 6º lugar no mundo (com a Suécia), e que é consideravelmente melhor que seu rival próximo, Argentina (3º). O Haiti novamente apresenta o pior programa, logo abaixo de Montserrat e Santa Lucia.

Programas de Pensões

Sem qualquer dúvida, o Uruguai tem o melhor programa de benefícios na América Latina, seguido por um conjunto composto da Costa Rica (2º), Brasil (3º) e Bolívia (4º). Antigua tem o pior programa, logo abaixo de Bermudas.

Programa de Auxílio-doença

Peru, com seu programa de classificação mundial (classificação equivalente ao 8º lugar no mundo, junto com Noruega) está logo à frente do Brasil e México (equivalente ao 2º) no âmbito latino-americano. A Guiana tem o programa mais pobre, ainda pior que o conjunto formado por Panamá, Dominicanas, Equador, S.Cristóvão & Névis, Santa Lucia e São Vicente & Grenadinas.

Auxílio-Maternidade

Uruguai está bem à frente de seus riveis mais próximos, Peru (2ºlugar) e Cuba (3º). Colômbia tem o pior programa.

Programas de Auxílio- Invalidez temporária por trabalho

Três países dominam essa categoria, cada um tendo um programa classificado entre os 10 primeiros em termos globais: Brasil e Cuba (equivalente ao 6º lugar, com Lituânia e Eslováquia), e Trinidad & Tobago (equivalente ao 10º lugar, com Estônia, França, Hungria, Luxemburgo, Rússia e Iugoslávia). Honduras tem o pior programa, logo abaixo da República Dominicana.

Programa de Auxílio- Invalidez permanente por trabalho

Brasil também lidera essa categoria, tendo um programa equivalente ao 9º lugar no mundo (com Malásia, Rússia e Espanha). Em seguida estão Costa Rica e El Salvador (equivalente ao 2ºlugar). A República Dominicana tem o pior programa, algo abaixo de São Vicente & Grenadinas.

Programa de Aposentadoria por Serviço

O México se destaca com um programa equivalente ao 6º no mundo (com Alemanha e Moldova), calaramente à frente de Costa Rica (2º na América Latina) e Equador (3º). A República Dominicana tem o pior programa, bem marginalmente abaixo de Honduras.

Programa de Auxílio-Desemprego

Dos 12 países com esses programas, Uruguai apresenta o melhor, logo à frente da Argentina(2º). No outro extremo está Equador, logo à frente da Guatemala.

Programas de Auxílio-Família

Dos 10 países que possuem esse programa, Chile é de longe o melhor concebido, classificado em 2º lugar no mundo, junto com a França. Costa Rica está no outro extremo.

Programa de Auxílio-Saúde

Uruguai tem o melhor programa na América Latina, à frente de seus rivais mais próximos, Argentina e Venezuela (equivalentes ao 2ºlugar). Montserrat tem claramente o pior programa, logo abaixo do Haiti.

Conclusão

Este artigo procurou ampliar a literatura sobre seguridade social através da incorporação da dimensão avaliativa. Até agora, apenas Kaim-Caudle (1973) enfrentou os desafios epistemológicos e metodológicos da avaliação comparativa dos sistemas de seguridade social. Essa relutância em engajar-se na pesquisa comparativa-avaliativa não é tão surpreendente, dado que a inclinação neopositivista entre os cientistas sociais deprecia, se não condena, qualquer metodologia avaliativa que não se restrinja às comparações com aqueles países com os quais há dados sobre sistema de seguridade social ou dados de desempenho estritamente comparáveis. Essa perspectiva é difícil sustentar, porque, no limite, a disponibilidade de dados compatíveis e confiáveis constrange o avaliador. A avaliação de programa – avaliação do desenho legal estabelecido – é o único enfoque possível em uma escala global ou regional. A metodologia de avaliação adotada envolveu julgamentos qualitativos com base no conjunto de premissas valorativas extraídas das convenções da OIT, segundo padrões mínimos de seguridade social.

A conclusão apresentada é que ao nível sub-regional, a América Central tem os mais altos padrões, marginalmente à frente da América do Sul. Os melhores programas de seguridade social na América Latina, entretanto, podem ser observados sobretudo na América do Sul – Bolívia (1º), Uruguai (2º), Brasil (3º) e Argentina (4º). Programas de Seguridade Social com aspectos de padrão mundial existem no Brasil (programa de auxílio-invalidez e acidentes de trabalho), Argentina (programa de auxílio-família), Chile

(programa de auxílio-família), Peru (programa de auxílio-doença) e Nicarágua (programa de auxílio-invalidez).

BIBLIOGRAFIA

- DIXON, J. (1999). *Social Security In Global Perspective*. Westport, CT: Praeger.
- DIXON, J. (1998). "Comparative Social Security: The Challenge of Evaluation." *Journal of Comparative Policy Analysis*, 1(1): 66–94.
- DIXON, J. and SCHEURELL, R. P.(eds.) (1990), *Social Welfare in Latin America*, London: Croom Helm.
- International Labor Organisation (ILO) (1952a). *Social Security (Minimum Standards) Convention, 1952* (No. 102). Geneva: ILO.
- ILO (1952b). *Maternity Protection Convention (Revised. 1952, (No. 103)*. Geneva: ILO.
- ILO (1964). *Employment Injury Benefits Convention, 1964* (No. 121). Geneva: ILO.
- ILO (1966). *Revision of Conventions Nos. 35, 36, 37, 38 39 and 40 Concerning Old-Age, Invalidity and Survivors' Pensions* (Report V, Part 1, International Labor Conference, 50th Session). Geneva: ILO.
- ILO (1967). *Invalidity, Old-Age and Survivors' Benefits Convention, 1967* (No. 128). Geneva: ILO.
- ILO (1968). *Revision of Conventions Nos. 24 and 25 Concerning Sickness Insurance* (Report VI, Part 1, International Labor Conference, 52nd Session). Geneva: ILO.
- ILO (1969). *Medical Care and Sickness Benefits Convention, 1969* (No. 130). Geneva: ILO.
- ILO (1972a). "Social Security in Latin America: Evolution and Prospects." *International Social Security Review* 25 (3): 305–56.
- ILO (1972b). *The Cost of Social Security*. Geneva: ILO.
- ILO (1988). *Employment Promotion and Protection Against Unemployment Convention, 1988* (No. 168). Geneva: ILO.
- ILO 1989. *Social Security Protection in Old-Age*. Geneva: ILO.
- ILO 1993. *Report of the Tripartite Regional Meeting of Experts on Social Security in the Americas* (GB 258/ESP/7/7). Geneva: ILO.
- International Social Security Association (ISSA) (1976). *Methods of Evaluating the Effectiveness of Social Security Programmes* (Studies and Research 8). Geneva: ISSA.

- KAIM-CAUDLE, P. R. (1973). *Comparative Social Policy and Social Security*. London: Martin Robertson.
- McGREEVEY, W. (1990). *Social Security in Latin America: Issues and Options for the World Bank* (Discussion Paper 110). Washington, DC: World Bank.
- MESA-LAGO, C. (1978). *Social Security in Latin America: Pressure Groups, Stratification and Inequality*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- MESA-LAGO, C. (1983). "Social Security and Extreme Poverty in Latin America." *Journal of Economic Development* 12 (1): 83–110.
- MESA-LAGO, C. (ed.) 1985a. *The Crisis of Social Security and Health Care*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- MESA-LAGO, C. (1985b). "Alternative Strategies to the Social Security Crisis: Socialists, Market and Mixed Approaches." In MESA-LAGO, C. (ed.), *The Crisis of Social Security and Health Care*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- MESA-LAGO, C. (1986). "Comparative Study of the Development of Social Security in Latin America." *International Social Security Review* 39 (2): 127–51.
- MESA-LAGO, C. (1988). "Social Insurance: The Experience of Three Countries in the English-speaking Caribbean." *International Labor Review* 127 (4): 479–96.
- MESA-LAGO, C. (1991a). "Formal Social Security in Latin America and the Caribbean." In AHMED, E. and DREZE, J. (eds.), *Social Security in Developing Countries*. Oxford: Clarendon Press.
- MESA-LAGO, C. (1991b). *Social Security and Prospects for Equity in Latin America* (Discussion Paper 140). Washington, DC: World Bank.
- MESA-LAGO, C. (1992a). *Social Security in Latin America: Issues and Options for the World Bank*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Mesa-Lago, C. (1992b). *Ascent to Bankruptcy, Financing Social Security in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Mesa-Lago, C. (1994). *Changing Social Security in Latin America: Towards Alleviating the Social Cost of Economic Reform*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- OECD (Organization for Economic Co-operation and Development) (1976). *Public Expenditure on Income Maintenance Programmes* (Studies in Resource Allocation). Paris: OECD.
- OECD (1977). *The Tax/Benefit Position of Selected Income Groups in OECD Member Countries in 1971–76*. Paris: OECD.
- OTTING, A. (1993). "International Labor Standards: A Framework for Social Security." in *International Labor Review*, 132 (1): 169-83.
- PAILLAS, C. A. (1979). "Pensions in Latin America: The Present Situation." *International Social Security Review* 32 (3): 288–303.
- ROSE, R. (1995). "Making Progress and Catching up: Comparative Analysis for Social Policy-making." *International Social Science Journal*, 47 (1): 113–25.

- RYS, V. 1966. "Comparative Studies of Social Security: Problems and Perspectives." *Bulletin of the International Social Security Bulletin*, 19 (3): 242–68.
- TAMBURI, G. (1981). *The International Labor Organization and the Development of Social Insurance* (Social Security Department Working Paper). Geneva: ILO.
- TAMBURI, G. (1985). "Social Security in Latin America: Trends and Outlook." In: MESA-LAGO, C. (ed.), *The Crisis of Social Security and Health Care*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- United States of America, Social Security Administration (US SSA) 1996. *Social Security Programs Throughout the World – 1995*. Washington, DC: US Government Printing Office.
- World Bank 1995. "Social Security Administration in Latin America.", mimeo. Washington, DC.

ANEXO 1: Estratégias Principais de Seguridade Social por Programa, América Latina – 1995

Região/País	Programas:											
	Idosos	Invalidez	Morte	Doença	Maternidade	Invalidez Temporária trabalho	Invalidez Permanente Trabalho	Aposentadoria trabalho	Desemprego	Família	Crianças	Saúde
AMÉRICA CENTRAL												
BELIZE	A	A	A	A	A	A	A					I
COSTA RICA	A	A	A	A	A	D	D	D		A		A
EL SALVADOR	A	A	A	A	A	A	A	A				A
GUATEMALA	A	A	A	A	A	A	A		F			A
HONDURAS	A	A	A	A	A	A	A	A	D			A
MÉXICO	A	A	A	A	A	A	A	A	D			A
NICARÁGUA	A	A	A	A	A	A	A	A			A	I
PANAMÁ	A	A	A	A	A	D	D	D				A
CARIBE												
ANTIGUA-BARBUDA	A	A	A	A	A							I
BAHAMAS	A	A	A	A	A	A	A	A				I
BARBADOS	A	A	A	A	A	A	A	A	A			I
BERMUDAS	A	A	A			D	D	D				J
ILHAS VIRGENS	A	A	A	A	A	A	A	A				A
CUBA	A	A	A	A	A	A	A	A				I
DOMINICA	A	A	A	A	A	D	D	D				I
REP. DOMINICANA	A	A	A	A	A	A	A	A				A
GRENADA	A	A	A	A	A							I
HAITI	A	A	A			A	A	A				A
JAMAICA	A	A	A		D	A	A	A				I
MONTSERRAT	E	E	E									I
S. CRISTÓVÃO & NÉVIS	A	A	A	A	A	A	A	A				I

Continua...

Sistemas de Seguridade Social na América Latina

Região/País	Programas:											
	Idosos	Invalidez	Morte	Doença	Maternidade	Invalidez Temporária trabalho	Invalidez Permanente Trabalho	Aposentadoria trabalho	Desemprego	Família	Crianças	Saúde
STA LUCIA	A	A	A	A	A	A	A					I
S. VICENTE & GRENADINAS	A	A	A	A	A	D	D	D				I
TRINIDAD & TOBAGO	A	A	A	A	A	A	A	A				I
<i>AMÉRICA DO SUL</i>												
ARGENTINA	A	A	A	D	A	D	D	D	A	A	A	A
BOLÍVIA	A	A	A	A	A	A	A	A	D		D	A
BRASIL	A	A	A	A	A	A	A	A	B		A	A
CHILE	G	G	G	A	A	A	A	A	C	C	C	I
COLÔMBIA	A	A	A	A	A	A	A	A	F		A	A
EQUADOR	A	A	A	A	A	A	A	A	A			A
GUIANA	A	A	A	A	A	A	A	A				I
PARAGUAI	A	A	A	A	A	A	A	A			D	A
PERU	G	G	G	A	A	A	A	A				A
SURINAME	A										C	i
URUGUAI	A	A	A	A	A	D	D	D	A		A	A
VENEZUELA	A	A	A	A	A	A	A	A	A			A

Fonte: Dixon 1999: 25-26

Legenda:

- | | |
|--|---|
| A Seguro social; | F Programa Legal Recursos Pessoais |
| C Contribuições Sociais | G Programa Legal de Pensões Pessoais |
| D Impostos/Taxas do Empregador | I Sistema Público de Saúde |
| E Fundo Nacional Previdenciário | J Sistema Nacional de Seguro Saúde |

ANEXO 2: Scores – Sistema de Seguridade Social, 1995

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
REGIÃO/PAÍS															
AMÉRICA CENTRAL															
BELIZE	82	70	75	80	82	95	102				82	100	69	61	638
COSTA RICA	112	93	100	88	83	108	118	123		14	87	100	74	84	836
EL SALVADOR	88	88	63	83	83	102	118	93			60	100	87	71	748
GUATEMALA	97	107	82	80	87	100	87		63		69	100	85	70	738
HONDURAS	83	77	57	82	78	80	98	83	68		84	100	96	72	769
MEXICO	92	88	90	102	87	112	115	128	68		75	105	77	87	864
NICARAGUA	119	120	85	82	85	105	105	112		58	73	100	95	86	878
PANAMA	98	97	63	72	80	108	107	118			83	100	102	75	804
CARIBE															
ANTIGUA-BARBUDA	80	63	55	78	75						75	100	92	39	498
BAHAMAS	102	92	92	95	87	100	112	103			75	100	108	78	834
BARBADOS	87	77	73	78	87	101	110	102	67		82	100	92	78	816
BERMUDA	82	60	58			98	103	97			82	100	96	53	616
ILHAS VIRGENS	78	67	82	80	85	105	113	105			75	100	108	72	786
CUBA	92	85	83	97	92	118	113	110			83	95	66	79	781
DOMINICA	92	77	72	73	77	98	107	102			73	100	101	70	761
REP. DOMINICANA	99	102	78	78	78	83	75	82			65	105	79	67	709

Continua...

Sistemas de Seguridade Social na América Latina

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
GRENADA	82	70	72	83	80						68	100	105	41	538
HAITI	58	52	60			99	100	90			61	100	106	47	587
JAMAICA	73	70	70		82	105	113	94			70	105	110	62	710
MONTSERRAT	70	57	75								58	100	101	24	390
S. CRISTÓVÃO & NÉVIS	87	77	72	73	78	97	110	97			78	100	91	70	745
STA LUCIA	75	57	65	73	77	97	98				77	100	90	56	634
S. VICENTE & GRENADINAS	82	70	62	73	77	100	82	98			78	100	103	66	729
TRINIDAD & TOBAGO	97	88	80	92	93	117	108	118			73	100	99	79	829

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----

AMÉRICA DO SUL

ARGENTINA	85	113	88	90	85	105	102	107	85	95	95	105	37	95	871
BOLIVIA	108	85	95	88	90	112	112	110	73	63	80	97	79	92	906
BRASIL	117	120	97	102	87	118	125	118	77	61	81	97	25	100	888
CHILE	77	100	82	97	85	110	112	100	73	108	93	92	42	94	862
COLOMBIA	108	110	98	65	73	102	98	107	67	34	76	105	51	85	811
EQUADOR	100	73	92	73	87	97	112	122	62		74	100	87	81	827
GUIANA	75	80	73	70	78	87	103	112			82	100	87	69	733
PARAGUAI	100	82	88	80	78	98	102	102		56	70	100	91	78	809
PERU	70	75	82	105	92	103	103	95			62	100	41	72	684
SURINAME	65									56	43	100	101	15	320
URUGUAI	107	95	110	90	102	100	102	110	88	60	97	100	49	96	895
VENEZUELA	100	93	88	77	75	93	95	100	70		95	90	66	81	789

Fonte: Dixon 1999: 260-1.

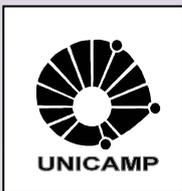
Legenda:

- | | |
|--|---|
| 1 score auxílio-idoso | 9 score programa desemprego |
| 2 score auxílio-invalides | 10 score auxílio-familia |
| 3 score programa de aposentadorias | 11 score programa de benefício |
| 4 score auxílio-doença | 12 score para administração |
| 5 score auxílio-maternidade | 13 score para financiamento |
| 6 score auxílio-invalides temporário relacionado ao trabalho | 14 score médio do programa |
| 7 score auxílio-invalides permanente relacionado ao trabalho | 15 score do programa de Seguridade Social |
| 8 score programa de aposentadoria relacionada ao trabalho | |

TENDÊNCIAS

Ano 6, nº2

ENCARTE DA REVISTA DO CESOP



OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VI, nº2, 2000, Encarte Tendências. pp. 283-329

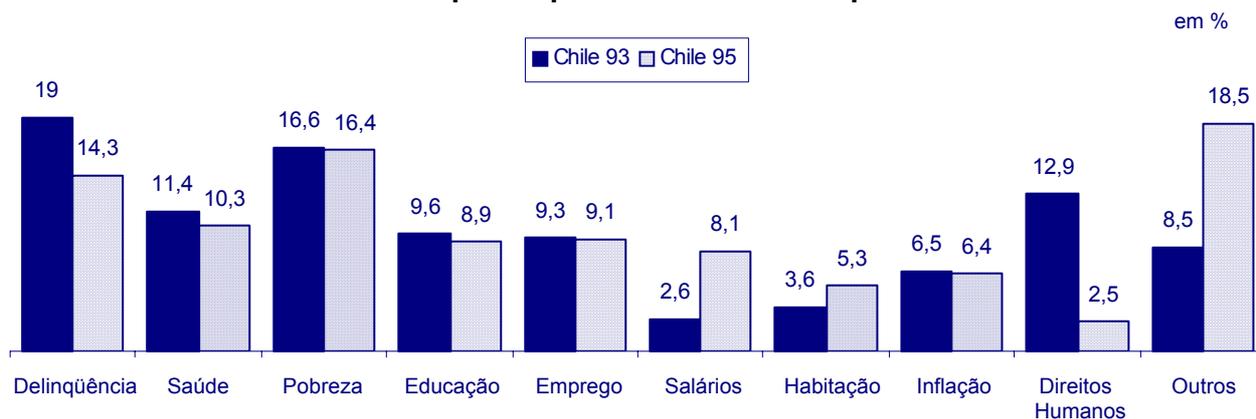
Tendências vol.VI, n°2 apresenta duas sessões de dados que reúnem valiosas informações sobre democracia e comportamento político em países latino-americanos e, em especial, no Brasil.

Na sessão intitulada *América Latina – Opiniões e Valores*, estão organizadas pesquisas realizadas no Chile (1993 e 1995), Venezuela (1996), El Salvador (1992) e Paraguai (1997). Esse conjunto de dados abriga as tendências e opiniões sobre o desenvolvimento da democracia nos anos 90, aspectos gerais de política e economia, opiniões sobre os problemas do país, expectativas pessoais e avaliações sobre o governo, instituições etc.

Tendências reúne ainda dados sobre *As Eleições Municipais em centros urbanos no Brasil*. Inicialmente, apresenta dados das eleições para a prefeitura do *município de São Paulo em série histórica*, desde as primeiras eleições diretas da Nova República em 1985, em seguida, as eleições municipais de 1988, 1992, 1996, chegando às eleições de 2000.

Em seguida, reúne *dados comparados sobre as tendências de voto nas eleições municipais de 1996 e 2000* para as capitais Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Goiânia e Belo Horizonte. *Tendências* inclui ainda os resultados oficiais das eleições de 2000 para os prefeitos desses centros urbanos.

Principais problemas do país



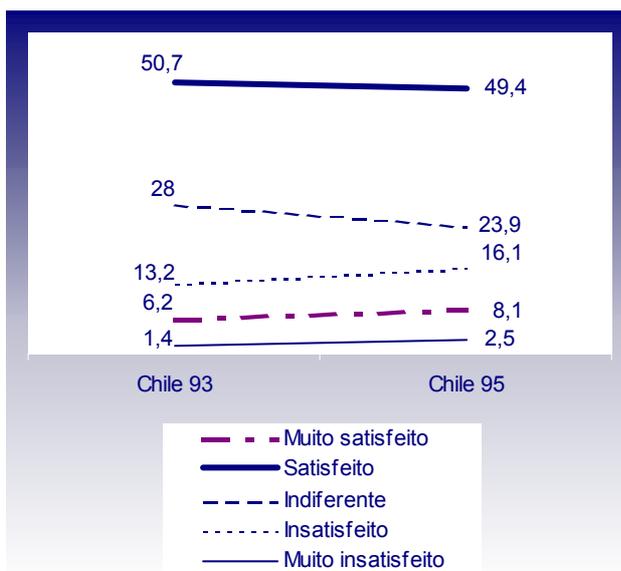
Obs1: Outros = (terrorismo, corrupção, protestos e desordem, drogas, proteção ao meio ambiente)

Obs2: Resposta múltipla. A porcentagem refere-se ao número de citações que recebeu cada problema.

Pergunta: "Vou mostrar uma série de problemas que o nosso país tem. Quais são os principais três problemas aos quais o Governo deveria dedicar maior esforço em resolver?"

Sobre a satisfação com vida pessoal de modo geral

em %

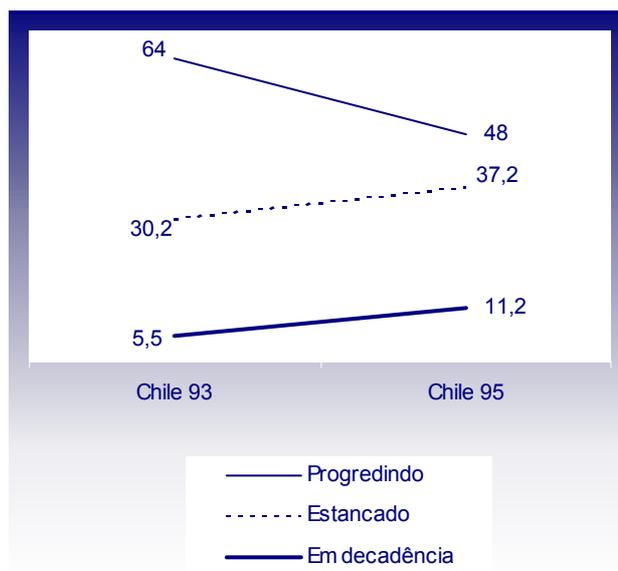


Obs: A diferença para 100% corresponde aos que não responderam

Pergunta: "De modo geral, considerando todos os aspectos de sua vida, quão satisfeito ou insatisfeito você está atualmente?"

Sobre a percepção do desenvolvimento do país

em %



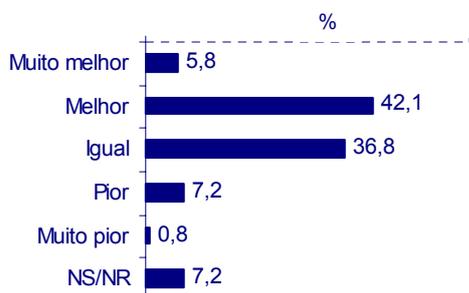
Obs: A diferença para 100% corresponde aos que não responderam

Pergunta: "Você acha que no momento atual o Chile está progredindo, estancado ou em decadência?"

Sobre a situação econômica pessoal

Expectativas em 1993 versus a avaliação em 1995 e as expectativas em 1995

Expectativa com o futuro - 1993

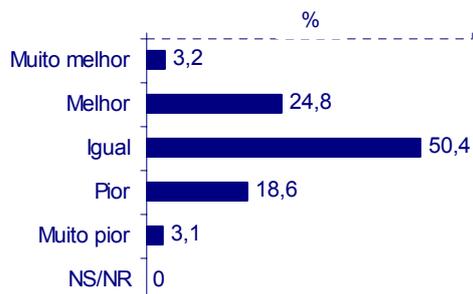


Pergunta1: "E em relação ao futuro, como você acredita que será sua situação econômica no ano que vem?"

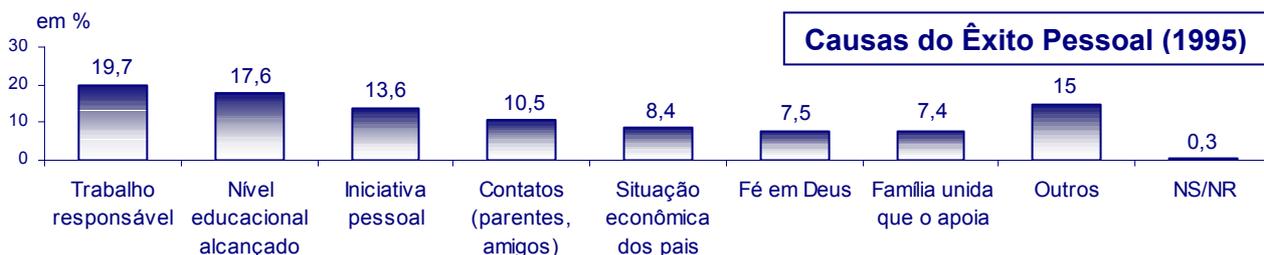
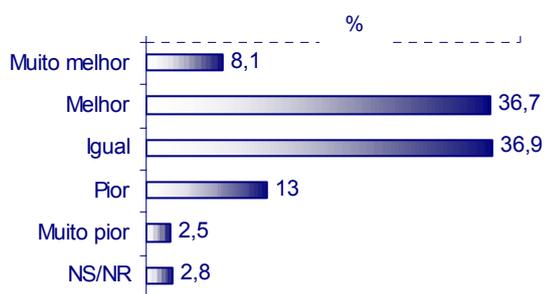
Pergunta2: "Como você qualificaria sua situação econômica atual em comparação com a de um ano atrás?"

Pergunta3: "Pensando no futuro, como você acredita que será sua situação econômica daqui a um ano?"

Avaliação atual - 1995

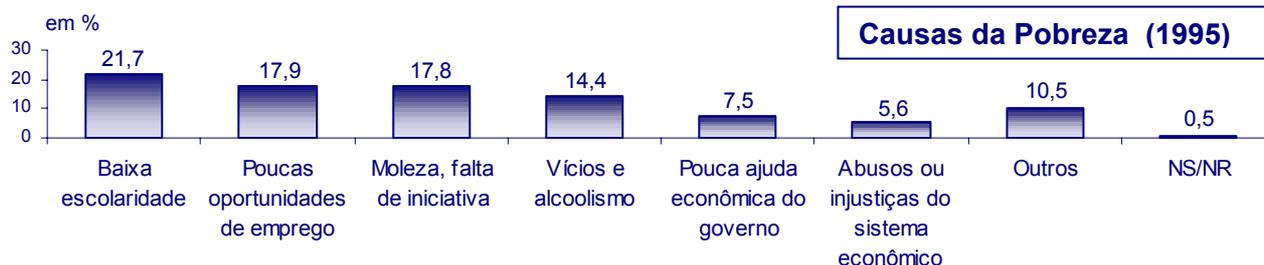


Expectativa com o futuro - 1995



Obs1: Resposta múltipla. A porcentagem refere-se ao número de citações de cada resposta.

Pergunta: "Como você sabe no Chile há pessoas que são pobres. Dessa lista, quais você acha que são as duas causas mais freqüentes da pobreza?"



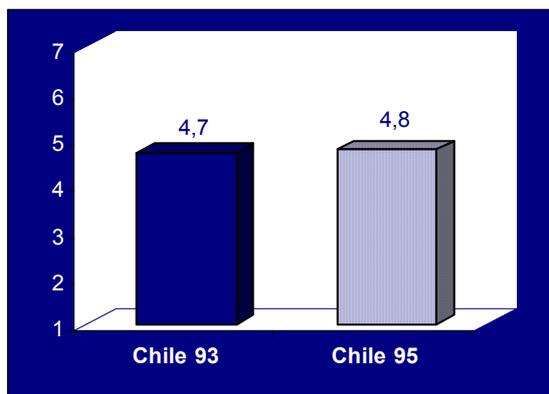
Obs1: Resposta múltipla. A porcentagem refere-se ao número de citações de cada resposta.

Pergunta: "Como você sabe no Chile há pessoas que têm êxito econômico, isto é, com dinheiro suficiente para ter uma vida cômoda. Quais destes fatores você acredita que são os dois mais importante para o êxito econômico das pessoas?"

A avaliação do governo

Nota média na avaliação do Governo 1993 versus 1995

médias



Pergunta "Todos os governos têm coisas boas e ruins. Considerando tudo de bom e de ruim do governo atual, que nota de 1(péssimo) a 7(excelente) você daria para este governo?"

Sobre a atuação do governo nos três problemas do país mais citados

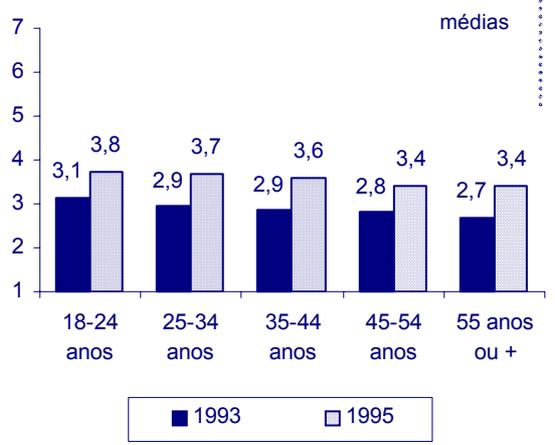
Nota média para a atuação do governo...

...sobre o problema da delinqüência por idade e nível socioeconômico

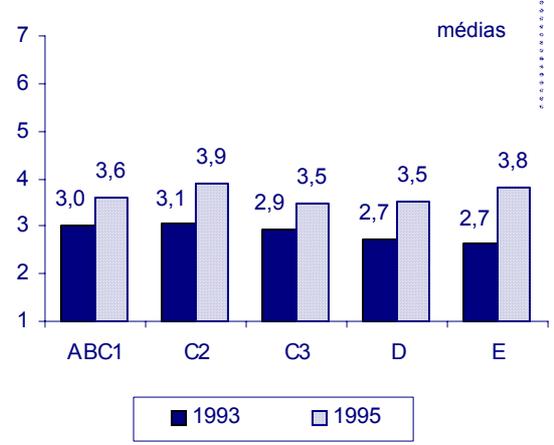
Em 1993, a delinqüência foi o primeiro problema do país mais citado com 19,0% das citações

Em 1995, a delinqüência foi o segundo problema do país mais citado com 14,3% das citações

Por idade



Por nível sócioeconômico*



* **Obs.** Ver nota sobre o nível socioeconômico na ficha técnica.

Pergunta: "Agora vou ler uma série de temas com os quais o governo se preocupa. Por favor, me diga como você avaliaria a atuação do atual Governo de Eduardo Frei em cada uma desses assuntos, com notas de 1 (péssimo) a 7 (excelente): Delinqüência, Assaltos e Roubos".

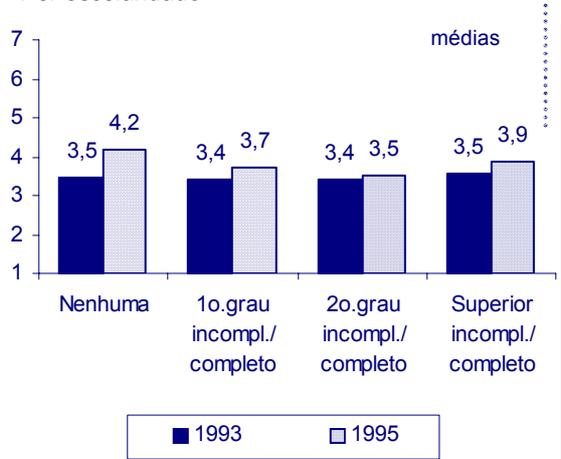
Nota média para a atuação do governo...

...sobre o problema da pobreza por escolaridade e nível socioeconômico

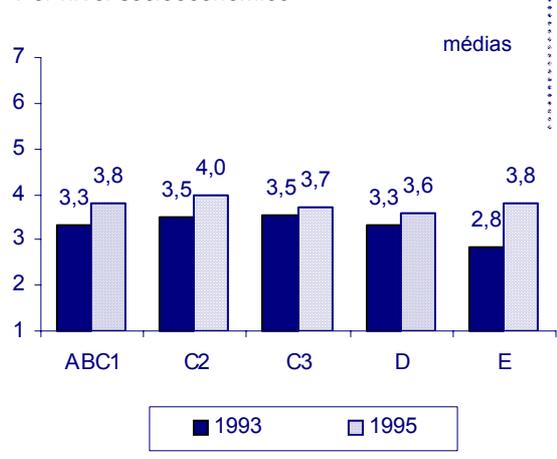
Em 1993, a pobreza foi o segundo problema do país mais citado com 16,6% das citações

Em 1995, a pobreza foi o primeiro problema do país mais citado com 16,4% das citações

Por escolaridade



Por nível sócioeconômico



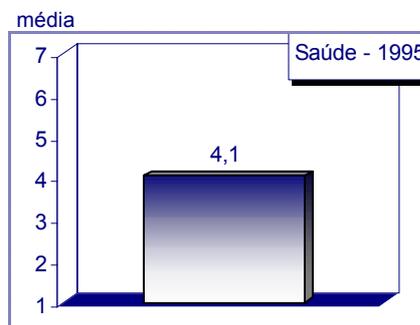
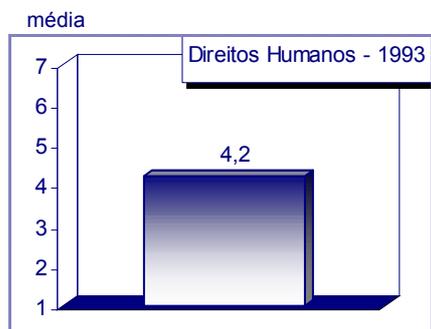
Pergunta: “Agora vou ler uma série de temas com os quais o governo se preocupa. Por favor, me diga como você avaliaria a atuação do atual Governo de Eduardo Frei em cada uma desses assuntos, com notas de 1 (péssimo) a 7 (excelente): **Pobreza**”

Nota média para a atuação do governo...

...sobre o problema dos direitos humanos (em 1993) e o problema da saúde (em 1995)

Em 1993, os direitos humanos foram o terceiro problema do país mais citado com 12,9% das citações

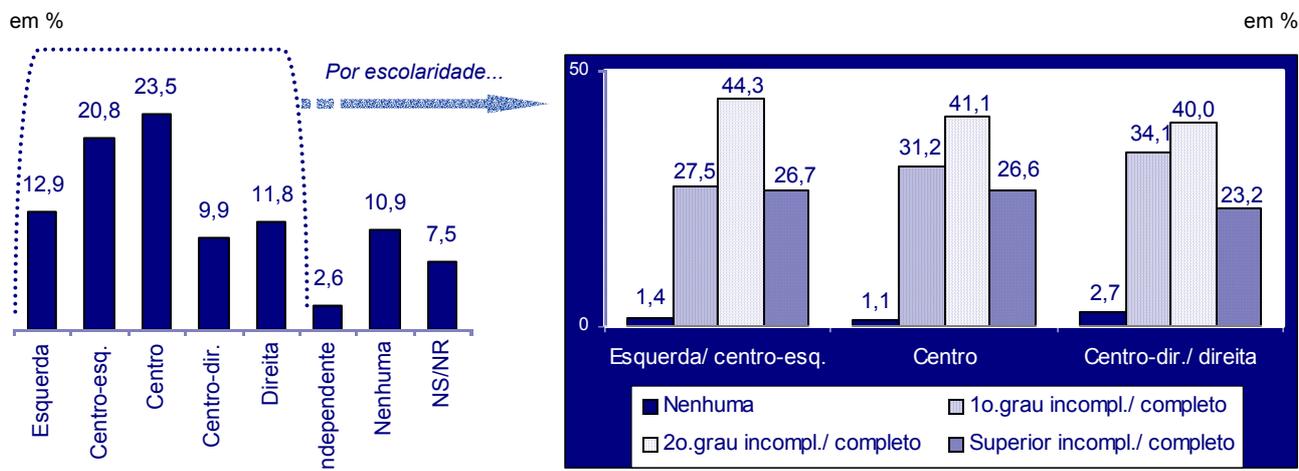
Em 1995, a saúde foi o terceiro problema do país mais citado com 10,3% das citações



Pergunta: “Agora vou ler uma série de temas com os quais o governo se preocupa. Por favor, me diga como você avaliaria a atuação do atual Governo de Eduardo Frei em cada uma desses assuntos, com notas de 1 (péssimo) a 7 (excelente): **Direitos Humanos**”

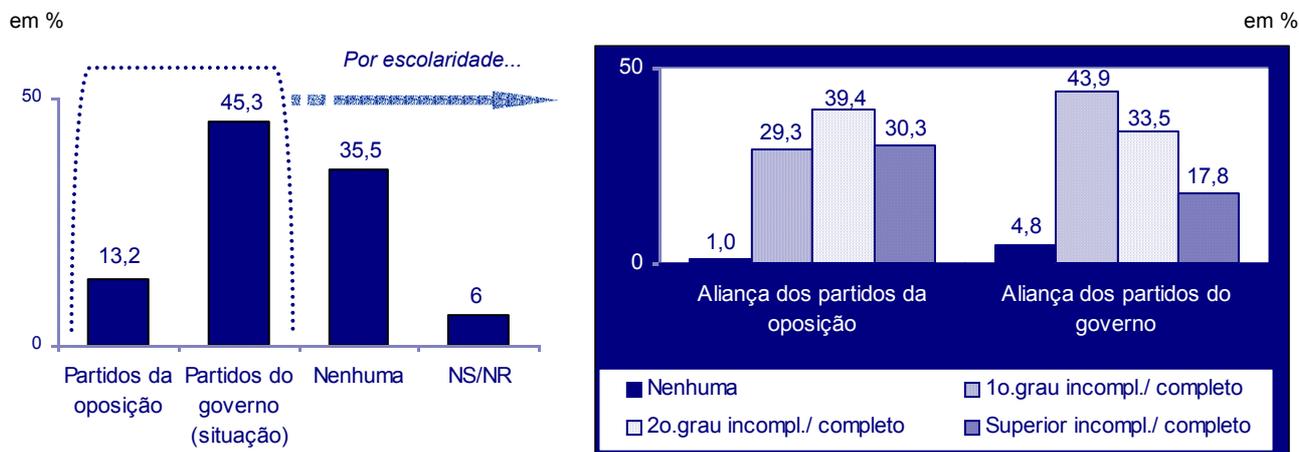
Pergunta: “Agora vou ler uma série de temas com os quais o governo se preocupa. Por favor, me diga como você avaliaria a atuação do atual Governo de Eduardo Frei em cada uma desses assuntos, com notas de 1 (péssimo) a 7 (excelente): **Saúde**”

Sobre a auto-localização no espectro ideológico esquerda-direita em 1993



Pergunta: Como você sabe, tradicionalmente em nosso país as pessoas definem as posições políticas como mais próximas da esquerda, do centro ou da direita. Por favor, me indique neste cartão com qual posição você mais se identifica ou simpatiza.

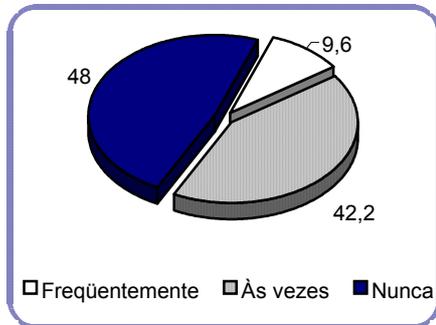
Sobre a identificação com alianças políticas em 1995



Pergunta: "Das seguintes alianças políticas, com qual você mais simpatiza ou se identifica?"

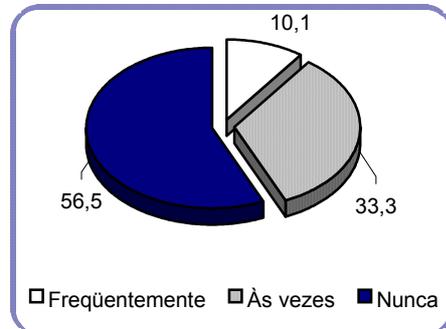
Sobre o envolvimento político (1995)

Assiste programas políticos na TV
em %



Pergunta: "Para cada uma destas atividades, indique se você as realiza, frequentemente, às vezes ou nunca: Assiste programas políticos na TV"

Lê notícias sobre política
em %



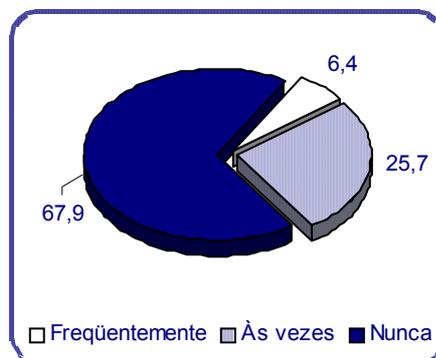
Pergunta: "Para cada uma destas atividades, indique se você as realiza, frequentemente, às vezes ou nunca: Lê notícias sobre política"

Conversa em família sobre política
em %



Pergunta: "Para cada uma destas atividades, indique se você as realiza, frequentemente, às vezes ou nunca: Conversa com a família sobre política"

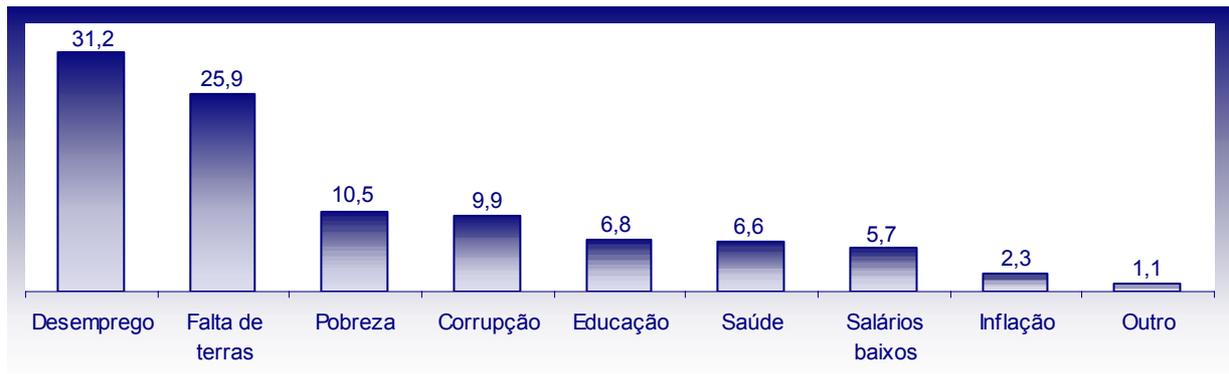
Conversa com amigos sobre política
em %



Pergunta: "Para cada uma destas atividades, indique se você as realiza, frequentemente, às vezes ou nunca: Conversa com os amigos sobre política"

em %

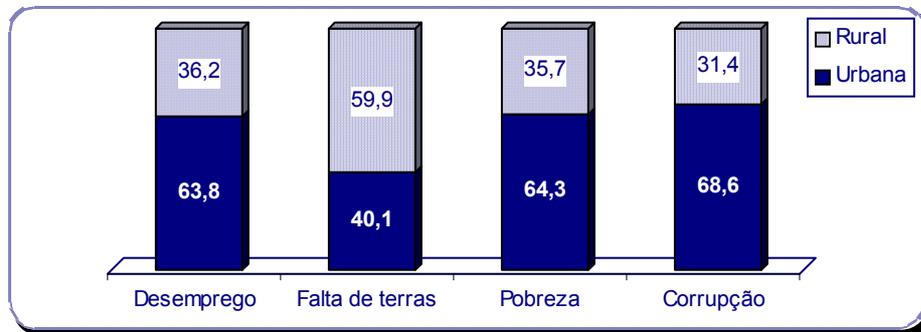
Principais problemas do país



Pergunta: "Na sua opinião, quais são, em ordem de importância, os três principais problemas do país?"
Obs.: Aqui, apenas a primeira citação.

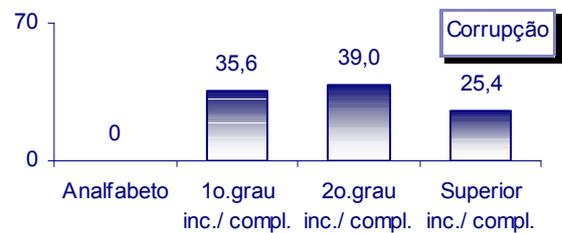
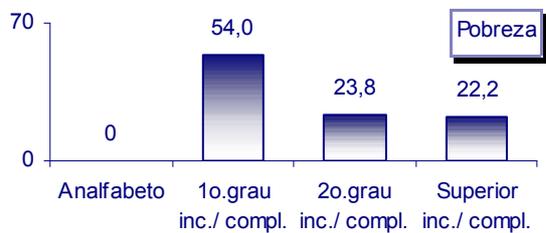
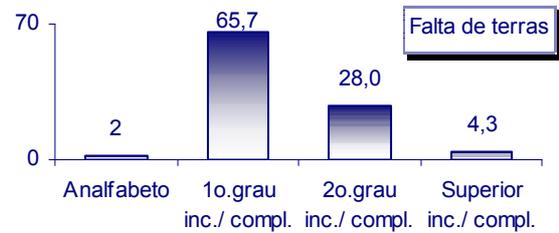
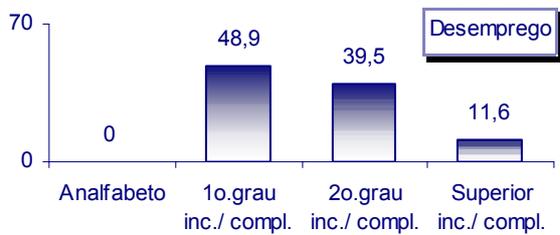
Os quatro principais problemas do país segundo a região

em %



Os quatro principais problemas do país segundo a escolaridade

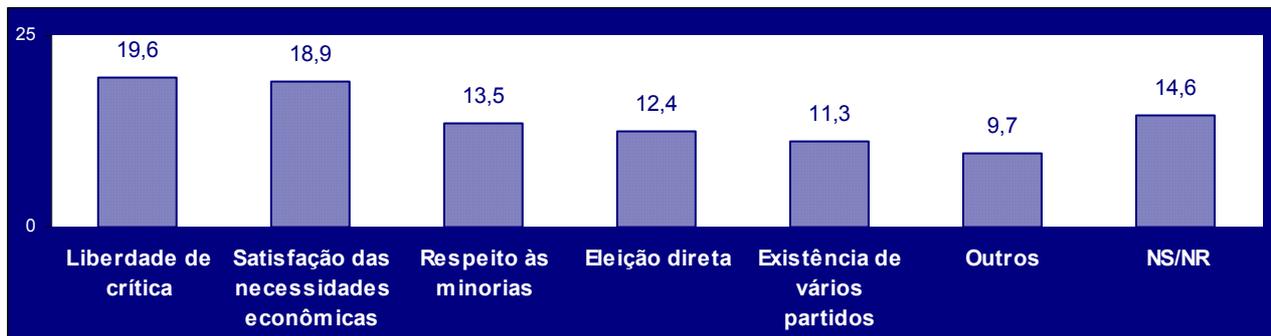
em %



Sobre a valorização da democracia

Opinião sobre os fatores necessários para a existência da democracia

em %

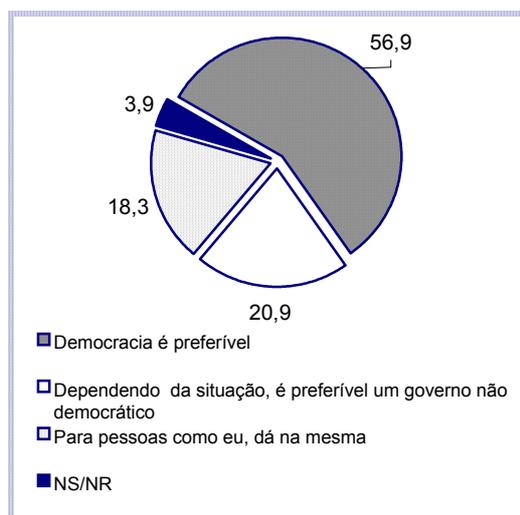


Pergunta: “Nos últimos anos as pessoas começaram a falar muito sobre a democracia. Na sua opinião, quais são os requisitos (em ordem de importância) para se dizer que um país é democrático?”

Obs.: Resposta múltipla - Constatam aqui as porcentagens com base no número em que cada item foi citado, independentemente da ordem

Preferência entre democracia e governo não democrático

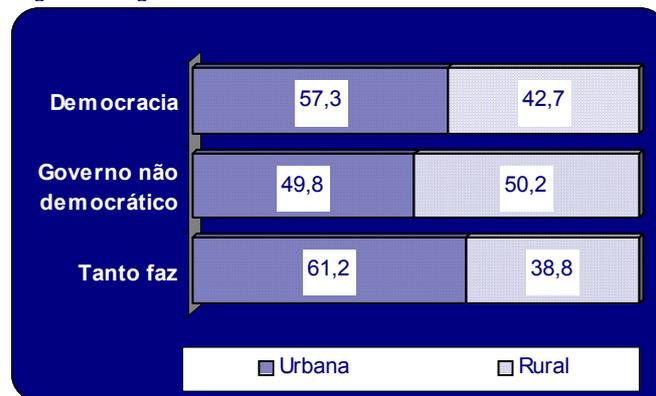
em %



Pergunta: “Com qual das seguintes frases o(a) sr(a) está mais de acordo: ‘a democracia é preferível’; ‘dependendo da situação é preferível um governo não democrático’ ou ‘para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou não democrático’”.

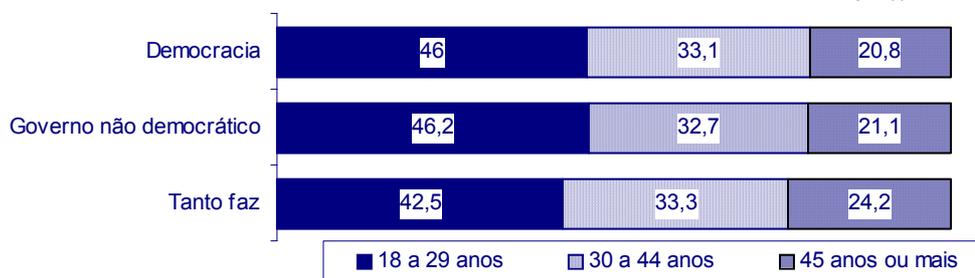
Segundo a região

em %



Segundo a idade...

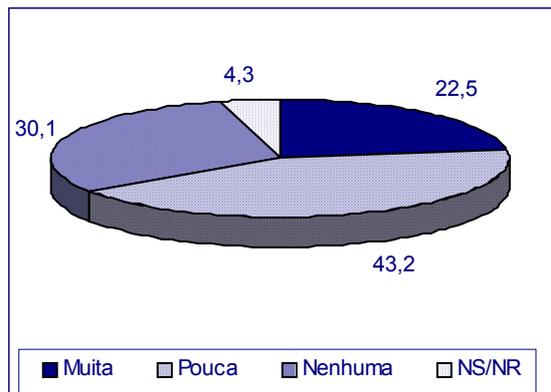
em %



Sobre a confiança nas instituições

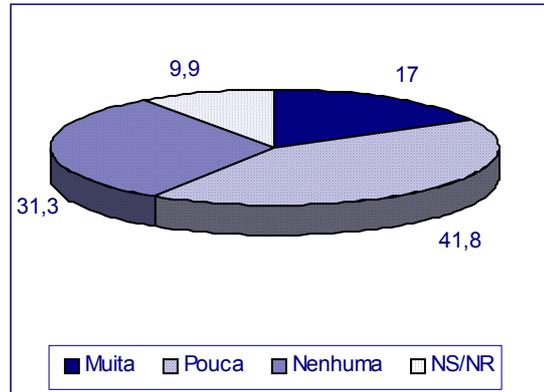
Governo

em %



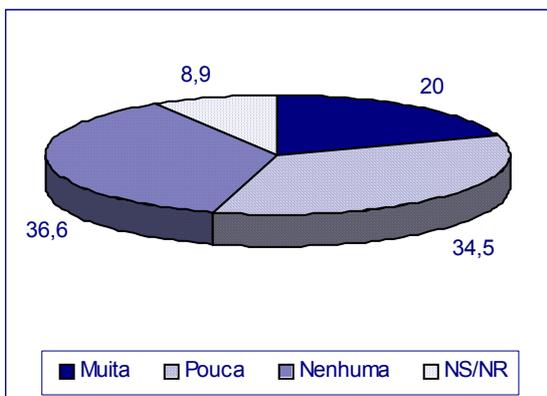
em %

Senadores e Deputados



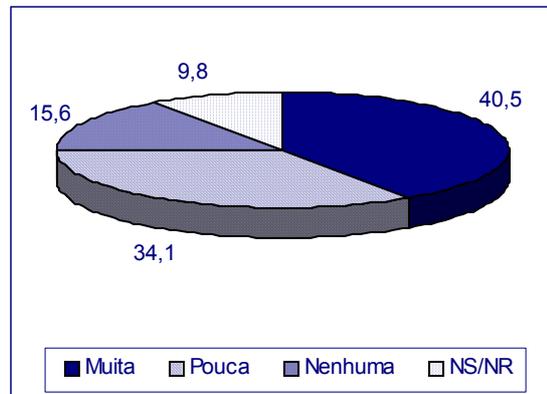
Forças Armadas

em %



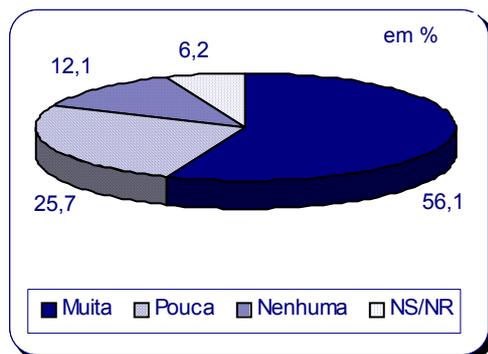
em %

Movimentos dos trabalhadores



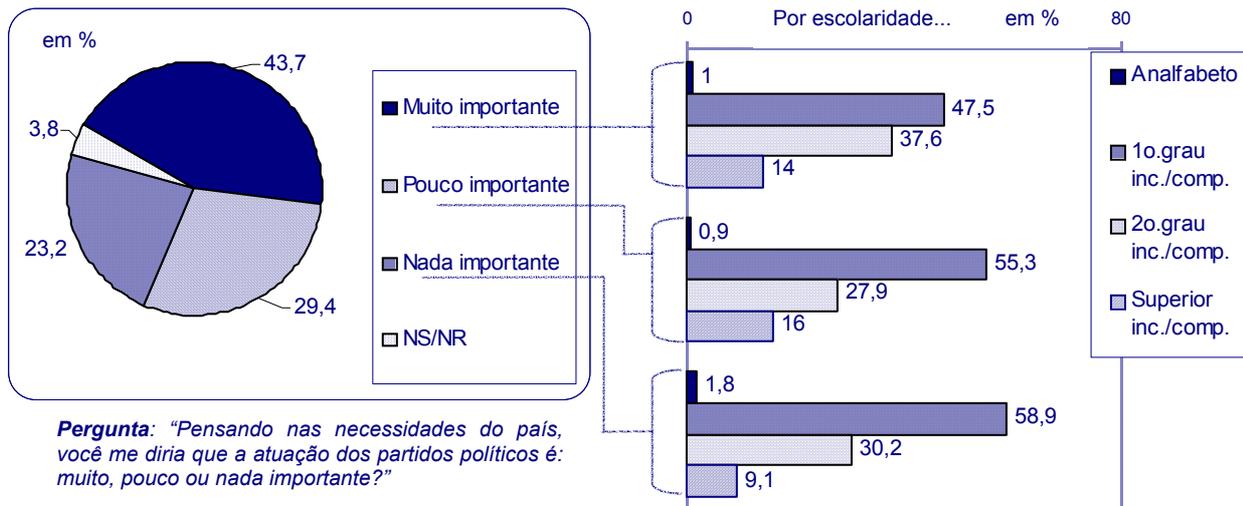
Organizações camponesas

em %

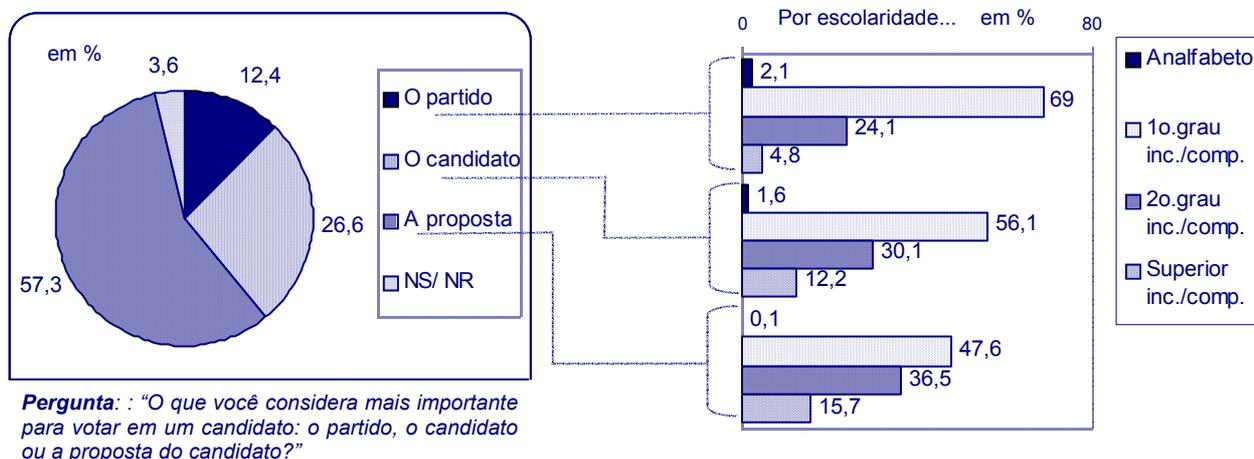


Pergunta geral: "Agora vou citar algumas instituições. Você poderia me dizer, de modo geral, qual é seu grau de confiança em cada uma delas?"

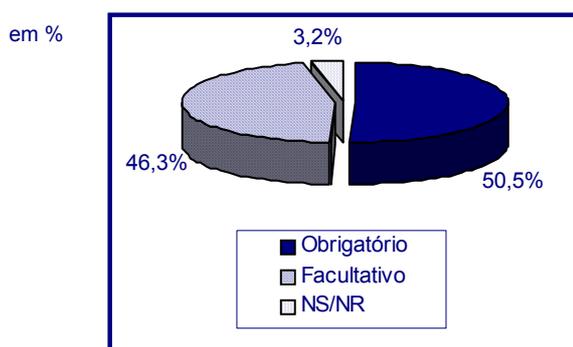
Opinião sobre a importância da atuação dos partidos políticos



Sobre o que é mais importante para votar: candidato, partido ou proposta

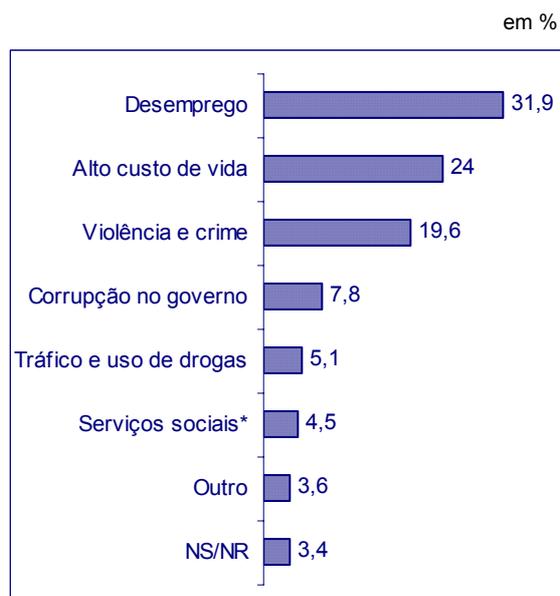


Sobre o voto ser obrigatório ou facultativo...



Pergunta: "Na sua opinião, o voto deve ser obrigatório ou só deveria votar quem quiser?"

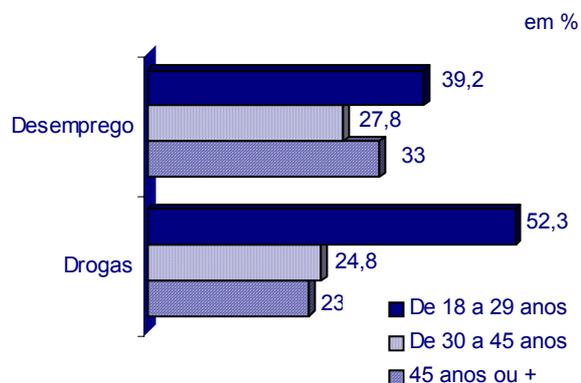
Principais problemas do país



* (Saúde, habitação e educação)

Pergunta "Qual destes é o principal problema do país na atualidade?"

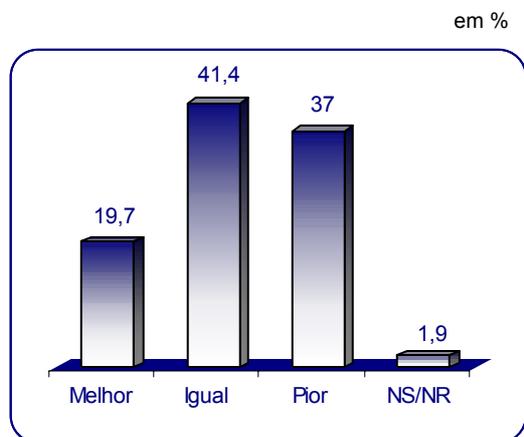
Principais problemas dos jovens do país segundo a idade



Obs.: Os dois principais problemas dos jovens do país, foram: as *Drogas* com 55,7% e o *Desemprego* com 13,8% das citações.

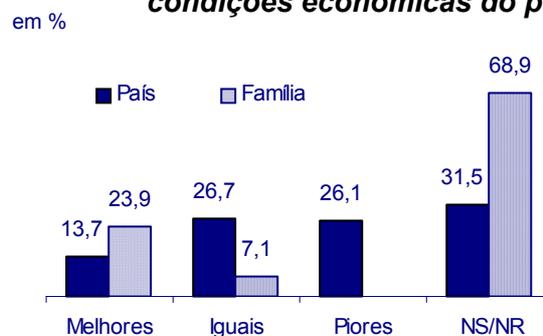
Pergunta: "E qual é o principal problema que tem atualmente a juventude do nosso país?"

Opinião sobre a situação econômica familiar



Pergunta: "Como está a situação econômica da sua família em comparação com o ano passado?"

Expectativa com o futuro das condições econômicas da família versus Expectativa com o futuro das condições econômicas do país

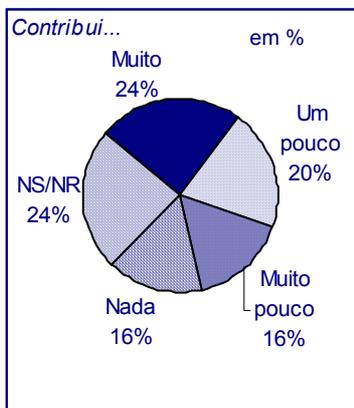


Pergunta 1: Na sua opinião, como serão as condições econômicas futuras de El Salvador, em comparação com o momento atual?"

Pergunta2: "Na sua opinião, como serão as condições econômicas futuras de sua família, em comparação com o momento atual?"

Opiniões sobre guerra e paz

Opinião sobre a contribuição da diminuição do tamanho das Forças Armadas para que a paz seja duradoura



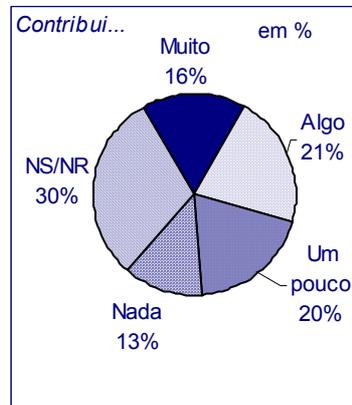
Pergunta: "Parece que finalmente acabou a guerra e teremos paz. Qual a sua opinião de alguns acordos, por exemplo, você acredita que a redução do tamanho das Forças Armadas depois dos acordos contribuirá para que a paz seja duradoura?"

Opinião sobre a contribuição da ONU-SAL na manutenção do cessar fogo



Pergunta: Você acha que as Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL) poderão manter o cessar fogo?"

Opinião sobre o grau de contribuição dos acordos de paz para o fim da guerrilha e dos conflitos políticos

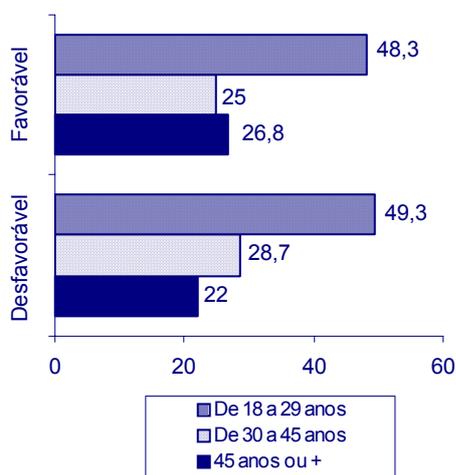


Pergunta: "Com relação aos acordos de paz, você acredita que eles contribuirão muito, algo, pouco ou nada para acabar com a guerrilha e com os conflitos políticos?"

Opinião sobre as Forças Armadas

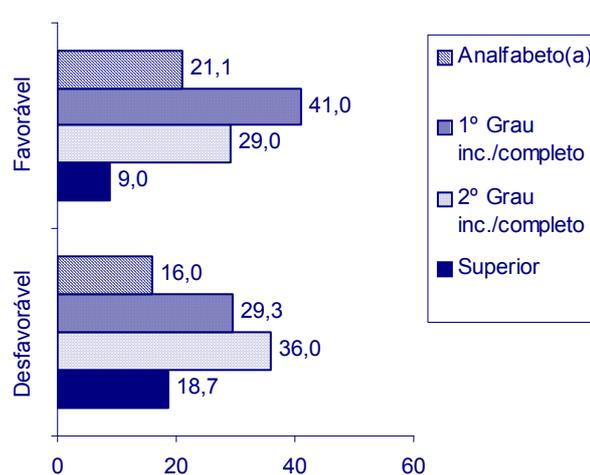
Segundo a Idade

em %



Segundo a Escolaridade

em %

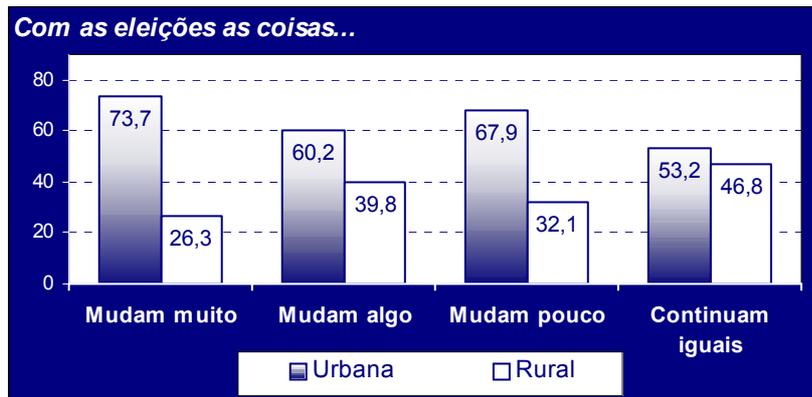


Pergunta: "De modo geral você tem uma opinião favorável ou desfavorável às Forças Armadas do nosso país?"

O papel das eleições

Segundo a região

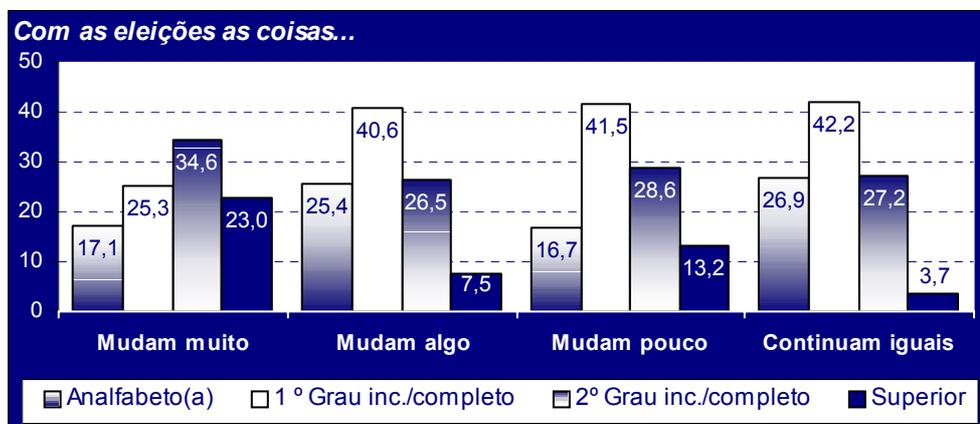
em %



Pergunta: Alguns dizem que independente de quem ganhe as eleições em El Salvador, as coisas continuam igual e portanto, não há porque votar. Outros dizem que não, que as coisas mudam com as eleições e por isso é necessário votar. Outros não tem opinião. Qual é sua opinião a esse respeito?

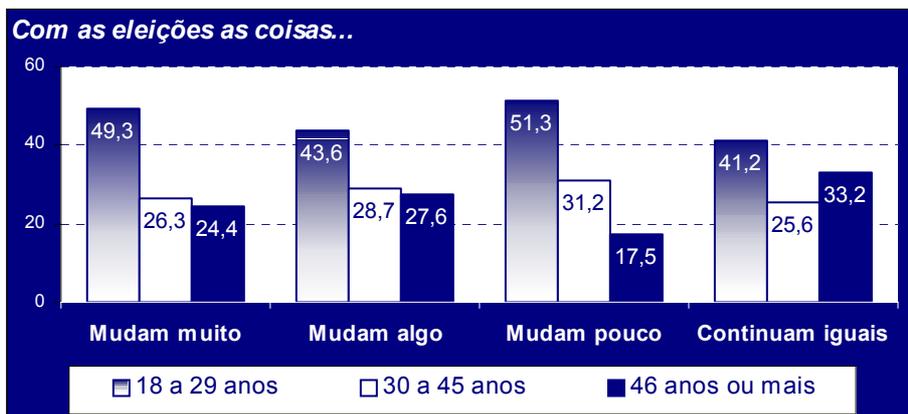
Segundo a Escolaridade

em %



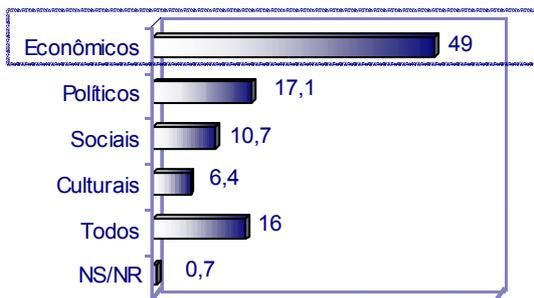
Segundo a Idade

em %

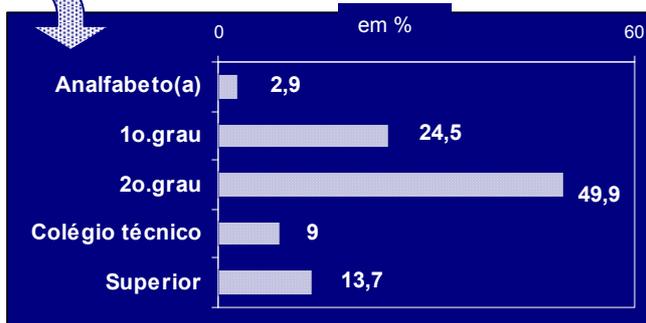


Principais problemas do país

em %



Problemas econômicos segundo a escolaridade...

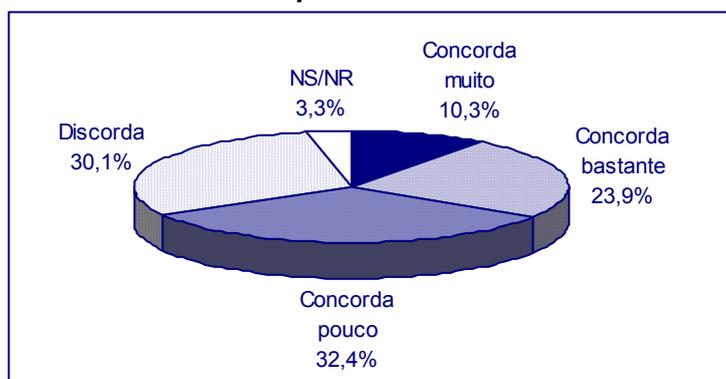


Pergunta: "Quais problemas que os venezuelanos enfrentam você diria que são os mais importantes?"

Opinião sobre as seguintes frases

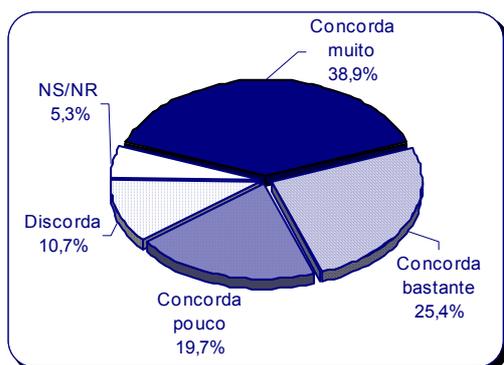
"Êxito é questão de sorte"

em %

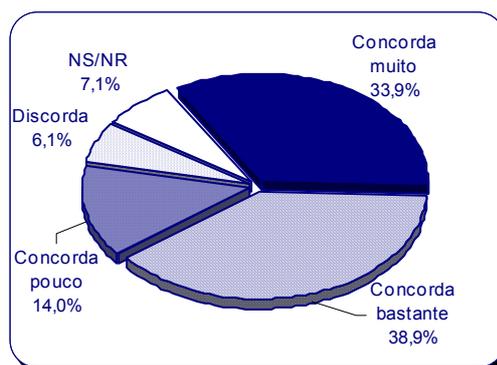


"É necessário dar educação integral às pessoas ao invés de dar ajudas como a bolsa alimentação"

em %



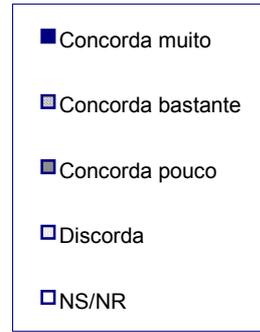
"Os investimentos estrangeiros são necessários para que se consiga o desenvolvimento econômico do país"



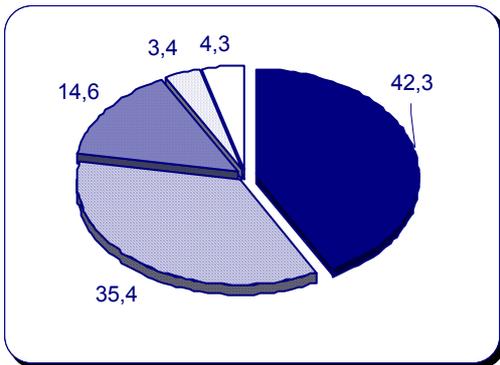
Pergunta geral: "A seguir vou ler uma série de frases e gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda com o que a frase propõe:"

Sobre a Privatização

Opinião sobre as seguintes frases:

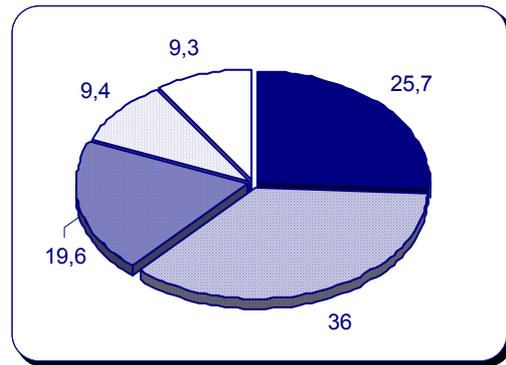


“As empresas privadas são mais eficientes que as públicas”

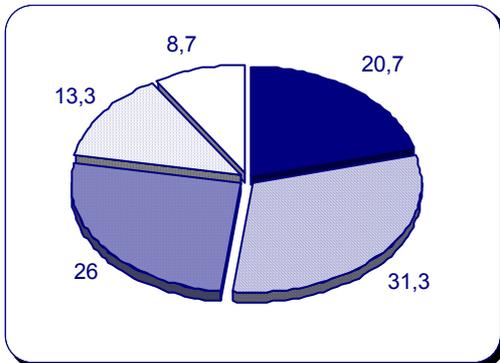


“A privatização das empresas públicas faria com que a situação econômica do país fosse melhor”

em %

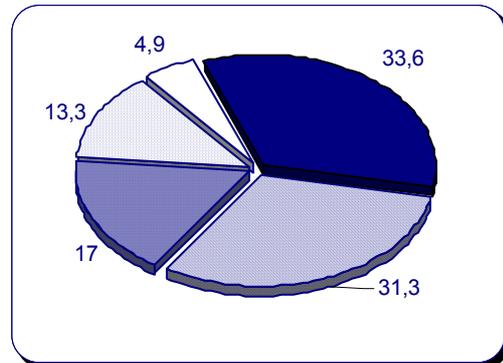


“Quem mais trabalha para reduzir a pobreza no país são as empresas privadas”



“O Estado deveria se limitar a prestar os serviços de saúde, educação e segurança pública, deixando em mãos privadas o resto das atividades econômicas”

em %



Pergunta geral: “A seguir vou ler uma série de frases e gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda do que elas propõem.”

Idéias ligadas à democracia

em %



Pergunta: Quando você ouve falar de democracia, o que vem primeiro à sua cabeça?

Obs.: Na categoria "outras coisas" estão: "Governo", "Estado de Direito", "Positiva", "Tranquilidade", "Respeito", "Direito de Protestar", "AD", "Justiça", "Devemos mantê-la", "Fazer o que se quer", "CAP", "Na sorte de tê-la", "Política", "Igualdade", "Participação", "Nada", "Farsa", "Conceito bom, prática ruim", "Situação atual", Todos com menos de 2%.

Opinião sobre a melhor definição para um cidadão democrata

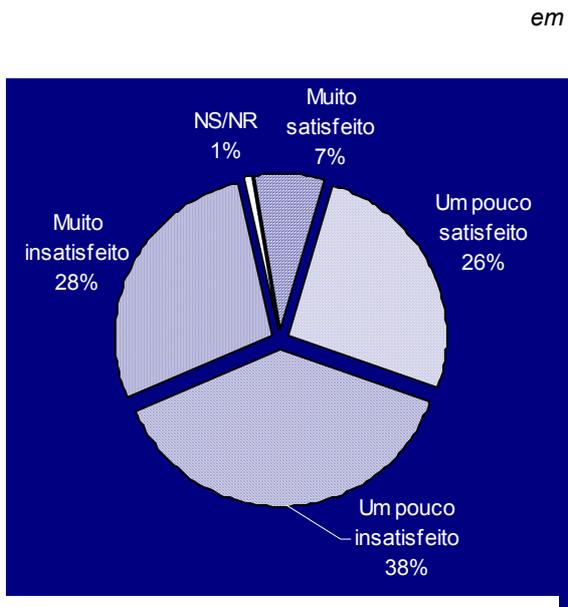
em %



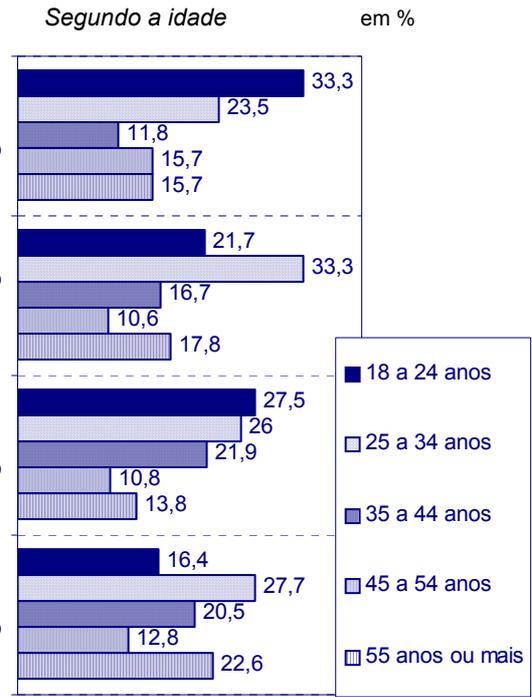
Pergunta: "Desta lista, quais são as três coisas que melhor definem um cidadão democrata?"

Obs.: (Resposta múltipla. Aqui, porcentagem feita com base no número de citações que cada resposta recebeu, independente da ordem)

Sobre a satisfação com a democracia no país

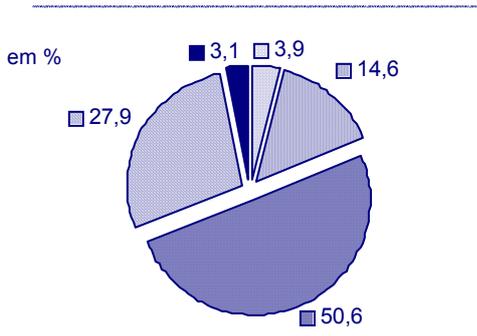


Pergunta: Quanto você está satisfeito com a democracia que temos na Venezuela?

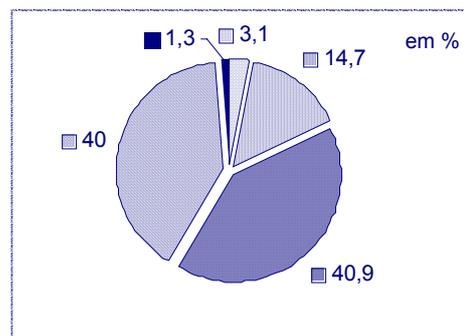


Sobre a democracia venezuelana

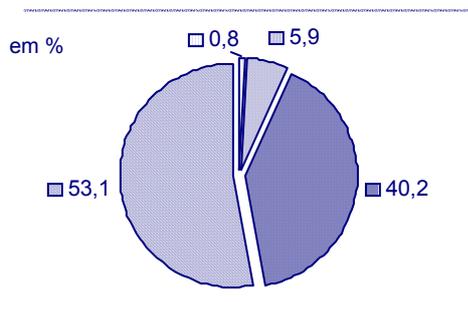
Promove a participação dos cidadãos



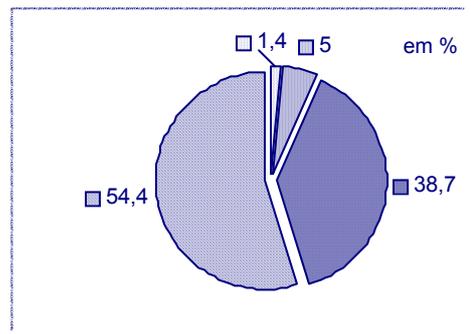
Garante eleições honestas e abertas



Assegura a justiça igual para todos

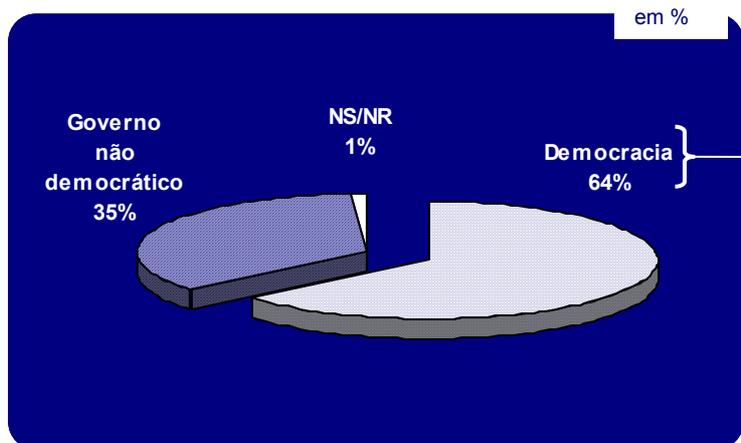


Assegura a distribuição eqüitativa da riqueza

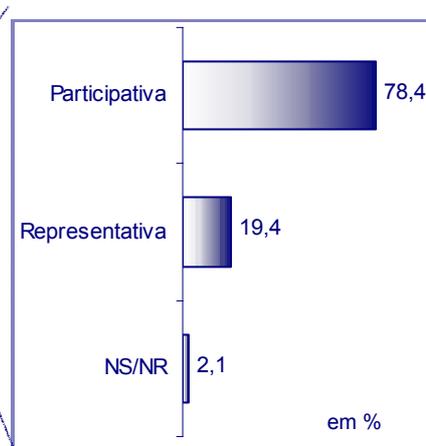


Pergunta:
 "A seguir vou ler uma série de frases e gostaria que você me dissesse se a democracia venezuelana tem muito, bastante, pouco ou nada da característica apontada".

Sobre a preferência entre democracia e um governo não democrático



Pergunta: "A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo ou em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível?"

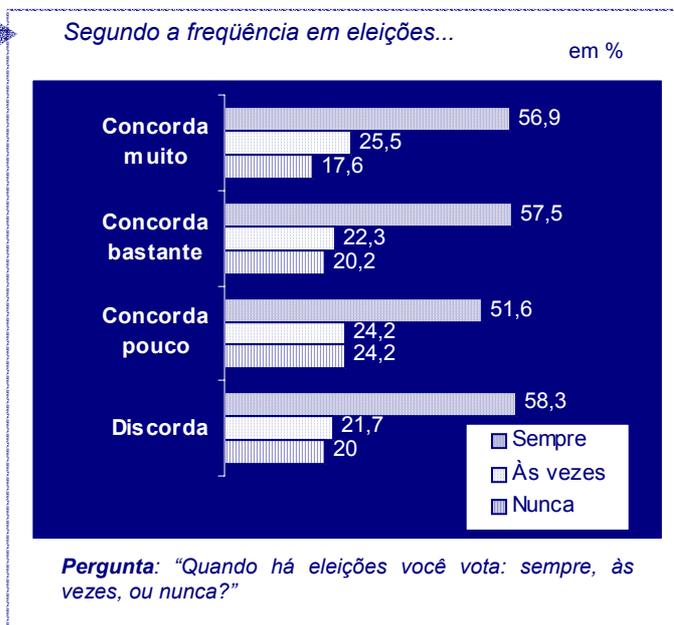
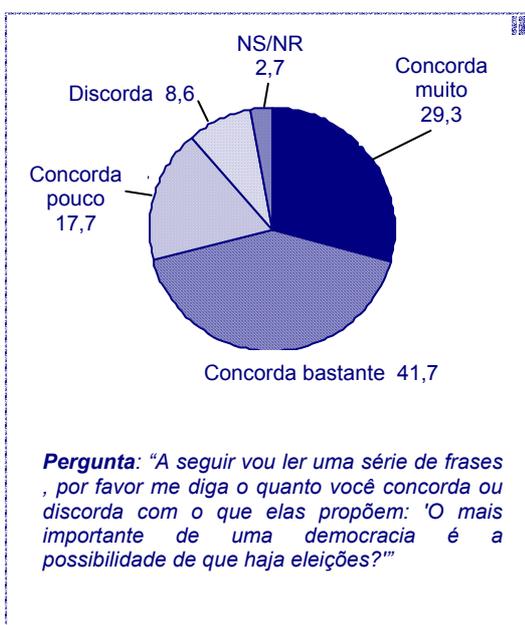


Pergunta: "Na sua opinião, o que é melhor para a Venezuela: uma democracia participativa ou representativa?"

Opinião sobre a frase:

"O mais importante de uma democracia é a possibilidade de que haja eleições"

em %

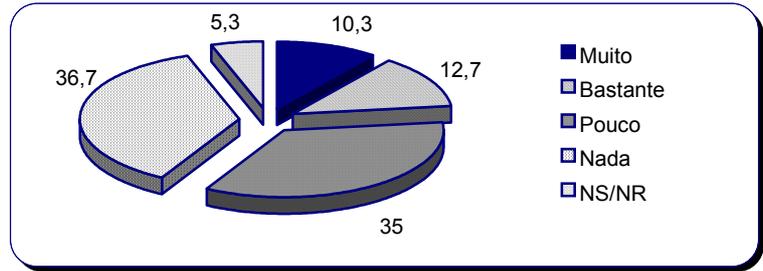


Sobre o voto

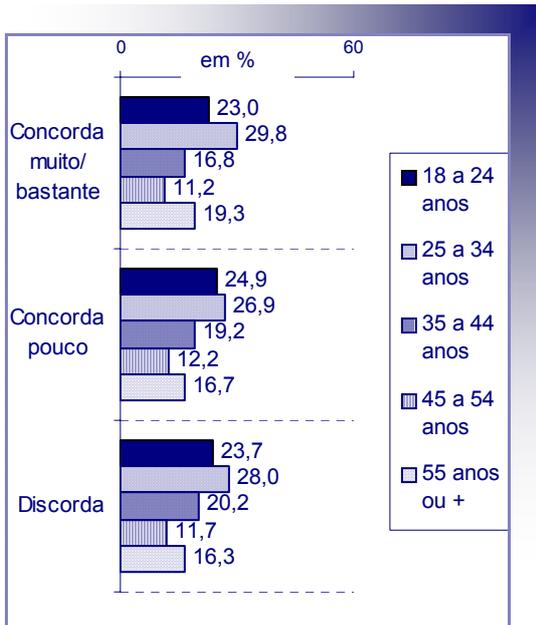
Concorda ou discorda que voto individual faz diferença numa eleição

(em %)

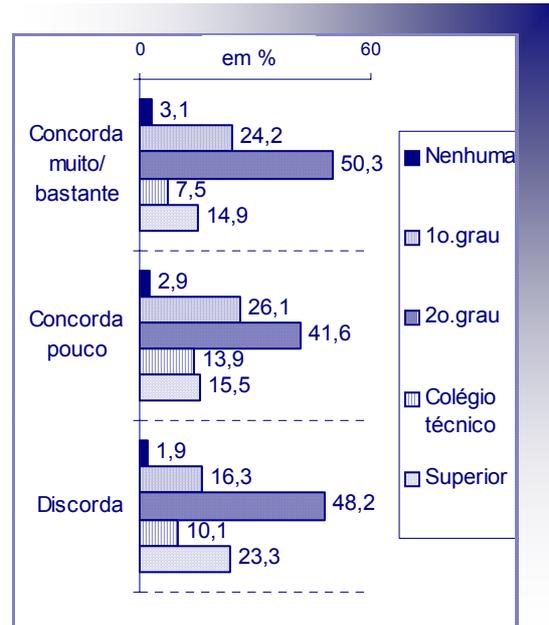
Pergunta: “A seguir vou ler uma série de frases, por favor me diga quão de acordo você está com cada uma delas: Tanta gente vota nas eleições que não faz diferença se eu voto ou não”



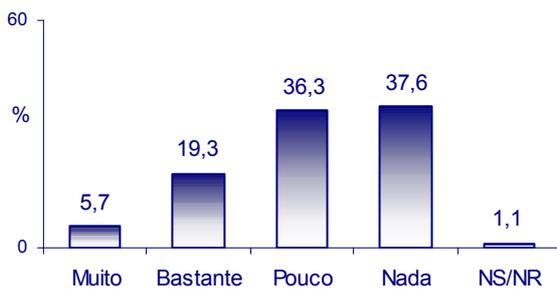
Segundo a idade



Segundo a escolaridade

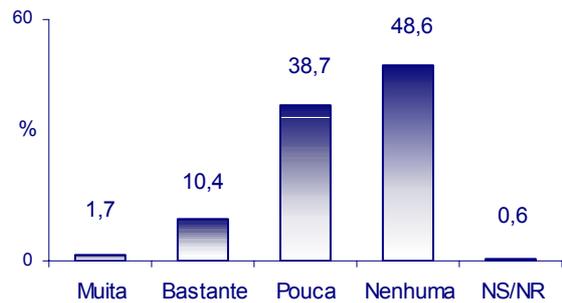


Sobre a importância dos partidos políticos para a democracia



Pergunta: “Vou nomear uma série de instituições, por favor me diga quão importantes são para a democracia.”

Sobre a confiança nas instituições: partidos políticos

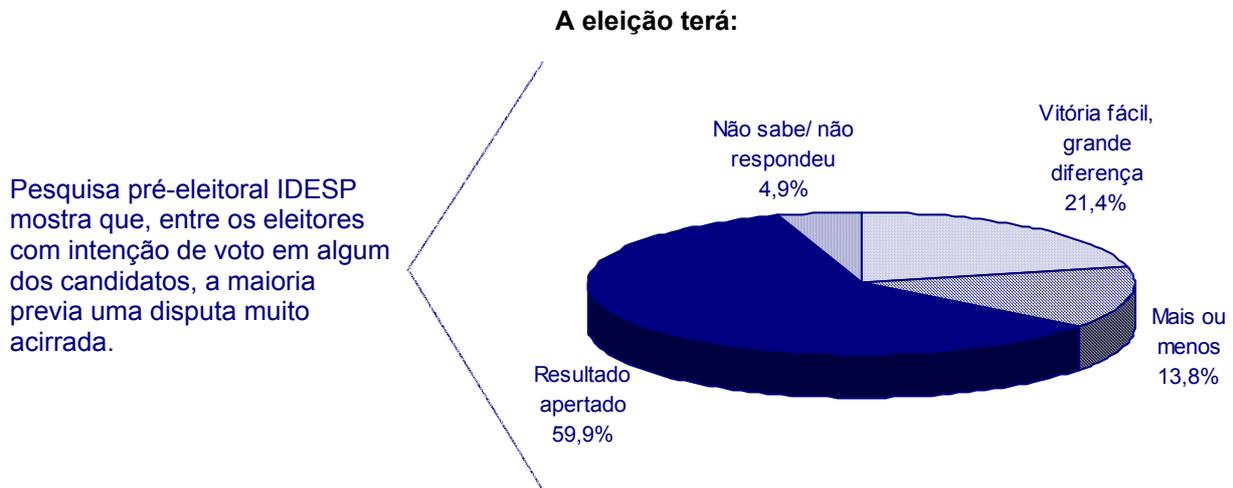


Pergunta: “Quanta confiança você tem nas seguintes instituições: partidos políticos?”

As Eleições na Cidade de São Paulo – 1985

Em 15 de novembro de 1985, pela primeira vez após 1964, o prefeito da cidade de São Paulo foi escolhido pelo voto direto

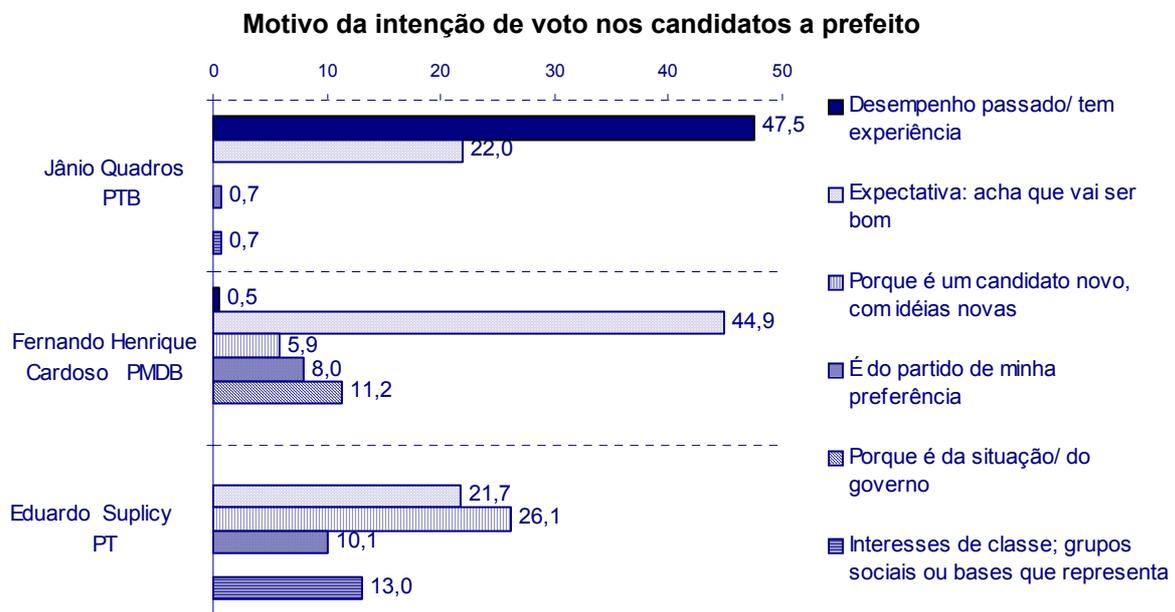
Foi uma disputa apertada entre o candidato do PTB, o ex-presidente Jânio Quadros, e o do PMDB, Fernando Henrique Cardoso



Fonte: IDESP (00506) – 01/10 a 15/11/85

Pergunta: "O Sr. acha que ele (candidato que o entrevistado considerava que ia ganhar) vai ganhar fácil, com uma grande diferença de votos ou acha que o resultado vai ser apertado?" (para quem respondeu qual a expectativa de vitória)

A vitória de Jânio Quadros foi motivada sobretudo pelo seu passado político, pré-64.



Fonte: IDESP (00506) 01/10 a 15/11/85

Pergunta: "Por que você pretende votar nele?" (para quem tem intenção de voto em algum dos candidatos)

A derrota do (P)MDB, numa eleição personalista

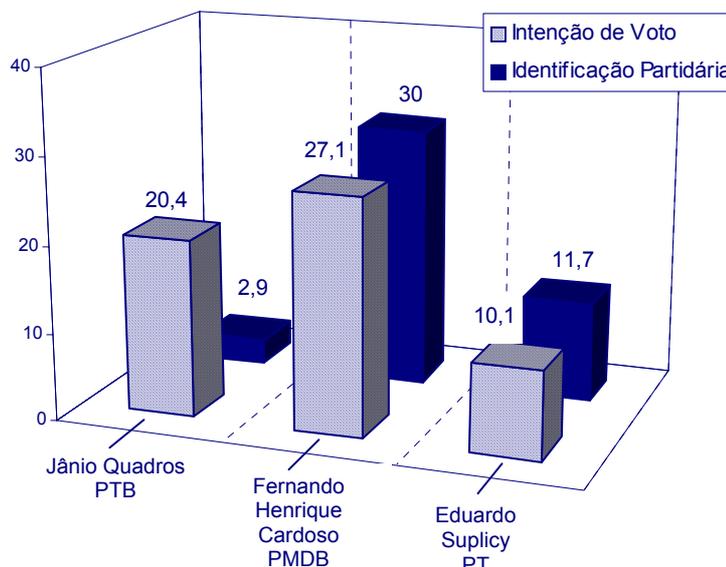
Desde as eleições de 1974, quando 70% dos paulistanos escolheram o candidato do MDB ao Senado, o partido não perdia uma eleição na capital paulista.

Em 1985, O PMDB não conseguiu eleger o seu candidato, apesar da sua grande identificação junto ao eleitorado.

Segundo a pesquisa IDESP, o PMDB era o partido com maior identificação junto ao eleitorado.

O candidato do partido, Fernando Henrique, ainda aparecia como líder na pesquisa, mas com um percentual de intenções de voto inferior ao da identificação com o PMDB.

Intenção de Voto e Identificação Partidária



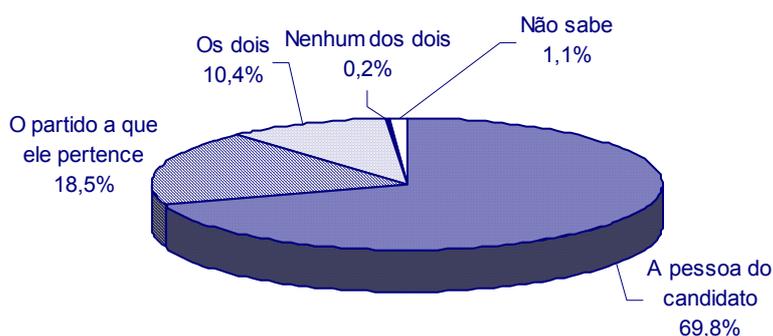
Fonte: IDESP (00506) - 01/10 a 15/11/85

Perguntas: "Voltando a falar dos partido políticos, o Sr. se identifica com algum deles, isto é, o Sr. tem preferência por algum deles?"; "O Sr. já escolheu seu candidato a prefeito? Quem? (resposta espontânea) + "(Se não mencionou candidato na pergunta anterior) Se a eleição fosse hoje e fossem estes candidatos, em qual destes nomes o Sr. votaria? (resposta estimulada)".

Obs.: no gráfico, somente os mais citados.

Na escolha do candidato, o nome foi mais importante do que o partido.

O que é mais importante na decisão do voto:



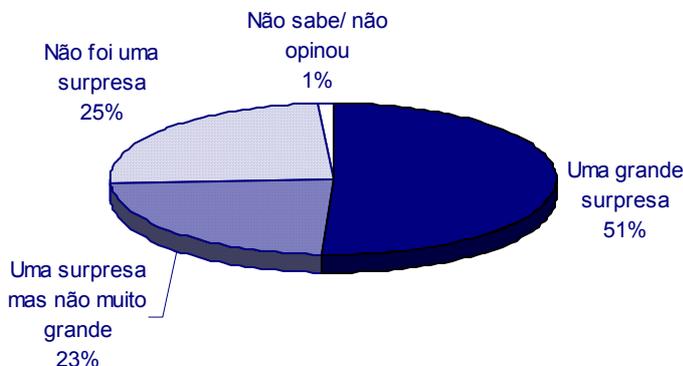
Fonte: IDESP (00506) - 01/10 a 15/11/85

Pergunta "O que é mais importante na sua escolha: a pessoa do candidato qual o partido a que ele pertence?"

As Eleições na Cidade de São Paulo (1988)

Em 1988, a surpreendente vitória de Luiza Erundina

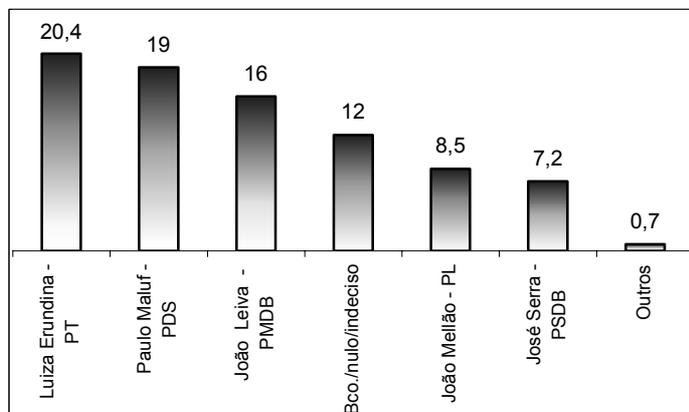
A eleição de Luiza Erundina, do PT, foi uma grande surpresa para os eleitores de São Paulo, como mostram os números dessa pesquisa pós-eleitoral.



Fonte: IBOPE 1988 (pós-eleitoral) - 25/11 a 03/12/88
 Pergunta: "A vitória de Luiza Erundina foi:"

Até 1 mês antes das eleições, as pesquisas detectavam Luiza Erundina bem longe do 1º lugar e ela não tinha chances de vitória, na opinião dos eleitores.

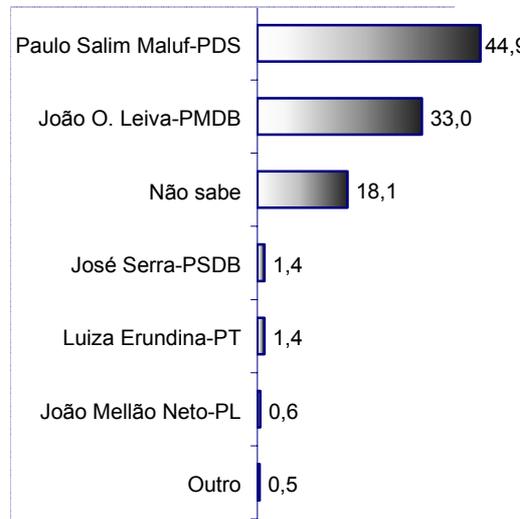
Intenção de voto para Prefeito de São Paulo em %



Pergunta: "Se as eleições fossem hoje, em qual dos candidatos você votaria?"

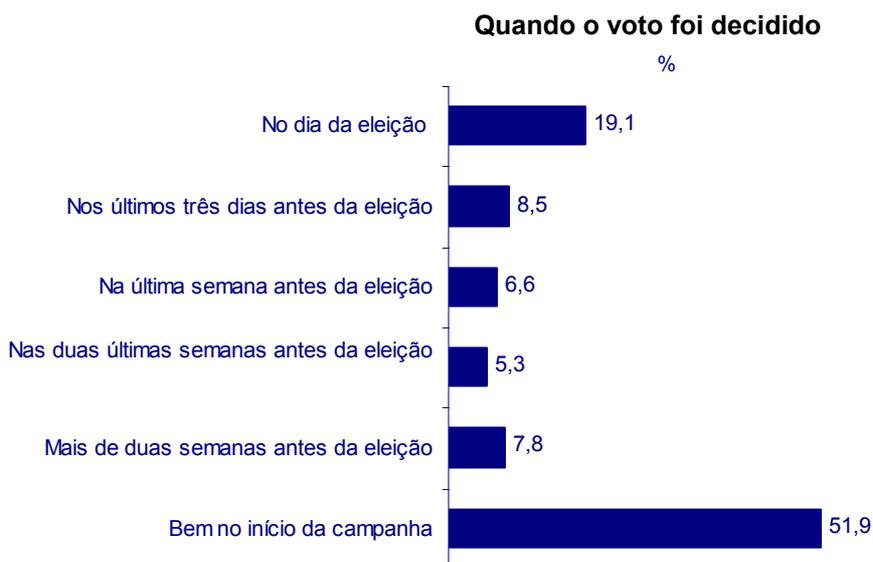
Fonte: Datafolha (00112) – 15-16/10/88

Expectativa de vitória para Prefeito de São Paulo 1 mês antes da eleição em %

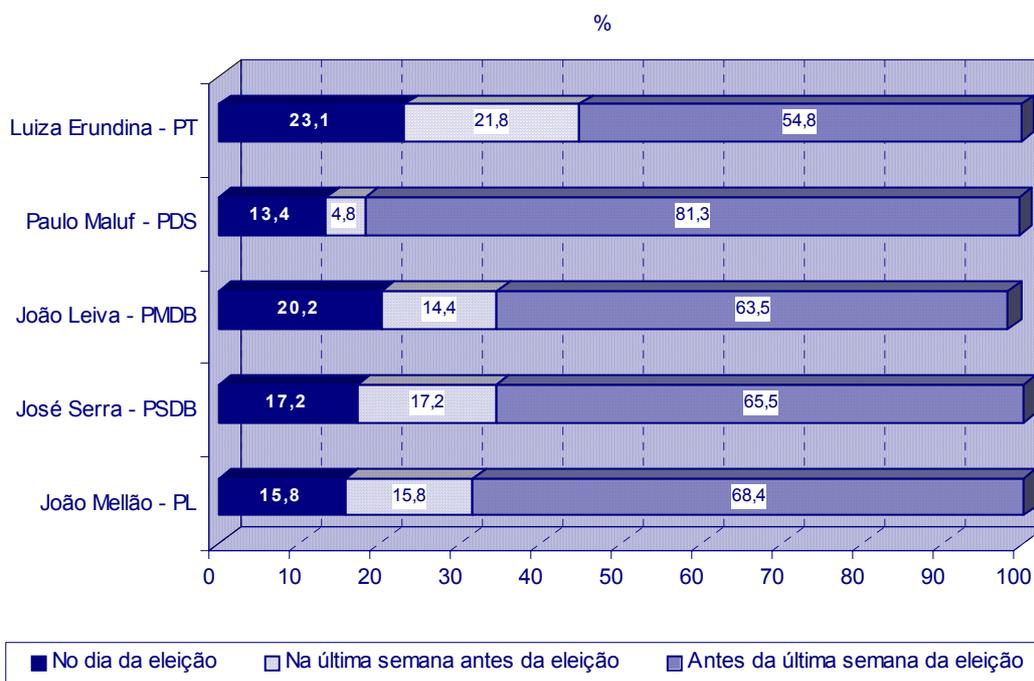


Pergunta: "Na sua opinião, qual deles vai ganhar as eleições? (estimulada)"

A decisão final da eleição ficou para os últimos dias, as últimas horas



Quando o voto dos principais candidatos foi decidido



Esta pesquisa pós-eleitoral, mostra que a candidata Luiza Erundina foi a maior beneficiária desse movimento eleitoral das últimas horas e dos últimos dias.

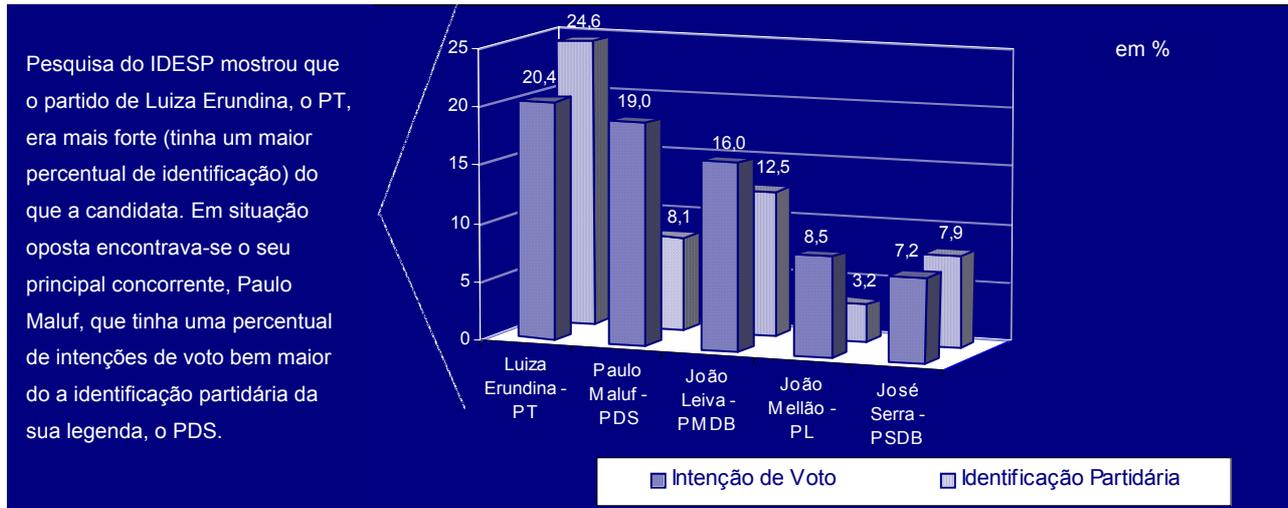
Fonte: IBOPE – 1988 (pós-eleitoral) - 25/11 a 03/12/88

Perguntas: "Período da campanha em que tomou a decisão final do voto" (Para quem respondeu no meio da campanha ou mais no fim da campanha) "Quando tomou a decisão final do voto"

Obs.: (1) os percentuais correspondem à soma das respostas nos dois pares de perguntas acima. (2) as diferenças para 100% no gráfico acima referem-se às respostas "não lembra quando decidiu" e "não respondeu".

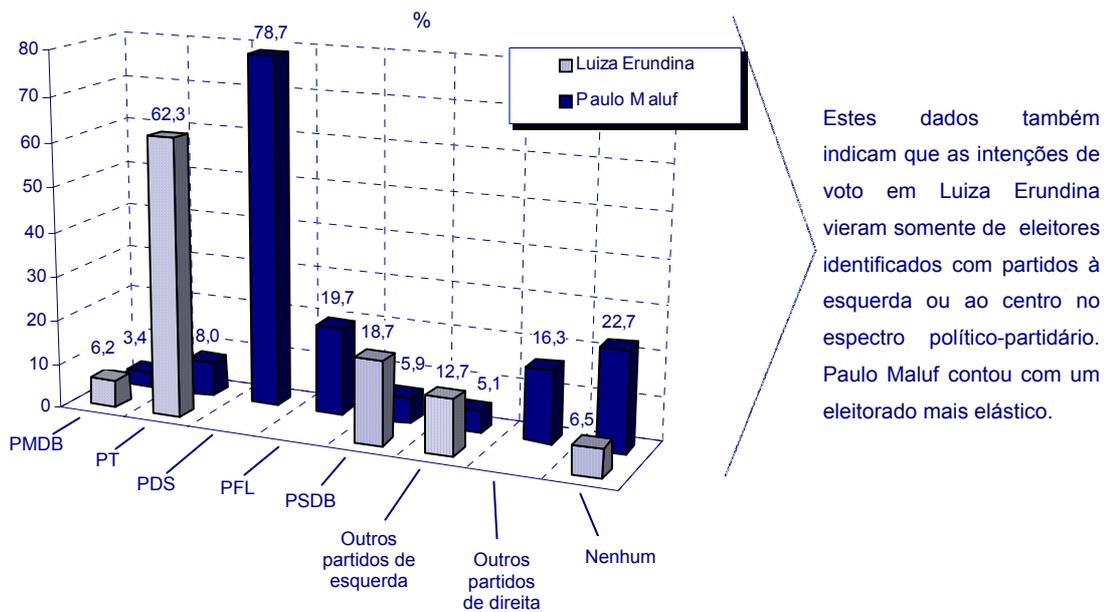
Os partidos políticos tiveram um peso importante na disputa eleitoral

Intenção de Voto e Identificação Partidária



Fonte: IDESP 1988 (00510B) – 29/10-13/12/88

Intenção de voto em Erundina e Maluf por Identificação Partidária



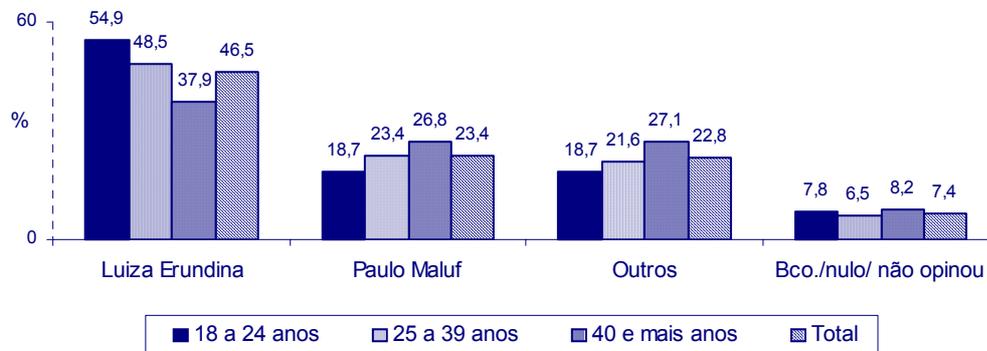
Fonte: IDESP 1988 (00510B) – 29/10-13/12/88

Perguntas: "O Sr.(a) já escolheu seu candidato a Prefeito?" ou (Para quem não citou nome na pergunta anterior) "Se as eleições fossem hoje e o Sr.(a) tivesse que decidir entre esses 5, que têm mais chances de vitória, qual desses o Sr.(a) escolheria? (mostrar a lista)"; "O Sr.(a) se identifica ou tem preferência por algum dos atuais partidos políticos?" ou "Mesmo não tendo preferência, o Sr.(a) sente simpatia por algum dos partidos atuais?"

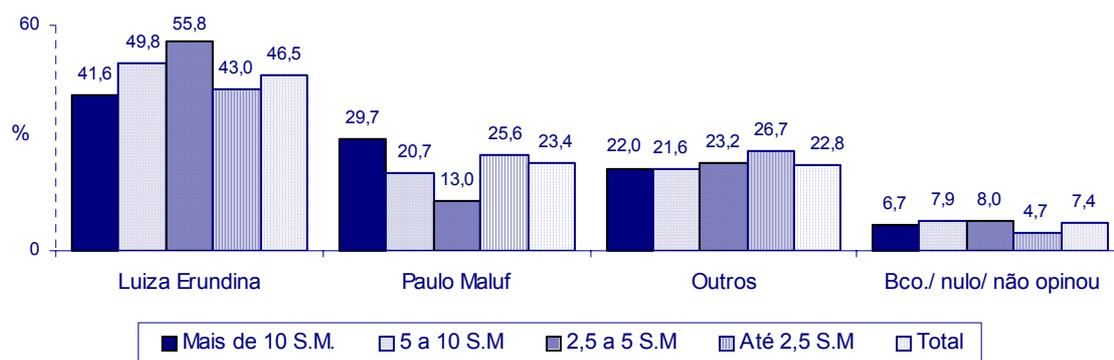
Obs.: (1) os percentuais correspondem à soma das respostas nos dois pares de perguntas acima. Cada entrevistado é contado uma única vez, pois quem citou nome ou partido na primeira pergunta não é questionado novamente; (2) as diferenças para 100% no gráfico acima referem-se às intenções de voto em outros candidatos, voto nulo ou branco.

A pesquisa pós-eleitoral do IBOPE mostra que os eleitores que votaram nos dois principais concorrentes, Luiza Erundina e Paulo Maluf, eram muito diferentes. As distribuições nas diferentes categorias comparadas com o voto total ressaltam os contrastes entre eles.

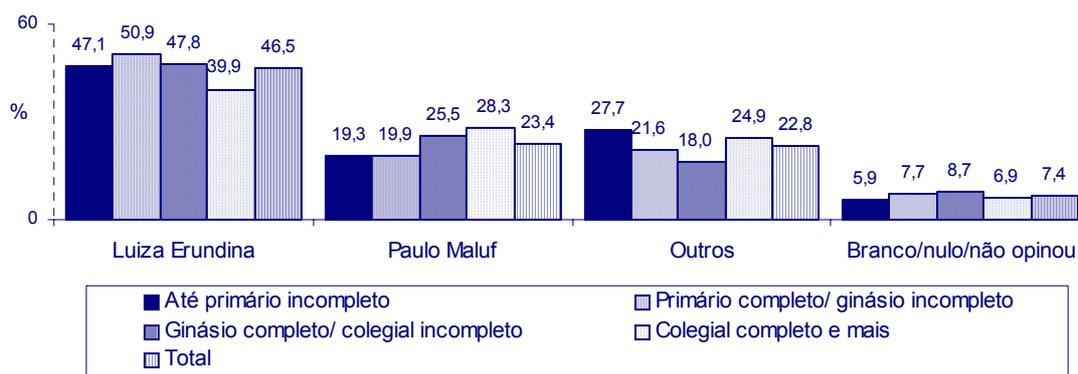
Voto por Faixa Etária



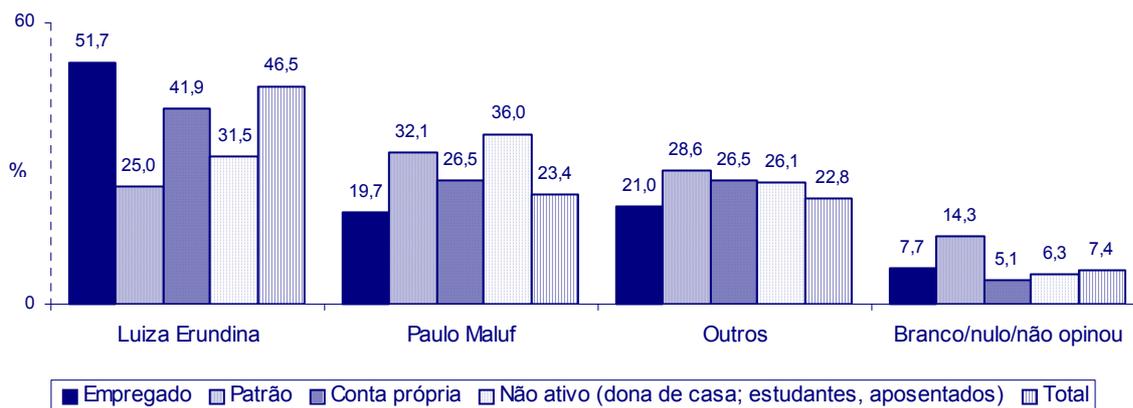
Voto por Renda Familiar



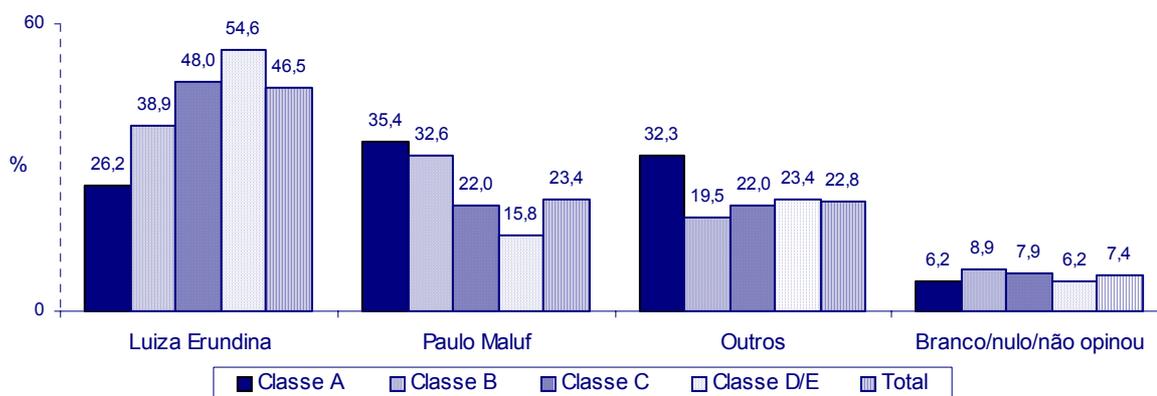
Voto por Escolaridade



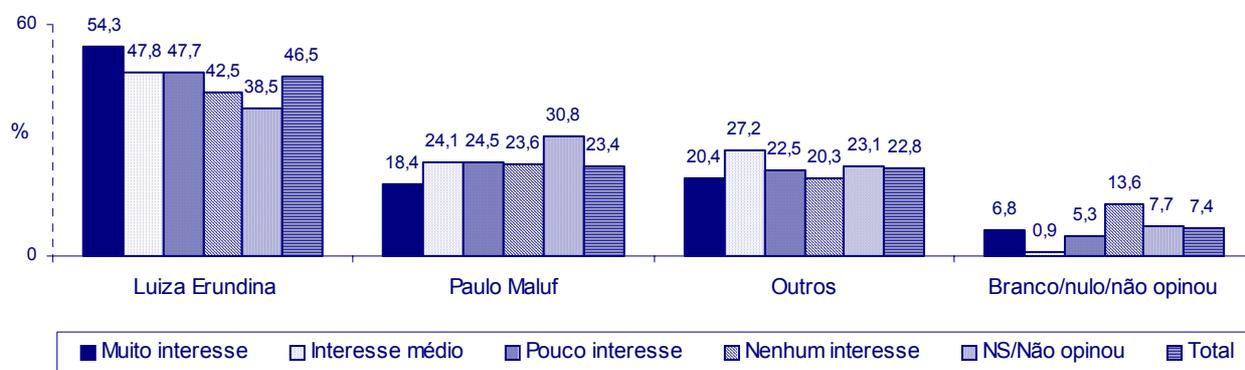
Voto por Posição nas Categorias de Ocupação



Voto por Classificação Socioeconômica*



Interesse por política



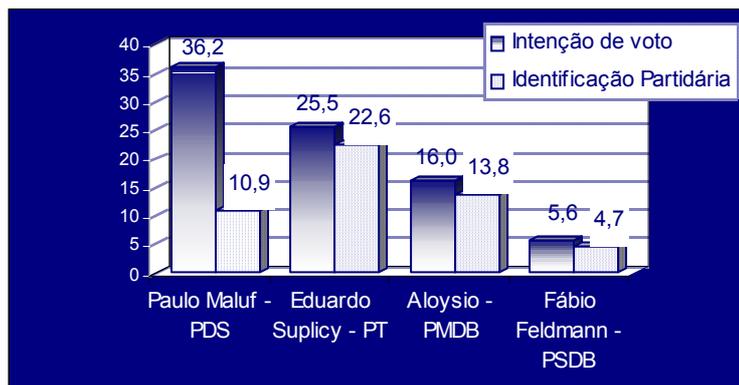
Fonte: IBOPE – 188 (pesquisa pós-eleitoral): 25/11 a 03/12/88
 Pergunta: “Candidato a prefeito votado nas eleições deste ano”
 Obs.: (*) classificação socioeconômica ABA/ABIPEME

1992 – A eleição de Paulo Maluf

A eleição de 1992 não apresentou grandes surpresas como a anterior. Pesquisa Datafolha realizada um mês antes já detectava a posição final dos candidatos e os números se aproximavam bastante dos votos que iriam depois ser apurados nas urnas.

Intenção de Voto e Identificação Partidária 1 mês antes da eleição

Aqui é interessante observar que, comparado a 1988, Maluf ficou mais forte ainda do que seu partido. Essa tendência também foi observada com o candidato do PT que tinha um percentual de intenções de voto maior do que a identificação do seu partido.

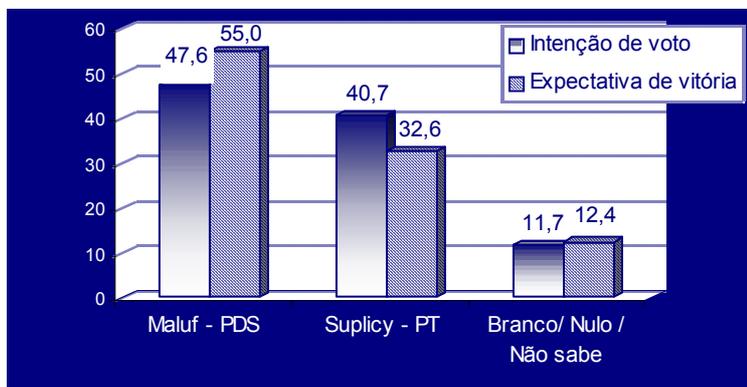


Fonte: Datafolha (00313) – 30/09/92

Perguntas: "Se a eleição para prefeito fosse hoje, em qual destes candidatos você votaria?"; "Qual é o seu partido político de preferência?"

Obs.: a diferença para 100% referem-se aos entrevistados que citaram outros candidatos/voto branco/nulo e não tem identificação partidária.

Intenção de Voto e Expectativa de Vitória



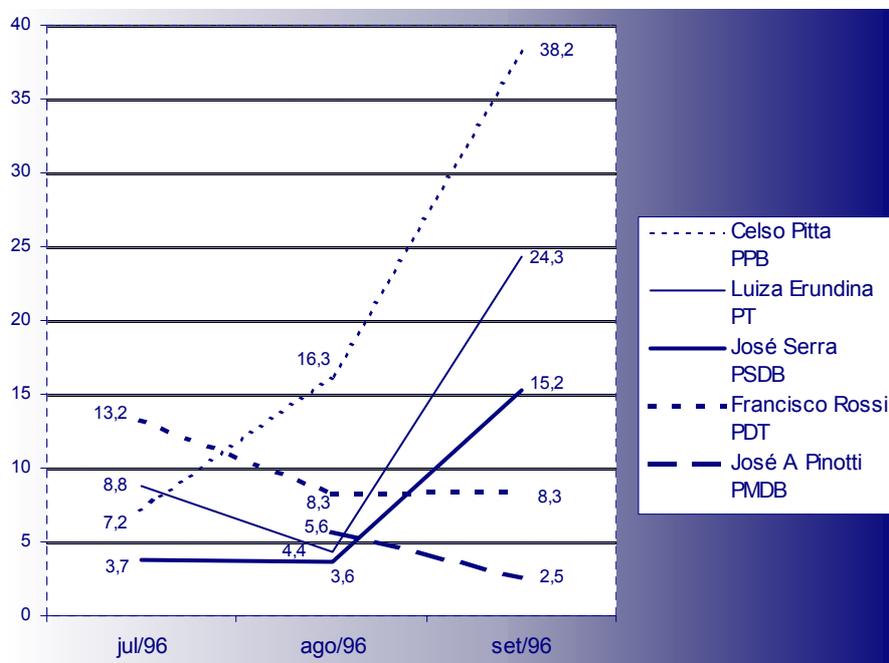
No 2º turno, um mês antes da eleição, a disputa mostrava-se mais favorável à Maluf, próximo de 50% das intenções de voto e com a maioria absoluta de expectativa de vitória.

Fonte: Datafolha (00314) – 16/10/92

Perguntas: "No dia 15 de novembro haverá o segundo turno das eleições para prefeito. Se o segundo turno fosse hoje, em quem você votaria?"; "Na sua opinião, quem vai ganhar o segundo turno da eleição?"

Em 1996, Celso Pitta foi a novidade

O candidato do então prefeito Paulo Maluf, Celso Pitta, teve um desempenho muito bom para um nome totalmente novo na política. Ele quase venceu a eleição já no 1º turno, derrotando políticos tradicionais.



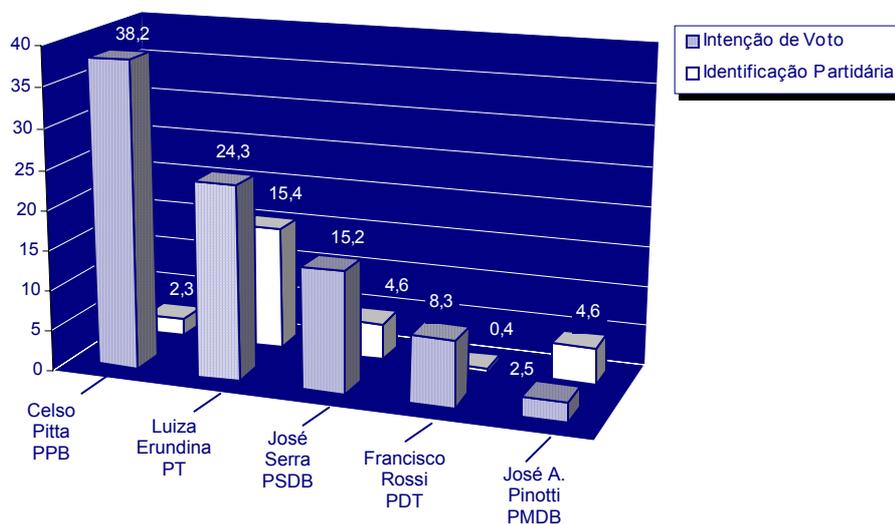
Fonte: Datafolha (0058; 00610; 00701)

Pergunta: "Se a eleição para prefeito fosse hoje, em qual destes candidatos você votaria?"

Obs.: as diferenças para 100% no gráfico acima referem-se aos que citaram outros candidatos ou não sabem/ nulo/branco

Intenção de Voto e Identificação Partidária

Esta pesquisa mostra que em 1996 a identificação era sempre menor do que a intenção de voto nos candidatos dos respectivos partidos. Essa tendência é marcante no caso de Celso Pitta.

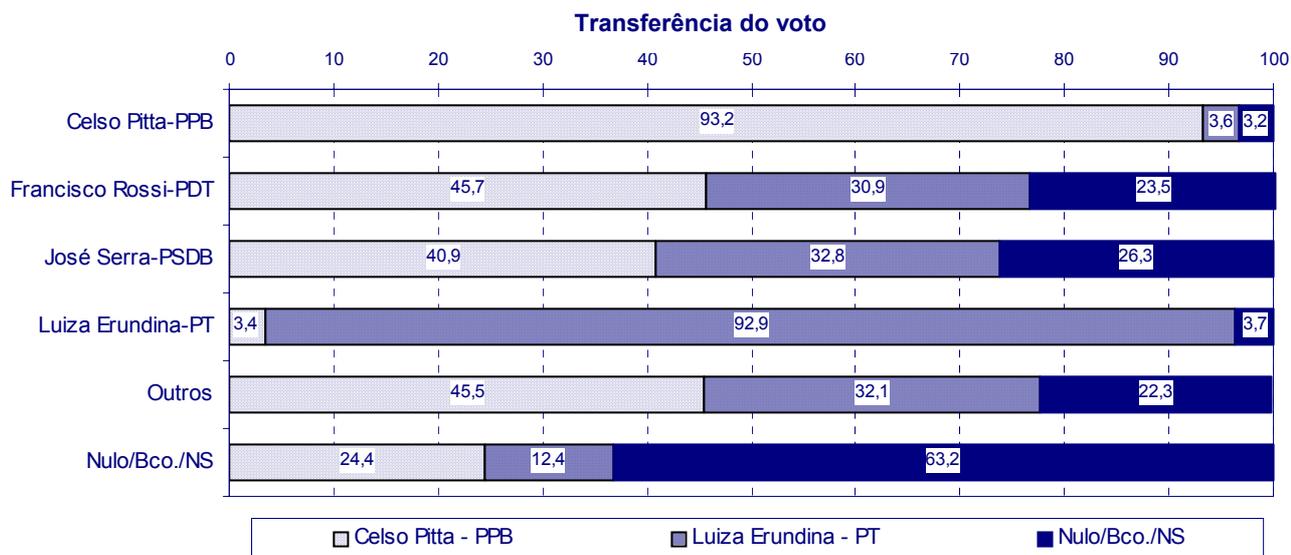


Fonte: Datafolha (00701) – 26-27/09/96

Perguntas: "Se a eleição para prefeito fosse hoje, em qual destes candidatos você votaria?"; "Qual é o seu partido de preferência?"

Obs.: as diferenças para 100% no gráfico acima referem-se aos que citaram outros candidatos ou não sabem/ nulo / branco.

No 2º turno: Pesquisa do Datafolha mostra que a maioria dos entrevistados que votaram nos candidatos que não passaram para o 2º turno tinham intenção de votar em Celso Pitta na disputa final.

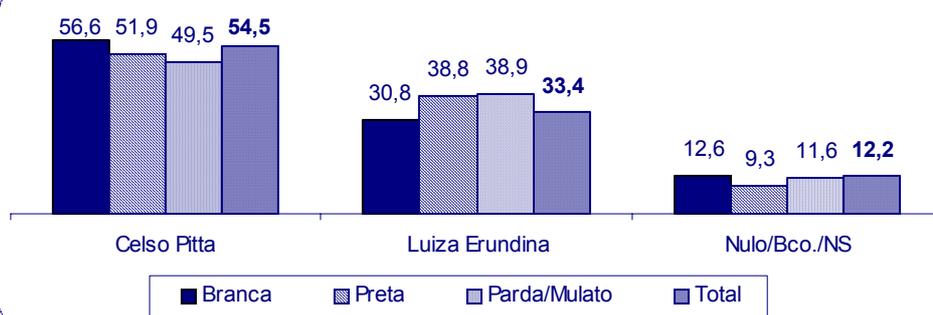


Fonte: Datafolha (00770) – 11/96

Perguntas: "No dia 15 de novembro haverá o segundo turno das eleições para prefeito. Se o segundo turno fosse hoje, em quem você votaria?"; "Em qual destes candidatos você votou para prefeito em 3 de outubro?".

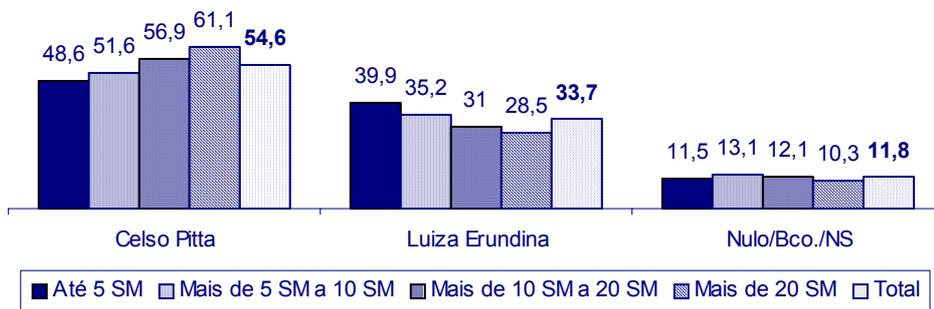
Raça/Cor do entrevistado (autoclassificação)

Celso Pitta, que se apresentou como um candidato representante dos negros, não contou com um voto de base racial: a sua intenção de voto foi acima da sua média geral entre os eleitores que se auto-classificavam como brancos e não entre os negros e mulatos.



Renda familiar

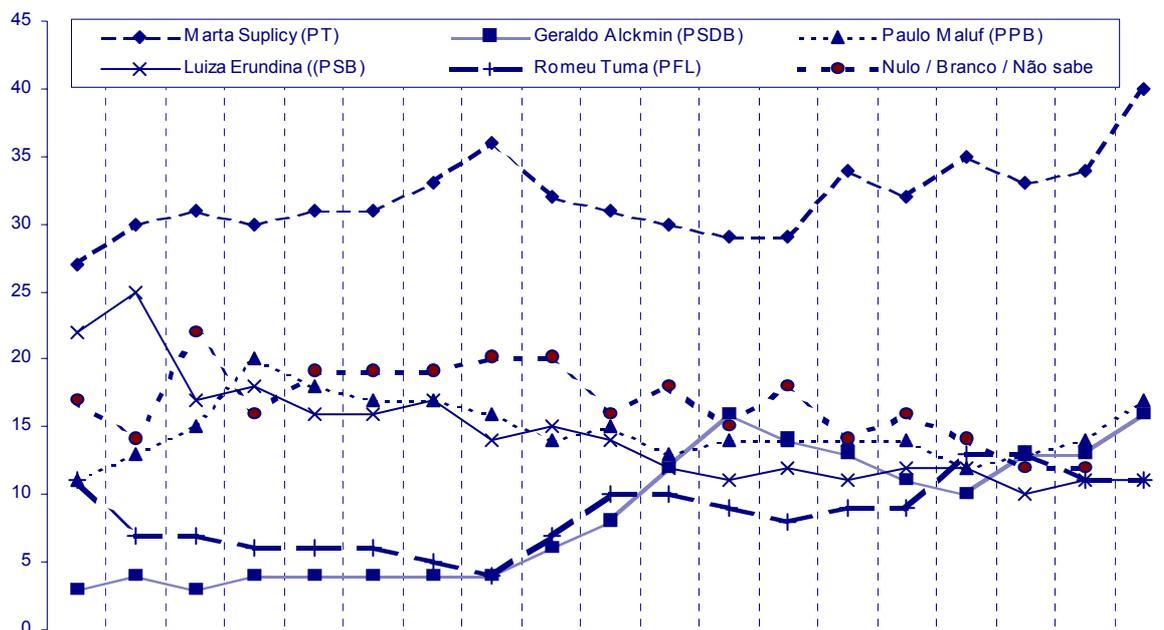
As intenções de voto em Pitta eram maiores entre os eleitores mais ricos.



Fonte: Datafolha (00761 e 00770) – 11/96

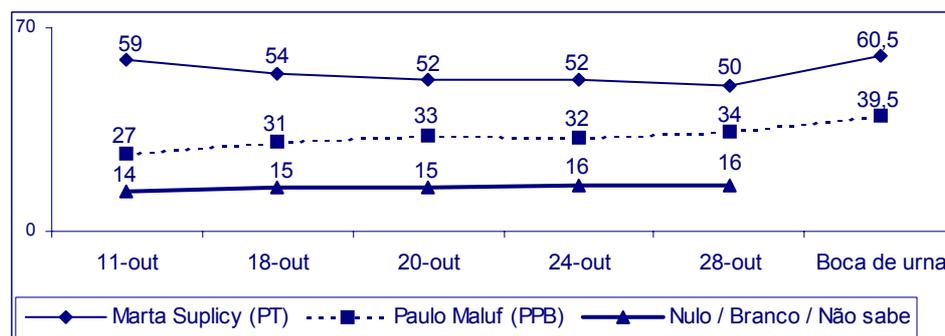
Eleições 2000

1º Turno: Intenção de Voto



	25/4	11/5	26/5	13/6	29/6	12/7	26/7	10/8	17/8	25/8	29/8	1/9	5/9	12/9	15/9	22/9	26/9	29/9	Boca de Urna
Marta Suplicy (PT)	27	30	31	30	31	31	33	36	32	31	30	29	29	34	32	35	33	34	40
Geraldo Alckmin (PSDB)	3	4	3	4	4	4	4	4	6	8	12	16	14	13	11	10	13	13	16
Paulo Maluf (PPB)	11	13	15	20	18	17	17	16	14	15	13	14	14	14	14	12	13	14	17
Luiza Erundina (PSB)	22	25	17	18	16	16	17	14	15	14	12	11	12	11	12	12	10	11	11
Romeu Tuma (PFL)	11	7	7	6	6	6	5	4	7	10	10	9	8	9	9	13	13	11	11
Nulo / Branco / Não sabe	17	14	22	16	19	19	19	20	20	16	18	15	18	14	16	14	12	12	

2º Turno: Intenção do Voto



Dados do TSE
29/10/2000

Marta Suplicy (PT)
58,5%

Paulo Maluf (PPB)
41,5%

* Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, ns e nr.

1996 – O quê os brasileiros pensavam sobre as eleições municipais, sobre os candidatos a Prefeito em geral e sobre candidatos do sexo feminino

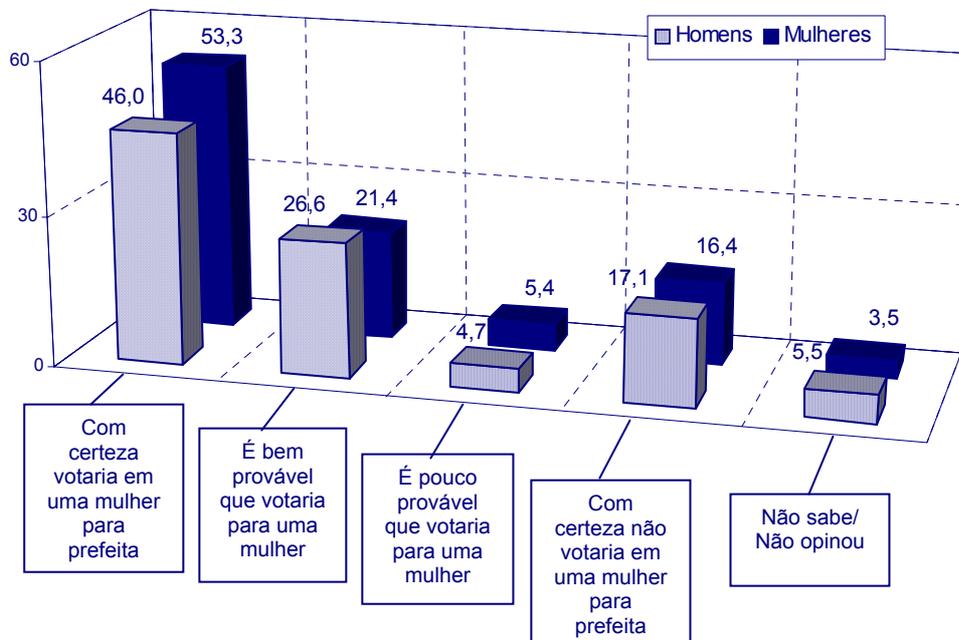
1996: Características que os brasileiros mais valorizam em um prefeito (resposta múltipla)



Como estava o interesse pelas Eleições Municipais em 1996



Votaria numa candidata a prefeita

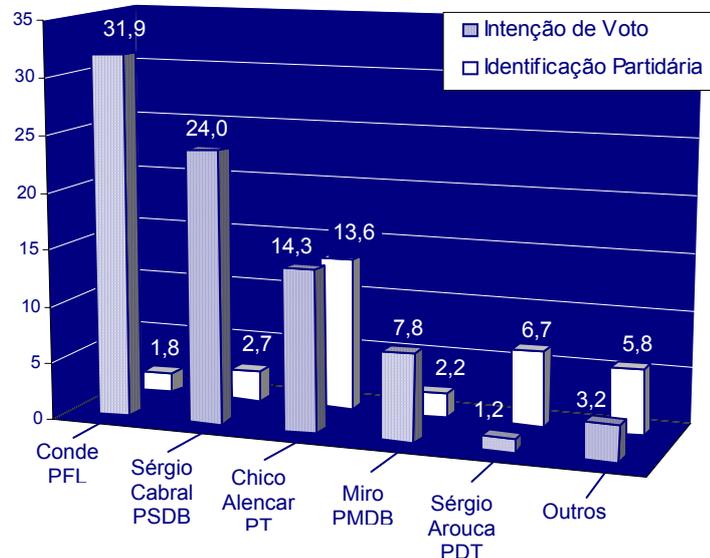


Fonte: Ibope (00548)
Perguntas: "Gostaria de saber qual o seu interesse pelas eleições para prefeito e vereadores que ocorrerão em outubro deste ano."; "Estas são algumas características que um político pode ter ou não. Quais delas são as três mais importantes para alguém que queria ser prefeito de seu município?"; "Caso haja boas candidatas mulheres concorrendo para a prefeitura, o(a) sr(a) acha que:"

Rio de Janeiro

1996 - 1º Turno Intenção de Voto e Identificação Partidária

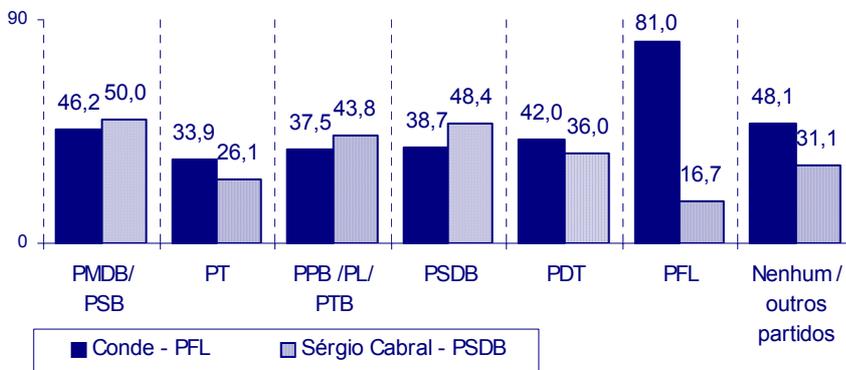
Esta pesquisa mostra que na eleição de 1996 na cidade do Rio de Janeiro, de uma forma geral, a identificação partidária teve pouco peso na disputa eleitoral. Os partidos dos candidatos que passaram para o 2º turno, Paulo Conde do PFL e Sérgio Cabral do PSDB, tinham um percentual de identificação muito baixo; a situação do PDT era exatamente o contrário; apenas o PT e o seu candidato apresentaram equilíbrio neste aspecto.



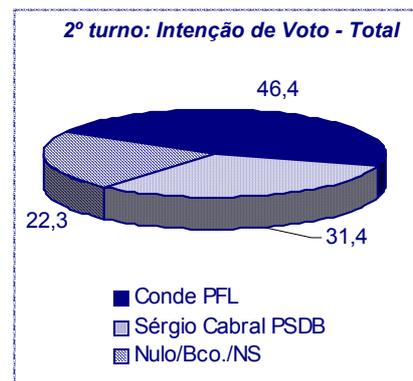
Fonte: Datafolha (00702) – 26/09/96

Perguntas: "Se a eleição para prefeito da cidade de Rio de Janeiro fosse hoje em qual destes candidatos você votaria?(estimulada e única)"; "Qual é o seu partido de preferência?"

1996 - 2º Turno Intenção de Voto e Identificação Partidária



No 2º turno, as intenções de voto em Paulo Conde do PFL eram maiores mesmo entre os entrevistados que se identificavam com o PT e o PDT, partidos opostos ao PFL no espectro ideológico-partidário.

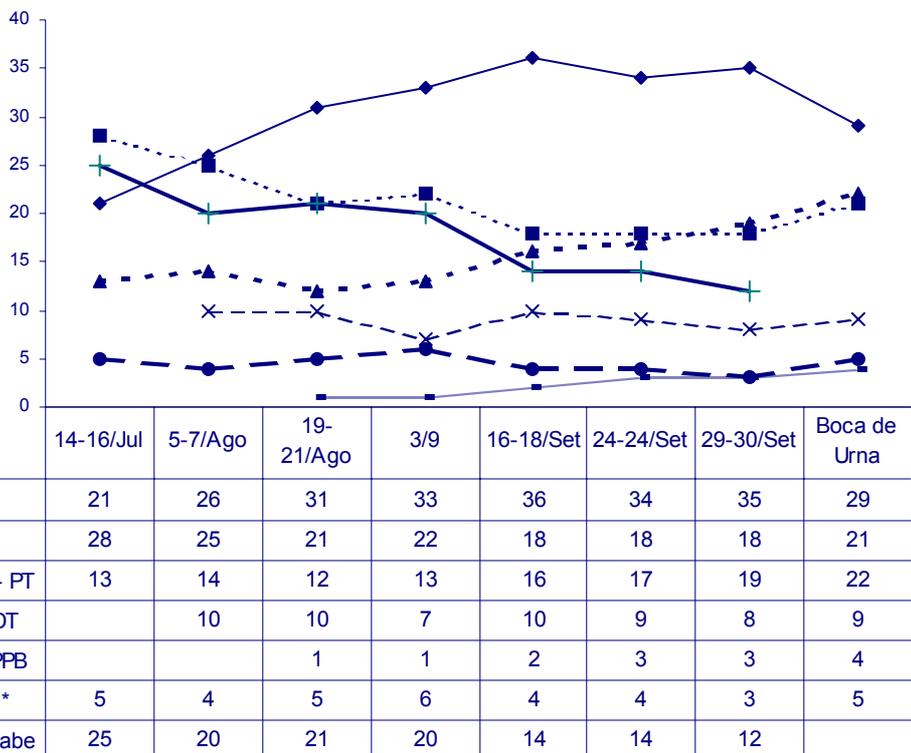


Fonte: Datafolha (00762) – 11/96

Perguntas: "No dia 15 de novembro haverá o segundo turno das eleições para prefeito. Se o segundo turno da eleição fosse hoje, em qual destes candidatos você votaria?"; "Qual é o seu partido político de preferência"

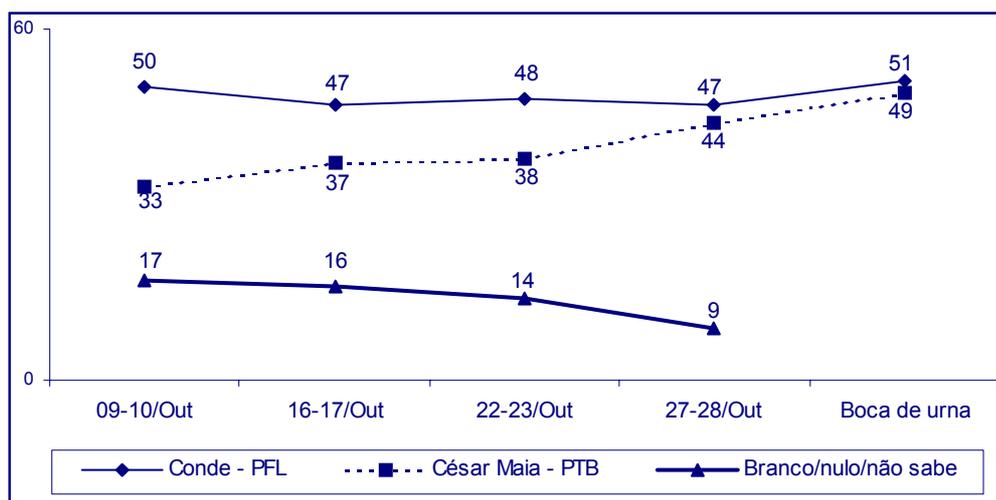
Rio de Janeiro

2000
1º Turno:
Intenção de Voto



* Outros candidatos com 2% ou menos (Ronaldo C. Coelho/PSDB; Domingos Brazão/PT; Ciro Garcia/PSTU; Alfredo Sirkis/PV; Marco Coimbra/PRONA; Alexandre Cardoso/PSB)

2000 - 2º Turno: Intenção de Voto



Dados do TSE
29/10/2000

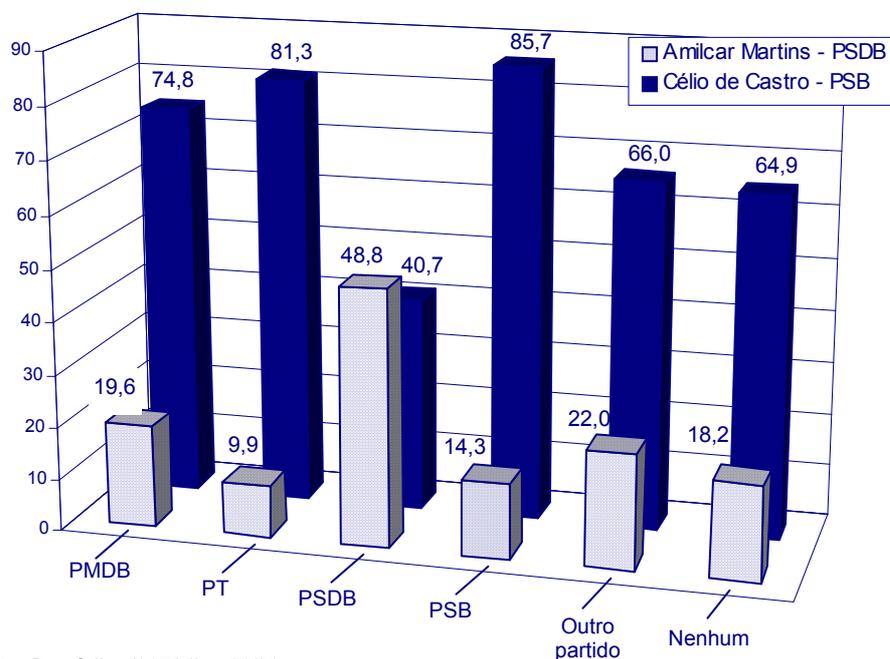
Cesar Maia (PTB)
51,06%

Luiz P. Conde
(PFL)
48,94%

Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, "não sabe" e "não respondeu".

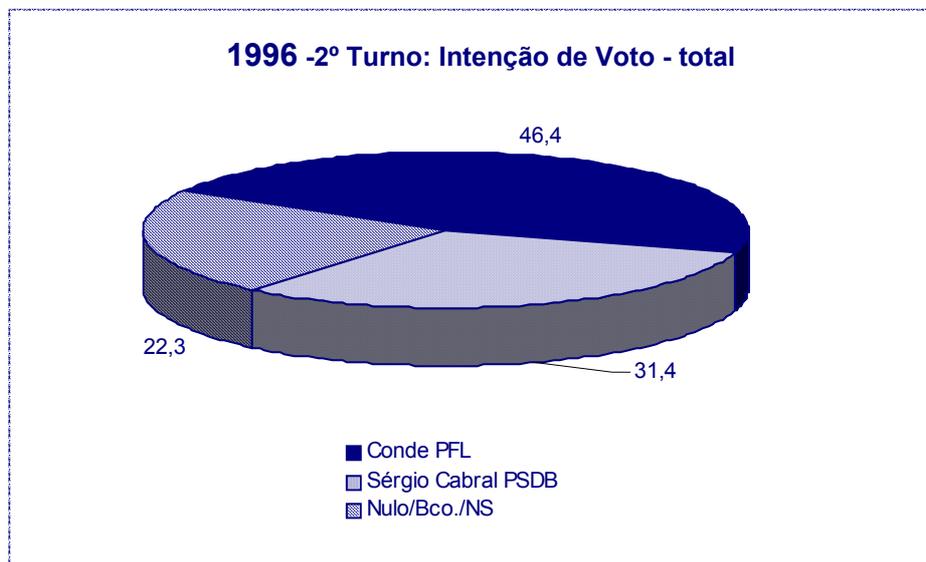
Belo Horizonte

1996 - 2º Turno: Intenção de Voto por Identificação Partidária



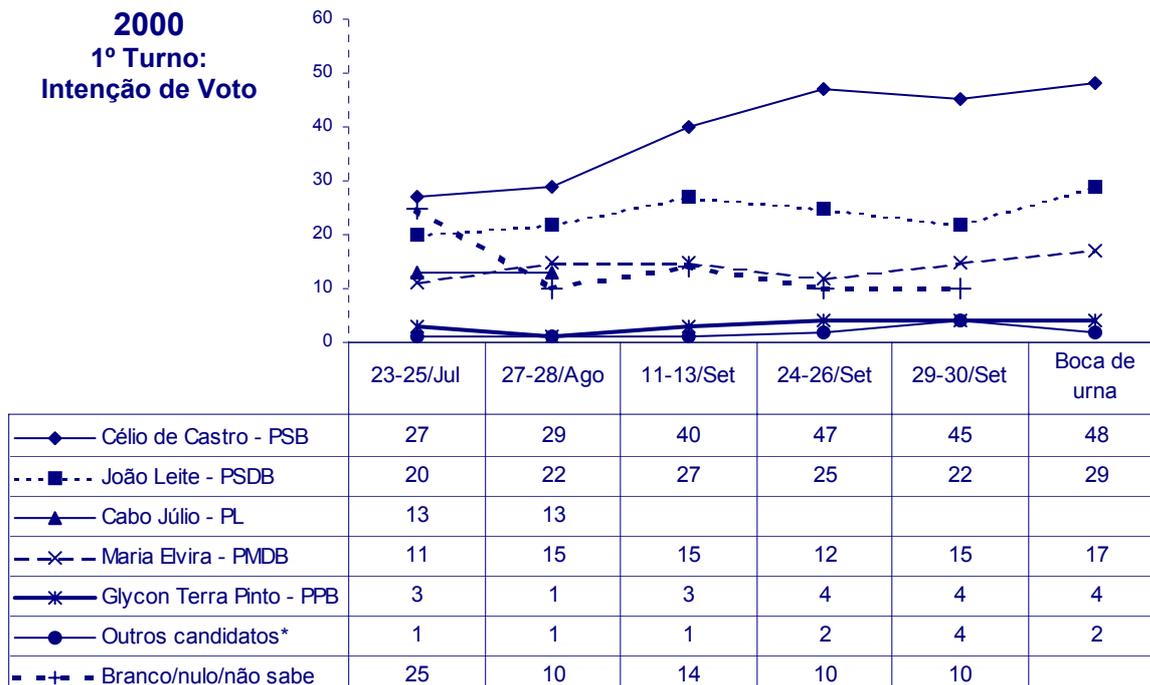
Fonte: Datafolha (00731) – 11/96

Perguntas: "No dia 15 de novembro haverá o segundo turno das eleições para prefeito. Se o segundo turno da eleição fosse hoje, em qual destes candidatos você votaria?"; "Qual é o seu partido político de preferência"



Belo Horizonte

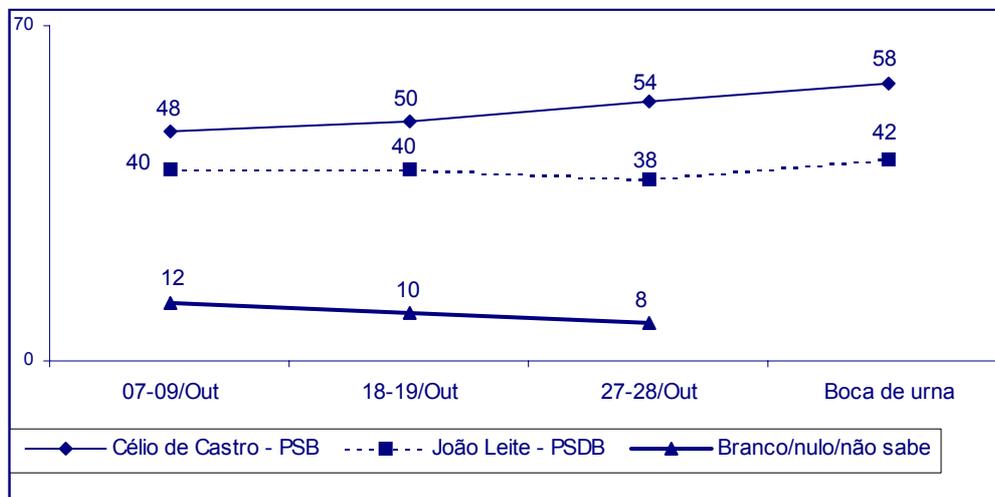
2000
1º Turno:
Intenção de Voto



*Outros candidatos com 2% ou menos (Gentil Cirilo - PRTB; José Eustáqui - PCO; Toninho Feliciano - PSTU; Tony Play - PRP)

Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, "não sabe" e "não respondeu".

2000 - 2º Turno: Intenção de Voto



Dados do TSE
29/10/2000

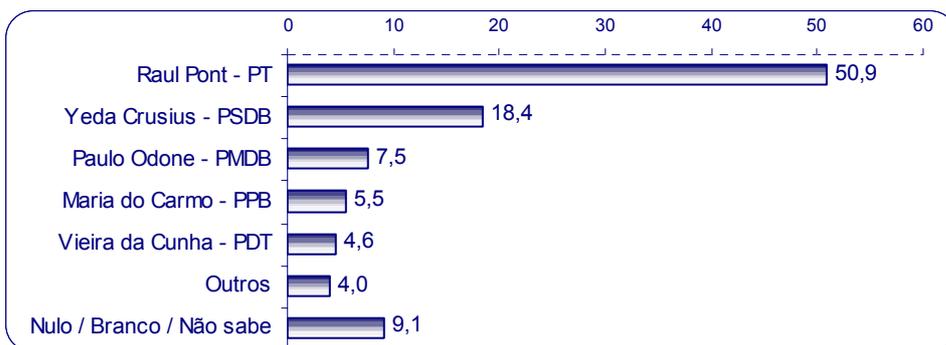
Celso de Castro (PSB)
54,94%

João Leite (PSDB)
45,06%

Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, "não sabe" e "não respondeu".

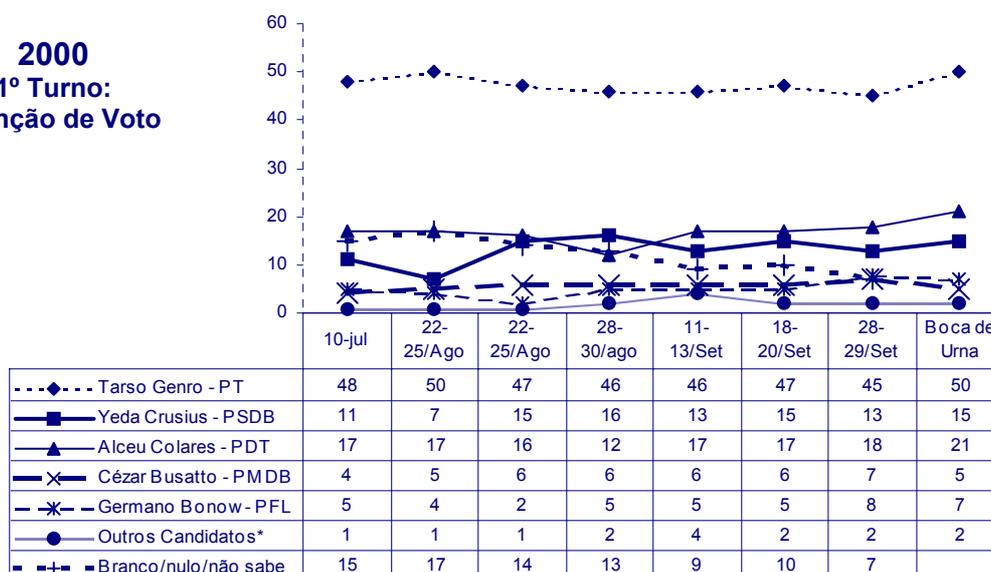
Porto Alegre

1996 - 1º Turno: Intenção de Voto



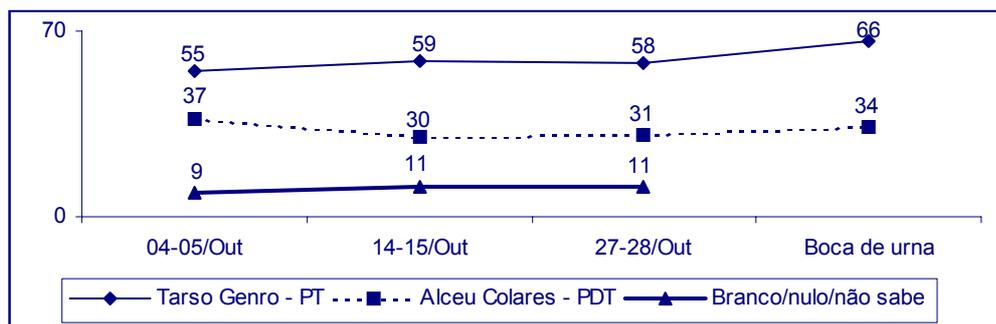
Fonte: Datafolha (00704) - 26/09/96
Pergunta "Se a eleição para prefeito da cidade fosse hoje em qual destes candidatos você votaria?"

2000 1º Turno: Intenção de Voto



*Outros com 2% ou menos : (Nelson Vasconcelos - PV; Walter Negelstein - PPS; Luis C. O. Martins - PRONA; Júlio Flores - PSTU)

2000 - 2º Turno: Intenção de Voto



Dados do TSE
29/10/2000

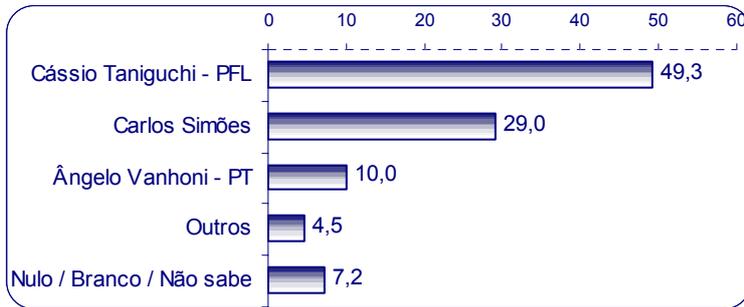
Tarso Genro (PT)
63,51%

Alceu Collares (PDT)
36,49%

Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, "não sabe" e "não respondeu".

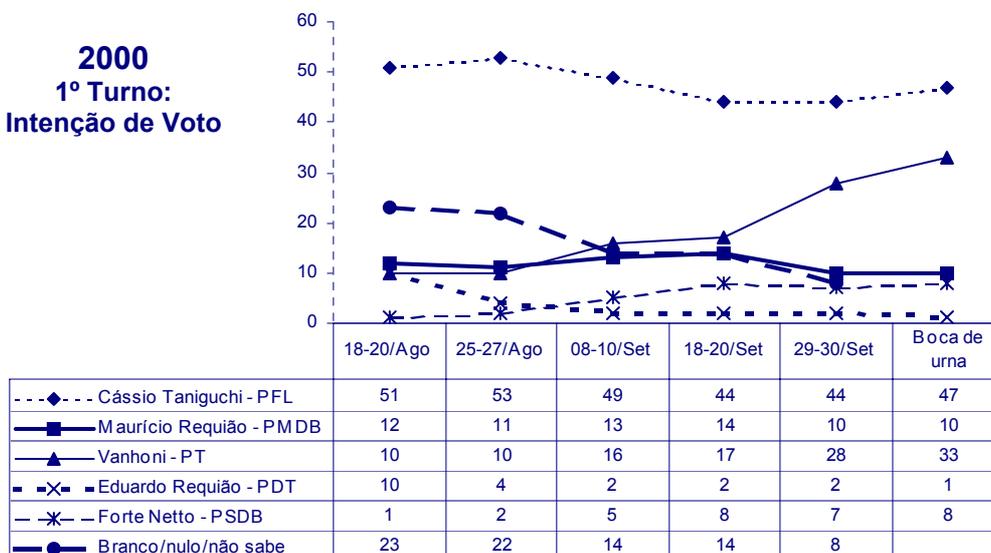
Curitiba

1996 - 1º Turno: Intenção de Voto

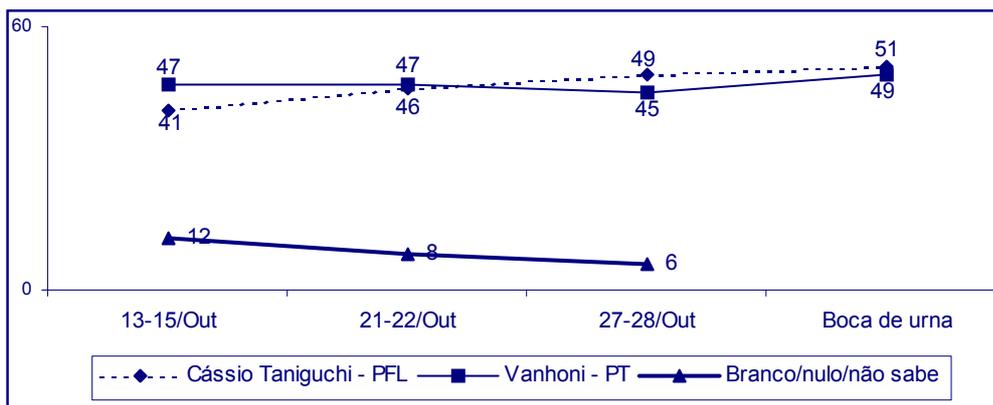


Fonte: Datafolha (00705) - 26/09/96
 Pergunta "Se a eleição para prefeito da cidade de Curitiba fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada e única)"

2000 1º Turno: Intenção de Voto



2000 - 2º Turno: Intenção de Voto



Dados do TSE
29/10/2000

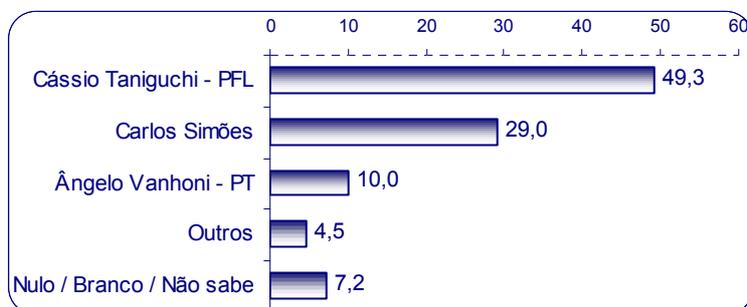
Cássio Taniguchi (PFL)
51,48%

Ângelo Vanhoni (PT)
48,52%

Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, "não sabe" e "não respondeu".

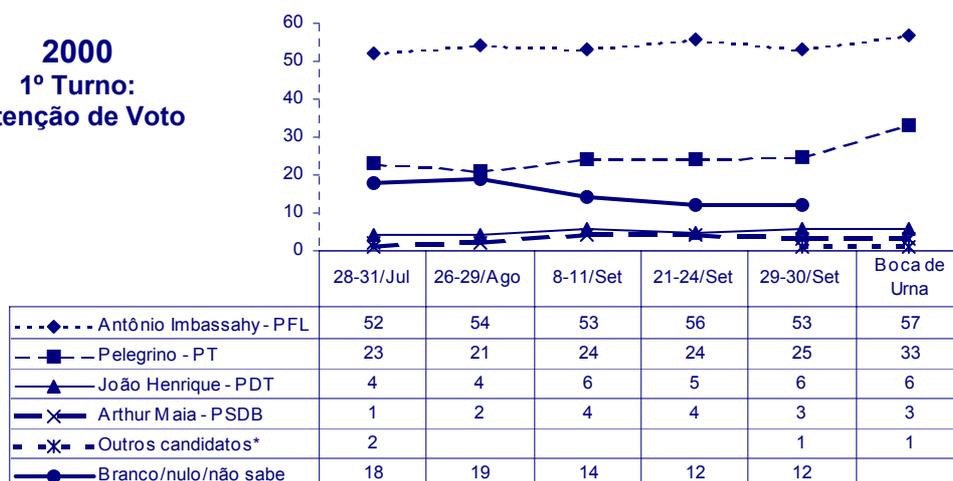
Salvador

1996 - 1º Turno: Intenção de Voto



Fonte: Datafolha (00709) - 26/09/96
Pergunta "Se a eleição para prefeito fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada e única) "

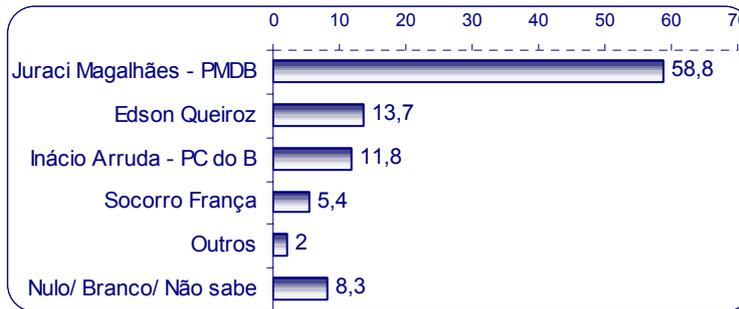
2000 1º Turno: Intenção de Voto



* Outros candidatos com menos de 2%: Antônio Eduardo - PCO; Marivaldo Neves - PMN
Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, "não sabe" e "não respondeu".

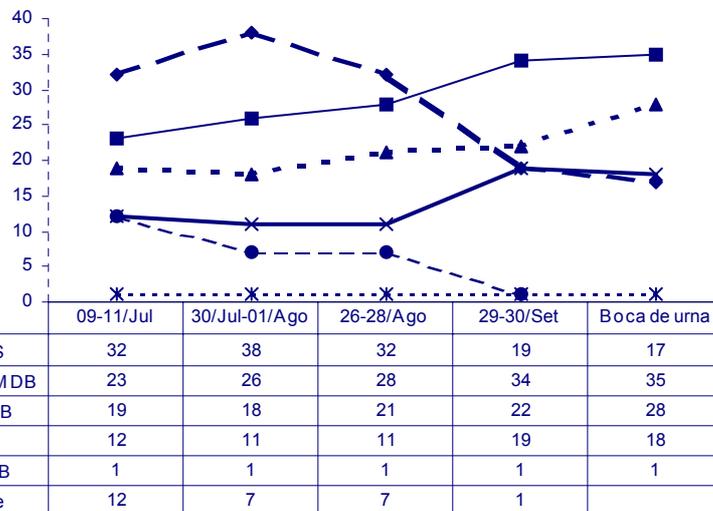
Fortaleza

1996 - 1º Turno: Intenção de Voto

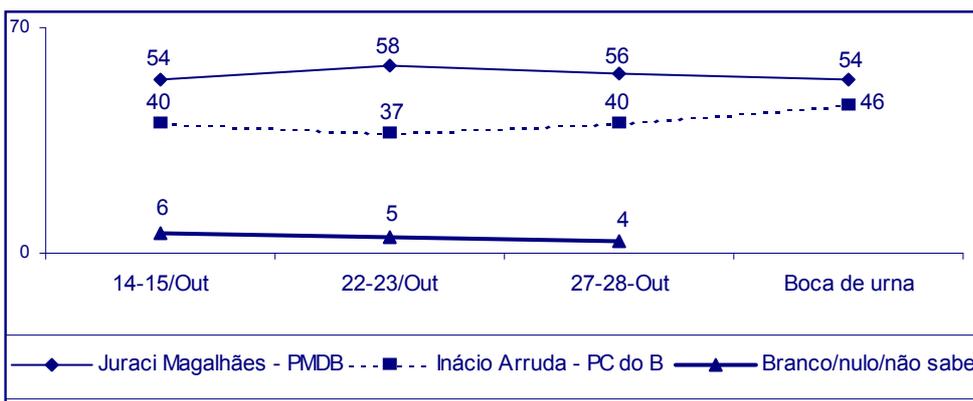


Fonte: Datafolha (00711) - 26/09/96
 Pergunta "Se a eleição para prefeito da cidade de Fortaleza fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada e única) "

**2000
 1º Turno:
 Intenção de Voto**



2000 - 2º Turno: Intenção de Voto

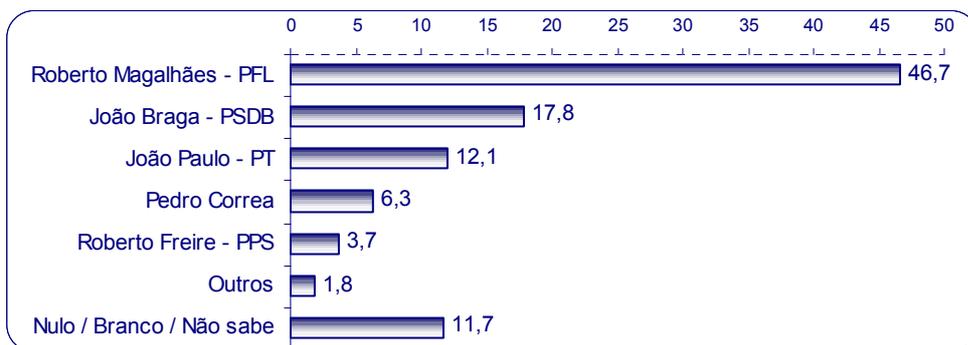


Dados do TSE
 29/10/2000
**Juraci Magalhães
 (PMDB) 53,97%**
 Inácio Aruda (PC do B)
 46,03%

Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, "não sabe" e "não respondeu".

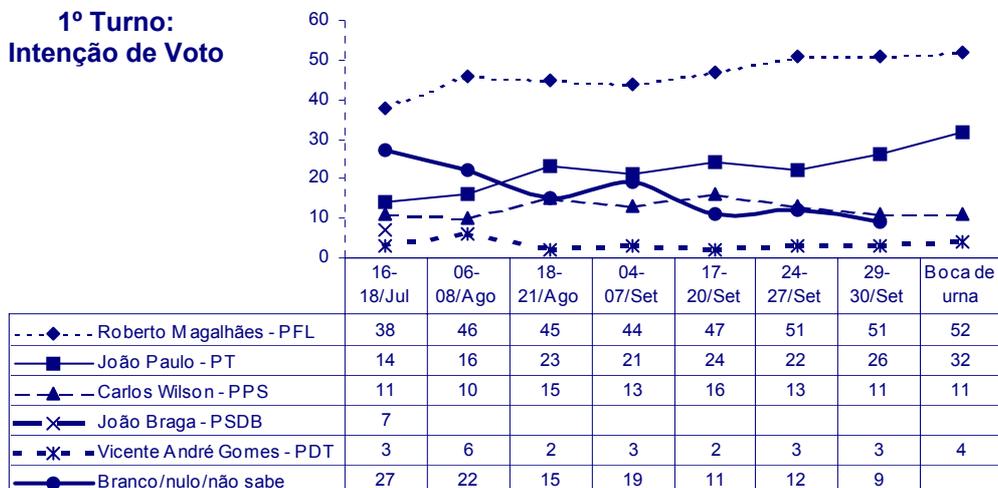
Recife

1996 - 1º Turno: Intenção de Voto

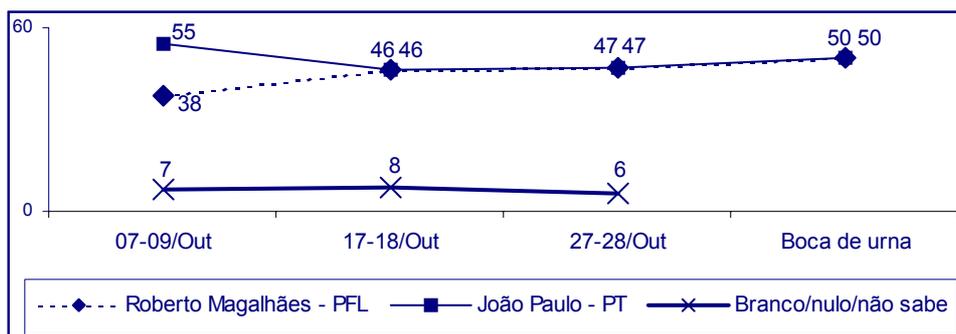


Fonte: Datafolha (00710) - 26/09/96
Pergunta "Se a eleição para prefeito da cidade de Recife fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada e única) "

2000 1º Turno: Intenção de Voto



2000 - 2º Turno: Intenção de Voto



Dados do TSE
 29/10/2000

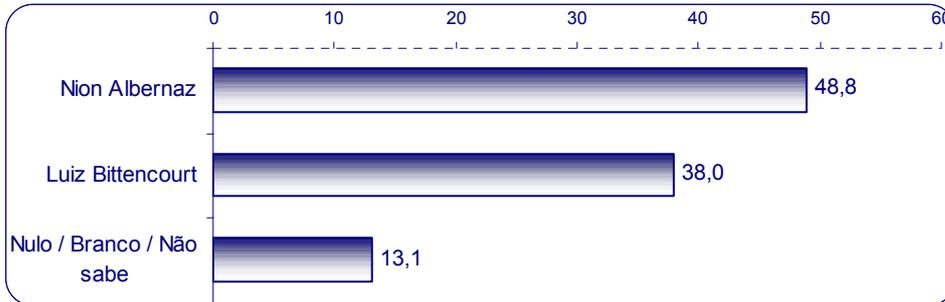
João Paulo (PT)
50,38%

Roberto Magalhães (PFL)
 49,62%

Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, "não sabe" e "não respondeu".

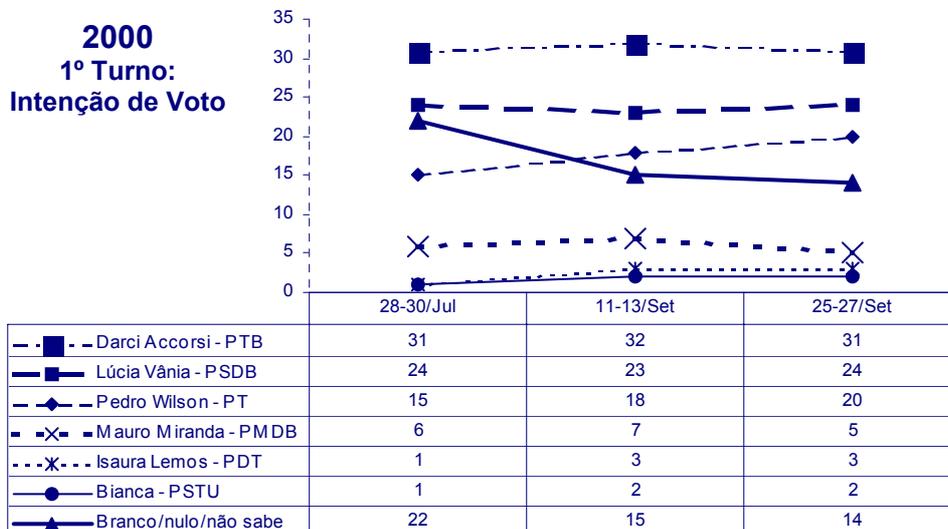
Goiânia

1996 - 1º Turno: Intenção de Voto

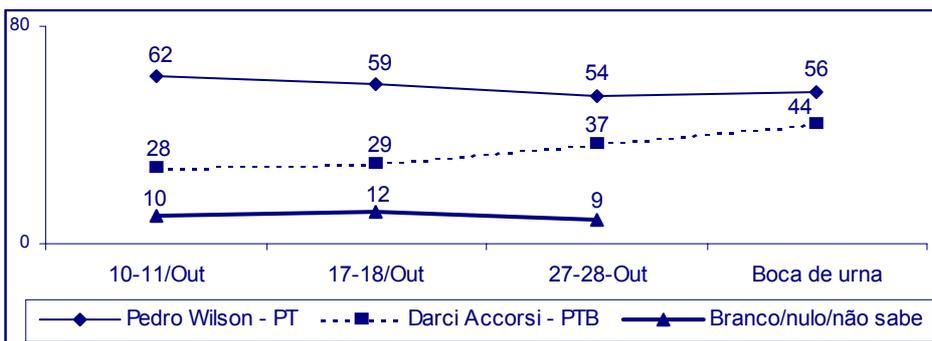


Fonte: Datafolha (00707) - 26/09/96
 Pergunta "Se a eleição para prefeito da cidade de Goiânia fosse hoje em qual destes candidatos você votaria? (estimulada e única) "

2000 1º Turno: Intenção de Voto



2000 - 2º Turno: Intenção de Voto



Dados do TSE
29/10/2000

Pedro Wilson (PT)
55,77%

Darci Accorsi (PTB)
44,23%

Obs.: As pesquisas boca de urna contam só os votos válidos, excluídos brancos, nulos, "não sabe" e "não respondeu".

FICHAS TÉCNICAS

América Latina

	CHILE (1993)	CHILE (1995)
Empresa	CEP (Centro de Estudios Públicos) y Adimark	CEP (Centro de Estudios Públicos)
Universo	População acima de 18 anos	População acima de 18 anos
Metodologia	Amostra probabilística e aleatória em três estágios (quartirão; domicílio; indivíduo)	Amostra probabilística por conglomerados em cinco estágios (região censitária; zona urbana-rural; quartirão; domicílio e indivíduo)
Data do Campo	12-29 de Março de 1993	26 de Maio - 11 de Junho de 1995
Tamanho da Amostra	1.885 casos	1.503 casos

	PARAGUAI (1997)	EL SALVADOR (1992)	VENEZUELA (1996)
Empresa	BASE - Investigaciones Sociales	CID-Gallup, Costa Rica	Consultores 21
Universo	Eleitores	População Adulta de El Salvador	População acima de 18 anos de três cidades em Venezuela (Caracas, Maracaibo e Merida)
Metodologia	Amostra aleatória por conglomerados de múltiplos estágios com seleção de indivíduos por cotas de sexo e idade	(Não consta do relatório)	Amostra estratificada por setor censitário, por cotas de sexo e idade
Data do Campo	30 de Julho -15 de Agosto, 1997	28 de Janeiro - 06 Fevereiro, 1992	05-14 de Janeiro, 1996
Tamanho da Amostra	1.200 casos	1.260 casos	700 casos

*Nota sobre os níveis socioeconômicos no Chile

A classificação socioeconômica é feita segundo as observações do *Instituto Adimark Investigaciones de Mercado y Opinión Pública*, apresentadas a seguir:

ABC1 - *Peso populacional* de 10%. *Localização*: melhores setores da cidade. *Tipo de moradia*: casas amplas ou apartamentos de luxo e construções novas. *Escolaridade do chefe da família*: superior, muitos com pós-graduação. *Profissão do chefe da família*: médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, psicólogos, sociólogos (entre outros). *Atividade do chefe da família*: cargos como presidência, ou gerências de grandes e médias empresas, altos-executivos, profissionais liberais com certo êxito profissional. *Automóvel*: possuem os carros mais caros e de melhores marcas.

C2 *Peso populacional* de 20%. *Localização*: afastados do centro, sendo setores tradicionais. *Tipo de moradia*: conjuntos habitacionais, vilas ou conjuntos de apartamentos. *Escolaridade do chefe da família*: superior. *Profissão do chefe da família*: médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas (entre outros). *Atividade do chefe da família*: empresários de pequenas empresas, os profissionais liberais mais jovens, os executivos de nível médio. *Automóvel*: possuem carros modernos, mas de modelos médios e pequenos.

C3 *Peso populacional* de 25%. *Localização*: Bairros em setores mais antigos da cidade, populares e relativamente modestos. *Tipo de moradia*: casas de material sólido, médias e pequenas. *Escolaridade do chefe da família*: em geral, segundo grau completo e alguns profissionais universitários. *Profissão do chefe da família*: professores, engenheiros de execução, técnicos, analistas, programadores, contadores (entre outros). *Atividade do chefe da família*: pequenos comerciantes, professores de escolas, empregados administrativos, vendedores. *Automóvel*: em torno de 50% possui automóvel, em geral médios e pequenos e com mais de 10 anos de uso.

D *Peso populacional* de 35%. *Localização*: grandes populações antigas na área velha de Santiago, de tipo popular e de grande densidade populacional. *Tipo de moradia*: construções pequenas, tipo econômicas. *Escolaridade do chefe da família*: ensino básico ou primeiro grau incompleto. *Profissão do chefe da família*: de modo geral, sem profissão. *Atividade do chefe da família*: operários, empregados de baixo nível, empregadas domésticas, lavadeiras, jardineiros, etc. *Automóvel*: de modo geral não possuem automóvel.

E *Peso populacional* de 10%. *Localização*: setores mais populares, pobres e perigosos, com ruas sem pavimentação, e pouca urbanização. *Tipo de moradia*: casas de material frágil, pequenas e em más condições. *Escolaridade do chefe da família*: pouca escolaridade, como ensino básico incompleto. *Profissão do chefe da família*: de modo geral, sem profissão. *Atividade do chefe da família*: trabalhos ocasionais. *Automóvel*: não possuem automóvel.

FICHAS TÉCNICAS

Eleições Municipais

PESQUISAS DATAFOLHA

Número da pesquisa:	Data:	Universo:	Tamanho da amostra:	Metodologia
DAT/SP88.OUT-00112	15 E 16/10/88	População residente no município de São Paulo com 18 anos ou mais	1496	Amostra estratificada por cotas de sexo e idade, proporcionais ao universo pesquisado.
DAT/SP92.SET-00313	30/09/92	Eleitores da cidade de São Paulo	1134	
DAT/SP92.OUT-00314	16/10/92	Eleitores da cidade de São Paulo	1079	
DAT/SP96.JUN-00584	06/07/96	Eleitores da cidade de São Paulo	8807	
DAT/SP96.AGO-00610	14/08/96	População adulta da cidade de São Paulo	9143	
DAT/SP96.SET-00701	26 e 27/09/96	Eleitores da cidade de São Paulo	2017	
DAT/RJ96.SET-00702	26/09/96	Eleitores da cidade do Rio de Janeiro	1600	
DAT/BH96.SET-00703	26/09/96	Eleitores da cidade de Belo Horizonte	1280	
DAT/POA96.SET-00704	26/09/96	Eleitores da cidade de Porto Alegre	800	
DAT/CUR96.SET-00705	26/09/96	Eleitores da cidade de Curitiba	1.216	
DAT/GOI96.SET-00707	26/09/96	Eleitores da cidade de Goiânia	1110	
DAT/SAL96.SET-00709	26/09/96	Eleitores da cidade de Salvador	797	
DAT/REC96.SET-00710	26/09/96	Eleitores da cidade do Recife	1037	
DAT/FOR96.SET-00711	26/09/96	Eleitores da cidade de Fortaleza	798 (204 casos válidos)	
DAT/BH96.SET-00731	06/11/96	Eleitores da cidade de Belo Horizonte	1200	
DAT/GOI96.SET-00733	06/11/96	Eleitores da cidade de Goiânia	1120	
DAT/SÃO PAULO96.NOV-00761	11/96	Eleitores da cidade de São Paulo	2100	
DAT/RIO DE JANEIRO96.NOV-00762	11/96	Eleitores da cidade do Rio de Janeiro	1200	
DAT/SÃO PAULO96.NOV-00770	11/96	Eleitores da cidade de São Paulo	3621	

PESQUISAS IBOPE

Número da pesquisa:	Data:	Universo:	Tamanho da amostra:	Metodologia
IBOPE 1988	25/11 a 03/12/88	Eleitores da cidade de São Paulo	800	Amostra estratificada por cotas de sexo, idade, atividade e posição na ocupação proporcionais ao universo pesquisado.
IBO/BR96.FEV-00548	06/02/96	Eleitores do Brasil	2000	

FICHAS TÉCNICAS

ELEIÇÕES 2000 - PESQUISAS IBOPE

Cidade/ Turno	Número da pesquisa:	Data:	Universo:	Tamanho da amostra:	Metodologia
Fortaleza 1º turno	OPP221	09-11/07	Eleitores residentes e com domicílio eleitoral em Fortaleza	400	Pesquisa quantitativa através de entrevistas pessoais, com a aplicação de questionários estruturados e padronizados junto a uma amostra representativa do eleitorado em estudo. <i>Tipo de amostra:</i> Representativa do eleitorado da área em estudo, elaborada em três estágios: - 1º estágio: distribuição proporcional das entrevistas pelas zonas eleitorais, considerando-se o total de eleitores de cada uma; - 2º estágio: dentro das zonas eleitorais, faz-se um sorteio probabilístico dos locais de votação, pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando-se como base o número de eleitores de cada um dos locais de votação; - 3º estágio: nos locais de votação, os respondentes que já votaram são selecionados de acordo com quotas proporcionais, segundo às variáveis significativas de sexo e idade.
	OPP267	30/07 a 01/08		400	
	OPP432	26-28/08		800	
	OPP777	29-30/09		800	
	OPP798	Boca de Urna		4.000	
Fortaleza 2º turno	OPP823	14-15/10		800	
	OPP867	22-23/10		800	
	OPP893	27-28/10		800	
	OPP896	Boca de Urna		3.600	
Salvador 1º turno	OPP268	28-31/07		Eleitores residentes e com domicílio eleitoral em Salvador	
	OPP458	26-29/08	600		
	OPP533	8-11/09	600		
	OPP780	29-30/09	800		
	OPP801	Boca de Urna	4.000		
Recife 1º turno	OPP232	16-18/07	Eleitores residentes e com domicílio eleitoral em Recife	400	
	OPP294	06-08/08		400	
	OPP336	18-21/08		600	
	OPP500	04-07/09		600	
	OPP663	17-20/09		800	
	OPP794	24-27/09		800	
	OPP778	29-30/09		800	
Recife 2º turno	OPP799	Boca de Urna		4.000	
	OPP822	7-9/10		800	
	OPP855	17-18/10		800	
	OPP894	27-28/10	800		
Goiânia 1º turno	OPP897	Boca de Urna	1.800		
	OPP436	28-30/07	Eleitores residentes e com domicílio eleitoral em Goiânia	600	
	OPP587	11-13/09		600	
OPP757	25-27/09	600			
Goiânia 2º turno	OPP826	10-11/10		600	
	OPP850	17-18/10		600	
	OPP884	27-28/10		600	
Curitiba 1º turno	OPP912	Boca de Urna	1.800		
	OPP341	18-20/08	Eleitores residentes e com domicílio eleitoral em Curitiba	400	
	OPP422	25-27/08		400	
	OPP540	08-10/09		800	
	OPP670	18-20/09		800	
	OPP787	29-30/09		800	
OPP808	Boca de Urna	4.000			
Curitiba 2º turno	OPP845	13-15/10	800		
	OPP860	21-22/10	800		
	OPP885	27-28/10	800		
	OPP902	Boca de Urna	3.200		

FICHAS TÉCNICAS

Cidade/ Turno	Número da pesquisa	Data	Universo	Tamanho da Amostra	Metodologia	
Rio de Janeiro 1º turno	OPP233	14-16/07	Eleitores residentes e com domicílio eleitoral no Rio de Janeiro	600	Pesquisa quantitativa através de entrevistas pessoais, com a aplicação de questionários estruturados e padronizados junto a uma amostra representativa do eleitorado em estudo. <i>Tipo de amostra:</i> Representativa do eleitorado da área em estudo, elaborada em três estágios: - 1º estágio: distribuição proporcional das entrevistas pelas zonas eleitorais, considerando-se o total de eleitores de cada uma; - 2º estágio: dentro das zonas eleitorais, faz-se um sorteio probabilístico dos locais de votação, pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando-se como base o número de eleitores de cada um dos locais de votação; - 3º estágio: nos locais de votação, os respondentes que já votaram são selecionados de acordo com quotas proporcionais, segundo às variáveis significativas de sexo e idade.	
	OPP295	5-7/08		600		
	OPP342	19-21/08		800		
	OPP508	3-5/09		800		
	OPP637	16-18/09		1.200		
	OPP770	24-27/09		1.200		
	OPP783	29-30/09		1.200		
	OPP804	Boca de Urna		6.000		
Rio de Janeiro 2º turno	OPP832	9-10/10		1.200		
	OPP857	16-17/10		1.200		
	OPP864	22-23/10		1.200		
	OPP889	27-28/10		1.200		
	OPP904	Boca de Urna		5.000		
Belo Horizonte 1º turno	OPP258	23-25/07		Eleitores residentes e com domicílio eleitoral em Belo Horizonte		400
	OPP440	27-30/08				400
	OPP603	11-13/09	600			
	OPP744	24-26/09	800			
	OPP782	29-30/09	800			
	OPP803	Boca de Urna	4.000			
Belo Horizonte 2º turno	OPP831	7-9/10	800			
	OPP856	18-19/10	800			
	OPP887	27-28/10	800			
	OPP898	Boca de Urna	3.200			
Porto Alegre 1º turno	OPP220	9-12/07	Eleitores residentes e com domicílio eleitoral em Porto Alegre		400	
	OPP299	8-10/08			400	
	OPP393	22-25/08			600	
	OPP435	28-30/08			600	
	OPP599	11-13/09		800		
	OPP668	18-20/09		800		
	OPP789	28-29/09		800		
	OPP810	Boca de Urna		4.000		
Porto Alegre 2º turno	OPP821	04-05/10		800		
	OPP851	14-15/10		800		
	OPP886	27-28/10		800		
	OPP901	Boca de Urna		3.200		

PESQUISAS IDESP

Número da pesquisa:	Data:	Universo:	Tamanho da amostra:	Metodologia
IDE/SP85.00506	01/10 a 15/11/85	População residente no município de São Paulo com 18 anos ou mais	690	Amostra probabilística
IDE/SP88.00510B	29/10 a 13/12/88	População residente no município de São Paulo com 18 anos ou mais	660	Amostra probabilística

PESQUISAS DATAFOLHA – Eleições Municipais – SP 2000

1º. turno: 25/04; 11/05; 26/05; 13/06; 29/06; 12/07; 26/07; 10/08; 17/08; 25/08; 01/09; 05/09; 12/09; 15/09; 22/09; 26/09; 29/09; Boca de Urna

2º. turno: 11/10; 18/10; 20/10; 24/10; 28/10; Boca de Urna

OPINIÃO PÚBLICA

Outubro de 2000

Vol. VI, nº 2

CONTENTS

	<i>Pág.</i>
<i>The Dialectics of Public Opinion: the reciprocal effects of public policy and public opinion in contemporary democratic societies</i> Michael Howlett	171
<i>Ideological Content of the New Right in the City of São Paulo</i> Maria Teresa Gonzaga Alves	191
<i>Popular Support for Regional Economic Integration in Latin America</i> Mitchell A. Seligson	230
<i>Participation and Electoral Behavior in São Paulo, 1990</i>	252
<i>Latin American Social Security Systems: an ordinal evaluation</i> John Dixon	267
TENDÊNCIAS Public Opinion Data 6/2	287



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. VI, nº 2 - p.171-337
Outubro 2000
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276